

**Corrupção Política em Portugal:  
O Jornalismo Judiciário como «Denunciante»**

**Rita Maria da Silva Rodrigues Soares**

**Dissertação de Mestrado em  
Comunicação, *Media* e Justiça**

**Setembro de 2014**

**Corrupção Política em Portugal:  
O Jornalismo Judiciário como «Denunciante»**

**Rita Maria da Silva Rodrigues Soares**

**Dissertação de Mestrado em  
Comunicação, *Media* e Justiça**

**Setembro de 2014**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em *Comunicação, Media e Justiça*, realizada sob a orientação científica do Senhor Professor Doutor Hermenegildo Ferreira Borges e sob a co-orientação científica da Professora Doutora Estrela Serrano.

*Ao meu Pai, pela capacidade de Justiça que sempre demonstrou.*  
*À minha irmã Manuela, pela coragem e determinação que me transmitiu.*

## AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento não poderia ser dirigido a outra pessoa que não o Professor Doutor Hermenegildo Ferreira Borges. Foi ele que, desde o início do mestrado, sempre me ofereceu a energia necessária para persistir neste objetivo da dissertação; um verdadeiro orientador, atento, presente e portador da palavra certa. Os seus comentários, as suas críticas (sempre construtivas) e o seu espírito dedicado ao ensino constituíram uma parte muito sólida da minha motivação.

Agradeço, também, à Professora Doutora Estrela Serrano, minha co-orientadora, a assertividade e a capacidade de me guiar em matéria de metodologias, sobretudo na fase inicial, quando o foco do trabalho a realizar não era ainda muito claro.

Ao Centro de Investigação *Media* e Jornalismo, por todo o suporte concedido.

Um agradecimento específico merecerão todos os meus entrevistados; a sua colaboração levou a que eu pudesse compreender, em maior profundidade, muitas das questões formuladas no início da dissertação. A todos eles, sem exceção ou particularização, o meu obrigada.

À minha família – Mãe, irmãs e irmão - pelo estímulo constante e inexcedível.

A todos os meus amigos que sempre acreditaram (e me fizeram acreditar) neste projeto. À Carina, pela presença sublime, desde o início; à Vanessa, pelo cuidado; à Patrícia, pelo incentivo; à Joana, pela tranquilidade.

Ao António, pela compreensão.

Muito Obrigada.

# **CORRUPÇÃO POLÍTICA EM PORTUGAL: O JORNALISMO JUDICIÁRIO COMO «DENUNCIANTE»**

**RITA SOARES**

## **RESUMO**

A relação entre a Justiça e os *media* gerou, desde sempre, um debate controverso nas sociedades. Há opiniões que advogam um afastamento total entre as duas áreas, em nome da imparcialidade e do rigor; outras vozes defendem a possibilidade de construção de pontes que favoreçam o dever de informar enquanto bem público, essencial à concretização de uma verdadeira democracia.

A presente dissertação pretende averiguar o papel do jornalismo judiciário na «denúncia» de casos de corrupção política em Portugal. Pode o jornalismo assumir uma função de «denunciante»? Estarão os jornalistas preparados para essa tarefa? É necessária uma maior aposta ao nível da formação de jornalistas? A todas estas questões procurámos dar resposta nas páginas que se seguem.

A contextualização histórica e a referência a alguns dos casos de corrupção mais mediáticos da última década em Portugal ocupam a primeira parte da dissertação; pareceu-nos relevante visitar alguns processos conhecidos do grande público para melhor enquadrar a problemática abordada, uma vez que os temas da justiça marcaram presença na imprensa, desde sempre.

O relato que a comunicação social faz sobre os casos de corrupção política é objeto de reflexão na segunda parte da tese, tendo em conta os valores-notícia. Seleccionámos a cobertura mediática do processo *Face Oculta* pelo jornal Público e pelo Correio da Manhã como caso de estudo e direccionámos a nossa análise em três fases distintas: divulgação pública da investigação da Polícia Judiciária (outubro de 2009), início do julgamento no Tribunal de Aveiro (novembro de 2011) e leitura do acórdão (setembro de 2014).

Para melhor nos documentarmos sobre o processo, entrevistámos agentes da Justiça e dos *media*, que nos apresentaram a sua perspetiva sobre questões como o segredo de justiça ou a possível criação de gabinetes de imprensa nos tribunais.

Na terceira e última parte da dissertação, procurámos enquadrar um conjunto de recomendações quer ao campo da justiça, quer ao campo mediático, com vista a uma relação profícua entre ambos e à concretização de um trabalho pedagógico no combate e na prevenção da corrupção política.

Ao longo desta investigação, verifica-se que houve já alguns avanços na comunicação da justiça, mas conclui-se também que há ainda muito caminho a percorrer.

**PALAVRAS-CHAVE:** Corrupção Política, Jornalismo Judiciário, denúncia, denunciante, *media*, justiça, tribunais, gabinetes de imprensa, comunicação, prevenção, investigação, escândalo, segredo de justiça, liberdade de imprensa.

# POLITICAL CORRUPTION IN PORTUGAL: THE JUDICIARY JOURNALISM AS A «WHISTLEBLOWER»

RITA SOARES

## ABSTRACT

The relationship between Justice and media has always caused a controversial discussion. Some opinions advocate a total separation among both areas in the name of the impartiality; other specialists demand the possibility of creating bridges between them to foster the duty to inform as a request of the true democracy.

The aim of this thesis is to investigate the role of judiciary journalism in the disclosure of political corruption in Portugal. May the Journalism assume the role of «whistleblower»? Are the journalists ready for this task? Do we need a greater investment to improve the journalists' training? To all these questions we sought an answer in the following pages.

The first part of this research shows the Portuguese historical context and also presents some references of the most known cases of corruption in the country over the last years. The issues of Justice have always been related in the press; that's why it seemed to be important to revisit some of the most famous cases.

The report on cases of political corruption is the object of the second part of the thesis, as well as the importance of the news values. We have selected the media coverage of the *Face Oculta* scandal as a case study in Público and Correio da Manhã newspapers. Our analysis is focused on three different phases: the public disclosure of the investigation by the political authorities (October 2009); the beginning of the trial (November 2011) and the reading of the judgment (September 2014).

For a better perception of the case, we interviewed some professionals of Justice and also some journalists; they told us their perspective on secrecy of justice or on the possible creation of press offices in the national courts.

The third and last part of our research sought to publish a set of recommendations both to the field of Justice or the media field. The main goal was to get a positive agreement between them in order to fight the political corruption and also to promote its social prevention.

Throughout this work, we found some advances in the communication of Justice. Moreover we concluded that there is still some way to go.

**Keywords:** Political Corruption, Judiciary Journalism, denunciation, Whistleblower, media, justice, courts, press offices, communication, prevention, investigation, scandal, secrecy of justice, freedom of the press.

# Índice

|   |            |
|---|------------|
| <b>Introdução .....</b>   | <b>1</b>   |
| <br><b>PARTE I – Enquadramento e Contextualização</b>   |            |
| <b>Capítulo 1 – Perspetiva Histórica da Corrupção Política.....</b>   | <b>6</b>   |
| 1.1 – Reflexão breve sobre a etimologia do termo «corrupção» .....  | 6          |
| 1.2 – História Recente da Corrupção em Portugal.....  | 8          |
| <b>Capítulo 2 – A Corrupção nos Termos da Lei e da Doutrina .....</b>   | <b>18</b>  |
| 2.1 – Corrupção Ativa e Corrupção Passiva .....   | 18         |
| 2.2 – Entendimento Doutrinal sobre «pseudo-sinalagma» entre «corrupção política ativa e passiva» .....  | 20         |
| 2.3 – Respostas do sistema judicial português à prática da Corrupção Política .....   | 23         |
| 2.4 – Diretivas Europeias .....   | 31         |
| <br><b>PARTE II – O Olhar dos <i>Media</i> sobre a Corrupção Política</b>   |            |
| <b>Capítulo 1 – O relato da corrupção política nos meios de comunicação social .....</b>  | <b>36</b>  |
| 1.1 – A corrupção como «valor-notícia» para a imprensa .....  | 36         |
| 1.2 – As fontes .....   | 42         |
| <b>Capítulo 2 – Estudo de Caso – A «Face Oculta» da Corrupção .....</b>   | <b>55</b>  |
| 2.1 – Práticas Metodológicas .....  | 55         |
| 2.2 – Caracterização e contextualização genérica do caso de corrupção política reportado nos <i>media</i> nacionais: o caso <i>Face Oculta</i> .....              | 58         |
| 2.3 – Análise comparativa de diferentes abordagens mediáticas: o Face Oculta no jornal Público e no Correio da Manhã .....  | 69         |
| <br><b>PARTE III – Os desafios que se colocam ao jornalismo (judiciário) na abordagem à corrupção política</b>  |            |
| <b>Capítulo 1 – A convergência entre os <i>media</i> e a justiça .....</b>  | <b>116</b> |
| 1.1 – Síntese reflexiva sobre o lugar e a função que poderão caber aos <i>media</i> e à justiça na divulgação e na prevenção do crime de corrupção política ..... | 116        |
| 1.2 – Perspetivas de futuro.....  | 121        |



|   |            |
|---|------------|
| <b>Considerações Finais .....</b>                   | <b>127</b> |
| <b>Referências Bibliográficas .....</b>             | <b>131</b> |
| <b>Índice de Figuras .....</b>                      | <b>138</b> |
| <b>Índice de Quadros .....</b>                      | <b>139</b> |
| <b>Entrevistas de Investigação (listagem) .....</b> | <b>140</b> |

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**AACC** – Alta Autoridade Contra a Corrupção

**APCTC** – Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação

**AR** – Assembleia da República

**BdP** – Banco de Portugal

**CE** – Comunidade Europeia

**CIMJ** – Centro de Investigação *Media* e Jornalismo

**CM** – Correio da Manhã

**CP** – Código Penal

**CPC** – Conselho de Prevenção da Corrupção

**CPP** – Código de Processo Penal

**DCIAP** – Departamento Central de Investigação e Ação Penal

**DCICCEF** – Direção Central de Investigação da Corrupção e Criminalidade Económica e Financeira

**DEI** – Decisão Europeia de Investigação

**DIAP** – Departamento de Investigação e Ação Penal

**DGPL** – Direção Geral de Política de Justiça

**DN** – Diário de Notícias

**DR** – Diário da República

**ERC** – Entidade Reguladora para a Comunicação Social

**GRECO** – Grupo de Estados contra a Corrupção

**GRES** – Grupo de Reflexão Ética e Sociedade

**ISCSP** – Instituto Superior de Ciências Sociais e Humanas

**ISCTE** – Instituto Superior de Ciências do Trabalho de Empresa

**JN** – Jornal de Notícias

**MJ** – Ministério da Justiça

**MP** – Ministério Público

**OPJ** – Observatório Permanente da Justiça

**OCDE** – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

**ONGs** – Organizações Não Governamentais

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**OPCs** – Órgãos de Polícia Criminal

**PALOP** – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

**PDM** – Plano Diretor Municipal

**PE** – Parlamento Europeu

**PGDL** – Procuradoria Geral Distrital de Lisboa

**PGR** – Procuradoria-Geral da República

**PGRCIC** – Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

**PJ** – Polícia Judiciária

**PR** – Presidente da República

**PS** – Partido Socialista

**PSD** – Partido Social-Democrata

**PT** – Portugal Telecom

**SCIAC** – Secção Central de Investigação das Atividades de Corrupção

**SNS** – Serviço Nacional de Saúde

**TIAC** – Transparência e Integridade Associação Cívica

**TI** – Transparency International

**TCIC** – Tribunal Central de Instrução Criminal

**TC** – Tribunal de Contas

**UCICEF** – Unidade Central de Informação da Criminalidade Económico-Financeira

**UE** – União Europeia

## Introdução

*Se o homem falhar em conciliar a justiça e a liberdade, então falha em tudo.*

Albert Camus

### **a) Tema, razões que motivaram a sua escolha e definição dos objetivos**

Desde que o mundo é mundo, existem vários conceitos associados ao ser humano e à sua (re)produção. A elementar luta pela sobrevivência levou a que assim fosse, tendo surgido, a partir daí, uma teia de relações que tornou possível a sobrevivência da espécie e a sua consequente evolução, a partir da sua primitiva condição de animal meramente gregário, até à condição de ser societário, experimentando a necessidade que lhe é intrínseca de «estabelecer», isto é organizar jurídica e politicamente, o seu mundo,<sup>1</sup> acedendo, neste processo evolutivo, à sua verdadeira condição de Homem.<sup>2</sup>

Neste nosso tempo de globalização, alargada a uma escala sem precedentes pelas novas tecnologias da informação e da comunicação, a justiça e a comunicação são dois dos pilares que sustentam a sociedade, senão vejamos: sem justiça, os cidadãos têm mais dificuldade em perceber o que está certo e o que está errado, para além de se sentirem também mais desprotegidos; sem comunicação, não será sequer viável o desenvolvimento intelectual, emocional ou até mesmo físico de quem quer que seja.

De uma forma global, não poderemos dissociar este dois temas, como não será, por exemplo, compreensível criar dois planos separados para a política e para os *media*, na medida em que os assuntos políticos são uma constante nos jornais, revistas, estações de rádio, canais de televisão ou plataformas mediáticas na Internet.

O objeto do nosso estudo é a correlação existente entre o jornalismo e a justiça e a abordagem que essa mesma correlação permite fazer à problemática da corrupção política aos olhos dos portugueses. Como nos ensina Ricoeur, a justiça é algo em falta. Segundo o autor, temos a perceção desta falta de justiça desde a mais tenra infância, através da tomada de contacto com a injustiça em quatro circunstâncias que ele designa

---

<sup>1</sup> Nas palavras de Hannah Arendt, em *A Condição Humana*, o Homem, através da sua *vita ativa*, produz, cuida e estabelece o mundo ao qual viemos.

<sup>2</sup> *Homo est naturaliter politicus, id est, socialis* («O Homem é naturalmente político, isto é, social»), cf. A. S. Tomás de Aquino, in *Index Rerum*.

como «os paradigmas da nossa sofrida experiência»: «partilhas desiguais», «punições sem proporção», «retribuições indevidas» e «promessas não cumpridas».<sup>3</sup> As sociedades de democracia política procuram colmatar a necessidade de justiça estabelecendo no seu ordenamento jurídico normas que regulam a vida em Sociedade e confiando aos tribunais a função de proceder à sua concreta realização. Também a Sociedade, em presença do exercício legítimo do poder e da adequada aplicação das normas, se deve confiar à ação dos tribunais, enquanto instituições justas, abdicando de «fazer justiça pelas próprias mãos». A realização da justiça pelos tribunais será tanto mais eficaz e mais próxima da perfeição, quanto mais ela for entendida e assimilada pelas sociedades.

Tendo em conta o papel que a comunicação social desempenha na transmissão de informação ao público, será oportuno questionarmos a eficácia com que essa mesma informação é transmitida. Lícito será ainda afirmar que os temas da justiça sempre foram alvo de interesse e curiosidade, desde os primórdios do jornalismo; já na Antiguidade Clássica existia uma inquestionável vontade de perceber o que era ou não considerado justo, estando a própria Sociedade organizada, de certa maneira, para responder ao conceito de justiça distributiva vigente naquela época, em que o Direito era simétrico de Obrigação e se desconhecia, por completo, o conceito de «direitos subjectivos» introduzido pelo Direito moderno.

Ao longo dos séculos, a par de alterações políticas, sociais, económicas e culturais, verificou-se, indubitavelmente, uma evolução no *modus operandi* da justiça, com uma transformação das suas bases, atuação e preceitos. Atendo-nos, uma vez mais, ao contexto português, temos algumas evidências deste processo. Num passado não muito longínquo, em que o país vivia sob os comandos da ditadura do Estado Novo, fechado sobre si mesmo, o acesso à justiça encontrava-se cercado por diversos artificialismos, também eles repercutidos na comunicação social. O lápis azul da censura zelava pela ocultação da verdade, particularmente em situações delituosas de grande gravidade cujo conhecimento escandalizaria, seguramente, a opinião pública e poderia, desse modo, fragilizar perante esta a imagem do regime laboriosamente trabalhada pela propaganda e pela censura.

---

<sup>3</sup> Ricoeur, Paul, *O Justo ou a Essência da Justiça*.

Durante o governo de Salazar, «a imprensa era censurada. Dos julgamentos políticos, nos “tribunais plenários” não se podia falar. Sobravam os crimes de carteiristas e meretrizes, que iam aparecendo, timidamente, nos jornais. Até o caso *Ballet Rose*, o maior escândalo político-judicial dos anos 1960, foi abafado.»<sup>4</sup>

Depois do 25 de abril de 1974, com a chegada da democracia, a justiça ter-se-á desprendido um tanto mais dos grilhões políticos, passando a ser mais transparente. Ainda assim, poderemos pensar que sempre foi mantida uma distância dos agentes judiciais relativamente à comunicação social.

Com a presente dissertação, pretendemos levar a cabo uma análise sobre a relação existente entre a justiça e os *media* e sobre os frutos que essa mesma relação produz no que concerne à sociedade de informação, particularizando a cobertura de um caso de corrupção política em Portugal.

A questão que intentamos desenvolver prende-se com a forma como a comunicação social tem abordado as notícias de corrupção política. Sabendo que cabe aos agentes judiciais julgar os crimes e aos agentes mediáticos a respetiva actualização noticiosa, é nossa intenção averiguar de que modo têm os dois lados atuado, tendo em vista a concretização plena das suas funções.

Nas páginas que se seguem, não deixaremos de analisar o conceito de corrupção *per se* nem de refletir sobre o quadro legal que acompanha este tipo de crime, especificando a vertente da corrupção política (embora ressalvemos, desde já, que a corrupção política surge, não raras vezes, associada à corrupção económica ou até desportiva).

Uma das interrogações que se nos afigura de grande pertinência diz respeito à imparcialidade que é requerida tanto à justiça como à comunicação social. Exigirá essa imparcialidade um total afastamento entre as duas margens? Será impossível ou inviável uma maior articulação entre quem julga casos de corrupção política e quem tem o dever de informar corretamente aqueles que têm o direito a ser informados? No cenário social atual, defende o advogado Carlos Pinto de Abreu que «a tentativa de democratização da

---

<sup>4</sup> Coelho, Sofia Pinto (2005): 9.

justiça e até alguma jurisdicionalização do jornalismo não são em si um perigo, mas um alvo a atingir.»<sup>5</sup>

Com esta dissertação, pretendemos ainda avaliar se o espaço que é atribuído a casos de corrupção política na imprensa não poderá ser, também ele, um foco de pedagogia para quem recebe as notícias. O uso, pelos tribunais, de uma discursividade técnica, geralmente muito elaborada e hermética para o homem médio da comunidade jurídica, parece exigir aos *media* um duplo esforço: o esforço e competência hermenêutica, no sentido de compreender a discursividade técnica jurídica, a par com o esforço e competência retórica de informar com rigor, mas em termos compreensíveis, a comunidade de leitores sobre a tramitação (passível de ser revelada) dos casos de reconhecido interesse público. Recorrer a termos estritamente jurídicos, muitas vezes pouco perceptíveis para a maioria dos recetores, impedirá, frequentemente, a efetivação do verdadeiro papel dos órgãos de comunicação social, que é, de uma forma direta, o de informar os cidadãos. Nesse sentido, propomo-nos refletir sobre a eventual pertinência de criar, ao nível do ensino do Jornalismo, uma área de especialização que designaríamos por *Jornalismo Judiciário*.

Muito se tem discutido a questão da especialização dos jornalistas, pelo que será também determinante pesar os prós e os contras da criação de alguns mecanismos, como é o caso dos gabinetes de imprensa em tribunais, que estabeleçam uma espécie de ponte de contacto oficial entre a justiça e os media, com vista a uma maior transparência e a um maior rigor.

Entre as nossas expetativas, está a hipótese de contribuir com estatégias de melhoria contínua, orientadas para o aperfeiçoamento da relação entre justiça e comunicação social. De um lado, procuraremos formular sugestões para o incremento da formação judiciária dos jornalistas; do outro, enumeraremos fórmulas exequíveis e ágeis que habilitem os agentes da justiça a comunicar, de forma mais eficaz, com os *media*, sem com isso fazer perigar a necessária segurança jurídica ou pôr em causa a boa administração da justiça. Evitar-se-ão, por esta via, distorções graves no processo informativo e resistências extremadas, todavia compreensíveis no quadro atual, por parte dos tribunais.

---

<sup>5</sup> Abreu, Carlos Pinto de (2005) 135.



Esperamos atingir as metas a que nos propomos, de modo a lançar a discussão nas esferas competentes e «agitar» as instituições responsáveis nestas matérias, em nome de uma Sociedade cada vez mais justa e da formação de uma opinião pública mais corretamente informada e esclarecida.

#### **b) Pressupostos de investigação e metodologias aplicadas**

O objetivo primordial a que nos propusemos assenta na análise de casos de corrupção política em Portugal e, mais concretamente, na forma como alguns desses casos são abordados pelos meios de comunicação social. Dentro desse objetivo, pretendemos alinhar o nosso foco no papel que o jornalismo judiciário pode ter na «denúncia» dos crimes de corrupção, devendo o termo «denúncia» ser aqui entendido, não como tendo um propósito delator ou persecutório, mas enquanto propósito de noticiar a prática desses crimes, na medida em que entendemos que noticiar esses factos constituirá um relevante serviço de interesse público.

Na Parte I da presente dissertação, procedemos, por isso, a um enquadramento e contextualização históricos em torno da corrupção política. Explorámos o significado etimológico do termo «corrupção», investigámos diferentes variantes de «corrupção», e orientámos o nosso estudo para a vertente da Lei e da Jurisprudência.

No seguimento da Parte II, depositámos atenções no papel dos *media* em torno da corrupção política. Cruzámos a importância das fontes com o destaque dos «valores-notícia» e apresentámos um estudo de caso baseado na cobertura mediática do processo *Face Oculta* no jornal Público e no Correio da Manhã. Socorremo-nos de alguns gráficos para melhor ilustrar a expressividade numérica de algumas notícias.

Na Parte III, focámo-nos em questões como o jornalismo especializado e sua eventual/potencial função como dissuador da prática de crimes. De uma forma mais global, procurámos avaliar a pertinência de uma «aproximação» entre os *media* e a Justiça, com vista a uma redução da criminalidade no que à corrupção política diz respeito. Formulámos também um conjunto de recomendações ao campo da justiça e ao campo dos *media*.

Além da consulta de fontes bibliográficas e documentais, recorremos a entrevistas junto de agentes da justiça (quer a título pessoal, quer a nível institucional) e de profissionais da comunicação social.

Procurámos ainda, ao longo da nossa dissertação, avançar alguns dados estatísticos que considerámos pertinentes.

## PARTE I – Enquadramento e Contextualização

### Capítulo 1 – Perspetiva Histórica da Corrupção Política

#### 1.1 - Reflexão breve sobre a etimologia do termo «corrupção»

Todos nós ouvimos, diariamente, o termo “corrupção” associado às mais variadas situações; umas vezes por causa de uma notícia, outras por causa do desfecho de um julgamento, outras até em sentido metafórico. Importará, por isso, antes de mais, saber que, etimologicamente, a palavra «corrupção» deriva do latim *corruptio*, que significa «deterioração», «alteração», «sedução», «depravação».<sup>6</sup>

Se consultarmos um dicionário da Língua Portuguesa, no sentido de inquirir o sentido termo em presença, encontramos definições semelhantes às atrás enumeradas: «acto ou efeito de corromper ou corromper-se», «estado do que se vai corrompendo», «putrefacção», «preversão», «desmoralização», «prevaricação», «adulteração», «suborno».<sup>7</sup>

A palavra «corrupção» está sempre associada a obscuridade, a falta de transparência e a cenários ilícitos. Se nos auxiliarmos dos significados evidenciados anteriormente, depressa nos recordaremos de casos em que esta palavra é utilizada; bastará acompanhar as notícias nacionais e internacionais para ouvir, repetidas vezes, este mesmo termo.

Num sentido que designaríamos por filosófico, em razão do seu teor reflexivo e analítico, concluímos que «corrupção» significa, de uma forma global, «a decomposição total ou parcial de um ente material ou ainda a alteração do seu estado físico ou moral».<sup>8</sup> Num prisma psicológico, a «corrupção» refere-se a um «estado desordenado e patológico da consciência que leva o sujeito livre a exercer o mal ou pecado», opondo-se à «ordem da perfeição e da graça».<sup>9</sup>

---

<sup>6</sup> In *Dicionário de Latim-Português*, Dicionários Editora, Porto Editora, p.300.

<sup>7</sup> In *Dicionário da Língua Portuguesa*, Dicionários Editora, Porto Editora, 8ª edição, p.435.

<sup>8</sup> In *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira da Cultura*, Edição Século XXI, Verbo, Volume 8, p. 170.

<sup>9</sup> *Ibidem*.

Têm sido muitos os autores a ocupar-se, nas suas obras, do tema da corrupção. Já no século XVI, o pai do teatro português, Gil Vicente, escrevia sobre uma sociedade corrupta e que se deixava corromper:

«a ironia com que Gil Vicente (1517) retrata a corrupção dos valores da Justiça e a sua condenação moral n' *Auto da Barca do Inferno* revela um conjunto de traços e tendências que permanecem imutáveis: a imagem do juiz e do procurador sobrecarregados de processos; a noção de que tanto um como outro prevaricam nas suas funções, aceitando subornos no sentido de só atender as pessoas influentes; o hermetismo da linguagem dos operacionais da Justiça, simbolizado pelo uso do latim (indecifrável para os plebeus); a perceção de que a Justiça tem dois pesos e duas medidas e que as suas decisões e omissões são suscetíveis de serem influenciadas mediante a promessa ou oferta de incentivos pecuniários e não pecuniários; (...) a familiaridade entre os operacionais da Justiça e o modo como se ajudam e protegem mutuamente, como se fizessem parte de uma casta de intocáveis; e a indiferença dos mesmos perante o mau desempenho da Justiça.»<sup>10</sup>

O comentário ao *Auto da Barca do Inferno*, da autoria do politólogo Luís de Sousa, reflete a tendência natural e involuntária dos seres humanos para atos de corrupção.

Queremos com isto sustentar, ainda assim, a tese de que a corrupção é, em si mesma, uma perversão, constituindo-se como um desvio inequívoco relativamente a comportamentos considerados corretos ou normais no seio da sociedade. Juvenal, ilustre poeta romano, dizia, que “em Roma tudo se compra”<sup>11</sup>, como que a pretender significar a existência de uma degradação generalizada da moral e dos bons costumes na Roma do seu tempo. O eventual uso desta mesma expressão no presente só poderia significar que a prática da corrupção não é coisa do passado e persiste como prática generalizada na sociedade de hoje. Todavia, não nos parece legítimo concluir, daquela expressão de Juvenal, que todos os romanos eram corruptos ou que todos os membros da nossa sociedade sejam potencialmente também corruptos.

O mesmo se infere da citação de Luís de Sousa relativa ao texto de Gil Vicente, isto é, nem todos os valores da Justiça estão (ou foram) corrompidos; o autor toma a parte pelo todo, numa generalização.

---

<sup>10</sup> Sousa, Luís de (2011): 61-62.

<sup>11</sup> In *Sátiras* (Séculos I e II).

É certo, e ressaltamos essa certeza, que proliferam ainda muitas divergências quanto à definição do termo «corrupção» e, mais do que isso, quanto à sua conceitualização. Com efeito, o fenómeno da corrupção pode ser observado em diversos estádios, numa gradação sucessiva. No entanto, etimologicamente falando, se nos referimos a um qualquer estado de corrupção, introduzimos um fator negativo, obscuro, de falsificação, de fraude, de suborno ou de inverdade.

Ainda que o significado de corrupção não se traduza em algo matemático, por albergar, inevitavelmente, uma capa de subjetividade, podemos afirmar que existe um denominador comum entre os múltiplos sentidos de que a palavra se reveste; corrupção é, em última instância, falta de justiça, ou não fosse a justiça o garante da verdade e da transparência.

## **1.2 - História Recente da Corrupção em Portugal**

Dos Portugueses, sempre se ouviu dizer que têm memória curta. No entanto, a História existe e é estudada de modo a perpetuar os acontecimentos que marcam o crescimento e a evolução do País, para que nada se perca nos confins do tempo. Com efeito, escreve a jornalista Virginia López, que «Os Portugueses tendem a esquecer. Por mais que um escândalo ocupe as primeiras páginas dos jornais, abra os noticiários televisivos, abale a opinião pública nacional e sirva de tema de conversa em todos os cafés do País, onde se funcionamento da própria justiça, a realidade é que, com o tempo, o escândalo vai-se diluindo.»<sup>12</sup>

Há também muitas vozes que classificam Portugal, como sendo um País de corruptos<sup>13</sup>, onde tudo se consegue por meios menos lícitos ou até totalmente ilícitos. Se atentarmos nos últimos 15 anos, podemos encontrar diversos escândalos que agitaram

---

<sup>12</sup> López, Virginia (2013): 13.

<sup>13</sup> Sobre esta matéria, mas em sentido contrário, recordamos as declarações da ex-procuradora geral do DCIAP; Cândida Almeida, em setembro de 2013, quando afirmou que «Portugal não é um país corrupto» e que se verifica uma «perceção» exagerada da dimensão deste crime. Numa conferência na Universidade de Verão do PSD, em Castelo de Vide, Cândida Almeida acrescentou: «os nossos políticos não são corruptos, os nossos dirigentes não são dirigentes corruptos.» A então diretora do DCIAP insistiu várias vezes nessa ideia, considerando que os relatórios da Transparência Internacional Portugal e os meios de comunicação social seriam os mais diretos responsáveis pela formulação dessa ideia ou perceção «exagerada» de corrupção no país. Cândida Almeida disse ainda que «Portugal está na média europeia» no que toca ao combate à corrupção, sendo até um dos países que vai mais longe na investigação deste ilícito criminal. Cf. [http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content\\_id=2747488](http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2747488) – Diário de Notícias, de 2 de setembro de 2012.

os *media* e que estiveram (ou estão ainda) na barra dos tribunais. Quando vêm à tona e se tornam do conhecimento público, esses casos e respetivos protagonistas são alvo de ondas de indignação, dos mais variados comentários e até mesmo de «julgamentos sociais», sobre os quais a generalidade dos cidadãos exprime a mais viva indignação e censura. Mas, com o passar do tempo, os mesmos casos deixam de suscitar tanto interesse e curiosidade, tornando-se menos «apetecíveis» para a opinião pública, à medida que vão aparecendo outros que os substituem e assim sucessivamente.

Num ápice, recordamos casos como o do *Saco Azul*, que envolveu a ex-autarca socialista de Felgueiras, Fátima Felgueiras. Em 2003, enquanto presidente da Câmara Municipal, foi acusada da prática dos crimes de corrupção e de financiamento ilegal da secção local do Partido Socialista (PS), declarando-se, contudo, sempre inocente e contando, para o efeito, com o apoio de largos setores da população. O caso esteve durante vários anos na justiça até que, em 2012, o Tribunal da Relação de Guimarães veio confirmar a absolvição de Fátima Felgueiras dos crimes de que tinha sido acusada. No início, este foi um caso de elevado grau mediático, tendo marcado presença assídua nos meios de comunicação social e despertando, largamente, o interesse da sociedade. À medida que os anos foram passando, esse interesse foi esmorecendo e não deverão ser muitos aqueles que detiveram na memória, passo por passo, os trâmites que o processo atravessou até à absolvição da antiga autarca pela Relação de Guimarães.

Tal como referimos, este exemplo é um entre muitos outros que terão acontecido no quadro nacional, passíveis de serem aqui mencionados como presumíveis práticas do crime de corrupção. Continuando a ter em mente casos relacionados com ex-autarcas, poderemos recordar o que envolveu Isaltino Morais e as «famosas» contas na Suíça.

Isaltino Morais foi magistrado do Ministério Público e consultor jurídico do Ministério da Justiça, tendo-se filiado no Partido Social Democrata (PSD) em 1978, ocupando vários cargos na estrutura partidária. Presidiu à Câmara Municipal de Oeiras entre 1985 e 2002; nesse ano, suspendeu o mandato autárquico, depois de ter sido convidado por Durão Barroso para ser Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente<sup>14</sup>, posição que ocupou apenas até ao ano seguinte. A sua passagem pelo Ministério durou pouco tempo, uma vez que, no ano seguinte, Isaltino Morais convocou uma conferência de imprensa para informar os jornalistas e, consequentemente, os

---

<sup>14</sup> XV Governo Constitucional.

Portugueses, que tinha decidido demitir-se. Na origem desta saída, estavam as contas por ele abertas e não declaradas na Suíça. Por essa altura, já o Ministério Público, através da Polícia Judiciária, tinha aberto investigação sobre o caso, com o jornal *O Independente* a avançar uma notícia intitulada «Contas na Suíça».<sup>15</sup>

O semanário (já extinto) indicava a existência de irregularidades na declaração de rendimentos do então membro do Governo ao Tribunal Constitucional. Confrontado com a existência de três contas na Suíça, em seu nome, numa das quais, em 2000, teria recebido dividendos resultantes de aplicações financeiras no valor de 13 mil contos<sup>16</sup> não declarados oficialmente, Isaltino alegou que o dinheiro dessa conta não lhe pertencia, mas que era de um sobrinho taxista emigrante naquele país; Isaltino assegurava que era apenas titular formal dessa conta. Era o início de um longo processo judicial, que ainda não terminou.

Entre 1999 e 2002, Isaltino Morais teria depositado cerca de 1,32 milhões de euros em dinheiro nas contas do Banco suíço UBS; em 2003, quando começou a ser investigado pelo Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), já tinha transferido esses valores para as contas da sua irmã e do seu sobrinho. A denúncia chegou ao Ministério Público pela voz da sua ex-secretária Paula Nunes.<sup>17</sup>

O facto é que, embora não se considerasse culpado, garantindo não ter cometido qualquer tipo de irregularidade, Isaltino Morais preferiu afastar-se do cargo de ministro que então ocupava, declarando: «Tenho consciência que nem o governo, nem eu próprio, pode suportar a suspeita, mantendo-me em funções.»<sup>18</sup>

Entre 2003 e 2005, esteve afastado da vida autárquica, desempenhando funções de consultoria em diversas empresas do setor privado. Em 2005, Isaltino Morais volta a presidir à autarquia de Oeiras, desta vez em representação de um movimento independente<sup>19</sup>, sendo reeleito em 2009.

---

<sup>15</sup> Não nos foi possível aceder à notícia d' *O Independente* através da Internet; deixamos, por isso, a referência para o artigo do Público, de 3 de abril de 2003, que cita o trabalho do semanário, entretanto descontinuado - <http://www.publico.pt/politica/noticia/isaltino-de-morais-pede-demissao-por-caoa-de-contas-na-suica-290549>.

<sup>16</sup> Aproximadamente 65 mil euros.

<sup>17</sup> Trabalhou com Isaltino Morais na autarquia de Oeiras.

<sup>18</sup> Isaltino Morais apresentou a demissão, ficando afastado da política ativa durante dois anos. Cf. [http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/isaltino\\_morais\\_admite\\_ter\\_omitido\\_contas\\_de\\_familar\\_nao\\_assumira\\_cargos\\_politicos.html](http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/isaltino_morais_admite_ter_omitido_contas_de_familar_nao_assumira_cargos_politicos.html) - Jornal de Negócios, de 4 de abril de 2003.

<sup>19</sup> Movimento *Oeiras Mais à Frente*.

Foi também em 2005 que Isaltino se desfilou do PSD, pelo facto de o partido não apoiar a sua candidatura à Câmara, em virtude da sua constituição como arguido pela suspeita de prática de corrupção passiva, fraude fiscal, branqueamento de capitais e abuso de poder.

Em agosto de 2009, pouco antes das eleições autárquicas, Isaltino Morais foi condenado a sete anos de prisão efetiva, a perda de mandato e ao pagamento de uma indemnização de 463 mil euros ao Estado Português. A interposição de recursos e a consequente suspensão de pena permitiram, todavia, a recandidatura ao município de Oeiras; Isaltino venceu e quase chegou ao final do mandato, suportado pelos sucessivos recursos às decisões judiciais. Escreve a jornalista espanhola Virginia López que, entre 2009 e 2013, Isaltino «apresentou mais de 40 procedimentos judiciais, entre recursos a instâncias superiores, respostas a recursos, pedidos de correção a acórdãos, *etc...* Feitas as contas, em despesas com a justiça, e sem contabilizar os honorários que terá tido de pagar aos seus advogados, Isaltino terá gastado mais de 130 mil euros.»<sup>20</sup>

Em setembro de 2011, esteve detido uma noite nas instalações da Polícia Judiciária, em Lisboa, na sequência do processo de fraude fiscal, mas acabou por ser libertado ao abrigo do princípio de *in dubio pro reo*.<sup>21</sup> Após várias decisões e reclamações, em março de 2013, o Tribunal Constitucional recusou o último recurso apresentado pela defesa de Isaltino Morais, cabendo ao Tribunal de Oeiras a decisão de ordenar o cumprimento da pena de dois anos de prisão efetiva aplicada ao autarca.

Depois de os juízes daquele alto Tribunal notificarem o Ministério Público e Isaltino Morais, a pena de prisão transitou em julgado, o que significa que teria que ser, efetivamente, cumprida. Deste modo, o então autarca voltou a ser detido pela Polícia Judiciária a 24 de abril de 2013, à porta dos Paços do Concelho de Oeiras, depois de esgotada toda e qualquer possibilidade de recurso, em mais de 30 diligências. Nessa data, Isaltino Morais foi conduzido ao Estabelecimento Prisional da Carregueira, em Sintra, onde esteve a cumprir pena pelos crimes de fraude fiscal qualificada e branqueamento de capitais.

---

<sup>20</sup> López, Virginia (2013): 180.

<sup>21</sup> Um dos *topoi* jurídicos contidos na listagem elaborada por Struck. Em caso de dúvida, o tribunal decidirá a favor da liberdade do acusado.

Apesar de detido, Isaltino Moraes continuou a presidir à autarquia, uma vez que já em 2009, depois de o Tribunal de Oeiras ter decretado a suspensão do mandato, o Tribunal da Relação de Lisboa decidira, *a contrario*, indeferir essa mesma suspensão. Ainda assim, esta situação acabou por não se manter por muito tempo, já que Isaltino optou, ele mesmo, por suspender o mandato, em benefício do seu vice-presidente, Paulo Vistas.

Meses depois, nas autárquicas de 2013, o movimento de cidadãos fundado por Isaltino – *Oeiras Mais à Frente* – apoiou a candidatura de Paulo Vistas na corrida à presidência da Câmara Municipal de Oeiras que o candidato viria a vencer. Para além de diretor de campanha de Isaltino Moraes, o atual autarca tinha ocupado a vice-presidência da edilidade nos últimos dois mandatos.<sup>22</sup>

Na noite eleitoral de 28 de setembro de 2013, centenas de populares dirigiram-se ao Estabelecimento Prisional da Carregueira, em Sintra, onde Isaltino Moraes já se encontrava a cumprir pena; em tom de apoio, gritaram «Isaltino, Isaltino», festejando a vitória do movimento «independente» criado pelo ex-autarca, em momentos registados em direto pelas televisões. No discurso que aconteceu depois do apuramento dos resultados, Paulo Vistas referiu, várias vezes, a importância de Isaltino Moraes para o concelho de Oeiras, tendo reforçado que o nome do movimento vencedor iria continuar a ser *Isaltino Oeiras Mais à Frente*. Também nos cartazes e folhetos de propaganda política, a fotografia de Isaltino aparecia, num evidente propósito de contaminação metonímica, ao lado da imagem de Paulo Vistas.

Antes ainda das eleições, o nome de Isaltino foi indicado para a presidência da Assembleia Municipal de Oeiras, como forma de reconhecimento pela obra por ele desenvolvida no município. Todavia, o Tribunal Constitucional considerou que o facto de o antigo autarca estar preso poderia interferir na liberdade de escolha dos eleitores, confirmando decisões já anteriores que impediam Isaltino Moraes de prosseguir com a candidatura.<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> O último mandato foi interrompido em abril de 2013, devido à detenção de Isaltino Moraes pelas autoridades.

<sup>23</sup> O acórdão n.º 550/2013 do Tribunal Constitucional, assinado pelo relator Pedro Machete, a 12 de setembro de 2013, enunciou que «a situação de reclusão, por tudo o que implica em termos de limitação de liberdade pessoal, em especial de comunicação e de deslocação, não se mostra praticamente compatível com a apresentação de candidatura a membro de uma assembleia municipal».



Em várias reportagens e peças jornalísticas transmitidas por essa altura, o País pode comprovar a força da imagem de Isaltino Moraes; ainda que detido, o ex-autarca Isaltino continuou a ser apontado por muitos como se de uma espécie de «Messias Salvador» se tratasse.

O processo conheceu novo desenvolvimento um ano e dois meses depois de Isaltino Moraes ter começado a cumprir a pena de prisão efetiva a que tinha sido condenado em agosto de 2009.<sup>24</sup> A 24 de junho de 2014, Isaltino Moraes saiu da cadeia, para cumprir o resto da pena em liberdade condicional, na sequência da decisão do Tribunal da Relação de Lisboa que, por sua vez, anulou a decisão do Tribunal de Execução de Penas.<sup>25</sup> Neste momento, encontra-se sujeito ao termo de identidade de residência, estando proibido pela justiça de se ausentar de Portugal continental até abril de 2015.

As televisões acompanharam em direto a saída de Isaltino Moraes do Estabelecimento Prisional da Carregueira, comprovando, uma vez mais, o caráter mediático e espetacular deste caso. No dia seguinte, 25 de junho de 2014, os *media* procuraram o ex-autarca, quando ele se encontrava numa esplanada próxima da sua residência, para conseguirem registar as primeiras declarações de Isaltino Moraes em liberdade condicional, já que na véspera tinha optado pelo silêncio como resposta às perguntas dos jornalistas. Nessa ocasião, o ex-presidente da Câmara de Oeiras admitiu que poderia vir a escrever um livro sobre o tempo que tinha passado na prisão.<sup>26</sup>

O quadro político autárquico português é pródigo em casos de corrupção política.<sup>27</sup> Além das situações em torno de Fátima Felgueiras (concelho de Felgueiras) ou de Isaltino Moraes (em Oeiras), poderíamos ainda relatar os casos protagonizados por outros autarcas como Valentim Loureiro (em Gondomar) ou Avelino Ferreira Torres (em Marco de Canaveses). Detendo-nos em casos de corrupção política na governação local, depressa compreenderemos que se tornará de mais rápido esquecimento qualquer ato ilícito praticado por autarcas, talvez pelo critério da proximidade pessoal e

---

<sup>24</sup> Cf. [http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content\\_id=3989124](http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=3989124) – Diário de Notícias, de 24 de junho de 2014.

<sup>25</sup> O Tribunal de Execução de Penas tinha rejeitado o pedido de prisão domiciliária com pulseira eletrónica, interposto pela defesa de Isaltino Moraes, que recorreu, depois, para a Relação.

<sup>26</sup> Cf. [http://www.dn.pt/Inicio/interior.aspx?content\\_id=3991712](http://www.dn.pt/Inicio/interior.aspx?content_id=3991712) – Diário de Notícias, de 25 de junho de 2014.

<sup>27</sup> Uma investigação do Diário de Notícias, de 16 de setembro de 2013, dava conta, na manchete, que, em Portugal, «43% dos processos por crime de corrupção envolvem câmaras».

geográfica com os eleitores; se esses mesmos atos forem cometidos por políticos que governem à escala nacional, poderá tornar-se mais difícil a desculpabilização por parte da sociedade.

Para lá da corrupção política local, Portugal tem assistido a vários escândalos de dimensão nacional. Reportando-nos apenas aos últimos anos, encontraremos referências que se impuseram pela sua escala e visibilidade. Referimo-nos, em particular, aos casos *Freeport* e *Face Oculta*, nos quais o antigo primeiro-ministro socialista, José Sócrates, viu envolvido o seu nome, ficando a sua imagem afetada.

Também o atual vice primeiro-ministro do governo de coligação PSD/CDS, Paulo Portas, está associado a um caso que muita tinta tem feito correr – o caso da compra dos *Submarinos*.

Tendo em consideração o escândalo em torno do *BPN*, vir-nos-ão à memória diversos nomes mediáticos ligados à política, a começar por aquele que se revelou num dos principais suspeitos dos crimes financeiros cometidos no banco que administrou entre 1998 e 2008 – José de Oliveira e Costa.<sup>28</sup> O próprio nome do atual Presidente da República, Cavaco Silva, foi, muitas vezes, referido nas notícias relativas a este caso, devido à denúncia sobre os seus alegados ganhos, bem como sobre os alegados ganhos da sua filha na venda de ações de uma das empresas do banco em causa.

Todos estes casos remontam já ao século XXI, mas não seria, de todo, despidendo e infrutífero um recuo um tanto mais alargado no tempo, de forma a averiguar até que ponto o fenómeno da corrupção é ou não passível de ser caracterizado como transversal, habitual e porventura muito antigo, no modo com se estabelecem as relações da sociedade com o poder.

Com efeito, os casos de corrupção assumem-se como sendo um tema de inolvidável atualidade na sociedade portuguesa, tanto pelo número de processos dessa natureza que chegam à justiça, como pelo espaço mediático que ocupam e pelo impacto e discussão que geram na esfera pública.

A multiplicidade de meios disponíveis hoje em dia na comunicação social poderá criar a sensação de que, em comparação com o passado, existe agora uma maior

---

<sup>28</sup> Filiou-se no PSD depois do 25 de abril; em 1985, fez parte do X Governo Constitucional, enquanto secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, a convite do então primeiro-ministro, Cavaco Silva.

predisposição para a corrupção ou de que há mais pessoas corruptas. No entanto, essa poderá não ser a interpretação (ou a perceção) mais adequada.

A problemática da(s) prática(s) de corrupção tem sido analisada e até percecionada de formas diferentes ao longo dos tempos; poderão ser essas diferenças na abordagem e na compreensão do problema as responsáveis por um aparente aumento do número de casos de corrupção. Escreve António João Maia que «nos anos setenta, (...) estas práticas eram essencialmente associadas a países com menores índices de desenvolvimento económico e social, explicando-se que as respetivas ocorrências mais não eram do que formas expeditas a que os cidadãos deitavam mão como forma de poderem contornar as pesadas e excessivas burocracias que caracterizavam o funcionamento institucional das sociedades de que faziam parte.»<sup>29</sup>

Na década seguinte, com a maturação das democracias, sobretudo no sul da Europa,<sup>30</sup> verificou-se um inequívoco crescimento dos partidos políticos e respetivas estruturas. De estruturas meramente reflexivas e pouco sistematizadas, os espaços partidários observaram uma forte expansão, pelo que «a manutenção destas novas organizações tornou-se apenas possível através de constantes entradas de volumosas verbas, que, na sua grande maioria, provinham de financiamentos, mais ou menos encapotados, realizados por particulares a troco de «benesses» concedidas pelos líderes políticos pertencentes a esses mesmos partidos, quando estes eram detentores de postos.»<sup>31</sup>

Na década de 80, o mundo testemunhou também uma espécie de emancipação dos *media* relativamente ao jugo do poder e da influência políticos. No cenário português, com o fim da máquina da censura depois do 25 de abril de 1974, assistiu-se a uma proliferação de publicações mediáticas e a uma libertação dos jornalistas que, até então, estavam dependentes do «Lápis Azul» dos censores. Até então, os chamados «escândalos» eram maioritariamente encobertos ou abortados, em nome da condição de privilégio e exceção que encobriam arbitrariedades de todo o tipo, levadas a cabo pelo Estado, pelo governo, pela polícia política e pelas elites a eles associadas. Com efeito, políticos e empresários de renome eram protegidos pelas próprias autoridades, como se

---

<sup>29</sup> Maia, António João (2008): 3-4.

<sup>30</sup> Por exemplo, em Portugal e em Espanha, com o fim das respetivas ditaduras de Salazar/Marcelo Caetano e de Francisco Franco, ainda nos anos 70, a consolidar-se, depois, na década de 80.

<sup>31</sup> Maia, António João (2008): 4.

verificou, por exemplo, no caso do *Ballet Rose*,<sup>32</sup> em que adolescentes e crianças eram vítimas de abuso sexual, numa rede organizada, em que participavam altos dirigentes políticos. Na sequência de todas as pressões existentes sobre a Polícia Judiciária para encobrir o estatuto dos políticos e governantes tidos como intocáveis, o Ministro da Justiça, Antunes Varela, acabou por se demitir, uma vez que não concordava com a ocultação dos factos. O *Ballet Rose* foi muito mais do que um escândalo de cariz sexual; foi também um escândalo com uma enorme dimensão política e judicial, ou não tivesse acabado sem um único julgamento, logo, sem um único condenado.

Poderemos também recordar um segundo caso ocorrido nos anos 50, em pleno Estado Novo, ainda mais antigo e até menos conhecido: o caso da morte de Carlos Burnay, jovem homossexual, estudante de Direito e filho de uma família da elite de então.<sup>33</sup> Preocupado com as consequências que poderiam advir para o regime, das investigações a realizar pela Polícia Judiciária, Salazar ordenou o arquivamento do processo, pelo que nunca se chegaram a descobrir, realmente, as verdadeiras causas e circunstâncias que envolveram a sua morte.

Aqui reside uma das formas mais frequentes de corrupção política no período pré-Revolução em Portugal; quando um determinado assunto era passível de ferir ou abalar a força e a «moral» do regime, pela natureza dos agentes nele envolvidos, a censura e o governo atuavam, por forma a evitar os escândalos. Com o fim da ditadura e o amadurecimento da democracia, terá acontecido exatamente o inverso: os *media* puderam aceder a campos até então proibidos, a «territórios de maior liberdade de imprensa e, conseqüentemente, a uma maior facilidade para trazerem a público notícias,

---

<sup>32</sup> Escândalo de abuso sexual que rebentou em 1967: diversos homens ligados às mais altas cúpulas do Estado Novo participavam em orgias com crianças menores de 14 anos – algumas com 7 e 8 anos – e em práticas de sado-masiquismo. Essas práticas terão levado à morte de, pelo menos, uma mulher. Além de condes e marqueses, estavam envolvidos industriais, empresários e um ministro do governo de Salazar. O caso ficou conhecido como *Ballet Rose* porque, em algumas festas privadas, em moradias da alta sociedade, no Estoril, as menores dançavam nuas, sob holofotes de luz rosa. Perante o escândalo, o poder político fez de tudo para evitar que os jornalistas estrangeiros obtivessem informações, alegando que estavam em causa difamações, calúnias e invensões da imprensa e da oposição.

<sup>33</sup> O jovem foi encontrado morto, em casa, em Cascais, aos 25 anos, depois de uma festa. De acordo com a investigação da Polícia Judiciária, Carlos Burnay teria sido assassinado. Todos os amigos que tinham estado na festa, na noite do crime, foram identificados e detidos, mas a censura impediu que os respetivos nomes fossem divulgados, uma vez que entre eles, estavam muitos filhos de famílias poderosas, numa altura em que a homossexualidade era proibida por lei (o Código Penal previa medidas de internamento para vadios, mendigos, proxenetas e homossexuais).

muitas vezes sob a forma de escândalos, de factos de natureza corrupta, envolvendo políticos e empresários de estatuto social elevado e até então «intocáveis.»<sup>34</sup>

Como escreve a investigadora do Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ), Isabel Ferin da Cunha, «não sendo um fenómeno novo, (...), não é por acaso que, a partir da segunda metade do século XX, o escândalo se tornou num flagelo das democracias. Existindo muitas espécies de escândalos é em torno das denúncias de corrupção política que determinados fenómenos adquirem essa dimensão mediática, mobilizando recursos de diversa ordem para denunciar abusos de poder, sobretudo de opositores, na obtenção de ganhos indevidos.»<sup>35</sup>

À medida que Portugal foi sofrendo alterações e evolução política (a maior de todas, sem dúvida, resultante da passagem da ditadura para o regime democrático e constitucional em que vivemos), a abordagem e a perceção da problemática da corrupção tem vindo também a mudar, sobretudo ao nível da tomada de consciência dos danos provocados para a sustentabilidade do novo regime de democracia política. De acordo com dados do *Eurobarómetro* de 2011 sobre as «Atitudes dos Europeus Face à Corrupção»,<sup>36</sup> 97% dos portugueses, nesse ano, acreditavam que a corrupção era o principal problema do país e 68% consideravam que o nível de corrupção teria aumentado nos últimos três anos, ou seja, entre 2008 e 2011. Com efeito, podemos recordar que o caso *Face Oculta* veio a público em 2009 e que, nesse período, o caso *BPN*, o caso *Freeport* e o caso dos *Submarinos*, estiveram em destaque na comunicação social.

Salientamos, também, que nesse *Eurobarómetro*, à pergunta «Pensa que em Portugal a oferta e aceitação de subornos e o abuso das posições de poder para benefício pessoal se estende a algum dos seguintes sectores?», 63% dos inquiridos direccionaram as suas respostas para o setor «Políticos a nível nacional», sendo precisamente este o setor que reuniu maior consenso, seguido do «Políticos a nível regional» (52%) e do «Políticos a nível local» (51%).

Não devemos esquecer que estes números dizem respeito à perceção que os portugueses têm sobre a corrupção e não ao número efetivo de casos de corrupção

---

<sup>34</sup> Maia, António João (2008): 4.

<sup>35</sup> Cunha, Isabel Ferin da e Serrano, Estrela, coord. (2014): 263.

<sup>36</sup> «Atitudes dos Europeus Face à Corrupção», *Eurobarómetro 2011* (76.1).

registados, com entrada nos tribunais ou mesmo reportados nos meios de comunicação social. Ainda assim, trata-se de um quadro de análise pertinente para compreendermos a origem dessa perceção e o papel do jornalismo judiciário nesta absorção de informação.

## Capítulo 2 – A Corrupção nos termos da Lei e da Doutrina

### 2.1 - Corrupção Activa e Corrupção Passiva

Em termos genéricos, falamos de corrupção para nos referirmos a uma pessoa que ocupa uma determinada posição influente, de destaque ou dita dominante, e que aceita receber uma vantagem indevida ou ilegal, em troca da prestação de um serviço ou da concessão de um favorecimento.

O Código Penal nacional contempla o crime de corrupção no quadro do exercício de funções públicas nos artigos 372.º a 374.º - B (Artigo 372.º - «Recebimento indevido de vantagem»; Artigo 373.º - «Corrupção passiva»; Artigo 374.º - «Corrupção ativa»; Artigo 374.º - A – «Agravação», - B – «Dispensa ou atenuação de pena»).

Na página virtual da Direção Geral da Política da Justiça (DGPL),<sup>37</sup> lê-se que o crime de corrupção implica a conjugação de quatro elementos, a saber: uma ação ou omissão, a prática de um ato lícito ou ilícito e a contrapartida de uma vantagem indevida, em benefício pessoal ou para o benefício de terceiro.

Relevante será apreender a distinção entre corrupção na forma ativa e na forma passiva. *Grosso modo*, dir-se-á que a corrupção pode ser ativa ou passiva, se a ação ou omissão em causa forem praticadas por quem corrompe ou por quem se deixa corromper, respetivamente. Atentando nos exemplos avançados no sítio da DGPL, «quando alguém entrega dinheiro em troca de um favor, pratica um crime de corrupção ativa»; por outro lado, «quando alguém recebe dinheiro para cumprir ou omitir certos atos, pratica o crime de corrupção passiva.»<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup> Cf. <http://www.dgpj.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/prevenir-e-combater-a/anexos/definicao-de-corrupcao/> (acesso em 18/05/2014, 17:56h).

<sup>38</sup> *Ibidem*.

Com efeito, a corrupção pública ativa pressupõe que um agente, diretamente ou através de um outro agente, ofereça ou prometa algo ou proponha uma benesse de qualquer origem, a um funcionário público, com o intuito de que essa pessoa cumpra a condição previamente identificada ou se abstenha de cumprir um determinado ato.<sup>39</sup>

Já a corrupção passiva acontece quando um funcionário público solicita, aceita ou recebe, de forma direta ou por meio de outra pessoa, para si mesmo ou para um terceiro, uma oferta, uma promessa ou um benefício, para cumprir com o acordado ou para se abster de concretizar um determinado ato que seria da sua responsabilidade ou obrigação.

Dizemos que a corrupção passiva será para ato lícito se o ato ou a omissão em causa não forem contrários aos deveres de quem é corrompido; ao invés, se esses deveres forem violados, então estaremos perante um caso de corrupção passiva para ato ilícito.<sup>40</sup>

O elo de ligação entre aquilo que é prometido ou entregue e o objetivo que se intenta atingir é o elemento fulcral no crime de corrupção. De salientar que estamos perante um crime de corrupção, mesmo que o ato pretendido não tenha vindo a concretizar-se e independentemente da natureza ou do valor que o benefício em jogo assuma. Em resumo, «o ato unilateral de oferecer, dar, solicitar ou receber uma vantagem é suficiente para existir corrupção. O acordo entre as partes constitui uma circunstância agravante do crime.»<sup>41</sup>

A alínea b) do artigo 374.º do Código Penal, relativa à «Dispensa ou atenuação de pena» ressalva, no n.º 1, que o «o agente é dispensado de pena sempre que: a) tiver denunciado o crime no prazo máximo de 30 dias após a prática do ato e sempre antes da instauração de procedimento criminal; b) antes da prática do facto, voluntariamente, repudiar o oferecimento ou a promessa que aceitara, ou restituir a vantagem, ou tratando-se de coisa fungível, o seu valor; ou c) antes da prática do facto, retirar a promessa ou recusar o oferecimento da vantagem ou solicitar a sua restituição.» O n.º 2 da mesma alínea indica que «a pena é especialmente atenuada se o agente: a) até ao encerramento da audiência de julgamento em primeira instância, auxiliar concretamente

---

<sup>39</sup> Cf. artigo 374.º do Código Penal português.

<sup>40</sup> Cf. artigos 372.º - 373.º do Código Penal português.

<sup>41</sup> Cf. <http://www.dgpj.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/prevenir-e-combater-a/anexos/definicao-de-corrupcao/> (acesso em 18/05/2014, 19:01h).

na obtenção ou produção das provas decisivas para a identificação ou a captura de outros responsáveis; ou b) tiver praticado o ato ou solicitação do funcionário, diretamente ou por interposta pessoa.»

Pretendemos, com a transcrição das normas legais supracitadas, ilustrar a desnecessidade da prática do ato em concreto para se considerar a consumação do crime de corrupção.

## **2.2 - Entendimento Doutrinal sobre «pseudo-sinalagma» entre «corrupção ativa e passiva»**

Entendendo-se, por sinalagma ou pseudo-sinalagma, «a dependência mútua ou reciprocidade entre as partes de um contrato»,<sup>42</sup> atentamos sobre o facto de a doutrina jurídica considerar que, de acordo com as mais recentes alterações ao Código Penal, no que respeita à corrupção, já não é exigido que, para punir um corruptor ativo ou um corruptor passivo, se consumem, simultaneamente, ambas as formas de corrupção ou que o funcionário em causa tenha efetivamente recebido a vantagem prometida, em troca de um determinado favor.

Na legislação anterior, uma parte não existia sem a outra; atualmente, esta «dependência mútua» já não se verifica. A mudança de paradigma operou-se na Lei n.º 108/2001, de 28 de novembro, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2002, por forma a «colmatar algumas das *falhas* apontadas por grande parte da doutrina e que viciavam a aplicabilidade prática destes tipos legais de crimes.»<sup>43</sup> Introduziram-se alterações ao Código Penal,<sup>44</sup> alterações essas que foram transpostas para o Regime dos Crimes da Responsabilidade de Titulares de Cargos Políticos, garantindo assim um dos objetivos fulcrais desta reforma legislativa, que passava por combater o desfasamento já sentido entre o Código Penal vigente e a Lei n.º 34/87, de 16 de julho.

A Lei n.º 108/2001 modificou, portanto, a redação do artigo 373.º, n.º 2 do Código Penal, passando este artigo a referir que «o funcionário que por si, ou por

---

<sup>42</sup> De acordo com o Dicionário online *Priberam*: <http://www.priberam.pt/dlpo/sinalagma> (consultado em 24/05/2014, 12:10h).

<sup>43</sup> Martins, Maria Manuela Miranda de Castro (2011): 10.

<sup>44</sup> Introdução de um novo n.º 2 no artigo 373.º do Código Penal e no artigo 17.º da Lei n.º 34/87, dedicados ao crime de corrupção passiva imprópria.



interposta pessoa com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, sem que lhe seja devida, vantagem patrimonial ou não patrimonial de pessoa que perante ele tenha tido ou venha a ter qualquer pretensão dependente do exercício das suas funções públicas» pode incorrer em pena de prisão até dois anos ou pena de multa até 240 dias. Compreendemos, por isso, que tal redação (entretanto revogada) indicava que a conduta do funcionário que recebesse uma determinada vantagem já constituía crime de corrupção passiva, mesmo que a vantagem em causa não tivesse como destino ou contrapartida a prática de qualquer ato.

Neste sentido, pode afirmar-se que a Lei n.º 108/2001 foi inovadora, na medida em que «reconduziu à desnecessidade de prova da atividade concreta visada pelo suborno para haver condenação por corrupção.»<sup>45</sup>

Diz Cláudia Cruz Santos que «um dos vetores condicionantes da Lei n.º 108/2001, de 28 de novembro, terá sido, assim, o da *eficácia*, procurando-se combater a corrupção através da erradicação, na medida do possível, de decisões absolutórias consideradas materialmente injustas.»<sup>46</sup> A jurista considera ainda que o facto de o Estado português ter assumido vários compromissos internacionais, nomeadamente retratados em diretivas europeias, terá também conduzido a esta alteração legislativa.

Ora, na opinião de Euclides Dâmaso Simões, apesar de o legislador ter intentado «assumir obras, elas mais não constituem, porém, que a mera explicitação do conteúdo e alcance do regime anterior»,<sup>47</sup> pelo que o tipo de crime então especificado no artigo 373.º do CP seria «só aparentemente inovador».

Ainda de acordo com a perspetiva de Cláudia Cruz Santos, a análise do anterior artigo 373.º, n.º 2 do Código Penal, agora inexistente, remetia para a criminalização da «corrupção sem demonstração do ato pretendido»,<sup>48</sup> tanto na forma passiva como na forma ativa; este artigo «considerava-se preenchido com a verificação desta fatualidade típica, não sendo necessário fazer-se prova do ato concreto que o suborno visava compensar»<sup>49</sup>.

---

<sup>45</sup> Martins, Maria Manuela Miranda de Castro (2011): 12.

<sup>46</sup> Santos, Cláudia Cruz, Bidino, Cláudio e Melo, Débora Thaís (2009): 126.

<sup>47</sup> Simões, Euclides Dâmaso (2008): 48.

<sup>48</sup> Santos, Cláudia Cruz (2011): 16.

<sup>49</sup> Niza, Rita Maria Meira (2012): 28.

Atentando na legislação em vigor,<sup>50</sup> o Capítulo IV do Código Penal, intitulado «Dos crimes cometidos no exercício de funções públicas», dedica a Secção I à matéria da corrupção. Atualmente, o artigo 372.º, «Recebimento Indevido de Vantagem», explicita, no n.º 1, que «o funcionário que, no exercício das suas funções ou por causa delas, por si, ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial, que não lhe seja devida, é punido com pena de prisão até cinco anos ou com pena de multa até 600 dias.» O n.º 2 desse mesmo artigo especifica que «quem, por si ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, der ou prometer a funcionário, ou a terceiro, por indicação ou conhecimento daquele, vantagem patrimonial ou não patrimonial, que não lhe seja devida, no exercício das suas funções ou por causa delas, é punido com pena de prisão até três anos ou com pena de multa até 360 dias.» Para finalizar, o n.º 3 do artigo 372.º do CP refere que «excluem-se dos números anteriores as condutas socialmente adequadas e conformes aos usos e costumes.»

Tal como destacou Jorge de Figueiredo Dias, «a separação típica que se observa entre as corrupções *ativa* e *passiva* impõe que a punição dos respetivos agentes se determine *isoladamente*, em função de cada um dos correspondentes preceitos legais – pelo que, repita-se, a consumação ou a tentativa da primeira não dependem do facto de a segunda ter atingido determinado estágio *executivo*.»<sup>51</sup> Neste parecer, ainda anterior à alteração legislativa de novembro de 2011, o penalista Figueiredo Dias já alertava para a necessidade de cortar com o sinalagma entre as prestações do corruptor e do funcionário corrupto, para efeitos de condenação.

Cláudia Cruz Santos escreve que «a lei proíbe aos agentes públicos que solicitem ou aceitem vantagens relacionadas com o exercício das suas funções e proíbe aos particulares que lhas ofereçam – existe, assim, um *dano* para aquela *atuação conforme ao ordenamento da ação pública* com a mera solicitação ou com a mera oferta.»<sup>52</sup>

No limite, estará sempre o chamado «bem jurídico», ou seja, a garantia do cumprimento da Lei e a consequente punição de quem a transgride, seja de que lado for: ou pela atuação de quem corrompe ou pela conduta de quem se deixa corromper,

---

<sup>50</sup> Redação dada pela Lei n.º 32/2010, de 2 de setembro.

<sup>51</sup> Dias, Jorge de Figueiredo (ano XIII): 33.

<sup>52</sup> Santos, Cláudia Cruz, Bidino, Cláudio e Melo, Débora Thaís (2009): 107.

estando nós perante um crime de corrupção ativa ou de corrupção passiva. A partir do paradigma que dita que a atuação dos agentes públicos é regida por parâmetros legislativos, «a lei interdita-lhes o mercadejar com o cargo; há crime de corrupção na sua forma simples quando se dá esse mercadejar com o cargo, porque ele é contrário à legalidade causando-lhe um *dano*. Este raciocínio pode, segundo se julga, ser transposto para a compreensão da corrupção ativa e vale, sem modificações, quer a corrupção seja própria ou imprópria, quer seja antecedente ou subsequente.»<sup>53</sup>

### **2.3 - Respostas do sistema judicial português à prática da Corrupção Política**

A problemática da corrupção política é, tal como já afirmámos anteriormente, transversal a toda a História do País; elencámos, atrás, alguns dos «escândalos» que mais «abanaram» e «abalaram» a consciência coletiva dos portugueses nos últimos anos. Na discussão e abordagem desses casos mediáticos, há sempre uma questão, entre muitas outras, que se impõe como fraturante na nossa sociedade: «A Lei é justa?». Esta será, porventura, uma das interrogações mais democráticas que poderemos encontrar, uma vez que parece atravessar a generalidade das opiniões, das cores político-partidárias e até mesmo das instituições que nos regulam; será, por outro lado, uma das questões mais inquietantes, pela natureza diversificada e abrangente de respostas que poderão suceder-se.

Antes de avançarmos com a nossa reflexão, impõe-se um esclarecimento acerca da inexistência de uma alínea particular ou específica para a variante, chamemos-lhe assim, da corrupção política. A moldura legislativa disposta no Código Penal não se refere, de uma forma direcionada, à corrupção política, como não o faz também com a corrupção financeira ou com a corrupção desportiva, dirigindo-se, simplesmente, ao conceito geral e lato de corrupção. Entendemos esta ausência de formatação como tendo uma fundamentação clara e objetiva, na medida em que a corrupção não pode estar espalhada em nomenclaturas que, não raras vezes, colidem e se atropelam entre si, isto é: numa situação em que um determinado funcionário político se deixa corromper com quantias monetárias, estaremos, simultaneamente, perante um quadro de corrupção política e económica. Queremos com esta ressalva sublinhar que, embora o foco do

---

<sup>53</sup> Santos, Cláudia Cruz, Bidino, Cláudio e Melo, Débora Thaís (2009): 108.

nosso trabalho esteja apontado para a corrupção política, sabemos que a corrupção nunca é meramente política, mas é-o também na sua forma económica ou financeira.

Apesar de o presente capítulo se intitular «Respostas do sistema judicial português à prática da Corrupção Política», pretendendo encetar, dessa forma, um caráter mais responsivo, consideramos que poderá ser profícuo, para o nosso estudo, proceder à enumeração de algumas das razões mais frequentes que conduzem à efetivação e multiplicação de casos de corrupção.

Nada poderá, obviamente e à luz de uma sociedade justa e democrática, justificar quaisquer práticas ou atos de corrupção. Contudo, e tal como formulou Tanzi,<sup>54</sup> na base destes comportamentos ilegais poderão estar diversos fatores, entre eles, a concessão de regulamentações ou autorizações para o desenvolvimento de atividades variadas; decisões relativas a despesas com projetos de investimento e aquisição de bens e serviços por parte do governo; o desadequado sistema de penas e sanções previstas na Lei; maus exemplos de liderança política ou o recrutamento, promoção e salários dos funcionários públicos, entre outros.

A lista de potenciais situações originadoras de atos de corrupção poderia ainda ser incrementada com a verificação de contextos de fortes desigualdades sociais ou disparidades regionais. Um nível de educação baixo, muitas vezes conducente ou conduzido por valores éticos deficitários, também se afigura como um *leitmotiv* da corrupção. O excesso de burocracia e a natureza, gestão ou cultura pouco transparentes de muitos organismos públicos impoem-se, indubitavelmente, como fatores adicionais à prossecução de atos corruptivos. Este rol é extenso e correrá sempre o risco de ficar incompleto.

No financiamento e manutenção dos partidos políticos residem também muitos vícios geradores de corrupção. Embora defenda que «existem inúmeras formas de corrupção externas ao financiamento de partidos políticos» e que «a natureza ilícita deste financiamento não tem de estar associada a uma finalidade corruptiva», Cláudia Cruz Santos<sup>55</sup> refere também a inevitabilidade de serem «óbvios» os «canais comunicantes: o financiador do partido político pode pretender (e exteriorizar essa pretensão), com a sua contribuição, retribuir um favor passado ou comprar um favor

---

<sup>54</sup> TANZI, V. (1998): 559-594.

<sup>55</sup> Santos, Cláudia Cruz, Bidino, Cláudio e Melo, Débora Thaís (2009): 11.

futuro: o político pode requerer ou exigir – para o partido político – uma determinada quantia como contrapartida da outorga de qualquer vantagem». No seguimento dos partidos políticos, há que lembrar os custos de que as campanhas eleitorais, frequentemente, se revestem. A angariação de fundos avultados junto de grupos com elevado poderio económico, sobretudo por parte de quem tem hipóteses alargadas de vencer as eleições ou de ficar a exercer uma oposição com peso político, é uma prática comum, retribuída depois com eventuais cargos de chefia ou com outro tipo de benefícios elevados.

Como responde Portugal a um cenário tão fértil em termos de corrupção? Com a Lei e consequente punição, em caso de confirmação de crime, dirão algumas vozes; através da prevenção, afiançarão outras opiniões. Nós consideramos que ambas as respostas podem e devem ser conjugadas, em nome de um Estado menos (ou nada) corrupto.

Além de prever o crime de corrupção, no capítulo IV do Código Penal estão previstos os seguintes crimes conexos: peculato (artigo 375.º), peculato de uso (artigo 376.º), participação económica em negócio (artigo 377.º), concussão (artigo 379.º) e abuso de poder (artigo 382.º). A página virtual da Direção Geral da Política da Justiça (DGPL),<sup>56</sup> indica que deverão ser também mencionados o crime de tráfico de influência (artigo 335.º) e o crime de administração danosa no setor público ou cooperativo (artigo 235.º).

Para lá do Código Penal, devemos ter em conta a legislação avulsa relacionada com o combate à corrupção: a Lei n.º 34/87, de 16 de julho, que determina os crimes de responsabilidade dos titulares de cargos políticos ou de altos cargos públicos; a Lei n.º 15/2001, de 5 de junho, que aprova o regime geral das infrações tributárias, referindo a corrupção como circunstância agravante, nos crimes aduaneiros (alínea d) do artigo 97.º), nos crimes fiscais (alíneas c e d do artigo 104.º) e nos crimes contra a Segurança Social (n.º 3 do artigo 106.º).

Acrescentam-se a Lei n.º 50/2007, de 31 de agosto, que estabelece um novo regime de responsabilidade penal por comportamentos suscetíveis de afetarem a verdade, a lealdade e a correção da competição e do seu resultado na atividade

---

<sup>56</sup> Cf. <http://www.dgpj.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/prevenir-e-combater-a/anexos/definicao-de-corrupcao/> (acesso em 07/06/2014, 16:48h).

desportiva e o Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, estabelecendo os critérios a que deve obedecer a contratação pública e determinando a impossibilidade de serem candidatos, concorrentes ou integrarem qualquer agrupamento, as entidades que tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado pelo crime de corrupção (artigo 55.º).

Enumeramos ainda a Lei n.º 20/2008, de 21 de abril, que cria o novo regime penal de corrupção no comércio internacional e no setor privado.

Quanto à legislação disposta no Código de Processo Penal (CPP), destacamos as normas gerais previstas sobre os meios de prova, meios de obtenção de prova e realização do inquérito, normas essas indispensáveis à correta atuação dos agentes da justiça. Também no CPP encontramos legislação avulsa, especificamente publicada para se aplicar no combate ao crime de corrupção.

Assim sendo, a Lei n.º 36/94, de 29 de setembro, instaurou medidas de combate à corrupção e à criminalidade económica e financeira, com a intenção de se alcançar uma forma de prevenção mais eficaz e, em concreto, uma repressão efetiva deste tipo de criminalidade. Seguiu-se, no mesmo âmbito, a Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro, que veio estabelecer novas medidas de combate à criminalidade organizada e económico-financeira; verificou-se que a legislação anterior não tinha atingido a eficiência desejada, pelo que foram introduzidos novos mecanismos de investigação e de repressão.<sup>57</sup>

Dignas de referência são também: a Lei n.º 93/99, de 14 de julho (o crime de corrupção passa a ser uma das condições para a não revelação da identidade da testemunha - artigo 16.º); a Lei n.º 101/2001, de 25 de agosto (as chamadas ações encobertas passam a ser admitidas, no âmbito da prevenção e repressão dos crimes de corrupção e peculato, participação económica em negócio e tráfico de influências); e a Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto (aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal, estabelecendo, no artigo 7.º, que a investigação dos crimes de tráfico de influência, corrupção, peculato e participação económica em negócio, bem como de crimes com estes conexos, compete, exclusivamente à Polícia Judiciária, não podendo,

---

<sup>57</sup> Em causa, por exemplo, «medidas especiais de derrogação do segredo fiscal e das entidades financeiras, de registo de voz e imagem enquanto meio de prova e de perda em favor do Estado das vantagens do crime» Cf. <http://www.dgpi.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/prevenir-e-combater-a/anexos/definicao-de-corupcao/> (acesso em 07/06/2014, 17:20h).

em situação alguma, ser delegada em quaisquer outros órgãos de polícia criminal). Mais se esclarece que a Lei Orgânica da Polícia Judiciária – Lei n.º 37/2008, de 6 de agosto, prevê a criação da Unidade Nacional de Combate à Corrupção (UNCC); esta Unidade assume, desde então, competências em matéria de prevenção, deteção e investigação criminal, bem como a coadjuvação das superiores instâncias judiciais, no que toca aos crimes de corrupção, peculato, tráfico de influência e participação económica em negócio.

Seja qual for a tipologia que qualifique juridicamente a prática do crime de corrupção, sabemos que se trata de uma violação; em concreto, poderemos estar falar de uma violação do Princípio da Prossecução do Interesse Público, do Princípio da Igualdade e da Proporcionalidade, do Princípio da Transparência, do Princípio da Justiça e da Imparcialidade, do Princípio da Boa-fé ou do Princípio da Colaboração da Administração.<sup>58</sup>

Os efeitos da corrupção são sempre nocivos, tanto para o Estado, como para os cidadãos, levando ao enfraquecimento do desenvolvimento económico, à degradação da concorrência, ao mau funcionamento dos mercados, à redução do investimento (nacional e internacional) e a um aumento do défice. Os atos de corrupção prejudicam o património e o erário públicos e afetam a vida das gerações presente e futura. No limite, a corrupção impede a verdadeira concretização do Estado Democrático, do Estado Social e do Estado de Direito, destrói os pilares da cidadania e o sistema político e judicial, bem como a confiança da sociedade nas instituições. Em termos jurídico-penais, a corrupção é tida como um crime que belisca a autonomia intencional do Estado.

Em Portugal, os sucessivos governos, muitas vezes também eles alvos de acusações e descrédito dos eleitores, têm procurado criar mecanismos de combate e prevenção da corrupção, para somar aos que estão, de si, previstos na Lei.

Em 1983, decorrida menos de uma década sobre a Revolução de abril, nascia a Alta Autoridade Contra a Corrupção (Decreto-Lei n.º 369/83, de 6 de outubro; IX Governo Constitucional). Este organismo foi criado como uma entidade excecional, transitória e independente, com o objetivo de prevenir, averiguar e denunciar atos de

---

<sup>58</sup> Presentes no Código do Procedimento Administrativo – Capítulo III (última atualização: Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01).

corrupção ou fraudes cometidas no exercício de funções administrativas. Essas denúncias eram remetidas às instâncias competentes para ação penal ou disciplinar.

Por resolução do Conselho de Ministros do governo conduzido pelo Bloco Central, liderado por Mário Soares, à esquerda, e Mota Pinto, à direita, foi nomeado um titular do cargo de Alto Comissário, que tomou posse a 22 de dezembro de 1983. Três anos mais tarde, a Assembleia da República (AR) consignou, por Lei, que a Alta Autoridade Contra a Corrupção (AACC) passasse a funcionar junto daquele órgão de soberania; deste modo, a AR começou a eleger o Alto Comissário por maioria de dois terços dos deputados presentes, desde que superior à maioria absoluta dos deputados em efetividade de funções. As candidaturas tinham que ser instruídas com os elementos de prova de elegibilidade dos candidatos e as respetivas declarações de aceitação. Com efeito, e no exercício das suas competências, o Parlamento podia solicitar à Alta Autoridade a averiguação de indícios ou de notícias que justificassem suspeitas de um ato de corrupção ou de fraude ou de outros atos que lesassem o interesse público ou a transparência da administração pública. Consequentemente, o resultado dessas mesmas averiguações deveria ser comunicado ao presidente da AR.

Ainda no âmbito das suas funções, a AACC tinha que apresentar ao Parlamento um relatório de atividades no final de cada ano. Por seu turno, a AR reservava um capítulo autónomo do seu orçamento para cobrir as despesas da Alta Autoridade.

No seguimento das alterações verificadas no seio das instâncias tradicionais do Estado, vocacionadas para a investigação e combate à corrupção, a Assembleia da República decidiu cessar a atividade da Alta Autoridade Contra a Corrupção em 1992, determinando o respetivo processo de extinção, bem como o término de funções do Alto Comissário. O Arquivo Geral da Alta Autoridade<sup>59</sup> e os equipamentos a ele afetos ficaram consignados ao Arquivo Nacional e para a Torre do Tombo.

Mais recentemente, em 2008, foi criado o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC). Trata-se de uma entidade administrativa e independente, que funciona junto do Tribunal de Contas (TC), tendo como fim o desenvolvimento, nos termos da Lei, de uma atividade no domínio da prevenção da corrupção e de infrações conexas, a uma

---

<sup>59</sup> O Arquivo Geral da Alta Autoridade Contra a Corrupção produziu e recebeu vários documentos de carácter sigiloso, com dados pessoais passíveis de afetar a segurança, proteção dos direitos, liberdades, garantias e interesses legítimos dos cidadãos, serviços públicos e empresas.



escala nacional (artigo 1.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro). Esclarecemos que o CPC não é um órgão de investigação criminal, uma vez que esse âmbito compete a outras instituições do Estado, nomeadamente à Polícia Judiciária, sob coordenação do Ministério Público.

Sublinhamos que a atividade do CPC se encontra orientada, de forma exclusiva, para a prevenção da corrupção. Com efeito, o Conselho de Prevenção da Corrupção deve recolher e sistematizar informações relativas à prevenção da corrupção ativa ou passiva, a atos de criminalidade económica e financeira, branqueamento de capitais, tráfico de influência, apropriação ilegítima de bens públicos, administração danosa, peculato, participação económica em negócio, abuso de poder ou violação do dever de segredo e obtenção ilícita de dados privilegiados no exercício de funções na Administração Pública ou no setor público empresarial.

Ao CPC, atualmente presidido por Guilherme de Oliveira Martins,<sup>60</sup> cabe também a missão de acompanhar a aplicação dos instrumentos jurídicos e respetivas medidas administrativas seguidas pela Administração Pública e setor público empresarial no que toca à prevenção de atos de corrupção. O CPC deve ainda proceder a uma avaliação da eficácia das respetivas medidas e fornecer pareceres, caso a Assembleia da República, o governo ou os órgãos do governo das regiões autónomas os solicitem, sobre a elaboração ou aprovação de instrumentos normativos, internos ou internacionais de prevenção ou repressão de atos transgressores em matérias de corrupção.

Recordamos que o Conselho de Prevenção da Corrupção participa na definição de códigos de conduta, de modo a facilitar a comunicação de atos de corrupção, por parte de determinados organismos ou agentes, às autoridades competentes; o CPC promove ações de formação inicial ou permanente, destinadas aos agentes envolvidos na prevenção e combate da corrupção, cooperando também com os organismos internacionais em atividades direcionadas para estes mesmos objetivos (artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro).

Por outro lado, as entidades públicas, organismos, serviços da Administração Central, Regional ou Local, assim como as demais entidades do setor público empresarial, têm de colaborar com o CPC e facultar-lhe todas as informações que lhes forem solicitadas, por meio oral ou escrito, no domínio das suas competências ou atribuições específicas. Em caso de incumprimento injustificado deste dever, estão previstas sanções disciplinares ou gestionárias para os infratores (artigo 9.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro).

---

<sup>60</sup> Presidente do Tribunal de Contas. *Vide* entrevista (ANEXOS).

Uma vez que, tal como já referimos anteriormente, o Conselho de Prevenção da Corrupção não figura entre os órgãos de investigação criminal, sempre que tenha conhecimento de factos suscetíveis de constituírem infrações penais ou disciplinares, o CPC deve remeter uma participação ao Ministério Público ou à autoridade disciplinar competente. Na mesma medida, logo que o CPC seja informado do início de um procedimento de inquérito criminal ou disciplinar por factos relacionados com corrupção, deve suspender a recolha ou organização de informações respeitantes a esses factos ou aos infratores, comunicando tal suspensão às autoridades competentes e remetendo toda a documentação pertinente a essas mesmas autoridades, se assim lhe for solicitado (artigo 8.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro).

No que à organização e funcionamento do Conselho de Prevenção da Corrupção diz respeito, é sabido que compete ao próprio CPC aprovar o programa anual de atividades, bem como o relatório anual e relatórios intercalares, enviando depois todos esses documentos à Assembleia da República e ao governo.

Os elementos que formam o CPC (exceto o Presidente) têm direito apenas a senhas de presença em cada reunião, com um montante fixado em portaria do Ministério das Finanças e da Administração Pública, sob proposta do Presidente. Os funcionários que integram o quadro do serviço de apoio técnico e administrativo do CPC, escolhidos com recurso a instrumentos de mobilidade da função pública, contam com os vencimentos do lugar de origem, acrescidos do suplemento mensal de disponibilidade permanente, em vigor no Tribunal de Contas (artigo 6.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro).

Na prática, a atuação do Conselho de Prevenção da Corrupção centra-se, principalmente, na análise da gestão de dinheiros, valores e património públicos. Pouco tempo depois da sua criação, o CPC submeteu, por via eletrónica, um questionário aos dirigentes das entidades, serviços e organismos da Administração Pública Central e Regional; recebidas cerca de 700 respostas, chegou-se à conclusão de que as áreas da contratação pública e da concessão de benefícios públicos apresentavam riscos elevados de corrupção, riscos esses que deveriam ser combatidos. Neste sentido, na Recomendação n.º 1/2009, de 1 de julho, o CPC aprovou a elaboração de Planos de Gestão de Risco de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC); nos termos deste normativo, todas as entidades gestoras de dinheiros, valores ou património públicos, deveriam elaborar e enviar ao CPC o respetivo PGRCIC. Não obstante, muitas entidades públicas acabaram por não cumprir o que ficou estipulado no referido diploma, talvez pelo facto de este não assumir um carácter obrigatório, tratando-se sim de uma recomendação. Ainda assim, a não entrega dos PGRCIC ao CPC configura um

motivo para «responsabilidade agravada», se forem encontradas falhas nas auditorias realizadas pelos serviços de inspeção estatal às entidades públicas. Mais se recorda que, nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 54/2008, o incumprimento injustificado do dever de colaboração com o CPC deverá ser transmitido aos órgãos da respetiva tutela para efeitos sancionários, disciplinares ou gestionários.

Os Planos de Gestão de Risco de Corrupção e Infrações Conexas são requeridos, tal como o nome indica, para aferir riscos, evitar ou minizar a corrupção ou apurar responsabilidades financeiras, criminais, entre outras. Estes documentos podem até representar um instrumento de gestão dos organismos públicos.

O Conselho de Prevenção da Corrupção definiu os elementos que devem figurar nos PGRCIC, com a intenção de facilitar a sua elaboração. Nesta medida, é solicitada a indicação dos riscos de corrupção, tipificados por área ou departamento, as medidas de prevenção dos riscos referidos e os responsáveis pela sua gestão.<sup>61</sup>

Consideramos que Portugal tem adotado uma postura ativa no combate e prevenção da corrupção, através da publicação de vários diplomas legais. Ao Código Penal poderá ser dado um destaque especial, devido à tipificação de diversos crimes de corrupção e criminalidade conexa, bem como as respetivas sanções.

A criação do Conselho de Prevenção da Corrupção, em 2008, demonstra também a atenção que o Estado português deu ao fenómeno citado. Nesse âmbito, saliente-se o passo que este órgão apontou, ao prever a elaboração de PGRCIC por parte de todas as entidades públicas. É certo que nem todas elas cumpriram essa Recomendação e que mesmo aquelas que cumpriram, podem não estar, efetivamente, a caminhar na redução da corrupção. Ainda assim, entendemos que não se pode negligenciar o esforço e a tentativa estatais neste sentido.

## **2.4 - Diretivas Europeias**

É ainda recente, já datada de 2014,<sup>62</sup> a aprovação, pelo Parlamento Europeu, da Decisão Europeia de Investigação (DEI). De acordo com informação disposta no sítio

---

<sup>61</sup> Recomendação n.º 1/2009.

<sup>62</sup> 27 de fevereiro de 2014.

da Direção-Geral da Política de Justiça,<sup>63</sup> o âmbito da DEI prende-se com a investigação de crimes transnacionais no espaço europeu, tendo em vista um combate mais eficaz, desde logo em atos criminosos que provocam alarme social ou prejuízos económicos; falamos, entre outros, do terrorismo, do homicídio, do tráfico de estupefacientes, do tráfico de seres humanos, do branqueamento de capitais e, claro está, da corrupção.

A Decisão Europeia de Investigação veio reforçar a cooperação entre as autoridades judiciárias dos vários países, estabelecendo prazos para a execução das medidas de investigação, tais como a obtenção de elementos de prova ou a audição de testemunhas. Na Diretiva, estão também incluídas disposições para assegurar o respeito pelos direitos fundamentais.

Na prática, a DEI (acordada entre o Parlamento Europeu e o Conselho de Ministros da UE), tem como foco a simplificação na obtenção de provas pelas autoridades judiciárias, no quadro de investigações penais transnacionais. Essa obtenção já era possível, mas os investigadores tinham de cumprir um conjunto alargado de normas, algumas já com mais de 50 anos, desatualizadas ou até obsoletas, sendo que as autoridades do outro Estado poderiam ignorar o pedido ou até fixar prazos próprios, gerando-se situações algo controversas.

A partir das novas regras, uma medida de investigação, solicitada pelas autoridades de um Estado-membro, deve ser executada exatamente com a mesma celeridade e prioridade que granjeiam os processos nacionais semelhantes: a decisão sobre o reconhecimento ou a execução de uma DEI deve ser tomada no prazo de 30 dias; se for aceite, a medida de investigação deverá ser executada no prazo de 90 dias e, quando não for possível cumprir este período, as autoridades do Estado de execução terão de informar as autoridades do Estado de emissão, das razões que provocaram o atraso das diligências.

São limitados os casos em que as autoridades podem recusar o reconhecimento ou a execução de uma DEI. Estão previstas recusas se o pedido prejudicar interesses nacionais fundamentais de segurança ou se a medida de investigação não for autorizada pela Lei do Estado de execução em processos nacionais semelhantes. Uma DEI poderá ainda ser negada se houver uma imunidade ou um privilégio ao abrigo da Lei do Estado de execução.

---

<sup>63</sup> Cf. <http://www.dgpi.mj.pt/sections/noticias/diretiva-do-parlamento> (acesso em 15/06/2014, 17:26h).

A Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho integra também várias disposições para assegurar o respeito pelos direitos das pessoas em causa; por exemplo, as autoridades judiciais de um Estado-membro podem recusar uma DEI, se se verificarem motivos substanciais que levem a crer que a execução da medida de investigação é incompatível com as suas obrigações, ao abrigo do Tratado da União Europeia e da Carta dos Direitos Fundamentais.

Outro dos avanços da Decisão Europeia de Investigação passa pela redução de burocracia; com a DEI, os investigadores criminais poderão utilizar um único modelo de formulário para solicitar, de forma direta, todos os tipos de prova aos seus homólogos de outro Estado-membro. Bem conhecemos os efeitos que o excesso de carga burocrática pode provocar, desde atrasos processuais a erros decisórios, muitas vezes, irreversíveis quando falamos de Justiça.

Depois de aprovada formalmente pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho e publicada no Jornal Oficial da UE,<sup>64</sup> os Estados-membros dispõem de três anos para transporem a Diretiva para o Direito nacional.

A Decisão Europeia de Investigação poderá, no devido tempo, vir a revelar-se proveitosa no que toca não só ao julgamento, mas também à prevenção e combate de crimes de corrupção com contornos internacionais.

No plano europeu, devemos mencionar o papel do Eurojust, o organismo que ajuda investigadores e delegados do Ministério Público, em toda a União Europeia, a trabalhar em conjunto na luta contra a criminalidade transfronteiriça.

O Eurojust detém um papel essencial na troca de informações relevantes entre os Estados que o compoem e na extradição. A sua sede situa-se em Haia, na Holanda, estando os respetivos estatutos e competências regulados, em Portugal, na Lei n.º 36/2003, de 22 de agosto<sup>65</sup>: «a presente lei estabelece normas de execução da Decisão do Conselho da União Europeia n.º 2002/187/JAI, de 28 de fevereiro de 2002, relativa à criação do EUROJUST, a fim de reforçar a luta contra as formas graves de criminalidade.» (artigo 1.º da Lei n.º 36/2003, de 22 de agosto).

---

<sup>64</sup> Diretiva 2014/41/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, publicada a 3 de abril de 2014 no Jornal Oficial da UE, relativa à decisão europeia de investigação em matéria penal.

<sup>65</sup> A versão mais recente data de abril deste ano – Lei n.º 20/2014, de 15 de abril.

Entre os instrumentos internacionais de combate à corrupção está a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção, assinada pela Assembleia Geral da ONU, a 31 de outubro de 2003, como fruto da preocupação demonstrada pelas ameaças causadas pelo problema da corrupção, capaz de afetar a segurança da Sociedade e a seriedade das instituições, pondo em causa o verdadeiro conceito de democracia. Em Portugal, esta Convenção foi aprovada e publicada em Diário da República, através da Resolução da Assembleia da República n.º 47/2007.

Não devemos esquecer ainda o papel da Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional, que entrou em vigor a 29 de setembro de 2003.

Em 1999, também o Conselho da Europa procedeu à assinatura da Convenção Penal sobre a Corrupção que, em Portugal, passou a vigorar a partir da Resolução da Assembleia da República n.º 68/2001, de 26 de outubro.

Mais tarde, em 2008, através da Decisão 2008/852/JAI do Conselho da Europa, de 14 de outubro, a União Europeia lançou a criação de uma rede de pontos de contato anti-corrupção, com o objetivo de «melhorar a cooperação entre autoridades e serviços na prevenção e combate à corrupção na Europa»;<sup>66</sup> esta rede teve, desde o início, a plena associação da Comissão Europeia, da Europol e do Eurojust.

Também o Tratado de Lisboa, assinado pelos Estados-membros da União Europeia a 13 de dezembro de 2007,<sup>67</sup> faz referência à corrupção, nomeadamente no artigo 83.º, quando explicita que

«O Parlamento Europeu e o Conselho (...) podem estabelecer regras mínimas relativas à definição das infrações penais e das sanções em domínios de criminalidade particularmente grave, com dimensão transfronteiriça que resulte da natureza ou das incidências dessas infrações, ou ainda da especial necessidade de as combater, assente em bases comuns. São os seguintes os domínios de criminalidade em causa: terrorismo, tráfico de seres humanos e exploração sexual de mulheres e crianças, tráfico de droga e de armas, branqueamento de capitais, corrupção, contrafação de meios de pagamento, criminalidade informática e criminalidade organizada.»

---

<sup>66</sup> Decisão 2008/852/JAI do Conselho, de 24 de outubro de 2008, relativa à criação de uma rede de pontos de contacto anti-corrupção, artigo 1.º.

<sup>67</sup> Entrou em vigor a 1 de dezembro de 2009.

Consideramos pois, nesta matéria, que a União Europeia, desde a sua fundação, tem olhado para a problemática da corrupção como um crime passível de ser praticado a uma escala transnacional, pelo que deve ser combatido (e, se necessário, julgado) nessa mesma escala. Uma das faces menos positivas que a era da globalização poderá ter feito surgir centra-se, precisamente, na maior facilidade de espraiar e disseminar a criminalidade além-fronteiras. A consciencialização desta realidade leva a que tenha que se pensar e, conseqüentemente, agir judicialmente, num plano, também ele, europeu.

## **PARTE II – O Olhar dos Media Sobre a Corrupção Política**

### **Capítulo 1 – O relato da corrupção política nos meios de comunicação social**

#### **1.1) A corrupção como «valor-notícia» para a Imprensa**

A temática da corrupção, pela sua natureza «escandalosa», assume, indubitavelmente, uma presença assídua nos *media*. Antes de mais, importará referir que, lesando a prática da corrupção a esfera pública, será, desde logo, uma problemática que despertará o interesse da sociedade global, desde a comunidade mais restrita até aos palcos da política e da economia mundiais. Referimo-nos, atrás, à natureza «escandalosa» da corrupção, fazendo essa mesma referência em dois sentidos: por um lado, o escândalo que a atividade ilegal representa, atentando contra o bem público e contra o Estado de Direito; por outro, temos em consideração a dimensão «escandalosa» que um caso de corrupção pode conquistar, ao ser protagonizado por uma figura mediática ou ao envolver atores políticos, financeiros, culturais ou artísticos (re)conhecidos.

A nossa intenção presente passa por responder à pergunta «Como se tornam os acontecimentos relacionados com a corrupção em notícias?» Com efeito, para identificar a resposta, recorreremos a estudos de Galtung e Ruge, que enumeraram doze valores-notícia, como nos recorda Nelson Traquina.<sup>68</sup>

A frequência é um desses valores-notícia. Galtung e Ruge defendem que a frequência «diz respeito ao espaço de tempo necessário para o acontecimento se desenrolar e adquirir significado. A tese é a de que quanto mais a frequência do acontecimento se assemelhar à frequência do meio noticioso, mais hipóteses existem de os acontecimentos serem registados como notícia por esse meio noticioso»<sup>69</sup>. A frequência dos casos de corrupção será, no entanto, difícil de precisar; para uma notícia sobre corrupção ser publicada, terá já ocorrido um trabalho prévio de investigação (judiciária e/ou jornalística).

Galtung e Ruge consideram também a amplitude do evento como valor-notícia; para os autores, que utilizam a metáfora de um sinal de rádio, «quanto maior a

---

<sup>68</sup> Traquina, Nelson (2002): 179.

<sup>69</sup> *Ibidem*.



amplitude do sinal, mais provável será a audição desse sinal»,<sup>70</sup> ou seja, o acontecimento será mais facilmente apreendido, quanto menor for o seu caráter ambíguo; é preferível uma interpretação clara, que não deixe margem para dúvidas. Nas notícias de corrupção, em que está muitas vezes em causa o bom nome e a imagem pública dos protagonistas, qualquer traço de ambiguidade pode ser arauto de injustiça ou difamação; nesse sentido, os jornalistas deverão munir-se dos mais elevados padrões de bom senso e rigor, a fim de evitar análises distorcidas da realidade dos factos.

O terceiro valor-notícia identificado por Galtung e Ruge é a significância. Para os autores, este valor-notícia engloba duas possíveis abordagens: «uma diz respeito à relevância do acontecimento, isto é, o impacto que poderá ter sobre o leitor ou os ouvintes; a segunda interpretação tem a ver com a proximidade, nomeadamente a proximidade cultural.»<sup>71</sup> Quando um caso de corrupção política assume destaque nos meios de comunicação social, qual é a sua importância para a opinião pública? Qual o impacto que vai gerar ou que efeitos se vão fazer sentir na sociedade? Estas são questões a que os jornalistas devem procurar responder ao longo do processo de escrita da notícia, de modo a atingirem a representação mais fiel possível do caso que estão a reportar.

Galtung e Ruge identificam também a consonância como valor-notícia, na medida em que «este fator liga o acontecimento selecionado com uma pré-imagem mental em que o *novo* acontecimento é construído em função de uma *velha* imagem, ou, melhor dito, de uma *velha* narrativa que já existe.»<sup>72</sup> Desta forma, os leitores ou ouvintes associam um determinado escândalo de corrupção política que eclode nos *media* a outros escândalos políticos prévios. Para melhor explicar um caso de corrupção ou descrever um cenário de crime, é comum os jornalistas recuperarem situações idênticas, anteriores e reconhecidas do público, que possam situar a análise desse mesmo caso de um ponto de vista mais lato.

O inesperado configura outro dos valores-notícia referenciados por Galtung e Ruge. Os autores explicam que, para ser notícia, um acontecimento não pode respeitar apenas os trâmites da significância cultural ou da consonância. Quanto mais inesperado for um determinado caso de corrupção política, maior possibilidade terá de marcar presença nas capas dos jornais e de representar a abertura dos telejornais. Nelson

---

<sup>70</sup> Traquina, Nelson (2002): 179.

<sup>71</sup> *Idem*: 180.

<sup>72</sup> *Ibidem*.

Traquina refere-se ao inesperado como «aquilo que irrompe e surpreende a expectativa da comunidade jornalística»,<sup>73</sup> citando também, neste aspeto, Gaye Tuchman, que aborda o mesmo valor-notícia como «um acontecimento com enorme noticiabilidade, que subverte a rotina e provoca um caos na sala de redação.»<sup>74</sup> O inesperado alerta, chama a atenção, agita consciências e move a opinião pública.

Depois do inesperado, Galtung e Ruge elencam a continuidade como valor-notícia, o que, à primeira vista, pode até parecer um tanto contraditório. Contudo, a continuidade passa a ser valor-notícia, quando um determinado acontecimento, ao atingir a imprensa, prolonga a sua presença nas páginas dos jornais, devido à sua dimensão ou às repercussões e desenvolvimentos que faz surgir, ainda que o fluxo ou o espaço que a informação ocupa possam ser de menor dimensão. Este tipo de cenários é usual, por exemplo, quando é publicada uma notícia que envolve figuras públicas e atos de corrupção.<sup>75</sup>

Galtung e Ruge apontam também a composição como valor-notícia, sendo que por composição se entende «a necessidade de manter equilíbrio nas notícias, pela diversidade de assuntos abordados.»<sup>76</sup> Existindo vários temas numa edição, os jornalistas têm de fazer escolhas e decidir que composição (ou alinhamento) fará mais sentido.

As referências a nações e a pessoas de elite são também consideradas valores-notícia; argumentam Galtung e Ruge que «as ações da elite são, pelo menos geralmente e na perspetiva a curto prazo, mais importantes do que as atividades dos outros e isto aplica-se tanto às nações, como às pessoas.»<sup>77</sup> Elite, neste contexto, poderá significar reconhecimento ou proeminência públicos, ou seja, figuras públicas ou países que, por questões económicas, sociais, políticas, culturais ou artísticas, sejam mais representados ou mais referenciados do que outros.

Nas investigações de Galtung e Ruge, a personalização aparece ainda como valor-notícia. A justificação reside no facto de as notícias terem uma «tendência para apresentar os acontecimentos como frases em que existe um sujeito, uma determinada pessoa ou coletividade composta por algumas pessoas, e o acontecimento é então visto

---

<sup>73</sup> Traquina, Nelson (2002): 192.

<sup>74</sup> *Idem* (2002): 180.

<sup>75</sup> Como teremos oportunidade de verificar mais à frente, nesta dissertação.

<sup>76</sup> Traquina, Nelson (2002): 179.

<sup>77</sup> *Idem*: 181.

como uma consequência das ações desta(s) pessoa(s).»<sup>78</sup> Nos casos de corrupção, este é um valor-notícia bastante presente, já que o crime ou alegado crime têm sempre um culpado, ou alegado culpado, passíveis de o personalizar.

Concluindo o conjunto de valores-notícia identificados e caracterizados por Galtung e Ruge, referimo-nos à negatividade, com base na tão popular máxima *bad news are good news* («más notícias são boas notícias»). Ouvimos, muitas vezes, pessoas que se lamentam quanto à génese noticiosa atual: «só dão más notícias», «não passa nada de alegre ou positivo nos telejornais», «os jornais estão repletos de desgraças», são frases muito comuns no quotidiano de Portugal; cremos que a tendência não será muito distinta nas sociedades de informação do resto do mundo. De acordo com Galtung e Ruge, as notícias negativas alcançam, com maior propriedade, o conceito da frequência, acabando por se revelar também mais consensuais, na medida em que é mais fácil o acordo público quanto à interpretação do acontecimento como negativo.

Salientamos ainda neste ponto, os valores-notícia identificados por uma equipa de investigadores canadianos, citados também por Nelson Traquina em *Jornalismo*. Richard Ericson, Patricia Baranek e Janet Chan defenderam que «os valores-notícia não são imperativos, mas sim elementos que ajudam o jornalista a reconhecer a importância dos acontecimentos, a proceder a escolhas de entre as alternativas e a considerar as escolhas a fazer.»<sup>79</sup>

Os três autores do Canadá focaram-se na simplificação e na dramatização; à semelhança do que vimos anteriormente a partir de Galtung e Ruge, Ericson, Baranek e Chan atentaram também na personalização, na continuidade, na consonância e no inesperado como valores-notícia; por último, identificaram a infração.

Os investigadores concluíram que «a infração das leis, a má gestão, o mau comportamento por parte de um funcionário ou qualquer autoridade responsável, e mesmo uma sugestão de impropriedade, tem noticiabilidade.»<sup>80</sup> Neste sentido, o jornalismo é aqui descrito como assumindo uma função de «policiamento da sociedade», por meio da «obtenção de revelações de informação que contribuem para a credibilidade pública.»<sup>81</sup> Este será um dos motivos que leva a comunidade jornalística a estar tão atenta aos tribunais e aos temas da justiça que passam, muitos deles, por casos de corrupção.

---

<sup>78</sup> Traquina, Nelson (2002): 181.

<sup>79</sup> *Idem*: 182.

<sup>80</sup> *Idem*: 184.

<sup>81</sup> *Ibidem*.

O estudo da cultura profissional dos jornalistas poderá complementar a nossa investigação, a partir do pressuposto de que a comunidade jornalística toma para si a função de «guardiã da verdade» e de «vigilante do bom funcionamento das instituições». Esta é uma discussão já antiga. Vários teóricos defendem que aos jornalistas cabe apenas a função de transmitir informação e não a de vigiar quaisquer organismos, uma vez que tal papel diz respeito às autoridades policiais e judiciárias competentes; outras vozes preconizam uma ação mais efetiva do jornalismo na manutenção e garantia das liberdades essenciais.<sup>82</sup>

Isabel Ferin da Cunha recorda-nos, neste âmbito, Leblanc e a sua referência de que «os *media* e a justiça têm, pelo menos, dois objetivos comuns: descobrir a verdade e fazer com que publicamente ela seja reposta.»<sup>83</sup> A forma como cada um dos agentes – *media* e justiça – é percecionado do lado da sociedade é que difere, com os juízes mais circunscritos ao Direito e respetivos códigos e leis gerais e com os jornalistas a deterem, regra geral, uma maior liberdade de movimentos.

Citando novamente Isabel Ferin da Cunha, «esta perceção pública da justiça faz com que os *media* assumam a intermediação entre poderes, exercendo ora o papel de acusadores, ora de advogados, ora de juízes nos casos com maior potencial mediático.»<sup>84</sup> Neste ponto, é necessário um cuidado rigor para evitar a violação do segredo de justiça, cometida pelos *media*, sempre que são postas a nu informações do foro judicial, enquanto está a decorrer a investigação de um caso criminal.

Importará ainda lembrar que o segredo de justiça existe, justificando-se «tanto para assegurar a eficácia da investigação, como para proteger o bom nome dos envolvidos num caso criminal.»<sup>85</sup> Após a Reforma Processual Penal de 2007, o regime do segredo de justiça sofreu alterações profundas, pelo que todos os processos passaram a nascer públicos, entrando apenas em segredo de justiça se uma das partes envolvidas assim o solicitar. No n.º 2 do artigo 86.º do Código de Processo Penal, ressalva-se a exceção, ao ler-se que «o juiz de instrução pode, mediante requerimento do arguido, do assistente ou do ofendido e ouvido o Ministério Público, determinar, por despacho irrecorrível, a sujeição do processo, durante a fase de inquérito, a segredo de justiça, quando entenda que a publicidade prejudica os direitos daqueles sujeitos ou participantes processuais.»

---

<sup>82</sup> Papel de «watchdog» («cão de guarda») do funcionamento do aparelho de Estado.

<sup>83</sup> Cunha, Isabel Ferin da e Serrano, Estrela, coord. (2014): 269.

<sup>84</sup> *Ibidem*.

<sup>85</sup> Coelho, Sofia Pinto (2005): 193.

A violação do segredo de justiça é punível com «pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias, salvo se outra pena for cominada para o caso pela Lei de processo.»<sup>86</sup> Viola o segredo de justiça «quem, independentemente de ter tomado contacto com o processo, ilegitimamente der conhecimento, no todo ou em parte, do teor de ato de processo penal que se encontre coberto por segredo de justiça, ou a cujo decurso não for permitida a assistência do público em geral.»<sup>87</sup>

A Teoria do *Gatekeeper*<sup>88</sup> refere que «o processo de produção da informação é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversos *gates*, isto é, *portões*, que não são mais do que áreas de decisão em relação às quais o jornalista, isto é, o *gatekeeper*, tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não.»<sup>89</sup>

Assim sendo, quando a decisão do jornalista é positiva, a notícia é publicada; por outro lado, quando o jornalista decide no sentido negativo, significa que a notícia não terá seguimento, ou seja, não será publicada. Esta Teoria do *Gatekeeper* analisa as notícias somente do ponto de vista de quem as produz – o jornalista.

Questionamo-nos: que razões poderão levar os jornalistas a escolherem ou a recusarem uma notícia relacionada com corrupção? Desde logo, um dos motivos mais consensuais para a escolha poderá ser o fator do «escândalo» que já mencionámos anteriormente; se o que é «escandaloso» produz uma maior curiosidade junto do público e faz vender mais, o jornalista, ou o decisor, tenderá a não afastar esse assunto das capas dos jornais; ao invés disso, procurará documentar-se e munir-se de todos os dados que estejam ao seu alcance, de modo a publicar e avançar com a notícia da forma mais completa (e rápida) possível.

Para um jornalista negar a publicação de um caso de corrupção, as razões deverão prender-se com matérias do foro legal (por exemplo, se esse caso estiver em segredo de justiça) ou com a incompleta reunião de informações que permitam a autoria de uma notícia fidedigna, cabal, clara e transparente.

A corrupção é, efetivamente, uma temática com presença assídua nos meios comunicação social. Se fosse realizado um estudo, durante uma semana, para averiguar a presença/ausência de notícias de corrupção nos *media*, em Portugal, muito

---

<sup>86</sup> Artigo 371.º, n.º 1 do Código Penal.

<sup>87</sup> Artigo 371.º, n.º 1 do Código Penal.

<sup>88</sup> O estudo de David Manning White, datado de 1950, tomou como base uma pesquisa sobre a atividade de um jornalista de meia-idade num jornal médio norte-americano, Mr Gates, que anotou durante uma semana os motivos que o levaram a rejeitar as notícias que não publicou.

<sup>89</sup> Traquina, Nelson (2002): 77.

difícilmente (para não dizer que seria impossível) haveria algum dia em que não se registasse esse tema (ou o tema da criminalidade conexa) nos jornais, nas rádios, nas televisões ou na Internet (*blogosfera* incluída)..

A Teoria do *Gatekeeper* acaba por propor «uma conceção bem limitada do trabalho jornalístico, baseando-se no conceito de *seleção*, minimizando e limitando outras dimensões importantes do processo de produção das notícias.»<sup>90</sup> Desta forma, depois do estudo de White, vários teóricos vieram refutar as conclusões e razões referenciadas por Mr Gates, sobretudo no que toca ao ponto de vista. Uma dessas vozes foi a de Walter Gieber que defendeu que «as notícias só podem ser compreendidas se houver uma compreensão das *forças sociais* que influenciaram a sua produção.»<sup>91</sup>

Nesta medida, poderemos constituir a corrupção como um valor-notícia, argumentado com a natureza quase onnipresente e, ainda assim, «chocante» do tema em causa, quase sempre relacionado, direta ou indiretamente, com a proeminência de atos praticados por figuras públicas, de quem seria esperada uma responsabilidade e uma idoneidade superiores.

## 1.2) As fontes

As fontes são um fator fundamental para a divulgação de informação de qualidade. Não obstante, a discussão em torno deste elemento tem sido uma constante, sobretudo ao longo dos últimos anos, devido ao aparecimento de casos mediáticos em que são citadas, frequentemente, fontes anónimas para sustentar muitos dos factos descritos.

Apesar de considerarmos que as fontes ocupam essa posição de grande relevo, temos também em conta que, tal como escreve Mauro Wolf no livro *Teorias da Notícia*, «permanecem ainda esbatidas na mitologia profissional, que tende, pelo contrário, a realçar o papel ativo do jornalista, marginalizando o contributo, em muitos aspetos essencial, das fontes.»<sup>92</sup>

Se atentarmos no significado da palavra «fonte», apercebemo-nos que, além do sentido comum de «nascente de água», este vocábulo assume um sentido de «causa», «origem» e de «texto originário de uma obra».<sup>93</sup> Nesta perspetiva, nos *media*, as fontes podem funcionar de duas formas: por um lado, as fontes que transmitem aos jornalistas

---

<sup>90</sup> Traquina, Nelson (2002): 79.

<sup>91</sup> *Ibidem*.

<sup>92</sup> Wolf, Mauro (1987): 222.

<sup>93</sup> *In Dicionário da Língua Portuguesa*, Dicionários Editora, Porto Editora, 8ª edição, 770.

a informação que vai dar origem à notícia; por outro lado, as fontes que assumem um papel coadjuvante ao acrescentarem determinados dados ao conjunto de informações já reunido.

Num terceiro patamar, surgem as agências de informação, muito embora se acenda, não raramente, o debate em torno da veracidade desta designação, isto é, sobre se tais agências podem ou não ser colocadas no grupo das fontes. Tal como referiu Cesareo, «as agências apresentam-se já como empresas especializadas, inerentes ao sistema de informação e executam um trabalho que é já de confeção, enquanto as fontes estáveis, qualquer que seja a sua natureza e o nível em que se situam, pertencem sobretudo à instituição de que são a expressão e, na maior parte dos casos, não se dedicam exclusivamente à produção de informação.»<sup>94</sup>

As agências estão permanentemente vocacionadas para o processo de produção de informação, assumindo um estatuto profissional e um conceito que, no limite, classificaríamos quase como industrial ou até mercantilista.

Ao falarmos em fontes de informação, poderemos estar a referir-nos a uma qualquer entidade que tenha, na sua posse, dados capazes de originar (ou de ajudar a originar) uma notícia. Profícuo será sublinhar que não estamos a contabilizar apenas as fontes de carácter humano, mas também as que assumem um foro documental; a Internet é uma fonte, um documento será, em certa medida, uma fonte e até uma fotografia ou um vídeo serão passíveis de obterem a designação de fontes, dependendo do contexto em que estamos a trabalhar.

Ao procurarmos uma classificação das fontes, não poderemos deixar de ter em conta o parâmetro a que nos referimos. Se um agente comunica algum acontecimento ou transmite alguma informação em nome de uma instituição, a fonte é institucional; já no caso de esse agente adiantar uma informação sem carácter oficial, diz-se que se trata de uma «fonte oficiosa». A nível temporal, podemos distinguir entre fontes estáveis ou provisórias, dependendo da continuidade e da função que exercem.

Tal como escreve Mauro Wolf, «uma caracterização diferente separa as fontes ativas das passivas, segundo o grau de utilização e o tipo de relações que se instituem entre fonte e órgão de informação.»<sup>95</sup> Seguindo ainda a tipificação referida por Wolf, é possível separar as fontes ativas das fontes passivas, de acordo, principalmente, com a

---

<sup>94</sup> CESAREO, G. (1981), *Fa notizia. Fonti, processi, tecnologie e soggetti nella macchina dell'informazione*, Editori Riuniti, Roma, citado por Mauro Wolf, em *Teorias da Notícia* (1987): 222-223.

<sup>95</sup> Wolf, Mauro (1987): 223.

relação que se estabelece entre a fonte que emite a mensagem e o sujeito que a recebe, ou seja, o órgão de informação.

Poderemos ter em atenção fontes de carácter geográfico ou territorial, muitas vezes ligadas a instituições e, noutros casos concretos, a habitantes de determinadas localidades.

O processo de emissão ou transmissão e receção de informação não é, contudo, linear ou direto porque, em primeiro lugar, as fontes não são todas iguais. Além disso, o acesso às fontes é concretizado de forma diferenciada, consoante o interesse e a relevância que as mesmas oferecem. Os jornalistas são vistos, frequentemente, como porta-vozes das informações veiculadas pelas fontes para o público.

O poder económico e social está também intimamente ligado às fontes. São conhecidos episódios em que o dinheiro (e/ou o poder) é utilizado para silenciar fontes ditas inconvenientes ou incómodas, capazes de destruir o bom nome ou a reputabilidade de figuras reconhecidas.<sup>96</sup> Vendo de outra perspetiva, os agentes economicamente mais fortes têm, quase sempre, uma posição privilegiada quando se trata de aceder a informações desejadas e desejáveis e são também, sem dificuldade, conhecedores de dados com inegável interesse para os *media*.

Evidente é a relação de mutualidade e reciprocidade que existe entre as fontes e os jornalistas, na medida em que ambos podem lucrar com o outro: as fontes procuram aproximar-se dos jornalistas para lhes transmitirem informações que consideram de destaque, assim como os jornalistas tentam chegar às fontes para conseguirem aprofundar uma determinada notícia ou até para fazerem nascer um novo foco mediático.

Uma das características mais valorizadas numa fonte é a sua credibilidade. Recorrendo novamente aos estudos de Mauro Wolf, «a capacidade de fornecer informações credíveis é maior para as instituições, pessoas ou aparelhos que podem programar a sua atividade de modo a satisfazer a necessidade contínua que os *mass media* têm de cobrir, eventualmente, acontecimentos calendarizados anteriormente.»<sup>97</sup>

Falando, uma vez mais, no exemplo das instituições, tem-se generalizado a presença do assessor que transmite aos órgãos de comunicação as informações noticiáveis ou que complementam uma notícia. Hoje em dia, fruto da crescente omnipresença dos *media* e da consequente urgência de verificação da informação, são já

---

<sup>96</sup> Situações que poderão configurar atos de corrupção.

<sup>97</sup> Wolf, Mauro (1987): 224.



muitos os hospitais, escolas, universidades, centros de investigação, bancos ou empresas, entre outros, que dispõem do trabalho dos assessores de comunicação.

A figura dos assessores profissionais não é longínqua no tempo, tendo-se difundido, precisamente, para responder à evolução da sociedade de informação e do próprio público que consome essa informação.

A credibilidade de uma dada fonte, numa ocasião, pode conduzir a que essa fonte se torne regular ou até constante, representando este um fator de interesse para os jornalistas e para as redações, sempre sujeitos a constrangimentos de tempo e a prazos muito pouco ou nada dilatáveis; ter uma fonte de confiança em determinadas áreas poderá traduzir-se num instrumento de trabalho profícuo.

Afirma o investigador Mauro Wolf que «do ponto de vista dos jornalistas, as fontes devem ser tão credíveis que a informação fornecida exija o mínimo possível de controlo.»<sup>98</sup> Consideramos, todavia, que há determinados casos que, pela sua natureza, não possibilitam a existência de uma fonte única, por muito credível que essa mesma fonte se apresente; o contraditório é, sem exceções, desejável. Nem sempre é tarefa simples para um jornalista avaliar a credibilidade ou a honestidade de uma fonte; muitas vezes, o tempo é o requisito que melhor o pode ajudar nessa radiografia.

Se o jornalista contacta com uma fonte a um ritmo esporádico, será mais complicado estabelecer um vínculo de confiança nas suas informações. O critério do conhecimento, que a sociedade utiliza no seu quotidiano, é também usado pelos jornalistas; neste sentido, os jornalistas atribuem uma maior confiança e credibilidade às fontes que lhes são mais próximas. Também é natural que as fontes que comunicam com os jornalistas de um modo cordial e com respeitabilidade sejam as mais requisitadas.

Quando os jornalistas citam fontes institucionais ou oficiais, sentir-se-ão mais protegidos ou com garantias acrescidas, porque as instituições, pela sua posição e natureza, estão mais expostas ao escrutínio e censura públicos. As fontes oficiais ou os agentes que detêm cargos institucionais de relevo terão, deste modo, uma maior pressão face à verdade, sendo também mais consensuais, precisamente pela institucionalidade de que se revestem.

Nem todas as fontes chegam, efetivamente, a contribuir para a articulação e construção de uma notícia. Queremos com isto dizer que o trabalho dos jornalistas

---

<sup>98</sup> Wolf, Mauro (1987): 224.

deverá passar por filtrar, separar e escolher as fontes que lhes parecem fidedignas, relativamente a outras que se lhes não afiguram genuínas ou firmes na sua essência. Também por esta razão, entendemos que a relação entre fontes e jornalistas não é tão direta e linear quanto poderá parecer à primeira vista. Há, contudo, cenários em que a noticiabilidade de um caso é definida tendo em atenção o equilíbrio das fontes entre si, na medida em que uma única fonte não basta para dar origem a um artigo consistente.

No jornalismo dito especializado, a predominância das fontes poderá ser de mais concreta visualização. Quando falamos em jornalismo especializado, referimo-nos ao jornalismo desenvolvido por profissionais que se dedicam à cobertura de temas ou assuntos de um campo específico.<sup>99</sup> Com efeito, «os jornalistas especializados estabelecem relações estreitas e continuadas com as próprias fontes, que acabam por se transformar em fontes pessoais, quase informadores, que mantêm os repórteres atualizados, fornecendo-lhes indiscrições, notícias reservadas.»<sup>100</sup>

Não queremos com isto dizer que estas relações se traduzam, única e exclusivamente, em vantagens para o processo informativo, uma vez que, a partir do momento em que se cria uma dependência, o prejuízo para os *media* poderá ser maior do que o benefício. Os riscos motivados pela criação de relações dependentes entre fontes e jornalistas podem ditar o insucesso de um processo noticioso e até pôr em causa o trabalho isento e responsável dos jornalistas. O melhor será evitar o exagero dessa dependência.

O poder e a influência das fontes são muito visíveis, por exemplo, na esfera desportiva. Em época de contratações para os clubes de futebol, os jornalistas que, por norma, escrevem as notícias de desporto procuram conhecer os nomes mais sonantes que vão assinar por um determinado clube junto das suas fontes, de modo a conseguirem avançar a notícia em primeira mão e ficarem à frente dos órgãos de comunicação concorrentes. Também no campo político é bastante palpável o recurso às fontes, principalmente junto das estruturas dos partidos.

Já os jornalistas não especializados, que têm uma rotina mais abrangente em termos de cobertura mediática, não chegam, normalmente, a estreitar relações tão profundas com esta ou aquela fonte. Tal como aflora Wolf, «falta-lhes não só um

---

<sup>99</sup> Existem os jornalistas que trabalham apenas em editorias específicas, como a Política, o Crime/Tribunais (Justiça), o Desporto ou a Cultura, embora esta seja uma realidade com tendência a diminuir cada vez, fruto de estrangimentos económico-financeiros, como trataremos de explicitar mais adiante.

<sup>100</sup> Wolf, Mauro (1987): 227-

conhecimento aprofundado das fontes a que recorrem, como também tempo para aumentar esse conhecimento. Por um lado, tal contingência liberta-os das ligações complexas de conveniência recíproca»,<sup>101</sup> mais próprias do jornalismo especializado, tal como mencionámos anteriormente.

Nestas situações, os jornalistas devem procurar fontes oficiais, que tenham uma credibilidade assumida e que deixem uma reduzida margem para interpretações ambíguas sobre os factos relatados. Há que ter em mente que os jornalistas não especializados não possuirão muitos conhecimentos prévios acerca do assunto que estão a cobrir, sendo também o tempo de redação de uma notícia sempre limitado à hora de fecho de um jornal ou ao horário a que o serviço informativo é transmitido.

Chamamos ainda a atenção para a teoria desenvolvida por Molotch e Lester, que criaram o conceito de «promotores de notícia»; os investigadores caracterizaram, com essa expressão, «as fontes que tentam promover determinadas ocorrências à categoria de notícias ou que tentam impedir que outras ocorrências se transformem igualmente em notícias.»<sup>102</sup> Molotch e Lester defenderam que as fontes têm interesse em colocar determinadas informações no plano público, criando uma rotina de aproveitamento em torno da própria rotina jornalística. Neste jogo de interesses, as fontes com mais poder conseguirão sempre um maior protagonismo, ainda que os autores considerem que os jornalistas detêm autonomia suficiente para travar eventuais abusos e para discernir acerca do que é verdadeiro e do que possa não ser.

Um outro aspeto curioso é o facto de, em determinadas circunstâncias, os jornalistas acrescentarem colegas repórteres à sua lista de fontes, de modo a poderem confirmar uma informação que não tenham conseguido apreender tão bem no momento em que foi transmitida ou a colmatar alguma falha ou incerteza.

A atenção que os jornalistas de um meio de comunicação dedicam a outro meio de comunicação espelha ainda a importância de um trabalho que, embora não seja de grupo, tem muito de partilhável. Todavia, o que pode ser uma virtude, isto é, constituir um ganho de credibilidade em termos noticiosos, pode também tornar-se num «vício» - o da mera «autorreferencialidade dos *media*», que assim agem por comodismo, oportunismo ou até preguiça em fazer o seu próprio caminho de investigação.

Os jornalistas, especializados ou não especializados, têm o dever profissional de combater toda e qualquer distorção da informação e a obrigação de confirmar as

---

<sup>101</sup> Wolf, Mauro (1987): 227-228.

<sup>102</sup> Sousa, Jorge Pedro ([www.bocc.pt](http://www.bocc.pt)): 2.

notícias que colocam na esfera pública. Deste modo, as fontes «não confirmadas» não serão, jamais, desejáveis nem mesmo aceitáveis.

Frequentemente, ouvimos falar em «fontes anónimas» e aqui reside um relevante ponto de debate, desde logo, em torno de um garante de credibilidade. As fontes, independentemente da sua natureza ou tipologia, deverão ser citadas; todas as afirmações deverão, em igual medida, ter um sujeito explícito, uma vez que não cabe nem ao jornal, nem ao jornalista, a missão de emitir opiniões ou declarações. O público em geral também terá legitimidade para querer saber «quem está a ler».

Poderão ser confiáveis fontes que não têm um rosto, uma identidade? É também por esta discussão que o estudo das fontes de informação tem resultado num dos pontos de maior destaque entre a investigação sobre o jornalismo. Considera Jorge Pedro Sousa<sup>103</sup> que «se o jornalismo fornece informações e ideias ao espaço público, e se essas informações e ideias produzem efeitos nas pessoas, nas sociedades, nas civilizações e nas culturas, então importa esclarecer qual é a proveniência dessas informações e ideias, qual o processamento e enquadramento a que são sujeitas antes de chegarem ao espaço público, quais as forças que bloqueiam algumas delas ou aceleram a difusão e aumentam o impacto de outras.»<sup>104</sup>

Interrogamo-nos sobre que motivos poderão conduzir um jornalista à não identificação das suas fontes. Esta é uma escolha que ficará a dever-se, em muitos casos, ao facto de os jornalistas preferirem «proteger» as fontes, de modo a preservá-las no futuro. As informações avançadas por essas fontes serão, muitas vezes, portadoras de um fator «escandaloso» ou, pelo menos, não consensual, pelo que quem as divulga preferirá manter-se no anonimato; nessas circunstâncias em concreto, os jornalistas, por dever de profissão, não poderão identificar os emissores ou portadores de tais informações.<sup>105</sup> Esses casos fazem surgir, nas notícias, expressões como «ao que o jornal apurou...», «o jornal sabe» ou «de acordo com as informações a que o jornal teve acesso», entre tantas outras.

O anonimato surgirá também como uma forma de manter a estabilidade dos canais de comunicação entre a fonte e o jornalista. O vínculo da credibilidade é, com muita regularidade, dissociado das fontes anónimas, mas existem outras interpretações

---

<sup>103</sup> Professor associado e investigador da Universidade Fernando Pessoa, Porto.

<sup>104</sup> Sousa, Jorge Pedro ([www.bocc.pt](http://www.bocc.pt)): 2.

<sup>105</sup> Artigo 6.º do Código Deontológico do Jornalista: «O jornalista deve usar como critério fundamental a identificação das fontes. O jornalista não deve revelar, mesmo em juízo, as suas fontes confidenciais de informação, nem desrespeitar os compromissos assumidos, exceto se o tentarem usar para canalizar informações falsas. As opiniões devem ser sempre atribuídas.»

que apontam em sentido contrário, isto é, que sugerem a existência de um acesso privilegiado à informação, por meio das fontes anónimas, como sendo o fator de um trabalho credível, completo e de qualidade.

Quando uma fonte se recusa a ser identificada, mas aceita falar com o jornalista, deverá fundamentar e justificar essa exigência; o jornalista pode, ainda assim, publicar as informações reunidas. Para se proteger a si e ao órgão de comunicação que representa, sublinhamos, uma vez mais, que será desejável que o jornalista comprove a veracidade das declarações produzidas através do contacto com fontes adicionais, por meio de documentos ou com outro tipo de estratégia de investigação.

As fontes anónimas não agradam à diretora do DIAP de Lisboa, por acreditar que a opacidade apenas enfraquece a Justiça e a democracia; quando presta uma determinada informação, Maria José Morgado autoriza sempre que o seu nome seja colocado na notícia. A procuradora-geral adjunta afirma, no entanto, que

«a maior parte das pessoas não faz isso e passa, muitas vezes, informações interessadas e parciais sobre as suas convicções jurídicas, o que envenena a comunicação social. Também temos tido, até há pouco tempo, uma hierarquia no Ministério Público avessa ao dever de informar. Eu acho que ninguém está subtraído ao escrutínio público e acho que devemos informar corretamente, de forma objetiva e neutra. Quando há processos que suscitam a curiosidade, com ressonância e alarme sociais, devemos transmitir a informação certa, no momento certo, para assim evitar muitas especulações.»<sup>106</sup>

Um dos casos mais emblemáticos de sempre (senão mesmo o mais emblemático), no que diz respeito a fontes anónimas, é o Caso *Watergate*. Só 33 anos depois do escândalo que levou à demissão do presidente norte-americano Richard Nixon em 1974, se conheceu a identidade daquele que ficou conhecido como o «Garganta Funda».

William Mark Felt esperou até abril de 2005 para se apresentar, publicamente, como sendo o informador secreto do jornal Washington Post, na altura em que ocupava o cargo de diretor adjunto do FBI. Mark Felt escondeu, inclusivamente dos familiares, durante mais de três décadas, o papel fundamental que deteve ao denunciar Nixon de forma clandestina.

Felt foi a fonte anónima dos jornalistas Bob Woodward e Carl Bernstein, que puseram nas páginas de um dos jornais mais reconhecidos dos Estados Unidos da

---

<sup>106</sup> Cf. entrevista realizada à diretora do DIAP de Lisboa, Maria José Morgado (ANEXOS).

América, a notícia que derrubou o chefe de Estado norte-americano. Através das informações confidenciais de Felt, Woodward e Bernstein conseguiram provar o envolvimento da Administração Nixon num assalto à sede do Partido Democrata, no edifício Watergate, em junho de 1972; esse assalto tinha o intuito de fotografar documentos e de instalar aparelhos de escuta na força partidária da oposição.

Nixon tinha sido eleito em 1968, pelo Partido Republicano, para suceder a Lyndon Johnson, numa ato eleitoral marcado pela Guerra do Vietname, voltando a candidatar-se em 1972, contra o senador George McGovern. Nessas eleições, Nixon arrecadou uma vitória esmagadora, ganhando em 49 dos 50 Estados (o opositor venceu apenas em Massachussets e no distrito federal da capital, Washington DC).

As tentativas da Casa Branca para encobrir o caso do assalto à sede do Partido Democrático, em 1972, ano das eleições, acabaram por conduzir à demissão de Richard Nixon<sup>107</sup> em agosto de 1974.

Mark Felt, o «Garganta Funda», publicou um livro em 2005, três anos antes de morrer, onde afirmava que queria ser lembrado como «um funcionário do Governo que fez todo o seu melhor para ajudar toda a gente» e onde expressava a vontade de ser lembrado por ter procurado «ajudar as pessoas».<sup>108</sup> Felt será sempre recordado pela sua capacidade de se manter no anonimato durante tanto tempo; Woodward e Bernstein ficarão também na história do jornalismo por terem conservado a vontade de Felt por mais de três décadas.

Além das fontes não identificadas ou anónimas, verificamos ainda a figura do *off the record*. Neste quadro, nem a fonte pode ser identificada, nem as informações que concede podem ser explicitamente publicadas. O *off the record* tem de ser respeitado caso a fonte o solicite, antes ou depois de transmitir as informações aos jornalistas; estes, por seu turno, costumam recorrer ao *off the record* no arranque de um trabalho de investigação ou enquanto forma de confirmar informações recebidas já anteriormente.

As fontes são, indubitavelmente, parte do processo produtivo das notícias, do *newsmaking*; a forma como participam deste processo é, ainda assim, inconstante e está sujeita a muitas variáveis não só quantitativas, mas também qualitativas.

---

<sup>107</sup> Richard Nixon foi o primeiro presidente dos Estados Unidos da América a quem foi exigida a demissão.

<sup>108</sup> Cf. <http://expresso.sapo.pt/morreu-o-garganta-funda-que-derrubou-o-ex-presidente-nixon=f482240> (19 de dezembro de 2008); a notícia do Semanário Expresso inclui citações do livro de Mark Felt, *A Vida do G-Man: o FBI, ser “Garganta Funda”, e o Combate pela Honra em Washington*.

A Constituição da República Portuguesa (CRP) dedica o artigo 38.º à «Liberdade de imprensa e meios de comunicação social». No n.º 2 - alínea b), lê-se que a liberdade de expressão implica «o direito dos jornalistas, nos termos da Lei, ao acesso às fontes de informação e à proteção da independência e do sigilo profissionais, bem como o direito de elegerem conselhos de redação.»

Com efeito, o direito de acesso às fontes pelos jornalistas encontra-se firmado na Lei Fundamental, que consagra também o respeito dos meios de comunicação social pelos «direitos, liberdades e garantias pessoais.»<sup>109</sup> Nesta matéria, uma fonte terá sempre que ser informada da finalidade e destino das declarações que está a prestar; no caso de um jornalista violar este direito, poderá incorrer na prática de um crime previsto e punível pela Lei.

Particularizando agora o papel das fontes nas notícias relacionadas com casos de corrupção política, poderemos dizer que são frequentes as fontes oficiais ou institucionais. Exemplos disso são, muitas vezes, informações prestadas pelos tribunais ou pelas várias estruturas do Ministério Público responsáveis pela investigação da corrupção (DCIAP, DIAPs, Procuradorias-Gerais Distritais, entre outros). Noutras situações, poderemos encontrar também referências a fontes policiais, sobretudo da Polícia Judiciária ou, em concreto, da Unidade Nacional de Combate à Corrupção da PJ.

Para lá das fontes já mencionadas, que funcionam e comunicam em termos institucionais, não apresentando, necessariamente, um sujeito personalizado, mas falando em nome de uma instituição, sabemos que proliferam muitas notícias sobre casos de corrupção, baseadas em fontes anónimas, não identificadas. Analisando o contexto que se verifica de há uns anos a esta parte em Portugal, encontramos nas palavras da investigadora Isabel Ferin da Cunha um pano de fundo para a nossa teorização: «as pressões políticas e o alastrar da crise económica e financeira, bem como a exigência de redução de despesas fez com que as rotinas dos *media* se voltassem para as fontes disponíveis e anónimas, normalmente localizadas nos tribunais.»<sup>110</sup>

Um cenário de crise poderá contribuir largamente para que as redações tenham um acréscimo de trabalho: por um lado, pelo aumento do volume noticioso, com alguns picos de informação, por outro, surge a redução do número de jornalistas em muitos órgãos de comunicação, fruto de contenções orçamentais. Tendo em conta esta premissa à qual se podem associar diversas pressões (de tempo e do valor concorrencial dos

---

<sup>109</sup> Artigo 39.º, n.º 1 – d) da Constituição da República Portuguesa.

<sup>110</sup> Cunha, Isabel Ferin da e Serrano, Estrela, coord. (2014): 269.

*media*), inventariamos um dos quadros conducentes a uma maior procura das fontes anónimas.

Voltamos a recordar que a relação entre os jornalistas e as fontes deve ser sempre marcada por uma assertiva filtragem de informações, principalmente quando é exigida a condição de anonimato, uma vez que as fontes, por determinado tipo de interesses, poderão nem sempre dizer a verdade ou poderão até inventar algumas informações que, por essa mesma razão, carecem sempre de confirmação.

Particularizando a problemática das fontes na denúncia dos crimes de corrupção, poderemos desde logo atentar nas dificuldades que, muitas vezes, se posicionam no seio dos próprios órgãos de investigação criminal. A realidade do combate policial ao crime económico-financeiro em Portugal está longe de ser um terreno fértil; a excessiva carga burocrática e a relação nem sempre pacífica entre as polícias e as magistraturas dificultam muitos dos procedimentos.

No livro *O Inimigo sem Rosto – Fraude e Corrupção em Portugal*, Maria José Morgado e José Vegar evidenciam alguns exemplos, que consideram elucidativos, relativamente à investigação criminal que se tem feito no País: «Ao tomar conhecimento das atividades criminosas de um grupo de reformados da Administração Fiscal que se dedicam à *limpeza* de impostos de empresas, a troco de grossas remunerações, um inspetor da Polícia Judiciária (PJ) sabe no que se está a meter»<sup>111</sup> ou «ao ser informado de que um conhecido industrial combinou um encontro com um autarca, para lhe propor o oferecimento de determinada quantia monetária, em troca de autorização para construir uma fábrica numa zona proibida pelo PDM da edilidade, um inspetor da PJ pensa imediatamente na quase impossibilidade de obter prova válida em processo crime desse ato.»<sup>112</sup>

Estes são apenas dois dos exemplos avançados pela atual diretora do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa e pelo jornalista José Vegar, no sentido de se representarem alguns dos problemas formulados durante a investigação deste tipo de crimes em Portugal.

Morgado e Vegar referem-se às «escassas, e algumas vezes deficientes, redes de informadores»,<sup>113</sup> afirmando que «no nosso País, não está ainda implementada uma cultura de recolha, análise, tratamento e controlo de uma informação especulativa, que

---

<sup>111</sup> Morgado, Maria José e Vegar, José (2003): 103.

<sup>112</sup> *Ibidem*.

<sup>113</sup> *Idem*: 108.



permita traçar cenários de risco, o acionar de sinais de alarme em tempo útil, e a obtenção de prova no momento oportuno.»<sup>114</sup> Uma rede de informadores eficaz poderia, sem dúvida, contribuir para agilizar o trabalho policial em termos de tempo e, consequentemente, em termos de resultados.

Nos casos de corrupção política gera-se, muitas vezes, uma dificuldade adicional: a indisponibilidade da vítima para apresentar queixa. É de ressaltar que, na grande maioria das situações, quando falamos em vítima, estamos a reportar-nos ao Estado: «na maior parte dos casos não há uma vítima isolada, identificável, que possa, que queira ou que esteja em condições de fazer denúncias ou de apresentar provas.»<sup>115</sup> Com efeito, os responsáveis políticos e a Função Pública, no geral, não devem demitir-se do necessário patrulhamento cívico, isto é, têm que se manter atentos, levando a cabo ações de prevenção e de sensibilização dos cidadãos acerca da natureza corrosiva da corrupção sobre «a autonomia intencional do Estado»,<sup>116</sup> que leva a uma progressiva degradação da confiança dos cidadãos nesse mesmo Estado e nas suas Instituições. Daí a importância de «denunciar» e de não silenciar comportamentos e movimentações que lhes pareçam suspeitos.

Neste ponto em concreto, já há uma década, Maria José Morgado e José Vegar iam mais longe, sublinhando «o não desenvolvimento, por parte dos responsáveis políticos e da Função Pública, de uma política de sensibilização junto das instituições estatais e privadas, para a importância de colaborações pontuais com as autoridades, e da introdução de medidas de cooperação atraentes para a comunidade empresarial, como o perdão fiscal, em moldes a estudar, de empresas que denunciassem atos de corrupção.»<sup>117</sup>

Recentemente [Agosto de 2014], um advogado português destacou-se ao publicar a ata da reunião extraordinária do Banco de Portugal (BdP), na qual ficou decidido o fim do Banco Espírito Santo (BES) e a constituição do Novo Banco;<sup>118</sup> Miguel Reis explicou à comunicação social que, tendo o BdP recusado a disponibilização de um documento que é público, teve de procurar vias alternativas, encontrando no Portal da Empresa todos os dados que procurava.

---

<sup>114</sup> Morgado, Maria José e Vegar, José (2003): 108.

<sup>115</sup> *Idem*: 104.

<sup>116</sup> «A autonomia intencional do Estado» é designada, pela generalidade dos autores, como o bem jurídico lesado pela prática do crime da corrupção.

<sup>117</sup> Morgado, Maria José e Vegar, José (2003): 108.

<sup>118</sup> Ata datada de 3 de agosto de 2014, publicada na *newsletter* da Sociedade de Advogados Miguel Reis & Associados, a 8 de agosto de 2014.

O advogado de pequenos investidores do BES, que perderam grande parte das suas poupanças, afirmou ao Jornal de Negócios que «todos os cidadãos têm o direito a informar e foi o que nós fizemos», acrescentado que «a ata é pública e conseguímo-la por meios públicos através do Portal da Empresa. Quiseram tanto ocultar informação, quando era tão fácil chegar a ela.»<sup>119</sup>

Nessa ocasião, Miguel Reis criticou veementemente o que considerou ser a falta de informação, capaz de ferir toda a fundamentação de uma ação judicial, declarando que «o que está em causa é o Estado de Direito, quando se ocultam elementos essenciais à análise e informação tão importante como esta»,<sup>120</sup> numa referência ao conteúdo da ata do BdP.

Neste caso, o advogado Miguel Reis <sup>121</sup> acabou por se tornar fonte de informação para os próprios *media*, que ganharam acesso a um documento central, através da sua diligência. Este trabalho de investigação jurídico, levado a cabo neste cenário pelo advogado, poderia ter sido concretizado por um jornalista, em busca de elementos de prova para fundamentar as notícias ou de novos pontos de informação sobre o escândalo do BES.

O pacto de silêncio, o segredo bancário e fiscal, os paraísos fiscais (ou *offshores*) e a compartimentação rígida de dados também não ajudam, muitas vezes, à eficácia ou à «abertura» das fontes, quando se trata de denunciar um crime de corrupção.

Retomamos Morgado e Vegar para explicitar que «normalmente, a produção de prova nos crimes de corrupção, económicos e de tráfico de influências é inviabilizada pelo inevitável pacto entre quem compra favores e quem vende influência ou decisões.»<sup>122</sup> Os autores consideram que «estes pactos têm produzido um nível intolerável de impunidade, especialmente numa investigação criminal e numa justiça penal tão tradicionais como as nossas, baseadas quase exclusivamente na prova testemunhal.»<sup>123</sup>

As metodologias complexas dos tribunais portugueses também nem sempre se posicionam como coadjuvantes para as fontes. Morgado e Vegar salientam ainda os prejuízos provocados pela «sobreposição de competências entre órgãos de investigação

---

<sup>119</sup> Cf. o artigo publicado no Jornal de Negócios, com as declarações do advogado Miguel Reis: [http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/publicar\\_a\\_ata\\_do\\_bes\\_foi\\_servico\\_publico.html](http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/publicar_a_ata_do_bes_foi_servico_publico.html) (11 de agosto de 2014).

<sup>120</sup> *Ibidem*.

<sup>121</sup> Especialista em Direito da Comunicação Social.

<sup>122</sup> MORGADO, Maria José e VEGAR, José (2003): p.104.

<sup>123</sup> *Ibidem*.

criminal.»<sup>124</sup> Uma organização mais criteriosa tanto dos tribunais, como dos meios/agentes de investigação criminal poderia, neste sentido, dotar as fontes de uma maior credibilidade junto dos *media*, habilitando-os, desse modo, a cumprir o seu direito/dever de informar com verdade e contribuindo para a formação de uma opinião pública mais esclarecida, capaz de construir uma melhor imagem da Justiça e, dessa forma, contribuir para a realização da genuína paz judiciária.

## **Capítulo 2 – Estudo de Caso**

### ***A Face Oculta da Corrupção (Política)***

#### **2.1 – Práticas Metodológicas**

Neste capítulo, propomo-nos analisar a cobertura mediática de um dos casos de corrupção com mais destaque em Portugal, na última década. A nossa escolha é justificada pela dimensão que esse mesmo caso apresenta, refletida na quantidade de peças e reportagens noticiosas a que deu origem. Referimo-nos, portanto, ao caso *Face Oculta*, já mencionado anteriormente nesta dissertação.

O processo judicial que envolveu vários nomes da política nacional e que provocou uma forte agitação no palco governativo da época, saltou para a esfera pública em outubro de 2009.

É nossa intenção compreender a intensidade e a frequência que os meios de comunicação social atribuíram ao *Face Oculta* em três períodos distintos: quando o caso foi divulgado publicamente, quando se deu início ao julgamento e na data em que decorreu a dia da leitura do acórdão.

Este é um trabalho de exploração de conteúdos, que toma por base a recolha de informação de dois jornais nacionais: o Correio da Manhã (CM) e o Público. Os dois primeiros períodos temporais que referimos foram analisados com o exclusivo recurso a dados *online*, a partir dos *sites* dos órgãos de comunicação social. A cobertura noticiosa do dia 5 de setembro de 2014, data em que foi conhecida a sentença - foi também alvo de pesquisa *online*; já para analisar a cobertura mediática do *Face Oculta* no dia 6 de

---

<sup>124</sup> MORGADO, Maria José e VEGAR, José (2003): 105.

setembro de 2014 - o dia seguinte ao conhecimento da sentença – recorreremos às edições em papel desses mesmos jornais.

Optámos por seleccionar o Correio da Manhã e o Público por serem, de acordo com os dados mais recentes da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCTC), relativos a maio e junho de 2014, os jornais diários que registam maior circulação nacional.<sup>125</sup> No entanto, apesar desta seleção, fazemos, desde já, a ressalva de que iremos referir outros órgãos de comunicação e respetivas peças noticiosas, sempre que considerarmos que se trata de um procedimento relevante para a presente análise.

Nas edições digitais, partimos da busca do conteúdo desejado através da introdução de uma palavra-chave no campo da pesquisa disponibilizado para o efeito. O levantamento de conteúdos foi direcionado para as datas que correspondem aos três períodos cruciais já mencionados, em concreto: o dia 28 de outubro de 2009 (dia em que a investigação foi conhecida), o dia 8 de novembro de 2011 (início do julgamento no Tribunal de Aveiro) e o dia 5 de setembro de 2014 (dia da leitura do acórdão).

Quanto às edições em papel, definimos como foco principal a visualização da capa, destacando as manchetes e fotografias: nos artigos propriamente ditos, analisámos os títulos, a extensão do texto, a linguagem utilizada, a referência a fontes anónimas e a presença e identidade de protagonistas mediáticos.

Neste trabalho analítico, devemos ter em mente a natureza das publicações em que nos centramos, de forma a obter um enquadramento mais aprofundado. O Correio da Manhã (CM) é um jornal diário que pertence ao grupo Cofina. Classificado como *tabloide*, é o jornal que mais vende em Portugal, detendo mais de 40% da cota de mercado dos diários, com uma tiragem média de quase 150 mil exemplares por dia.<sup>126</sup>

O Público é também um jornal diário, fundado em 1989, apesar de o primeiro número ter saído apenas no ano seguinte; pertence à Sonaecom<sup>127</sup> e faz parte, desde 1991, da World Media Network, uma associação que agrega diversos jornais de referência a nível mundial. Ao longo dos seus quase 25 anos, o Público destacou-se por ser pioneiro em algumas áreas; por exemplo, em 1995, registou o seu sítio na Internet e

---

<sup>125</sup> Cf. [http://www.apct.pt/Analise\\_simples.php](http://www.apct.pt/Analise_simples.php).

<sup>126</sup> *Ibidem*.

<sup>127</sup> A Sonaecom é a *sub-holding* da Sonae para as áreas da comunicação.

foi criado o *Público Online* (atualmente *Público.pt*). Atualmente, o Público regista uma tiragem média um pouco superior a 34 mil exemplares diários.<sup>128</sup>

Tanto o CM como o Público surgiram já depois do 25 de abril de 1974, numa época afastada da censura prévia que abafava muitas notícias, em nome da intocabilidade do regime. Neste momento, em Portugal, anteriores à ditadura de Salazar, temos apenas o Diário de Notícias (DN), fundado em 1864, e o Jornal de Notícias (JN), fundado em 1888; ambas as publicações pertencem ao grupo Controlinveste.

Entre outros objetivos, pretendemos averiguar se o jornalismo judiciário tem um papel específico na divulgação de casos relacionados com a corrupção política. Outra das nossas intenções passará por compreender o agendamento do tema em causa, encontrar os seus protagonistas e avaliar em que medida jornalistas e agentes da justiça podem agilizar a comunicação entre si, mantendo os indispensáveis critérios de imparcialidade, rigor e transparência, de modo a levar ao público uma informação o mais fidedigna possível.

A partir deste estudo, desejamos proceder a uma análise comparativa da visibilidade e da intensidade que o caso Face Oculta adquiriu através da comunicação social. Para atingir esse foco, lançamos algumas interrogações: Verificam-se diferenças substanciais na forma de abordagem e na linguagem utilizada por cada um dos jornais? As notícias cumprem os critérios essenciais de clareza, rigor informativo e seleção? Que tipo de fontes são citadas? Que protagonistas marcam as notícias? Observamos algum sinal de proximidade entre os agentes da justiça que investigam e julgam o caso e os jornalistas que escrevem as respetivas notícias? Estas são apenas algumas das perguntas para as quais tentaremos alcançar uma resposta, de modo a concluir se os *media* contribuem para a correta transmissão da informação da justiça ao público e para a construção das suas perceções relativamente à corrupção política.

Procuraremos também perceber se o jornalismo (judiciário) pode (e deve) assumir a função de, por um lado, «denunciante» da corrupção e, por outro, de «combatente» contra essa mesma corrupção.

Esta ligação entre os *media* e a justiça tem sido alvo de várias discussões, precisamente pelo facto de conter, em si mesma, uma enorme quantidade de variantes. O politólogo Luís de Sousa escreve que a relação *media*/justiça «não é necessariamente

---

<sup>128</sup> Cf. [http://www.apct.pt/Analise\\_simples.php](http://www.apct.pt/Analise_simples.php).

harmoniosa, nem os efeitos inevitavelmente positivos para o desempenho da democracia»,<sup>129</sup> senão vejamos: «se o aparelho da justiça recorre aos *media* através de um conjunto de estratégias que visam ancorar o exercício das suas funções na sociedade civil, com vista ao seu melhor desempenho ou para uma simples promoção pessoal de alguns dos seus intervenientes, os *media* recorrem às fontes judiciais, por vezes subvertendo-as, a fim de assumirem perante a sociedade uma função de justiça que o próprio aparelho da justiça não consegue providenciar de maneira satisfatória.»<sup>130</sup>

Ao longo deste percurso de análise, sempre que considerarmos oportuno, vamos documentar-nos com estudos e dados estatísticos da área da justiça e dos *media* e com algumas das citações que integram as entrevistas realizadas no âmbito da presente investigação.

## **2.2 - Caracterização e contextualização genérica do caso de corrupção política reportado pelos *media* nacionais: o caso *Face Oculta***

O *Face Oculta*, nome como é vulgarmente reconhecido o processo de que vamos tratar nas próximas páginas, pôs a descoberto aquilo a que várias instâncias chamaram «teia de corrupção política». O objetivo dessa «teia» era favorecer o grupo económico do empresário Manuel Godinho, conhecido como o «sucateiro» de Ovar, ligado ao setor dos resíduos industriais e das sucatas. O caso chegou às páginas dos jornais em outubro de 2009, cerca de um mês depois das eleições legislativas<sup>131</sup> que reconduziram o PS ao governo, com José Sócrates na liderança de executivo, desta vez, sem maioria na Assembleia da República, ao contrário do que tinha acontecido no seu primeiro mandato.

A investigação tinha sido desencadeada pela Polícia Judiciária (PJ) de Aveiro (há cerca de um ano, ainda em 2008), tendo a fase de instrução sido também da responsabilidade da PJ e do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) da Comarca do Baixo Vouga (Aveiro).<sup>132</sup> O julgamento começou em novembro de 2011,

---

<sup>129</sup> Sousa, Luís de (2001): 72.

<sup>130</sup> *Idem*: 72-73.

<sup>131</sup> A 27 de setembro de 2009, o PS de José Sócrates ganha as eleições com 36,55% dos votos. A candidata do PSD, Manuela Ferreira Leite, atinge os 29,11% e o CDS, de Paulo Portas, os 10,43%. O Bloco de Esquerda, com o candidato Francisco Louçã, chega aos 9,82% e a CDU, de Jerónimo de Sousa, aos 7,86%. José Sócrates passa, por isso, a governar sem maioria absoluta.

<sup>132</sup> A comarca do Baixo Vouga foi uma comarca-piloto, entretanto extinta com a implementação do novo mapa judiciário, que entrou em vigor a 1 de setembro de 2014.

no Tribunal de Aveiro. No banco dos réus, sentaram-se 36 arguidos, entre os quais 34 pessoas singulares e duas empresas. Em causa, centenas de crimes de burla, branqueamento de capitais, corrupção e tráfico de influências. A leitura do acórdão decorreu quase três anos depois, a 5 de setembro de 2014.

O principal arguido indiciado pelo Ministério Público, Manuel Godinho, foi acusado de 60 crimes, designadamente de associação criminosa, corrupção, tráfico de influências, furto qualificado, burla qualificada e falsificação de documento. O empresário foi o único dos arguidos a quem foi aplicada prisão preventiva como medida de coação.

Um dos fatores que contribuiu, em larga escala, para que o processo assumisse os contornos altamente mediáticos que veio a assumir, foi o facto de alguns dos arguidos não serem, de todo, anónimos. Falamos, por exemplo, do antigo ministro e ex-administrador do BCP, Armando Vara,<sup>133</sup> do antigo presidente da REN, José Penedos e do advogado e ex-assessor jurídico da Portugal Telecom (PT), Paulo Penedos (filho de José Penedos).

No despacho de acusação do Ministério Público, constava que Manuel Godinho teria definido um plano, com data anterior a 2002, com a intenção de favorecer as empresas do seu grupo na adjudicação de concursos e consultas públicas, promovidos por empresas do setor empresarial do Estado, tais como a REN e a REFER, entre demais empresas do setor privado.

O processo Face Oculta conquistou uma visibilidade mediática ainda mais acentuada, devido às notícias que davam conta do alegado envolvimento do então primeiro-ministro, José Sócrates, na preparação de um plano para controlar a comunicação social.

O ex-chefe do executivo socialista não chegou a ser investigado, apesar das fortes suspeitas levantadas pelos investigadores. Em fevereiro de 2010, o jornal SOL publicou os despachos do procurador, João Marques Vidal e do juiz de instrução,

---

<sup>133</sup> Armando Vara ocupou vários cargos políticos: entre 1995 e 1997, foi primeiro secretário de Estado da Administração Interna, no governo de António Guterres; depois, tornou-se secretário de Estado adjunto do ministro da Administração Interna, de 1997 a 1999. Após a segunda vitória eleitoral de Guterres, em 1999, passou a ser ministro adjunto do primeiro-ministro, com os pelouros da juventude, toxicodependência e comunicação social. Em 2000, torna-se ministro da juventude e do desporto, sendo que, nesse mesmo ano, acabou por ver-se forçado a pedir a demissão, na sequência de notícias sobre alegadas irregularidades cometidas pela Fundação para a Prevenção e Segurança Rodoviária, que ele mesmo tinha ajudado a fundar no ano anterior (um processo que foi depois arquivado).

António Gomes, que tinham defendido, já em junho de 2009, a instauração de um inquérito a José Sócrates e a determinados gestores da área do PS (alguns entretanto arguidos no Face Oculta).<sup>134</sup>

O alerta inicial tinha sido dado pelo então diretor da Polícia Judiciária de Aveiro, Teófilo Santiago, na sequência de indícios reportados em atos investigatórios, nomeadamente nas conversas telefónicas intercetadas a Paulo Penedos e Armando Vara. Contudo, o inquérito não chegou a ser instaurado.

Menos de um mês antes das eleições legislativas de 2009, o *Jornal de Sexta-Feira* da TVI foi suspenso, sendo Manuela Moura Guedes - a jornalista responsável pelo espaço informativo - despedida da estação de televisão; também a Direção de Informação da TVI apresentou, nessa ocasião, um pedido de demissão. Nesse contexto, o ex-primeiro-ministro, José Sócrates, foi acusado de pressionar a TVI que, à época, fez várias reportagens e investigações jornalísticas sobre o caso Freeport. O Jornal conduzido por Manuela Moura Guedes divulgou o conteúdo de um DVD com escutas do caso Freeport em março de 2009, mais concretamente, com a gravação de uma conversa entre Charles Smith, João Cabral e Alan Perkins, que envolvia, diretamente, o nome de José Sócrates.

Nessa noite, pouco depois de a reportagem ser transmitida, o Gabinete do primeiro-ministro reagia à notícia através de um comunicado oficial, que desmentiu todas as afirmações contidas na reportagem. Recordamos que José Sócrates tinha sido acusado, através de uma denúncia anónima, de ter recebido «luvas» quando era ministro do Ambiente, em troca de uma autorização para ser construído o *outlet* de Alcochete, em zona protegida, no estuário do Rio Tejo, com financiamentos do consórcio britânico *Freeport*. Sete cidadãos foram constituídos arguidos no âmbito deste processo, mas nenhum deles foi condenado. José Sócrates não fez parte do grupo de arguidos, não tendo sido sequer ouvido como testemunha.

O então primeiro-ministro chegou a afirmar, publicamente, numa entrevista à RTP, em abril de 2010, que o telejornal das sextas-feiras da TVI era «uma caça ao

---

<sup>134</sup> Recordemos a edição do SOL, de 12 de fevereiro de 2010 (n.º 180), com uma grande reportagem de mais de 15 páginas sobre o alegado envolvimento do então primeiro-ministro socialista no referido plano. Na capa do SOL, sob fundo vermelho, surgia o rosto de José Sócrates, de perfil, a preto. Na manchete lia-se «Face Oculta – O Polvo» e acrescentavam-se os seguintes tópicos: «Os planos para controlar a TVI, o DN, o JN e a TSF», «As manobras da Ongoing», «Os despachos dos magistrados de Aveiro» e «A guerra para afastar Moniz e Moura Guedes». A procura pelo semanário foi tão grande que, nesse mesmo dia 12 de fevereiro de 2010, à tarde, foi colocada à venda uma edição extra.



homem». Sobre o *Freeport*, José Sócrates esclareceu que tinha agido judicialmente contra Charles Smith, que o acusara de ser corrupto (de acordo com o vídeo divulgado pela TVI), negando ainda que o governo tivesse exercido qualquer pressão sobre os magistrados responsáveis pela investigação desse caso.

No seguimento de todo este enredo, o *Face Oculta* tornou-se num dos mais mediáticos casos dos últimos tempos em Portugal. A natureza política de que se revestiu o processo explica-se pelo envolvimento de um ex-ministro e ex-secretário de Estado numa alegada «teia» de corrupção e também pelas suspeitas levantadas sobre a atuação do então primeiro-ministro, José Sócrates, e sobre o seu alegado plano para controlar a comunicação social portuguesa.

A leitura do acórdão do *Face Oculta* é muito recente. No momento em que escrevemos esta dissertação [Setembro de 2014], está a decorrer ainda a fase de interposição de recursos para o Tribunal da Relação do Porto.

Numa retrospectiva temporal, recordamos que, apesar de a notícia só ter vindo a público em outubro de 2009, foi em junho e em julho desse mesmo ano que chegaram à Procuradoria-Geral da República (PGR) as primeiras certidões de conversas entre José Sócrates e Armando Vara. Em agosto desse ano, tais escutas foram analisadas pelo Supremo Tribunal de Justiça que, a 3 de setembro,<sup>135</sup> ordenou a destruição das gravações e de todos os suportes de gravação, declarando a sua nulidade.

A 28 de outubro de 2009, a Polícia Judiciária de Aveiro efetuou buscas a 30 locais; consequentemente, nesse mesmo dia, foi detido Manuel Godinho e o caso passou a ser conhecido publicamente. Dois dias depois, o Tribunal de Aveiro decretou a prisão preventiva do empresário Manuel Godinho, na mesma data em que José Penedos, ex presidente da REN, foi constituído arguido. Poucos dias depois, Armando Vara apresentou um pedido de suspensão do cargo de vice-presidente do BCP.

Em novembro de 2009, o procurador-geral distrital de Coimbra, Braga Temido, entregou ao Procurador-Geral da República (PGR), Pinto Monteiro, mais cinco conversas onde intervinham Armando Vara e José Sócrates; uma semana depois, o Procurador-Geral mandava arquivar as escutas ao primeiro-ministro, por considerar a inexistência de indícios de qualquer crime contra o Estado de Direito.<sup>136</sup> O PGR

---

<sup>135</sup> A mesma data em que o Jornal de Sexta-Feira da TVI foi suspenso.

<sup>136</sup> Conferir [http://www.jn.pt/PaginaInicial/Policia/Interior.aspx?content\\_id=1427137](http://www.jn.pt/PaginaInicial/Policia/Interior.aspx?content_id=1427137) (Jornal de Notícias, 22 de novembro de 2009)

adiantou que a decisão de arquivamento em nada colidia com o caso *Face Oculta*, uma vez que os factos constantes das certidões analisadas não se referiam à matéria do processo em causa.

Esta não foi a única vez em que foram intercetadas conversas telefónicas em Portugal com a participação de um primeiro-ministro; também o atual chefe do governo, Pedro Passos Coelho, foi já ouvido em escutas cujo alvo principal era o presidente do Banco Espírito Santo Investimento (BESI).

Contudo, a questão de fundo em torno das escutas de José Sócrates prendeu-se com o facto de tanto a Polícia Judiciária (PJ) de Aveiro, como o Ministério Público (MP), defenderem que existiam motivos para investigar o então primeiro-ministro como suspeito de uma alegada participação num esquema de controlo dos *media*.

Com efeito, o ruído gerado à volta desta discussão alcançou dimensões muito visíveis, com o próprio Ministério Público (MP) a considerar que o Procurador-Geral da República (PGR) não teria agido da forma mais correta possível. Muitas vozes do interior do MP argumentaram que Pinto Monteiro deveria ter encaminhado a participação-crime proveniente de Aveiro, juntamente com as escutas onde surgia José Sócrates, para a secção do MP no Supremo Tribunal de Justiça (STJ), cumprindo-se, desse modo, as regras apropriadas.

A solução que o então Procurador-Geral da República (PGR) definiu para abrir formalmente um inquérito-crime ao primeiro-ministro passou pela criação de uma figura nunca antes utilizada no MP, designada por «extensão procedimental». Esta figura permitiu que não houvesse um arquivamento formal, ficando numa pasta todos os despachos enviados por Aveiro, com a descrição das conversas intercetadas entre Armando Vara e José Sócrates. Recordamos que, no momento em que um processo-crime é terminado e arquivado, a informação passa a ser pública, ou seja, torna-se passível de ser consultada, não estando já em segredo de justiça. A partir da criação da «extensão procedimental», tal risco ficou afastado.

A 27 de outubro de 2010, o Ministério Público deduziu acusação contra 34 pessoas e duas empresas por corrupção e crimes conexos e, em março do ano seguinte, o juiz pronunciou todos os arguidos.

O julgamento do processo *Face Oculta* começou cerca de oito meses depois, em novembro, no Tribunal de Aveiro. Em quase três anos, decorreram 188 sessões para a

defesa e o Ministério Público argumentarem as suas razões, tendo sido registados mais de 350 depoimentos, entre arguidos, testemunhas e peritos. O coletivo de juízes que se dedicou, em exclusivo, a julgar o *Face Oculta*, foi composto por Raul Cordeiro (presidente do coletivo), Liliana Nogueira Carvalho e Raquel Ferreira Neves.<sup>137</sup> O julgamento contou com a presença de 52 advogados em representação dos arguidos e de dois procuradores do Ministério Público.

Uma das curiosidades deste processo prendeu-se com a necessidade de se proceder a obras de remodelação no Tribunal de Aveiro, que não se encontrava devidamente preparado para receber os mais de 30 arguidos. Outro dos fatores a destacar relaciona-se com o facto de apenas dez dos 36 arguidos terem deposto em tribunal; por exemplo, o principal arguido, Manuel Godinho, permaneceu sempre em silêncio.

Em março de 2014, o Ministério Público defendeu que todos os crimes pelos quais os arguidos haviam sido indiciados, tinham ficado provados. A leitura do acórdão decorreu a 5 de setembro deste ano [2014], no Tribunal de Aveiro, com um resultado que foi, desde logo, considerado «histórico» na justiça nacional, com pouca tradição nas condenações por corrupção. Todos os arguidos do processo *Face Oculta* foram condenados, não havendo registo de uma única absolvição; dos 36 arguidos, 11 foram condenados a pena efetiva, 23 a pena suspensa e as duas empresas de Manuel Godinho,<sup>138</sup> que também constavam no lote de arguidos, foram condenadas ao pagamento de multas no valor de 80 mil e 162 mil euros.

Focando-nos nos arguidos mais mediáticos, Manuel Godinho foi condenado a 17 anos e seis meses de prisão efetiva por 49 crimes de associação criminosa, corrupção, tráfico de influências, furto, burla e falsificação de notação técnica; estava acusado de 60 crimes, foi absolvido de 11, tendo ficado provado que ofereceu presentes de valor avultado a um número significativo de pessoas detentoras de poder e influência, a troco de favorecimento das atividades das suas empresas.

Armando Vara foi condenado a cumprir uma pena de cinco anos de prisão efetiva, além de ser obrigado a entregar ao Estado 25 mil euros, por três crimes de tráfico de influências. O Tribunal de Aveiro considerou que ficou provado o exercício dessas influências, da parte do ex-administrador do Millenium BPC e antigo ministro,

---

<sup>137</sup> Cf. <http://sol.pt/noticia/114606> (SOL, 07 de setembro de 2014).

<sup>138</sup> O2 e SCI.

junto de governantes; para esse feito, recebeu, de Manuel Godinho, 25 mil euros em notas, num almoço em casa do empresário, para que intercedesse por si, em negócios com a REFER ou com a EDP Imobiliária. Os juízes condenaram ainda Armando Vara a entregar ao Estado todos os presentes de Natal que lhe foram oferecidos por Manuel Godinho (no caso de não encontrar os presentes em géneros, terá de entregar o valor correspondente em dinheiro, num total de 7.473 euros). O coletivo de juízes afirmou que Armando Vara tinha deveres acrescidos, não só devido aos cargos exercidos no governo, como também na banca. À data da leitura do acórdão, Armando Vara desempenhava funções de representante, em África, da cimenteira brasileira Camargo Correia.

José Penedos foi também condenado a cinco anos de pena efetiva, por um crime de corrupção passiva para ato ilícito, um de corrupção ativa e dois de participação económica em negócio; o tribunal de primeira instância confirmou a receção de presentes no valor de 6.267 euros, entregues por Manuel Godinho a José Penedos, em regra, por altura do Natal, como uma contrapartida de atos de corrupção. Nesse sentido, o ex-administrador da REN terá que entregar esses bens ao Estado.<sup>139</sup>

Paulo Penedos, filho de José Penedos, viu ser-lhe aplicada uma pena efetiva de quatro anos pelo crime de tráfico de influências; o advogado<sup>140</sup> recebeu do empresário de Ovar contrapartidas financeiras para influenciar o pai. À semelhança dos nomes referidos atrás, Paulo Penedos terá de entregar uma quantia monetária ao Estado, no valor de 337 mil euros.

O ex-administrador da EDP Imobiliária, Paiva Nunes, foi condenado a cinco anos de prisão efetiva, tendo ficado comprovado que facilitou vários negócios para as empresas de Manuel Godinho, recebendo, em troca, um carro valioso.

Quanto ao antigo presidente da Consulgal, Lopes Barreira, foi condenado a três anos e nove meses de pena suspensa; o Tribunal de Aveiro considerou provados três crimes de tráfico de influências. Lopes Barreira terá recebido de Manuel Godinho 25 mil euros, além de um relógio avaliado em 2.565 euros. Uma vez que Lopes Barreira se encontra gravemente doente, o coletivo de juízes considerou que não deveria ir para a

---

<sup>139</sup> Falamos, por exemplo, de um relógio no valor de 2.500 euros, de uma fruteira de 1.900 euros ou de um cantil de 330 euros. Cf. Jornal de Notícias, de 6 de setembro de 2014, p. 2.

<sup>140</sup> Ex-advogado de Manuel Godinho.

cadeia, optando pela suspensão da pena, mas ordenando, ainda assim, o pagamento de 25 mil euros a uma instituição de solidariedade social.

Quanto a Namércio Cunha, antigo colaborador de Manuel Godinho, tido como «braço direito» do empresário de Ovar, foi condenado a ano e meio de prisão, mas com pena suspensa, por dois crimes de associação criminosa e corrupção ativa. Namércio Cunha arrependeu-se da sua conduta de ilegalidade, tendo colaborado com a justiça na descoberta da verdade.

É de sublinhar que a grande maioria dos arguidos condenados a penas suspensas terão de entregar dinheiro a instituições de solidariedade social das respetivas áreas de residência, determinadas pelo tribunal. No total, a quantia em causa ascende aos 213 mil euros para 19 instituições e terá que ser entregue no prazo máximo de seis meses.

A leitura da decisão do coletivo de juízes demorou mais de quatro horas; o acórdão soma 2781 páginas, pelo que o presidente do coletivo leu apenas algumas partes do documento, uma vez que a leitura integral, em audiência, tornar-se-ia inviável.

A questão das escutas das conversas entre José Sócrates e Armando Vara foi abordada durante a leitura do acórdão; o juiz presidente, Raul Cordeiro, rejeitou as pretensões de Armando Vara e Paulo Penedos que argumentaram que o facto de não terem tido acesso a tais instrumentos ameaçava o direito de se defenderem. No acórdão, o Tribunal de Aveiro indica que se essas escutas eram tão importantes para a defesa de Armando Vara e de Paulo Penedos, os arguidos deveriam ter arrolado o ex-primeiro-ministro para ser ouvido como sua testemunha.<sup>141</sup>

As cinco escutas telefónicas e as 26 mensagens escritas trocadas entre José Sócrates e Armando Vara, fruto de uma cópia do sistema de gravação automática, foram destruídas na segunda-feira seguinte à leitura do acórdão,<sup>142</sup> na presença do juiz Raul Cordeiro.

Nenhum dos arguidos condenados a penas de prisão efetiva foi para a cadeia após a leitura do acórdão, uma vez que a interposição de recursos para o Tribunal da Relação do Porto suspendeu a execução imediata das penas. No caso de a Relação

---

<sup>141</sup> «Efetivamente, esta seria uma forma adequada para a demonstração, em audiência, dos factos com suposto interesse para a sua defesa, pois que, com esse meio de prova, alcançaria o mesmo resultado que conseguiria com as escutas mandadas destruir e destruídas»; Cf. excerto do acórdão do processo *Face Oculta*, citado no Jornal de Notícias, de 6 de setembro de 2014, p. 5.

<sup>142</sup> Segunda-feira, 08 de setembro de 2014.

confirmar essas mesmas penas, só Manuel Godinho terá a oportunidade de recorrer ainda para o Supremo Tribunal de Justiça, uma vez que foi condenado a uma pena de prisão superior a oito anos.<sup>143</sup> O Tribunal de Aveiro fixou em dois meses o prazo para a defesa e o Ministério Público recorrerem, dada a complexidade e a extensão do acórdão.<sup>144</sup>

Tal como já mencionámos anteriormente, este não seria o desfecho aguardado, pelo menos, pela maioria dos arguidos. O ex-ministro Armando Vara confessou aos jornalistas, depois de lido o acórdão, que se sentia «em choque», acrescentando que ficava com a sensação de que a sentença não seria sobre as acusações ou sobre o que estava em causa, tendo sim a ver com a sua circunstância, numa referência ao facto de ter sido ministro de um governo socialista.<sup>145</sup>

Também Paulo Penedos mostrou surpresa, afirmando que, enquanto advogado, diz sempre aos seus clientes que têm de aceitar a decisão dos juízes e que tinha de fazer o mesmo, anunciando ainda a intenção de apresentar recurso.<sup>146</sup>

A Procuradora-Geral da República, Joana Marques Vidal, reagiu, no próprio dia, à decisão dos juízes, manifestando-se «contente» com o acórdão do processo *Face Oculta*, por considerar que se confirmou «a boa investigação do Ministério Público».<sup>147</sup>

Além das penas a que foram condenados, Manuel Godinho, Armando Vara, Paulo e José Penedos, entre outros arguidos do processo, passarão a ter uma amostra do seu ADN numa base de dados de perfis genéticos. Este é um procedimento previsto na Lei n.º 5/2008, de 12 de fevereiro, que aprovou a criação de uma base de dados de perfis de ADN para fins de identificação civil e criminal, como um instrumento de auxílio à investigação criminal. A ordem de recolha do ADN dos condenados a penas superiores

---

<sup>143</sup> Cf. artigo 400º, n.º 1, alínea f) do Código de Processo Penal: «Não é admissível recurso de acórdãos condenatórios proferidos, em recurso, pelas relações, que confirmem decisão de 1.ª instância e apliquem pena não superior a 8 anos».

<sup>144</sup> O prazo normal para apresentação de recurso é de 30 dias.

<sup>145</sup> Cf. Correio da Manhã, de 6 de setembro de 2014, p.4 e Diário de Notícias, de 6 de setembro de 2014, p.1

<sup>146</sup> Cf. Correio da Manhã, de 6 de setembro de 2014, p.4.

<sup>147</sup> «Fico, obviamente, contente por este acórdão, mas também fico contente por todos os acórdãos, por esse país fora, que vão dando confirmação àquilo que tinha sido a acusação do Ministério Público (MP)». Joana Marques Vidal disse ainda aos jornalistas, nessa data, que a decisão do Tribunal de Aveiro «veio confirmar que houve uma boa investigação, uma boa capacidade de articulação entre as polícias e, especialmente, entre a Polícia Judiciária e o MP.» Estas declarações à comunicação social foram feitas à margem de uma cerimónia em Évora, tendo sido citadas em vários jornais do dia 6 de setembro de 2014 (Cf., por exemplo, o Correio da Manhã, p. 9 e o Jornal de Notícias, p.5).

a três anos e após trânsito em julgado da decisão consta do acórdão do processo *Face Oculta*, sendo justificada pelo artigo 8.º da lei reguladora.<sup>148</sup>

Normalmente, esta é uma medida utilizada quando se levantam suspeitas de continuação da atividade criminal dos condenados, mesmo depois de ter sido cumprida a pena,<sup>149</sup> ou seja, neste caso, o coletivo de juízes recebeu a reincidência dos condenados no *Face Oculta*. O mesmo é dizer que os arguidos com penas superiores a três anos, se (e quando) a pena se tornar definitiva, após esgotada toda e qualquer possibilidade de recurso, terão que ceder vestígios biológicos para a referida base de dados de ADN.

Importará, na nossa investigação, decodificar o nome *Face Oculta*; algo que está oculto é algo que «está subtraído à vista, que apenas se conhece pelos efeitos»,<sup>150</sup> é algo «encoberto, invisível»<sup>151</sup> ou até algo «não explorado».<sup>152</sup> Se nos questionarmos quem terá sido a *Face Oculta* do processo, depressa poderemos chegar à conclusão de que existirá uma referência implícita, nesta designação, a José Sócrates. Tal como descrevemos atrás, o antigo primeiro-ministro nunca chegou a ser ouvido, apesar de o Ministério Público de Aveiro ter proposto a investigação da sua alegada interferência no caso da compra da TVI pela PT, proposta essa que foi recusada na Procuradoria-Geral da República (PGR) e no Supremo Tribunal de Justiça (STJ).

Numa etapa inicial, a Polícia Judiciária (PJ) de Aveiro apelidou o caso de *Amigos dos Amigos*.<sup>153</sup> No entanto, quando foi necessário atribuir um nome à investigação e, mais concretamente, à operação de buscas, o processo passou a ser nomeado como *Face Oculta* (altura que corresponde ao conhecimento do caso pela opinião pública).

---

<sup>148</sup> Artigo 8.º, n.º 2 da Lei n.º 5/2008, de 12 de fevereiro: «Quando não se tenha procedido à recolha da amostra nos termos do número anterior, é ordenada, mediante despacho do juiz de julgamento, e após trânsito em julgado, a recolha de amostras em condenado por crime doloso com pena concreta de prisão igual ou superior a três anos, ainda que esta tenha sido substituída.»; no n.º 1 do mesmo artigo, lê-se que «A recolha de amostras em processo crime é realizada a pedido do arguido ou ordenada, oficiosamente, ou a requerimento, por despacho do juiz, a partir da Constituição do arguido, ao abrigo do disposto no artigo 172.º do Código de Processo Penal.»

<sup>149</sup> Trata-se de um procedimento relativamente comum quando estão em causa condenados por crimes sexuais, roubos ou homicídios. No Diário de Notícias, de 6 de setembro, (p.2) lê-se que «juízes e procuradores contactados (...) pelo DN afirmaram, em uníssono, não ter memória de alguma vez ter sido ordenada a recolha de ADN em processos por crimes de corrupção e tráfico de influências» em Portugal.

<sup>150</sup> In *Dicionário da Língua Portuguesa*, Dicionários Editora, Porto Editora, 8ª edição, p.1173.

<sup>151</sup> *Ibidem*.

<sup>152</sup> *Ibidem*.

<sup>153</sup> Cf. Correio da Manhã, de 6 de setembro de 2014, p.9.

Outro dos fatores que contribuiu para que o processo *Face Oculta* seja já considerado um caso de estudo tem a ver com a criação de uma equipa específica de inspetores pelo então diretor da Polícia Judiciária (PJ) de Aveiro, Tófilo Santiago; essa equipa acompanhou o caso em permanência (e em segredo) durante um ano, seguindo todos os passos dos suspeitos, com esquemas de vigilância arquitetados em tempo recorde. Trata-se de uma metodologia que não costuma ser muito recorrente neste tipo de investigação relacionada com a criminalidade económica, mais votada à análise e interpretação de documentos financeiros.

A Comarca do Baixo Vouga manteve o caso na circunscrição de Aveiro, embora a maior parte dos episódios reportados se passassem em Lisboa. Os departamentos que costumam, por norma, investigar os grandes escândalos de corrupção em Portugal não foram chamados a intervir.<sup>154</sup> Também ao nível da Polícia Judiciária (PJ) foi uma investigação concentrada em Aveiro, não tendo chegado à Unidade Nacional de Combate à Corrupção. As buscas foram sempre coordenadas a partir de Aveiro, sendo solicitados carros ou pessoal às outras delegações da PJ, mas sem a existência de uma justificação explícita, de modo a acautelar o sucesso das diligências.

É ainda de mencionar que, no caso *Face Oculta*, foi o mesmo procurador que acompanhou a fase de instrução e o julgamento, num cenário um tanto diferente daquele que costuma ser prática comum. O procurador titular do processo, Carlos Filipe, liderou a investigação e, quando foi deduzida a acusação, seguiu em representação do Ministério Público para o julgamento. Não sendo obrigatória, a prática usual em Portugal aponta-nos para que sejam procuradores distintos em cada uma das fases, o que nem sempre se revela positivo, uma vez que, nos inquéritos-crime mais elaborados, com muitos arguidos e com um grande volume de documentação financeira, nem sempre é simples o procurador que vai estar presente no julgamento inteirar-se, com propriedade, de todos os pormenores já assimilados pelo procurador anterior.

O *Face Oculta* também provocou algum impacto a nível prático para a justiça, no sentido em que, numa situação inédita em Portugal, foi digitalizado, na totalidade, um grande processo-crime, tendo arguidos e advogados recebido cópias digitais.<sup>155</sup> Neste âmbito, foi ainda instalado um *software* que permitia a pesquisa através de

---

<sup>154</sup> Nem o DCIAP, na altura comandado por Cândida Almeida, nem o DIAP de Lisboa, já liderado por Maria José Morgado foram chamados a intervir.

<sup>155</sup> Cf. <http://expresso.sapo.pt/sete-excecoes-a-regra-que-fizeram-do-face-oculta-um-caso-unico=f888373> - Expresso, de 5 de setembro de 2014.



palavras, num instrumento que se revelou de elevada importância, dada a dimensão do processo.

### **2.3) Análise comparativa de diferentes abordagens mediáticas: o *Face Oculta* no jornal Público e no Correio da Manhã**

O dia 28 de outubro de 2009 marcou a divulgação pública do caso *Face Oculta*. No entanto, já existia um trabalho prévio alargado, uma vez que durante mais de um ano, a Polícia Judiciária (PJ) de Aveiro e os procuradores do Ministério Público responsáveis pelos caso<sup>156</sup> não deixaram escapar qualquer detalhe que pudesse suscitar alarme e que, por conseguinte, ameaçasse o sucesso da investigação. Neste sentido, foram respeitadas algumas precauções para evitar fugas de informação, sendo muito reduzido o número de pessoas envolvidas na investigação.<sup>157</sup>

Desta forma, o caso veio a público a 28 de outubro de 2009, na sequência de buscas efetuadas pela PJ a mais de 30 locais. Nessa data, foi conhecido o conteúdo dos mandados de busca que descreviam a operação que estava a ser concretizada e que avançavam os nomes das pessoas alegadamente envolvidas na rede criminosa. O Ministério Público (MP) colocou marcas em todos os mandados, tendo descoberto quem entregou o documento, em primeira mão, à RTP.<sup>158</sup>

Olhando para os sítios *online* dos meios de comunicação que nos propusemos analisar, verificamos que, a 28 de outubro de 2009, em termos numéricos, o Público inseriu sete notícias relativas ao *Face Oculta*; na mesma data, o Correio da Manhã (CM) inseriu apenas duas. A pesquisa foi realizada através das expressão «Face Oculta».

---

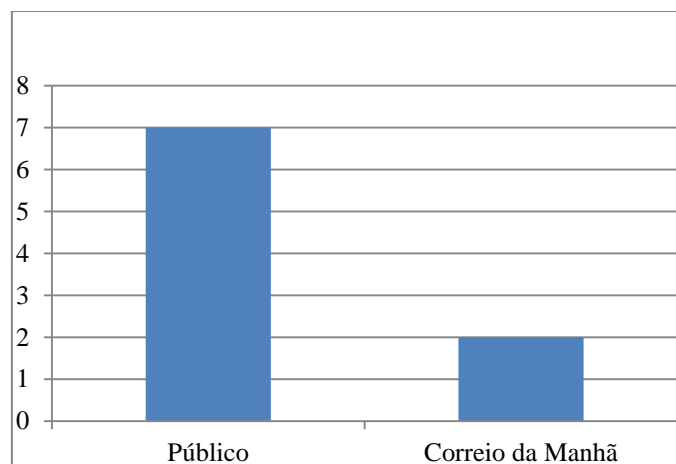
<sup>156</sup> Procuradores Carlos Filipe e João Marques Vidal

<sup>157</sup> Mais ninguém analisava os documentos além deles, nem mesmo os funcionários judiciais.

<sup>158</sup> Paulo Pereira da Costa, um dos arguidos, chegou a ser condenado pelo crime de violação de segredo de justiça.

**Figura 1 – N.º de peças sobre o *Face Oculta* nos sítios *online* do Público e no Correio da Manhã**

**(28 de outubro de 2009)**



No *site* do Público, às 13:45h, surge a notícia: «Trinta quadros de grandes empresas sob suspeita de corrupção». No caso do Correio da Manhã (CM), a primeira referência que aparece ao *Face Oculta* é às 17:42h, embora se trate de uma notícia em «atualização», com o título «Face Oculta: Buscas na Refinaria de Sines». Não temos, portanto, a certeza da hora exata a que foi publicada a primeira referência noticiosa ao caso no CM.

Tanto o Público como o CM recorrem aos serviços da Agência Lusa para desenvolverem algumas das suas notícias. Concluímos que, da parte do Público, houve uma maior dedicação de tempo e de espaço às buscas realizadas pela PJ de Aveiro.

A primeira notícia que aparece no sítio *online* do Público começa por referir: «O Departamento de Investigação Criminal de Aveiro da Polícia Judiciária desencadeou hoje a operação *Face Oculta* que teve como alvos os domicílios e os locais de trabalho de cerca de três dezenas de quadros médios e superiores de grandes empresas, do setor público ou participadas, alegadamente envolvidos em esquemas de favorecimento de um grupo empresarial de Aveiro na adjudicação de obras.»<sup>159</sup>

No segundo parágrafo da notícia, é empregue, à semelhança do que aconteceu no título, o termo «corrupção»: «Na origem desta investigação estão suspeitas de corrupção ativa por parte daquele grupo empresarial para obter contratos para tratamento de lixo e

<sup>159</sup> Cf. <http://www.publico.pt/economia/noticia/trinta-quadros-de-grandes-empresas-sob-suspeita-de-corrupcao-1407241> (Público, de 28 de outubro de 2009).

outros serviços com algumas das maiores empresas portuguesas, com a presumível convivência de decisores dessas sociedades.»<sup>160</sup>

Na construção da notícia, o Público baseou-se numa fonte não identificada para mencionar a origem dos quadros superiores alegadamente envolvidos no tal esquema de corrupção: «**Segundo apurou o PÚBLICO**, os quadros médios e superiores desempenharão funções em empresas tão diversas como a Refer, a Galp ou a REN, entidades que não estão a ser alvo de qualquer investigação enquanto tais.»<sup>161</sup>. Na mesma notícia, o Público refere-se ainda a uma «fonte oficial da Portugal Telecom»<sup>162</sup> para desmentir qualquer tipo de intervenção das autoridades nas instalações da empresa.

Quanto ao Correio da Manhã (CM), no seu sítio *online*, tal como sublinhámos anteriormente, faz uma atualização da primeira peça relativa ao Face Oculta às 17:42h.<sup>163</sup> No *lead* da notícia lê-se: «A Polícia Judiciária fez buscas na refinaria de Sines, da Galp, no âmbito da operação ‘Face Oculta’. **O CM sabe que** na busca à EDP foi também constituído arguido um alto quadro da empresa». Desde logo, no *lead*, encontramos uma fonte não identificada através do recurso à expressão «O CM sabe que»; o CM optou por não identificar o autor da confirmação das referidas buscas.

À semelhança do Público, também o CM cita fontes institucionais ao mencionar as «fontes da PT» que «não confirmam que a Polícia Judiciária tenha falado com o administrador Rui Pedro Soares sobre qualquer facto desta investigação.»<sup>164</sup> Neste caso, o CM vai mais além, ao referir, porém, em concreto, o nome de Rui Pedro Soares.

Um dos protagonistas desta notícia, por várias razões, é Paulo Penedos. Com efeito, o nome do advogado é referido enquanto arguido e enquanto fonte identificada: «Um dos arguidos neste processo, o advogado Paulo Penedos, que é avençado da PT, é advogado de uma das empresas de Aveiro visadas na investigação, a FCI. O filho do presidente da REN e ex-secretário de Estado de António Guterres, José Penedos, **confirmou ao CM** a constituição de arguido: «Fui constituído arguido porque sou advogado de uma das empresas de Aveiro, a FCI.», disse Paulo Penedos.» Neste caso, o

---

<sup>160</sup> Cf. <http://www.publico.pt/economia/noticia/trinta-quadros-de-grandes-empresas-sob-suspeita-de-corrupcao-1407241> (Público, de 28 de outubro de 2009).

<sup>161</sup> *Ibidem*.

<sup>162</sup> *Ibidem*.

<sup>163</sup> Cf. <http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/economia/detalhe/face-oculta-buscas-na-refinaria-de-sines-actualizada.html> (Correio da Manhã, de 28 de outubro de 2009).

<sup>164</sup> *Ibidem*.

advogado confirmou, ele próprio, ao CM a sua condição de arguido no processo que acabava de passar para a esfera pública.

No decorrer da notícia (atualizada), o CM avança diversos pormenores sobre as buscas efetuadas pela (PJ) de Aveiro, esclarecendo que a investigação já teria começado há mais de um ano, na altura em que a PJ haveria descoberto um caso de fraude fiscal em torno de empresas de sucatas de Ovar e Aveiro e de alguns quadros da REFER.

O CM dá ainda conta de que «outras empresas detidas direta ou indiretamente pelo Estado começaram a ser também alvo de buscas, entre elas a Galp, BCP e EDP. Em causa estão os crimes de corrupção, tráfico de influências e branqueamento de capitais, fraude fiscal. O **CM sabe** que decorreram cerca de 30 buscas nos departamentos espalhados pelo País, em Lisboa, Porto e Aveiro, e o alvo foram 30 a 40 quadros, entre gestores e diretores de serviços.»<sup>165</sup> Nesta transcrição, observamos novamente o recurso a uma fonte não identificada na expressão «o CM sabe».

Além da fonte institucional da PT, o CM cita também uma fonte institucional da REFER: «Os administradores e quadros das empresas envolvidas estão a ser notificados e deverão ser ouvidos no primeiro interrogatório judicial no Tribunal de Aveiro. Contactada pelo CM, a REFER garantiu que está a ser prestado todo o apoio à Polícia Judiciária, recusando porém adiantar mais pormenores. Por outro lado, a empresa garante que nenhuma das empresas-sede foi alvo de *buscas*.»<sup>166</sup>

Nesta mesma notícia, verifica-se a existência de um *disclaimer*, para que os leitores comprem o jornal no dia seguinte: «Conheça mais pormenores sobre a operação ‘Face Oculta’ na edição do CM desta quinta-feira». Trata-se de uma forma implícita de publicidade ao jornal.

Na tarde em que os portugueses ficaram a par da investigação das autoridades judiciais, Pinto Monteiro falou à comunicação social, à margem de uma conferência sobre violência doméstica, no Porto, apontando a corrupção como a base do caso. Na notícia do CM,<sup>167</sup> publicada às 19:07h, constam citações do PGR: «A procuradoria-geral da República foi informada da operação e estas são diligências necessárias num processo que está em investigação há um ano. As empresas não são necessariamente

---

<sup>165</sup> Cf. <http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/economia/detalhe/face-oculta-buscas-na-refinaria-de-sines-actualizada.html> (Correio da Manhã, de 28 de outubro de 2009).

<sup>166</sup> *Ibidem*.

<sup>167</sup> Cf. <http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/economia/detalhe/pgr-e-face-oculta-base-deste-caso-e-corrupcao.html> (Correio da Manhã, de 28 de outubro de 2009).

arguidas e este é um caso complexo, cuja base é a corrupção.» Nessa peça, o CM cita ainda um comunicado em que a PJ confirma a detenção de uma pessoa e a constituição de 12 arguidos.

Com oito minutos de diferença temporal, o Público<sup>168</sup> avança, às 19:15h, as declarações de Pinto Monteiro, com base na notícia da Agência Lusa: «O procurador-geral da República, Pinto Monteiro, disse hoje que a operação “Face Oculta” decorre de um processo “complexo” relacionado com corrupção, em investigação “há bastante tempo” e que envolve “variadíssimas” empresas de todo o país».

Depois desta notícia, a redação do Público avança ainda mais uma notícia para especificar a origem do único detido no âmbito da operação, Manuel Godinho. Quanto ao CM, a última notícia publicada a 28 de outubro de 2009 em torno do Face Oculta foi mesmo a que continha as declarações do PGR.

**Quadro 1 – Títulos das notícias sobre o Face Oculta publicadas nos sítios online do Público e do Correio da Manhã**

**(28 de outubro de 2009)**

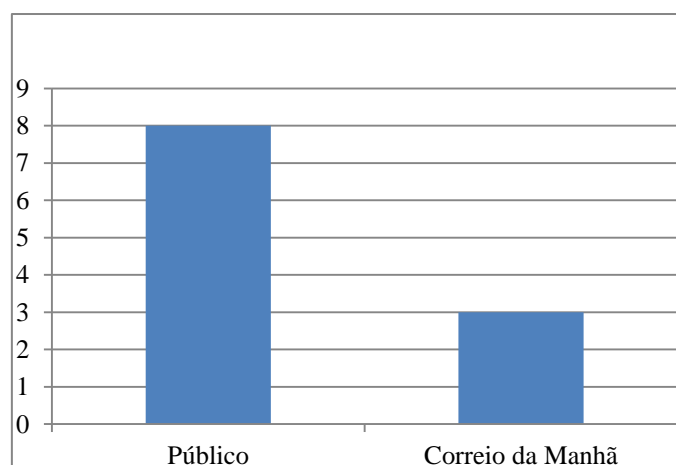
|        | <b>Público</b>   |        | <b>Correio da Manhã</b>                                  |
|--------|--|--------|--|
| 13:45h | Trinta quadros de grandes empresas sob suspeita de corrupção (atualizada às 15:50h)      | 17:42h | «Face Oculta»: Buscas na refinaria de Sines (ATUALIZADA) |
| 16:09h | Operação «Face Oculta»: PJ de Lisboa confirma buscas na capital, Porto, Aveiro e Coimbra | 19:07h | PGR e «Face Oculta»: «Base deste caso é a corrupção»     |
| 17:11h | Galp e EDP confirmam buscas da PJ  |        |  |
| 18:27h | «Face Oculta»: PJ confirma buscas em 11 locais e constitui 12 arguidos                   |        |  |
| 18:37h | Paulo Penedos confirma ter sido constituído arguido                                      |        |  |
| 19:15h | Pinto Monteiro diz que nem todos os alvos de busca são necessariamente arguidos          |        |  |
| 21:41h | Empresário José Godinho é o único detido   |        |  |

<sup>168</sup> Cf. <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/pinto-monteiro-diz-que-nem-todos-os-alvos-de-busca-sao-necessariamente-arguidos-1407294> (Público, de 28 de outubro de 2009).

No dia seguinte, 29 de Outubro de 2009, através da pesquisa realizada no *site* do CM, encontrámos três referências ao caso *Face Oculta* – duas notícias e um artigo de opinião, assinado pelo diretor adjunto do jornal, Eduardo Dâmaso. Sublinhamos que estamos a analisar, neste ponto, os resultados do sítio *online* do CM, uma vez que na edição em papel, o número de títulos poderá diferir do contexto digital.

No *site* do Público, nesse mesmo dia, verificamos a existência de oito notícias sobre o *Face Oculta*; dessas oito, quatro foram escritas com base nos trabalhos da Agência Lusa.

**Figura 2 – N.º de peças sobre o *Face Oculta* nos sítios *online* do Público e do Correio da Manhã (29 de outubro de 2009)**



O dia que se seguiu à publicitação do caso *Face Oculta* ficou marcado, sobretudo, pela notícia da constituição de Armando Vara como arguido, tal como se pode concluir dos títulos das peças nos sítios *online* de ambos os jornais. O político do Partido Socialista (PS) viu o seu nome multiplicado em todos os órgãos de comunicação social, tornando-se, de imediato, num dos mais destacados protagonistas mediáticos. Armando Vara era também reconhecido, como já frisámos, pela sua proximidade ao primeiro-ministro de então, José Sócrates.

No *site* do Público, quatro das oito peças incluem o nome de Armando Vara nos respetivos títulos; no *site* do CM, os títulos de duas das três notícias identificam também o nome do ex-ministro. A manutenção da confiança do BCP em Armando Vara, que

era, na altura, administrador do banco, também resultou em notícia tanto na página virtual do Público, como na do CM.

**Quadro 2 – Títulos das notícias sobre o *Face Oculta* publicadas nos sítios *online* do Público e do Correio da Manhã**  
(29 de outubro de 2009)

|        | Público  |        | Correio da Manhã                                    |
|--------|--|--------|---|
| 00:00h | Armando Vara foi constituído arguido no caso Face Oculta                               | 00:30h | «Cidade da Propina»                                 |
| 00:05h | Armando Vara foi constituído arguido na operação Face Oculta                           | 05:00h | Vara pede 10 mil euros por informação               |
| 12:37h | Empresário Manuel José Godinho só será ouvido amanhã                                   | 16:25h | “Face Oculta”: BCP mantém confiança em Armando Vara |
| 13:37h | Interrogatório de Paulo Penedos já marcado, mas não para breve                         |        |   |
| 15:48h | Operação “Face Oculta”: BCP mantém confiança em Armando Vara, constituído como arguido |        |   |
| 16:44h | Empresário detido é tido como benemérito em Esmoriz                                    |        |   |
| 17:21h | Empresa suspeita foi condenada em primeira instância e ilibada pela Relação do Porto   |        |   |
| 20:20h | António Mexia escusa-se a comentar Armando Vara e José Penedos como arguidos           |        |   |

São, por isso, várias as referências aos protagonistas mediáticos do *Face Oculta* nos títulos das notícias dos dias 28 e 29 de outubro de 2009: Armando Vara, Paulo Penedos, José Penedos e Manuel Godinho surgem em destaque na comunicação social.

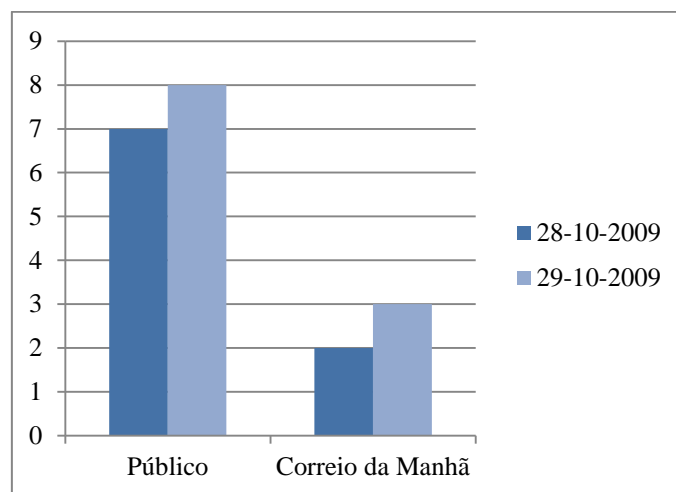
É também de referir que a publicitação do Face Oculta conduziu à escrita de um artigo de opinião pelo diretor adjunto do CM. A 29 de outubro de 2009, em mais uma prova de que o tema marcou efetivamente a atualidade, Eduardo Dâmaso escrevia:

«O cocktail que nos foi mostrado ontem, salvaguardando a devida e sagrada presunção de inocência, é explosivo e remete para o pior cancro que está a corroer a democracia representativa: empresas direta ou indiretamente públicas associadas a negociatas, neste caso sintomaticamente de tratamento de resíduos (lixos...). A ‘Face Oculta’ desperta por

isso os piores temores sobre o estado de saúde da democracia. É uma bela prova de independência e coragem da justiça – Polícia Judiciária, Ministério Público e magistratura judicial.»<sup>169</sup>

Da análise numérica às peças publicadas nos sítios *online* do nosso universo de análise, observamos um fator de regularidade, com o Público a apresentar um maior número de notícias do que o CM, tanto a 28 como a 29 de outubro de 2009.

**Figura 3 – Comparação do n.º de peças sobre o *Face Oculta* nos sítios *online* do Público e do Correio da Manhã (28 e 29 de outubro de 2009)**



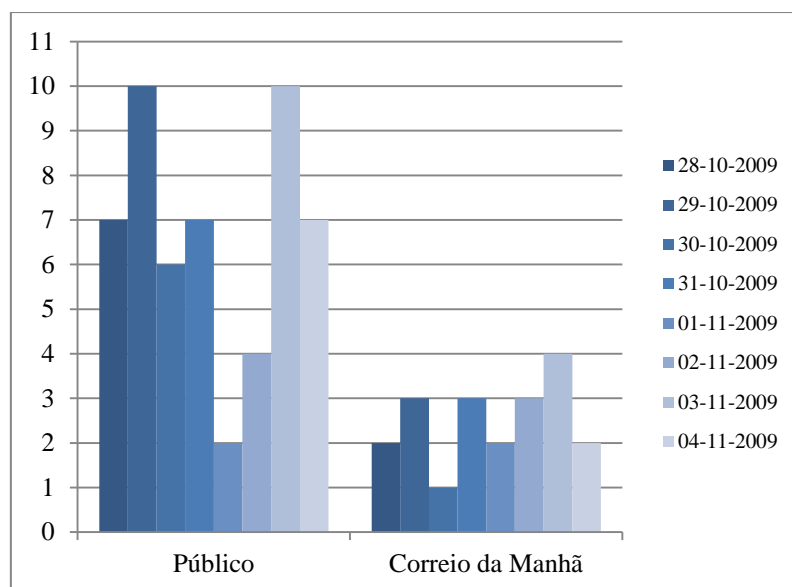
Alargando o espectro temporal da análise para a semana posterior à publicitação do caso, verificamos a existência de uma grande diferença no número de peças colocadas *online* por cada um dos jornais. Entre os dias 28 de outubro e 04 de novembro, encontramos 78 referências noticiosas no sítio *online* do Público; no *site* do CM observamos apenas 22. Trata-se de um volume consideravelmente diferente, sendo a intensidade da cobertura bastante menor no CM, fator explicável pela natureza do jornal popular e *tabloide*, onde cada novo caso vem substituir a relevância do caso anterior.

<sup>169</sup> Cf. [http://www.cmjornal.xl.pt/opiniao/coronistas/eduardo\\_damaso/detalhe/cidade-da-propina.html](http://www.cmjornal.xl.pt/opiniao/coronistas/eduardo_damaso/detalhe/cidade-da-propina.html) (Correio da Manhã, de 29 de outubro de 2009).



**Figura 4 – Comparação do n.º de peças sobre o *Face Oculta* nos sítios *online* do Público e do Correio da Manhã**

(28 de outubro a 04 de novembro de 2009)



Através do gráfico acima representado torna-se mais visível a diferença no número de notícias que o Público e o CM colocaram nos seus *sites* por altura da divulgação do caso Face Oculta. Olhando para os resultados das pesquisas realizadas sobre este período, apercebemo-nos que o dia em que o CM publica mais artigos *online* – quatro - é o dia 3 de novembro de 2009. Recordamos que, nessa data, Armando Vara pediu a suspensão do cargo que ocupava na administração do BCP; nesse mesmo dia, o Presidente da República, Cavaco Silva, recusou tecer declarações sobre o caso *Face Oculta*. A 3 de novembro de 2009, o Público avança com 10 notícias *online*.

Apontemos agora a nossa direção para o dia em que se iniciou o julgamento do processo *Face Oculta*, no Tribunal de Aveiro – 8 de novembro de 2011. No sítio *online* do Público, encontrámos sete referências noticiosas relativas a essa data; na página *online* do CM, a nossa pesquisa apontou para a publicação de quatro notícias.

As redações e equipas de reportagem escreveram várias notícias de enquadramento do caso, de modo a recordar os leitores sobre os crimes que estavam em causa e sobre as figuras que iriam sentar-se no banco dos réus.

No *site* do Público verificamos a existência de cinco notícias de contextualização, colocadas *online* antes mesmo de se iniciar a sessão (algumas à meia-noite do dia 8 de

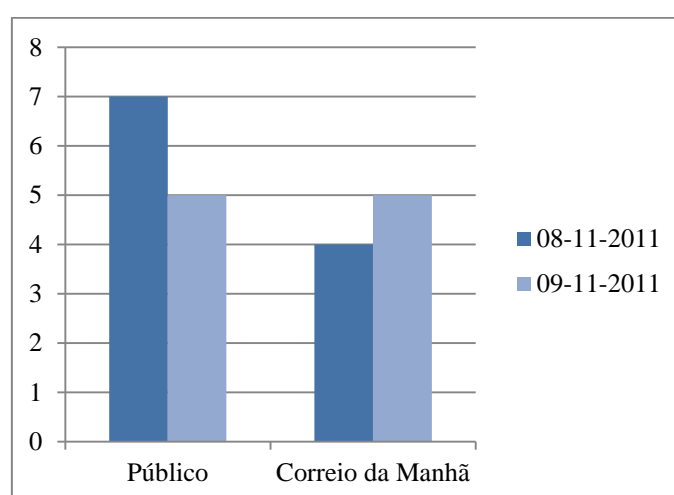
novembro de 2011). O CM também fez esse trabalho prévio, mas apenas com a publicação de uma referência no *site*, que exigia ou um registo e *login* ou remetia para a edição do jornal em papel.

Deparamo-nos, neste sentido, com abordagens distintas; o Público sempre apostou num investimento no formato virtual, ou não tivesse sido este jornal um dos pioneiros na disponibilização de conteúdos noticiosos *online*, em Portugal, em meados da década de 90.

O nome do então primeiro-ministro, José Sócrates, não escapou ao palco mediático, tendo sido mencionado num dos títulos do *site* do CM; o mesmo não aconteceu nos títulos do Público.

No dia posterior ao começo do julgamento – 9 de novembro de 2011 – o Público tinha no seu *site* quatro notícias sobre o *Face Oculta*; já o CM apresentava cinco. Sublinhamos que, nessa data, decorreu a segunda sessão do julgamento no Tribunal de Aveiro, com destaque, sobretudo, para as declarações de Armando Vara e para os presentes que o antigo administrador do BCP dizia ter recebido do empresário Manuel Godinho: robalos e pão-de-ló.

**Figura 5 – Comparação do n.º de peças sobre o *Face Oculta* nos sítios *online* do Público e do Correio da Manhã (08 e 09 de novembro de 2011)**



Centrando o nosso olhar nas notícias do sítio *online* do CM de 9 de novembro de 2011, observamos que as cinco referências existentes incluem, no título, as palavras «Armando Vara» ou simplesmente «Vara». No *site* do Público, na mesma data, apenas uma das cinco notícias coloca o nome «Vara» no título.

Analisando ainda os títulos relativos ao segundo dia do julgamento, destaca-se novamente o nome de José Sócrates numa notícia publicada na página virtual do CM; no entanto, à semelhança do que já mencionámos atrás, o jornal não disponibilizou o artigo de forma ilimitada, requerendo registo e *login* ou encaminhando os leitores para a edição em papel.

**Quadro 3 – Títulos das notícias sobre o *Face Oculta* publicadas nos sítios *online* do Público e do Correio da Manhã**

**(08 de novembro de 2011)**

|        | <b>Público</b>   |        | <b>Correio da Manhã</b>  |
|--------|--|--------|--|
| 00:00h | Principal empresa de Manuel Godinho enfrenta 17 acções de cobrança de dívida | 01:00h | Defesa VIP para Armando Vara (exclusivo em edição papel/login) |
| 00:00h | Face Oculta já deu origem a 16 punições disciplinares                        | 11:02h | ‘Face Oculta?': Que expectativas? (com vídeo)                  |
| 00:00h | Há advogados que admitem adiamento do julgamento                             | 11:41h | Vara: “A minha inocência dá-me tranquilidade” (com vídeo)      |
| 00:00h | Receitas a nível local   | 11:57h | Sócrates falado no 1.º dia de julgamento                       |
| 07:48h | Aveiro espera enchente com início do julgamento do caso Face Oculta          |        |  |
| 10:23h | Armando Vara insiste na inocência  |        |  |
| 13:57h | Só cinco aceitam falar na fase inicial do julgamento do Face Oculta          |        |  |

Ao contrário da tendência verificada por altura da divulgação do caso *Face Oculta*, o CM ultrapassou o Público, no segundo dia do julgamento, em termos de quantidade de notícias colocadas *online*.

Tal como podemos observar nos quadros 3 e 4, Armando Vara, José Sócrates e Manuel Godinho incluem-se no leque dos protagonistas mediáticos que mais presença denotam nos *sites* dos jornais, por ocasião do arranque do julgamento.

**Quadro 4 – Títulos das notícias sobre o *Face Oculta* publicadas nos sítios *online* do Público e do Correio da Manhã**

**(09 de novembro de 2011)**

|        | <b>Público</b>   |        | <b>Correio da Manhã</b>                                       |
|--------|--|--------|---|
| 00:00h | Godinho, o “espectáculo de bondade” que Esmoriz se habituou a ver na televisão | 01:00h | Sócrates pode salvar Vara (exclusivo em edição papel/login)   |
| 00:00h | REN manteve quadros acusados em funções  | 10:19h | Vara: “Manuel Godinho não frequentava a minha casa”           |
| 08:51h | REN mantém em funções três altos quadros acusados no Face Oculta               | 12:53h | Face Oculta: Vara diz que Godinho lhe deu robalos e pão-de-ló |
| 12:06h | Vara admite ter recebido robalos e pão-de-ló de Godinho                        | 18:17h | Armando Vara continua a ser ouvido amanhã                     |
|        |  | 19:25h | Vara: “Não me arrependo dos amigos que tenho”                 |

O julgamento começou em novembro de 2011 e a leitura do acórdão aconteceu quase três anos depois, a 5 de setembro de 2014; é sobre esse dia e sobre os dias seguintes que a nossa análise vai agora incidir. Além de direcionarmos o nosso foco para as referências *online* no Público e no CM, na data em que se ficou a conhecer o desfecho do processo em primeira instância, vamos também fazer o levantamento das manchetes e notícias que marcaram as edições em papel, na semana posterior, e vamos ao encontro de algumas das referências publicadas no dia da leitura do acórdão pelo Observador,<sup>170</sup> jornal com um formato exclusivamente *online*, que ainda não existia nos momentos analisados anteriormente.

Começando pelo *site* do Público, encontramos oito referências ao caso *Face Oculta* no dia 5 de setembro de 2014. Apenas uma das notícias foi escrita antes do início da leitura do acórdão, tendo o seguinte título: «Quase três anos para julgar a face oculta da corrupção, num megaprocesso que poderá ser anulado»; este artigo foi publicado às 07:02h, avançando a hipótese de anulação,<sup>171</sup> baseada na questão das interações telefónicas entre Armando Vara e José Sócrates que tinham escapado à

<sup>170</sup> O Observador é um jornal com formato exclusivamente digital; nasceu a 19 de maio de 2014, tendo como diretor-geral Rudolf Gruner e juntando jornalistas como David Dinis, que trabalhava para o Expresso, e José Manuel Fernandes, antigo jornalista do Público.

<sup>171</sup> Cf. <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/quase-tres-anos-para-julgar-a-face-oculta-da-corrupcao-num-megaprocesso-que-podera-ser-anulado-1668709> (Público, de 5 de setembro de 2014).

ordem de destruição do Supremo Tribunal de Justiça. Tal hipótese, como já referimos, não se confirmou.

Às 10:48h, o sítio *online* do Público avança com novo título, já depois de ter começado a leitura do acórdão no Tribunal de Aveiro: «Acórdão do *Face Oculta* com 2781 páginas começou a ser lido». É de sublinhar o recurso ao número «2781», neste título, num destaque à dimensão que o processo assumiu. Cerca de uma hora depois, é publicado o artigo que remete para a não autorização, por parte do coletivo de juízes, da divulgação do conteúdo das escutas guardadas desde 2009: «Tribunal recusa pedido para não destruir escutas a Sócrates no *Face Oculta*»; não deixa de ser curioso que, neste título, seja mencionado apenas o nome de Sócrates, omitindo-se o do seu interlocutor nestas conversas, Armando Vara.

As notícias seguintes incluíram já as conclusões do acórdão, sobretudo ao elencarem, nos respetivos títulos, as condenações de Manuel Godinho e Armando Vara. Mais tarde, o Público baseou-se num artigo da Agência Lusa sobre as declarações da Procuradora-Geral da República, Joana Marques Vidal, que assumiu publicamente estar «contente» com o resultado do processo *Face Oculta*, por considerar que se tinha confirmado a correção e o rigor da investigação do Ministério Público. Já à noite, é publicada uma entrevista a Paulo Morais, vice-presidente da Transparência e Integridade Associação Cívica (TIAC), em reação ao desfecho do caso.

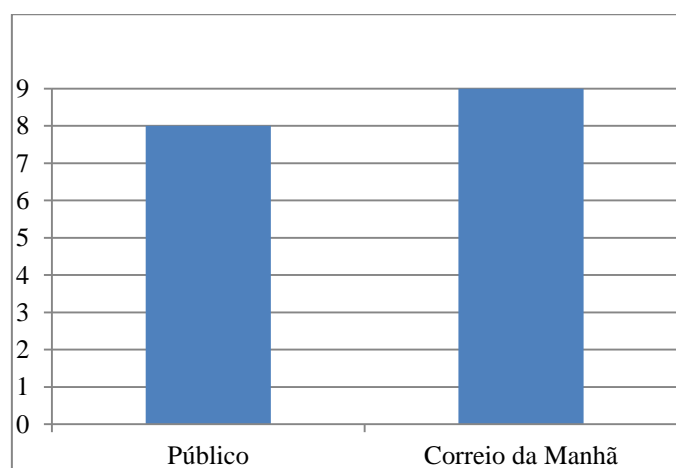
Na mesma data, 5 de setembro de 2014, observamos nove referências ao *Face Oculta* na página virtual do CM, sendo que um dos artigos foi publicado antes de começar a leitura do acórdão, às 00:30h, com o título «Estado exige 1,6 milhões s Manuel Godinho».<sup>172</sup> A essa mesma hora, foi disponibilizado um artigo de opinião do presidente da Comissão de Proteção de Vítimas de Crimes, Carlos Anjos, sobre o *Face Oculta*. Às 09:23h, poucos minutos antes do início dos trabalhos no Tribunal de Aveiro, o CM *online* escreveu «*Face Oculta*: arguidos conhecem esta sexta-feira o acórdão», cumprindo o serviço de agenda ao recordar os leitores sobre alguns dos pormenores mais relevantes do processo.

---

<sup>172</sup> Esta referência foi posta *online* às 00:30h, ainda que de modo restrito, isto é, em exclusivo para os assinantes. Além do título, as únicas informações disponíveis sem ser necessário um *login* são: «REN, liderada por José Penedos, também diz que foi lesada pelo sucateiro de Ovar». O CM indica que os artigos exclusivos da edição em papel só estarão acessíveis mediante a subscrição de uma assinatura digital.

À semelhança do Público, também o sítio *online* do CM reproduziu as palavras da Procuradora-Geral da República sobre o desfecho do processo na primeira instância: «PGR: acórdão do ‘Face Oculta’ confirma boa investigação do MP». Tanto a notícia do Público, ainda que baseada na Agência Lusa, como a do CM referem, portanto, que Joana Marques Vidal utilizou o adjetivo «contente» na reação à matéria do acórdão,<sup>173</sup> situação à qual não podemos deixar de atribuir destaque, ao tratar-se da mais alta figura da hierarquia do Ministério Público. Podemos afirmar que, em Portugal, não será muito comum obter a reação oficial da Procuradoria-Geral da República, pela voz do próprio Procurador ou, neste caso, Procuradora, ao resultado de um acórdão.

**Figura 6 – Comparação do n.º de peças sobre o *Face Oculta* nos sítios online do Público e do Correio da Manhã**  
(05 de setembro de 2011)



Contabilizando o artigo de opinião publicado no *site* do CM, antes da leitura do acórdão, concluímos que este diário apresenta mais uma referência ao *Face Oculta* do que o Público.

<sup>173</sup> Voltamos a transcrever as palavras proferidas pela PGR, a 5 de setembro de 2014– Cf. [http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/politica/detalhe/pgr\\_acordao\\_do\\_face\\_oculta\\_confirma\\_boa\\_investigacao\\_do\\_mp.html](http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/politica/detalhe/pgr_acordao_do_face_oculta_confirma_boa_investigacao_do_mp.html) e <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/pgr-contente-com-acordao-que-confirma-bom-investigacao-do-mp-1668794> «Fico, obviamente, contente por este acórdão, mas também fico contente por todos os acórdãos que, por esse país fora, vão dando a sua confirmação àquilo que tinha sido a acusação do MP. (...) «Nós não temos vitórias ou derrotas, nós temos decisões que podem confirmar que foi efetuado um bom trabalho e penso que, nesse aspeto, o MP hoje [esta sexta-feira, 5 de setembro de 2014] pode estar contente.»

O Público *online* não avança com nenhum artigo de opinião, mas sim com uma breve entrevista a Paulo Morais, vice-presidente da Transparência e Integridade Associação Cívica (TIAC)..

Entre os pontos transversais aos títulos de ambos os jornais está, além da referência às palavras da Procuradora-Geral da República, uma dedicação aos nomes de Manuel Godinho e de Armando Vara, mais do que a qualquer outro dos arguidos condenados.

O destaque concedido a Manuel Godinho poderá ser justificado pelo papel que o antigo empresário exercia enquanto «cérebro» da rede de corrupção; com efeito, o ex-sucateiro foi condenado 17 anos e meio de prisão, sendo esta a pena efetiva mais pesada deste processo, a uma distância ainda considerável dos restantes intervenientes do caso. Já Armando Vara foi também alvo de destaque, mas com maior intensidade nos títulos do Público *online*. O CM faz uma referência implícita a José Penedos num dos seus títulos: «Advogado de ex-presidente da REN *desapontado* com condenação».

Verificamos que as redações dos dois jornais enviaram repórteres para o Tribunal de Aveiro, de modo a garantir um acompanhamento mais imediato e fidedigno da leitura do acórdão.

No *site* do Público, a notícia da condenação de Manuel Godinho surge às 13.11h; no *site* do CM, a referência é colocada às 13:08h, no seguimento de uma cronologia com os principais factos da leitura do acórdão desde as 10:25h – hora em que começou – até às 15:56h – com a citação das declarações do advogado de Armando Vara.<sup>174</sup>

---

<sup>174</sup> A cronologia do CM com os principais acontecimentos da leitura do acórdão pode ser conferida em [http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/politica/detalhe/face\\_oculta\\_arguidos\\_conhecem\\_esta\\_sexta\\_feira\\_o\\_acordao.html](http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/politica/detalhe/face_oculta_arguidos_conhecem_esta_sexta_feira_o_acordao.html)

**Quadro 5 – Títulos das notícias sobre o *Face Oculta* publicadas nos sítios *online* do Público e do Correio da Manhã**  
**(05 de setembro de 2014)**

|        | <b>Público</b>  |        | <b>Correio da Manhã</b>  |
|--------|---|--------|--|
| 07:02h | Quase três anos para julgar a face oculta da corrupção, num megaprocesso que poderá ser anulado   | 00:30h | Estado exige 1,6 milhões de euros a Manuel Godinho (exclusivo em edição papel/login)             |
| 10:48h | Acórdão do Face Oculta com 2781 páginas começa a ser lido   | 00:30h | “Face Oculta” (Opinião de Carlos Anjos, presidente da Comissão de Proteção de Vítimas de Crimes) |
| 11:48h | Tribunal recusa pedido para não destruir escutas a Sócrates no Face Oculta (ATUALIZADA às 11:55h) | 09:23h | Face Oculta: Arguidos conhecem esta sexta-feira o acórdão (ATUALIZADA às 15:56h)                 |
| 13:11h | Manuel Godinho condenado a 17 anos e meio de prisão no Face Oculta                                | 15:20h | Advogado de Manuel Godinho surpreendido com inexistência de absolvições (Lusa)                   |
| 13:40h | Armando Vara “em choque” após ser condenado a cinco anos de prisão efetiva (ATUALIZADA às 17:40h) | 16:13h | Advogado de ex-presidente da REN “desapontado” com condenação                                    |
| 17:00h | De banqueiro ocidental a ex-ministro condenado  | 16:21h | Advogado de Armando Vara fala em “enorme desequilíbrio”  |
| 17:35h | PGR “contente” com acórdão que confirma boa investigação do MP (Lusa)                             | 17:21h | Face Oculta: escutas vão ser destruídas na próxima semana  |
| 21:23h | “Ferocidade da sentença do Face Oculta é apenas aparente” (ENTREVISTA a Paulo de Moraes)          | 18:20h | PGR: Acórdão do ‘Face Oculta’ confirma boa investigação do MP                                    |
|        |   | 18:54h | Reacções à sentença do ‘Face Oculta’   |

A natureza de alguns dos títulos de ambos os jornais alerta-nos para a relevância que as declarações dos protagonistas do caso - e seus associados ou apoiantes - podem fazer surtir na comunicação social. Não raras vezes, palavras ditas pelos atores mediáticos de um determinado processo geram, por si só, a notícia e tornam-se matéria mais comentada do que propriamente o caso que está a ser julgado ou cujo desfecho já é conhecido. A tal tendência de mediatização da linguagem não escaparam alguns dos atores do *Face Oculta* e representantes do Estado ou das instituições da justiça.

No Observador, encontramos várias notícias sobre o tema que dominou esta «sexta-feira negra» para os arguidos do *Face Oculta*; o jornal *online* publica, logo de manhã, um artigo de contextualização intitulado «Armando Vara e outros 35 arguidos



conhecem decisão do tribunal».<sup>175</sup> Depois de divulgada a sentença, é publicada uma notícia com o título «Armando Vara condenado a cinco anos de prisão efetiva»<sup>176</sup> e outra com as reações de réus e advogados às condenações - «Armando Vara: *Estou em choque*»; concluímos que os três artigos fazem menção ao nome do ex-ministro nos respetivos títulos.

Ao final da tarde, o Observador disponibilizou o habitual comentário da atualidade, em vídeo, do diretor do jornal, que não fugiu ao tema do dia; David Dinis teceu diversas considerações sobre o acórdão, procurando fomentar uma separação entre a política e a justiça: «este não é um caso de política, é um caso, precisamente de polícia.»<sup>177</sup>

«Canetas “Mont Blan”, uísque e relógios. O que o Estado ganha»<sup>178</sup> e «PGR contente com acórdão que confirma *boa investigação* do MP»<sup>179</sup> foram os títulos selecionados para os artigos publicados pelo Observador, ainda no dia 5 de setembro de 2014.

Depois de observadas as referências noticiosas do *Face Oculta* no dia em que foi lido o acórdão do processo, passamos a analisar as repercussões dos dias seguintes nos mesmos órgãos de comunicação, mas no formato tradicional de papel.

A manchete do Público do dia 6 de setembro de 2014 - «Prendas e dinheiro para políticos acabam em condenação histórica» - surge acompanhada por uma fotografia de Armando Vara e pela declaração que o mesmo proferiu aos jornalistas, à saída do Tribunal de Aveiro, depois de ouvir o conteúdo do acórdão. Na capa do Público pode ler-se: «Estou em choque, confesso. A sentença tem muito a ver com a minha circunstância». Consideramos que será de sublinhar o facto de a imagem ocupar praticamente metade do espaço da capa, mostrando o ex-ministro e ex-administrador do BCP com um semblante carregado, direcionando o olhar para o chão.

Na capa do Público, abaixo da manchete, lê-se ainda: «Os três anos de julgamento de um dos mais mediáticos casos de corrupção em Portugal terminaram com penas de prisão pesadas e efetivas, uma medida invulgar da justiça portuguesa. Dos 36

---

<sup>175</sup> Cf. <http://observador.pt/2014/09/05/armando-vara-e-outros-35-arguidos-conhecem-decisao-tribunal/>.

<sup>176</sup> Cf. <http://observador.pt/2014/09/05/armandovaracondenadoacincoanosdeprisaoefetiva/>.

<sup>177</sup> Cf. <http://observador.pt/episodio/condenacoes-face-oculta/>.

<sup>178</sup> Cf. <http://observador.pt/2014/09/05/canetas-mont-blanc-garrafas-de-uisque-e-ate-um-mercedes-de-luxo-o-que-o-estado-ganha/>.

<sup>179</sup> Cf. <http://observador.pt/2014/09/05/pgr-contente-com-acordao-que-confirma-bona-investigacao-mp/>.

arguidos, nem um saiu ilibado. Armando Vara e Paulo Penedos foram condenados a 5 anos de prisão». O jornal dedica quatro páginas à explicação do conteúdo do acórdão, destacando o facto de nenhum dos 36 arguidos ter saído impune, tal como se confirma pelo título e pelo *lead* que inauguram o artigo principal: «Prisão efectiva para Godinho, Vara e mais nove arguidos» e «Nem um dos 36 arguidos foi absolvido e 11 deles foram condenados a penas efectivas de prisão».

No Público de 6 de setembro de 2014,<sup>180</sup> encontramos um quadro intitulado «O que eles dizem», com algumas das citações que tinham marcado o dia anterior, depois de conhecido o acórdão do processo.<sup>181</sup> As imagens que visualizamos nas páginas 2 e 3 do Público parecem-nos bastante ilustrativas do ambiente sentido após a leitura do acórdão; a de dimensões maiores mostra Armando Vara, de perfil, em andamento, a beber água, junto a um banco; uma outra fotografia, de tamanho um pouco mais reduzido, dá conta de Manuel Godinho a ser amparado por um familiar, ao descer o último degrau de um lance de escadas, com uma expressão facial carregada e com uma garrafa de água na mão; a terceira fotografia mostra-nos Paulo Penedos num momento de declarações à imprensa, rodeado de jornalistas e de um repórter de imagem, enquanto esboça um ligeiro sorriso. Não nos coibimos de afirmar que a escolha das fotografias terá sido propositada, de modo a representar as figuras mais mediáticas do caso depois de conhecerem o veredito da justiça.<sup>182</sup>

Nas duas páginas seguintes, o Público faz uma resenha do histórico do processo *Face Oculta*, num artigo com o título «Os casos do caso com 188 sessões de julgamento». Transcrevemos também o *lead*, pelos dois adjetivos que apresenta, para qualificar e classificar o julgamento do Face Oculta, em termos de volume e de natureza: «As proporções e complexidades do processo, com 36 arguidos e mais de 300 testemunhas, fizeram com que o julgamento se transformasse num caso histórico e quase impenetrável».<sup>183</sup> Os adjetivos «histórico» e «impenetrável» aqui utilizados refletem a repercussão, na sociedade e na justiça, em particular, que o julgamento do Face Oculta gerou.

---

<sup>180</sup> Cf. Público, de 6 de setembro de 2014, p.3.

<sup>181</sup> Citações de Armando Vara, gestor e ex-governante; Artur Marques, advogado de Manuel Godinho; Raul Cordeiro, juiz presidente do coletivo e Ricardo Sá Fernandes, advogado de Paulo Penedos.

<sup>182</sup> Recordamos que José Penedos, ex administrador da REN, não compareceu à leitura do acórdão, justificando a ausência com a necessidade de acompanhamento à mulher, que se encontra doente.

<sup>183</sup> Cf. Público, de 6 de setembro de 2014, pp. 4-5.

Neste artigo de enquadramento, o Público coloca ainda as fotografias de cinco figuras que contribuíram também para a mediatização do caso.<sup>184</sup> Um dos rostos é o do antigo primeiro-ministro, José Sócrates, acompanhado da legenda: «José Sócrates foi *apanhado* em conversas e mensagens escritas de telemóvel trocadas com Armando Vara. O alvo das escutas era Armando Vara, não José Sócrates».

As fotografias da ex-secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino, e do antigo ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, aparecem lado a lado, sendo legendadas da seguinte forma: «Ex-secretária de Estado Ana Paula Vitorino declarou que o antigo ministro Mário Lino lhe disse que as empresas de Manuel Godinho eram *amigas do PS*». Aparecem também as fotografias do ex-Procurador Geral da República, Pinto Monteiro, e do ex-presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Noronha do Nascimento, com a legenda: «Pinto Monteiro e Noronha de Nascimento consideraram que gravações de Vara e Sócrates não tinham qualquer relevância».

Estas imagens são importantes na medida em que providenciam aos leitores uma associação de ideias mais rápida e materializada aos leitores, personificando o processo também ao nível dos atores políticos e judiciais.

Ao longo da contextualização do *Face Oculta* que o Público promove com o artigo das páginas 4 e 5,<sup>185</sup> encontramos um estilo que, de certa maneira, toca quase a crónica jornalística. Estamos conscientes de que o artigo em causa não se reveste das necessárias condições técnicas e académicas para se assumir enquanto crónica, mas estamos também certos de que sugere um caminho algo fora do comum no jornalismo, pelo menos, em Portugal. Atentemos, por exemplo, neste excerto:

«Desta vez, não houve a sombra da ameaça da prescrição. Houve outras, sim, processuais, formais. Para que não fosse necessário repetir o julgamento, a juíza do colectivo assinou um termo de responsabilidade num hospital, saiu e assistiu (doente) a uma sessão durante uma manhã, evitando que o julgamento voltasse ao início por terem passado mais de 30 dias sem sessões. Nove arguidos foram condenados a pagar uma multa de 400 euros por terem apresentado um requerimento ao juiz que este considerou

---

<sup>184</sup> Cf. Público, de 6 de setembro de 2014, pp. 4-5.

<sup>185</sup> *Ibidem*.

que tinha como objetivo atrasar o julgamento. Tudo se fez para que a justiça não fosse adiada.»<sup>186</sup>

Ao escrever este artigo, parece-nos que os jornalistas<sup>187</sup> procuraram munir os leitores do máximo possível de instrumentos, entenda-se, factos, que pudessem produzir um melhor conhecimento de todo o processo *Face Oculta*, evitando o destaque singular às condenações presentes no acórdão lido um dia antes. Consideramos que se verificou uma preocupação neste sentido, espelhada em frases como: «Serão muito poucos os portugueses que não se perderam na tão falada teia de corrupção e tráfico de influências, burla, furto do caso *Face Oculta*»; «Não há um só momento marcante deste caso que deu que falar antes do julgamento, durante e que promete continuar. Há vários casos neste caso», «Entre tanta gente, tantas declarações, recursos e acusações, sessões ao longo de muito tempo, somos bem capazes de ter perdido o fio à meada» ou «Se por muitos outros pormenores e personagens este caso fica na história, ficará também certamente como um exemplo do bom funcionamento da justiça, em termos logísticos».<sup>188</sup> Ao observarmos o seguimento destas expressões, desfiamos um tom quase pedagógico ou de auxílio a quem lê, por forma a que não haja lapsos de memória ou elipses de acontecimentos na reflexão mediática.

O Público leva o leitor a recordar um detalhe de relevo, que deixou marcas no início do julgamento, a 8 de novembro de 2011, e que se prendeu com o recurso ao *PowerPoint* por João Marques Vidal; o procurador do Ministério Público utilizou uma apresentação em *PowerPoint* para fazer uma súmula de todos os dados da acusação. Se essa não é, ainda hoje, uma prática corrente ou sequer vulgar, muito menos o era há três anos, sendo, por si só, motivo de destaque mediático.

A meio das duas páginas, o Público disponibiliza um quadro com a lista de todas as condenações, possibilitando uma apreensão mais rápida das penas pelos leitores; esse quadro é intitulado «Os condenados», fazendo-se a separação entre «penas de prisão efetiva» e «penas de prisão suspensa ou outras sanções».

Encontramos ainda a mesma entrevista, que consta do *site* do Público no dia anterior, ao vice-presidente da Transparência e Integridade Associação Cívica (TIAC), Paulo Morais, com o destaque «Ferocidade da sentença é apenas aparente»; esta opinião

---

<sup>186</sup> Cf. Público, de 6 de setembro de 2014, p.4

<sup>187</sup> Andrea Cunha Freitas e Pedro Sales Dias.

<sup>188</sup> Cf. Público, de 6 de setembro de 2014, p.4.

acabou por contrariar a maior parte dos juízos, que consideraram que o acórdão do *Face Oculta* veio anunciar uma maior eficácia nos tribunais portugueses, em matéria de condenações e de realização da justiça.

O Público reservou ainda duas colunas à republicação, com alterações, de um texto de 2009, exclusivamente dedicado a Armando Vara, intitulado «De banqueiro accidental a ex-ministro condenado».<sup>189</sup> O texto desfia o percurso de Armando Vara desde 1987, altura em que assumiu funções de dirigente do PS pela primeira vez, até 2008, ano em que foi convidado para a vice-presidência do Millenium BCP, pela mão do também socialista Santos Ferreira.

Com efeito, Armando Vara parece enquadrar-se no papel de protagonista mediático no Público, ao ter direito a duas colunas de uma página só para si; o antigo dirigente do PS talvez possa personificar, neste cenário, o conceito de corrupção política.

Passando a analisar a primeira página do Correio da Manhã (CM) do dia 6 de setembro de 2014, observamos que a fotografia de capa tem o mesmo protagonista que a do Público. Com efeito, é também Armando Vara quem surge na capa, mas num ângulo distinto e com uma expressão facial também muito diferente. O ex-administrador do BCP surge com as duas mãos abertas, ligeiramente abaixo dos ombros, num gesto que nos parece querer significar um «basta». Na fotografia, Armando Vara tem os lábios cerrados e não olha em frente, dando a entender que «não quer falar».

Em primeiro lugar, identificámos a imagem do ex-ministro socialista por nos ter chamado a atenção devido a razões já descritas anteriormente; quanto à manchete do CM - «**TODOS CONDENADOS**» - aparece em letras garrafais<sup>190</sup> e, ao lado, surge um retângulo com duplos contornos vermelhos, a fazer lembrar os carimbos da antiga censura, com a informação: «FACE OCULTA | Corrupção e Tráfico de Influências». Na capa do CM pode ler-se ainda: «A Justiça foi implacável. Ninguém escapou. Penas de prisão para 34 arguidos» e «Parte do dinheiro das contas de alguns culpados reverte

---

<sup>189</sup> Cf. Público, de 6 de setembro de 2014, p. 3.

<sup>190</sup> A expressão «letras garrafais» refere-se, na gíria jornalística, aos caracteres tipográficos acima do tamanho 72; os títulos impressos neste corpo são, por norma, curtos, para ganharem uma sensação visual forte. Usualmente, as chamadas letras garrafais são recurso de uma imprensa de teor mais sensacionalista, capaz de inquietar e de levar o leitor a comprar o jornal para ficar a conhecer os desenvolvimentos de uma notícia que, pela manchete, se lhe afigura chocante.

para o Estado». Junto à fotografia de Armando Vara, encontramos a transcrição de uma afirmação do presidente do coletivo de juízes, Raul Cordeiro, a dizer que «se era importante para a defesa, podia ter chamado Sócrates a depor», numa referência aos pedidos dos advogados de Armando Vara e Paulo Penedos, relativos às escutas entre Armando Vara e José Sócrates; pedidos esses que lhes foram negados.

Além da fotografia de grandes dimensões de Armando Vara, foram publicadas fotografias (de dimensões bastante mais reduzidas) de Manuel Godinho, Paulo Penedos, José Penedos, Lopes Barreira e Paiva Nunes; a acompanhar as fotografias, estão a indicação das respetivas penas que lhes foram aplicadas e alguns pormenores relativos ao envolvimento de cada um deles no processo Face Oculta.<sup>191</sup> A título de exemplo, avançamos a legenda colocada junto à imagem de José Penedos: «5 anos de pena efetiva | Entre 2002 e 2008 recebeu de Manuel Godinho prendas no valor de 6267 euros. É fora do normal».

No dia 6 de setembro de 2014, o CM dedicou seis páginas ao caso (pp. 4-9); na mesma data, o Público dedicou quatro (pp. 2-5). Um dos elementos que nos saltou à vista na análise ao CM foi a cor; os tons vermelhos e pretos são bastante utilizados. Cumprindo a sua tendência e indo ao encontro do próprio grafismo, o CM recorre menos a texto e mais a imagem e a quadros-síntese.

No início do artigo principal,<sup>192</sup> os nossos olhos focam-se, novamente, nas palavras «**TODOS CONDENADOS**», escritas a vermelho sobre um fundo escuro. Um pouco abaixo, mas ainda sobre a mesma imagem escura, a letras brancas, surge o texto: «Ex-governantes vão para a cadeia | Juiz diz que o crime de tráfico de influências é muito grave. Vitimiza cidadão comum e fere credibilidade do Estado».<sup>193</sup> As imagens de Armando Vara e Manuel Godinho estão em destaque, ocupando cerca de metade das páginas 4 e 5; o ex-ministro com um olhar de soslaio e o antigo empresário de sucatas, num ângulo de perfil, com um semblante abatido.

O CM aposta numa informação mais concisa do que o Público, optando por fazer uma distribuição diferente dos dados noticiosos; o recurso às caixas de texto é, neste sentido, bastante frequente. No topo de cada página, podemos encontrar também

---

<sup>191</sup> Esses pormenores foram retirados do acórdão do processo Face Oculta.

<sup>192</sup> Exclusivo da edição do CM em papel.

<sup>193</sup> Cf. Correio da Manhã, de 6 de setembro de 2014, pp. 4-5.

referências informativas breves,<sup>194</sup> que nos dão um ponto de vista global sobre todo o processo. O CM faz uma lista com os condenados menos mediáticos, respetivas penas e crimes cometidos no âmbito do Face Oculta, fazendo acompanhar esses dados de fotografias de cada um dos visados.<sup>195</sup> Na página anterior, é dado algum destaque a João Godinho,<sup>196</sup> filho de Manuel Godinho, condenado a pena suspensa.

No que respeita à linguagem utilizada pelo CM, verificamos que se trata de uma escolha de acordo com a tradição de um jornal sensacionalista, ou por outras palavras, que apela às sensações dos leitores. Numa das caixas de texto do CM pode ler-se «**Paulo Penedos ficou devastado** | Paulo Penedos, que era advogado, ficou desvastado e não conteve as lágrimas.»<sup>197</sup> Nesta transcrição, encontramos algumas palavras que impelem a uma carga dramática, tais como «devastado» ou «lágrimas», e que não serão muito habituais quando falamos, publicamente, de um advogado.

O CM aborda ainda o pagamento de «Indemnizações milionárias a empresas»,<sup>198</sup> ordenado pelo Tribunal de Aveiro; uma vez mais, o emprego de um adjetivo forte como «milionário» confere um grau de alerta ainda mais expressivo à notícia.

Outro dos destaques do CM, no dia posterior à leitura do acórdão, relaciona-se com a reação que o ex-diretor da Polícia Judiciária (PJ) de Aveiro deu ao jornal: «EXCLUSIVO | Teófilo Santiago fala ao CM após sentença | «Decisão não pode reparar mágoa» | Ex-responsável da PJ de Aveiro enaltece a coragem dos magistrados que julgaram e condenaram os arguidos».<sup>199</sup> O CM publicou, a acompanhar o texto, uma fotografia de Teófilo Santiago, a falar, possivelmente enquanto reagia ao acórdão do coletivo de juízes.

---

<sup>194</sup> Encontramos, nas seis páginas dedicadas ao *Face Oculta*, 13 referências deste género. Deixamos alguns exemplos: «**ARGUIDOS | Grupo do Silêncio** – Apenas dez dos 36 arguidos aceitaram depor perante o coletivo de juízes. O sucateiro Manuel Godinho fez parte do grupo que optou sempre por se remeter ao silêncio», p.5; «**DESPACHO | 1574 PÁGINAS** – Foram 1574 páginas de despacho assinadas pelo juiz de instrução do processo *Face Oculta*, Carlos Alexandre, que levou todos os arguidos a julgamento», p.6; «**JULGAMENTO | 188 SESSÕES** – Em quase três anos de julgamento do processo *Face Oculta* houve lugar a 188 sessões no Tribunal de Aveiro para defesa e Ministério Público argumentarem o caso», p.7; «**TVI | INQUÉRITO** – As escutas levaram à criação de uma comissão de inquérito no Parlamento para averiguar a atuação do governo Sócrates na compra da TVI», p.9.

<sup>195</sup> Cf. Correio da Manhã, de 6 de setembro de 2014, p. 5.

<sup>196</sup> Cf. *Idem*, p. 6: «**Filho de Godinho sai com pena suspensa** | João Godinho, filho do sucateiro de Ovar, saiu com uma pena suspensa, mas também ele se mostrava visivelmente desgastado no final da sentença. O pai tinha sido condenado a uma pena efetiva, o mesmo acontecendo ao seu primo Hugo.»

<sup>197</sup> Cf. *Idem*, p. 4

<sup>198</sup> Cf. *Idem*, p. 5: «O Tribunal condenou alguns dos arguidos - entre os quais Manuel Godinho - a pagarem uma indemnização de mais de meio milhão de euros à REFER. Já a REN irá receber um total de 47 mil euros e a Petrogal tem direito a 640 mil euros.»

<sup>199</sup> Cf. *Idem*, p.8.

Podemos conferir também, no CM, a reação da Procuradora-Geral da República (PGR) à sentença; tal como já mencionámos atrás, na análise ao *site* do jornal, Joana Marques Vidal manifestou-se «contente» com o acórdão.

Não falta, nas páginas do CM, uma referência ao antigo primeiro-ministro, José Sócrates. O título «Indícios validados por dois magistrados»<sup>200</sup> introduz um pequeno texto acerca das suspeitas levantadas sobre José Sócrates quanto a um eventual plano para «controlar» a comunicação social, na sequência das conversas telefónicas e das mensagens escritas entre o então chefe do executivo e Armando Vara. Abaixo da fotografia do ex-primeiro-ministro está a legenda: «José Sócrates era suspeito de atentar contra democracia».

O CM publicou ainda uma cronologia com os factos mais relevantes do *Face Oculta*; essa lista começa por focar o dia 26 de julho de 2009, quando a Procuradoria-Geral da República recebeu as primeiras certidões de conversas entre Armando Vara e José Sócrates, terminando a 11 de março de 2014, data em que o Ministério Público defendeu que todos os crimes tinham ficado provados no julgamento, pedindo a condenação dos 36 arguidos.

Destacamos ainda o «Olhar do CM»<sup>201</sup> – uma coluna escrita pela redatora principal, Tânia Laranjo, que acompanhou de perto a evolução do *Face Oculta* no Tribunal de Aveiro. A personagem principal é, sem surpresas de maior, Armando Vara, escrevendo a jornalista que o político «estava em choque». Com o título «Vara gastou a 7.ª vida», o texto debruça-se também sobre a relação de amizade entre Armando Vara e José Sócrates e sobre o que daí poderá ter resultado:

«Nunca acreditou que pudesse ser condenado a uma pena de prisão efetiva. O ex-ministro socialista pensou sempre que seria ilibado. Ridicularizou o processo, teve ao seu lado os mais altos magistrados da nação. Cinco anos passados, o amigo Sócrates já não lhe pôde valer. O procurador-geral da República e o presidente do Supremo Tribunal de Justiça estão fora do grande palco. E quem lhes sucedeu – no Ministério Público é Joana Marques Vidal, irmã do procurador que investigou o caso – já tem outra definição para a palavra ridículo. Armando Vara pode ter acabado hoje [5 de setembro de 2014] com as suas aspirações políticas. José Sócrates irá tentar resistir a mais uma

---

<sup>200</sup> Cf. Correio da Manhã, de 6 de setembro de 2014, p. 9.

<sup>201</sup> Cf. *Idem*, p.6.



onda de choque. Vara parece ter gastado a sua 7.<sup>a</sup> vida. Sócrates tem, pelo menos, catorze.»<sup>202</sup>

O subchefe de redação escreve também sobre o assunto do dia anterior que, inevitavelmente, faz a tendência da imprensa. Miguel Ganhão afirma: «Não foi só Armando Vara que ficou chocado com a sentença do caso *Face Oculta*, Ricardo Salgado terá tido também um sobressalto quando o juiz do coletivo pronunciou os cinco anos de prisão efetiva.»<sup>203</sup>

O subchefe de redação do CM aproxima, implicitamente, Armando Vara de Ricardo Salgado; ambos estavam ligados à administração de um banco, ambos se viram «a braços» com a justiça. No primeiro caso, o desfecho foi conhecido (em primeira instância) e houve uma condenação efetiva, contra aquilo que muitas vozes vaticinavam; no segundo caso, qualquer comentário será ainda prematuro. O banqueiro da família Espírito Santo foi constituído arguido em julho deste ano, sob acusação de burla, falsificação de documentos, abuso de confiança e braqueamento de capitais, no âmbito de uma detenção relacionada com a operação *Monte Branco*, levada a cabo pelo Ministério Público, para investigar a maior rede de branqueamento de capitais em Portugal.

No «Dia a Dia» do CM, no texto sobre «Vara e Salgado», Miguel Ganhão alude ao facto de a prova produzida em tribunal ter bastado para condenar todos os arguidos do *Face Oculta*, acrescentando que «cumprindo a escrupulosa regra de respeitar todos os meios de defesa, a Justiça começa a ir além das falsas aparências e a produzir, também ela, sentenças que defendem a letra e o espírito da lei e que revigoram a confiança dos cidadãos sobre a democracia.»<sup>204</sup> Estas considerações do subchefe de redação do CM aparentam traduzir-se numa espécie de alerta contra a corrupção que, de acordo com o exemplo do julgamento do processo *Face Oculta*, poderá passar a ser um crime «não compensador» em Portugal.

No CM, é sempre escolhida a «Figura do Dia»; essa «Figura» aparece em destaque na página 2 do jornal. A 6 de setembro de 2014, é Teófilo Santiago que entra em cena com a seguinte «deixa»: «O líder da equipa que investigou o *Face Oculta* vê o seu esforço recompensado, em pleno: 36 acusados, 36 condenados. O acórdão relativo a

---

<sup>202</sup> Cf. Correio da Manhã, de 6 de setembro de 2014, p. 6.

<sup>203</sup> Cf. *Idem*, p.2.

<sup>204</sup> *Ibidem*.

este processo é, sem dúvida, uma vitória pessoal do antigo diretor da Polícia Judiciária.»<sup>205</sup>

Prosseguindo com a nossa análise comparativa, verificamos que ambos os jornais – Público e CM – particularizam a situação de Namércio Cunha. O arguido que ficou conhecido como o «arrependido», por ter decidido colaborar com a justiça na descoberta da verdade, ganhou um espaço próprio na imprensa. Sobre esta matéria, escreve o Público:

«O silêncio inicial de Namércio Cunha, acusado de associação criminosa e corrupção e antigo «braço direito» de Manuel Godinho, prometia dificultar a prova da acusação relativamente a alguns arguidos. Namércio Cunha acabou por anunciar a 31 de janeiro de 2012 que iria prestar declarações. Uma reviravolta no *Face Oculta*. Assumiu a figura de «arrependido» (o único arrependido no processo) e resolveu colaborar com a justiça. Foi, disse, um mero «pau mandado» nos depoimentos que implicaram José Penedos e Armando Vara. Ontem foi condenado a uma pena de 18 meses suspensa.»<sup>206</sup>

Já o CM é mais direto na descrição relativa ao destino de Namércio Cunha, comprovando a sua diretriz sucinta ao colocar toda a informação numa caixa de texto: «NAMÉRCIO GANHA LIBERDADE COM ARREPENDIMENTO | Namércio Cunha, ex-braço direito de Manuel Godinho, vê o tribunal condená-lo a uma pena de ano e meio de prisão, mas suspensa na sua execução. Namércio Cunha é beneficiado pelo tribunal por ter colaborado com a Justiça. Era o arrependido.»<sup>207</sup> É de notar que as palavras «ganha liberdade com» estão destacadas do restante título, a vermelho, pelo que saltam à vista do leitor, podendo, no entanto, induzir em erro, uma vez que Namércio Cunha não foi absolvido, mas sim condenado a pena suspensa.

Tanto o Público como o CM abordam a questão do arrependimento de Namércio Cunha; no entanto, o modo como concretizam essa mesma abordagem é diferente ao nível da linguagem escolhida e do formato da escrita. Ao passo que o Público inclui a informação no corpo de um artigo com a extensão de praticamente duas páginas, o CM opta por recorrer à estratégia da caixa de texto. A palavra «arrependido» é, apesar dos estilos díspares, usada pelos dois jornais nas referências a Namércio Cunha.

---

<sup>205</sup> Cf. Correio da Manhã, de 6 de setembro de 2014, p. 6.

<sup>206</sup> Cf. Público, de 6 de setembro de 2014, p.5.

<sup>207</sup> Cf. Correio da Manhã, de 6 de setembro de 2014, p. 8.

Na comparação entre o Público e o CM, uma das maiores diferenças tem a ver com a questão prática da publicidade. Nas quatro páginas que o Público apresenta sobre o *Face Oculta*, não encontramos qualquer anúncio publicitário; o mesmo não acontece nas seis páginas do CM, onde observámos a presença de dois anúncios.

Alargando a nossa análise para o dia 7 de setembro de 2014, dois dias de conhecido o acórdão, procuramos dar conta da evolução da cobertura mediática do *Face Oculta* no universo do Público e do CM. A nossa expectativa apontaria para um traço de continuidade na abordagem do tema, mas tal suspeita não se confirma ou, pelo menos, não na totalidade.

Olhando para a capa do Público não encontramos qualquer referência ao caso *Face Oculta*. A manchete incide sobre as colocações dos alunos no ensino superior e o destaque fotográfico mostra-nos a fadista Celeste Rodrigues, irmã de Amália Rodrigues. Neste sentido, nem sinais do *Face Oculta* no rosto do Público.

Contudo, ao folhearmos o jornal, vemos uma referência ao caso na página 3, com uma fotografia de Armando Vara, a preto e branco, datada de 2000, em que o ex-governante surge a fumar, deixando adivinhar um sorriso; ao lado, vemos uma segunda fotografia do mesmo protagonista, a cores, bastante mais recente, tirada à saída do Tribunal de Aveiro, depois da leitura do acórdão do *Face Oculta*. Nessa imagem, Armando Vara tem um olhar sombrio.<sup>208</sup> As duas imagens são de um contraste objetivo, numa espécie de paradoxo entre o «antes» – da glória e do poder – e o «depois» – da decadência e da perda. Ao lado das fotografias, que têm tamanhos diferentes,<sup>209</sup> está disposto um breve texto que transcrevemos, dada a sua relevância mediática:

«Portugal já assistira à condenação de um ex-ministro acusado de corrupção (Isaltino de Moraes), mas os cinco anos de prisão efetiva agora aplicados no final do processo *Face Oculta* a Armando Vara, ex-ministro e também ex-administrador do BCP, simbolizam o ponto a que chegou a justiça portuguesa nos chamados crimes de «colarinho branco». Socialista, ex-ministro de António Guterres, Vara nunca foi uma figura consensual na política portuguesa. A desconfiança que muitos sentiam em relação à sua figura materializou-se na presente sentença, à qual ele reagiu dizendo-se em «choque» e atribuindo-a à sua «circunstância» (o que inclui ter sido governante). Na verdade, essa

---

<sup>208</sup> Trata-se da fotografia que tinha feito capa do Público no dia anterior, 6 de setembro de 2014, mas num *close-up* ao rosto de Armando Vara.

<sup>209</sup> A fotografia a preto e branco, na qual Armando Vara surge a fumar, é bastante maior do que a outra, tirada à porta do Tribunal de Aveiro, a 5 de setembro de 2014.

circunstância impedia-o de fazer aquilo pelo qual foi condenado. Não devia, pois, admirar-se com o resultado.»<sup>210</sup>

A rubrica do Público «Quem os viu e quem os vê» é, deste modo, protagonizada por Armando Vara; perguntamo-nos por que razão terá sido ele o escolhido para figurar neste espaço, em detrimento de qualquer um dos outros nomes mais mediáticos, como o de Paulo Penedos ou José Penedos, mas depressa nos vêm à ideia diversos (possíveis) motivos, desde logo o passado político de Armando Vara, não partilhado por nenhum dos restantes condenados.

No Público de domingo, 7 de setembro de 2014, a segunda referência ao *Face Oculta* também não chega no tradicional formato de notícia, o que é até compreensível, dado que a leitura do acórdão já tinha sido consumada há dois dias. Na página 26, encontramos um artigo de opinião de Manuel Carvalho, no espaço «Memória Futura», com o título «Levem o caso BES para Aveiro»; trata-se de um título sugestivo e que vai ao encontro da analogia que muitos cidadãos fizeram entre o Face Oculta e o caso BES, devido ao facto de ambas as histórias terem protagonistas ligados à banca.

Manuel Carvalho escreve: «Num tempo com tantas e tão legítimas dúvidas sobre a capacidade da Justiça, é bom admitir que nem tudo está perdido. O *Face Oculta* abriu uma possibilidade. Que impõe perguntas. Se em Aveiro a Justiça funcionou, por que não funciona em Felgueiras, em Lisboa ou no Porto? Para o futuro, fica um exemplo. Para evitar que o interminável tempo de espera com os casos do BPN e do BPP se repita no escândalo do BES.»<sup>211</sup> Verificamos aqui uma ideia de descridibilização da justiça nos grandes centros urbanos de Lisboa e do Porto e em Felgueiras, numa referência subreptícia ao caso que envolveu a ex autarca socialista Fátima Felgueiras e a sua absolvição no *Saco Azul*, por contraponto à justiça de Aveiro, que atuou e responsabilizou os criminosos da corrupção.

Nesta edição do Público, de 7 de setembro de 2014, encontramos ainda uma terceira referência ao *Face Oculta*, novamente em modelo de opinião, num artigo com a assinatura do cronista Vasco Pulido Valente. O texto *Os «gatunos»* faz-se ilustrar por uma fotografia em que sobressai Manuel Godinho, na sala de audiências, no dia em que foi lido o acórdão. Pulido Valente faz a análise, avançando conclusões:

---

<sup>210</sup> Cf. Público, de 7 de setembro de 2014, p.3.

<sup>211</sup> *Idem*, p.26.

«O país ficou espantado com as penas aplicadas aos réus do processo Face Oculta (...). Este operoso grupo, segundo o tribunal, é condenado por crimes vários, frequentemente cometidos com a ajuda de uma velha figura jurídica a que se chama por amabilidade «tráfico de influências», em vez de honesta e francamente «roubo ao Estado». Os condenados ficaram assombrados com a «severidade» dos juízes, porque a história pregressa desta espécie de aventuras tinha até acabado bem: os responsáveis pelo BPN, por exemplo, andam por aí à solta. Mas seria absurdo que, no empobrecimento geral dos portugueses, Godinho, Vara e companhia se conseguissem salvar em nome da sua póstuma importância. Basta sair de casa para ouvir o que a grande maioria do país pensa realmente deles. Pensa que são *gatunos*.»<sup>212</sup>

No seu espaço de opinião, Vasco Pulido Valente questiona ainda o anúncio que os advogados dos réus fizeram, logo após ser conhecida a sentença, de que iriam recorrer da decisão dos juízes, falando mesmo em «erro» e explicitando que «um tribunal que hoje resolva diminuir ou mitigar as penas dos *gatunos* desafia a opinião universal, que de resto ele mesmo aprova.»<sup>213</sup> Os termos e a filosofia de pensamento de Vasco Pulido Valente enquadram-se num jornal como o Público; mais dificilmente fariam sentido numa publicação com a orientação do Correio da Manhã (CM).

Ao contrário do Público de 7 de setembro de 2014, a edição do CM, na mesma data, ainda faz manchete com o caso *Face Oculta*. Na capa do jornal, voltamos a ver um retângulo duplo contornado a vermelho, mesmo ao estilo da censura, tal como na edição do dia anterior, com a seguinte informação: «FACE OCULTA | Tribunal confirma pedido de Armando Vara a José Sócrates». A letras garrafais, no centro da página, lemos a manchete: «SMS trava demissão na CP»; abaixo da manchete, encontramos informação adicional: «Refere acórdão | *Mero contacto de Vara com o primeiro-ministro bastou para travar intenção de demitir Cardoso dos Reis*». *Vara comunicou a Cardoso dos Reis que já tinha realizado o contacto*».<sup>214</sup> Na capa surgem também fotografias dos dois protagonistas políticos que dão origem ao artigo – Armando Vara do lado esquerdo e José Sócrates do lado direito.

O tema é desenvolvido entre as páginas 6 e 9 do CM, num artigo com o título «Mensagem para Sócrates travou demissão na CP»; no *lead*, lê-se: «Juízes dizem que

---

<sup>212</sup> Cf. Público, de 7 de setembro de 2014, p.56.

<sup>213</sup> *Ibidem*.

<sup>214</sup> Cf. Correio da Manhã, de 7 de setembro de 2014.

ficou comprovada a influência de Armando Vara a nível político e governativo».<sup>215</sup> O CM baseou-se no acórdão do processo Face Oculta para destacar a relação de proximidade entre o então primeiro-ministro do PS, José Sócrates, e o antigo administrador do BCP, Armando Vara.

O CM escreve que «para o Tribunal de Aveiro ficou claro que Vara travou o processo de demissão»<sup>216</sup> de Cardoso dos Reis que, em 2009, comandava os destinos da CP. O jornal faz uso de uma fonte não identificada para se referir à informação que avança: «O contacto de Vara com Sócrates foi feito através de SMS, sabe o CM. O conteúdo não é conhecido.»<sup>217</sup> Com efeito, o CM não explicita nem a forma como terá recebido essa informação, nem o agente que lhe terá transmitido, citando apenas parte do acórdão do Face Oculta, relativa à tal proximidade verificada entre Armando Vara e José Sócrates: «Esta é a plena comprovação da amplitude das relações, contactos e influências que Armando Vara mantinha a nível político e governativo».<sup>218</sup>

No artigo do CM, exclusivo da edição em papel, pode ler-se que foram os telefonemas com o então presidente da CP que fizeram com que Armando Vara solicitasse o acesso às escutas das conversas com José Sócrates, interceptadas durante a investigação, pedido que foi rejeitado pelos juízes, que consideraram irrelevante e desnecessário ouvir os telefonemas ou ler as mensagens entre Armando Vara e José Sócrates, para provar o poder de intervenção e os contactos políticos do então administrador do BCP.

Na edição de domingo, dia 7 de setembro de 2014, o CM prolongou a cobertura do *Face Oculta*, ao revelar pormenores do acórdão que não tinha focado no dia anterior, ou por falta de tempo para os seleccionar, ou até por falta de espaço. Certo é o destaque concedido, uma vez mais, a Armando Vara e à sua posição influente no PS, apesar de, em 2009, estar já afastado da vida política ativa. O nome de José Sócrates é, por conseguinte, enunciado várias vezes.

Tal como tinha feito no dia anterior, o CM colocou breves referências informativas no topo das páginas, para captar a atenção dos leitores e também para lhes fornecer algumas explicações. Numa dessas breves, lê-se: «**MENSAGENS | AOS CAMARADAS** – Sócrates referiu que não falou com Vara e José Penedos. *São*

---

<sup>215</sup> Cf. Correio da Manhã, de 7 de setembro de 2014, p.6.

<sup>216</sup> *Ibidem.*

<sup>217</sup> *Ibidem.*

<sup>218</sup> *Ibidem.*

*camaradas e amigos*, afirmou, dando conta de que mandou mensagem de solidariedade»;<sup>219</sup> o CM publicou as declarações que José Sócrates tinha feito, na noite anterior, no espaço de comentário onde participa, semanalmente, no Telejornal da RTP. Noutra das breves, o CM faz nova transcrição: «**MENDES | ELOGIO A TRIBUNAL** – O ex-líder do PSD, Marques Mendes, frisou ontem [6 de setembro de 2014] na SIC que a decisão do Tribunal de Aveiro fez mais pela confiança na Justiça do que *muitos discursos políticos*.»<sup>220</sup> Os comentários televisivos daquela noite de sábado foram, por isso, transpostos para a edição do CM do dia seguinte. Concluímos, neste sentido, que o assunto *Face Oculta* dominou a informação dos canais de televisão na noite anterior.

A polémica em torno de Mário Lino e de Ana Paula Vitorino também volta a estar nas páginas do CM, dois dias depois da leitura do acórdão do *Face Oculta*. Nas páginas 8 e 9, encontramos uma fotografia do antigo ministro dos Transportes, tirada no dia em prestou declarações, como testemunha, no Tribunal de Aveiro. O título do artigo - «*Dossier para entalar o gajo*»<sup>221</sup> - foi extraído de uma conversa mantida entre Manuel Godinho e Namércio Cunha, sobre o então presidente da REFER, Luís Pardal, *persona non grata* para o empresário de Ovar, pelo facto de não facilitar negócios com a O2.<sup>222</sup>

O CM escreve que os juízes entenderam que o antigo ministro socialista, Mário Lino, esteve envolvido, em 2009, numa tentativa para conduzir à demissão de Luís Pardal, na sequência do desejo de Manuel Godinho de mudar a liderança da REFER, para obter maiores vantagens para o seu grupo empresarial. No CM lemos ainda que, no acórdão do *Face Oculta*, os juízes formalizaram a percepção de que «o depoimento de Mário Lino não teve qualquer credibilidade»,<sup>223</sup> deixando a descoberto várias contradições, que fizeram com que fosse extraída uma certidão por falsas declarações contra o antigo governante. Ainda foi deduzida acusação contra Mário Lino, mas esse processo acabou depois por ser arquivado.

Interesse diferente tiveram, para a justiça, as palavras da ex-secretária de Estado dos Transportes; o CM indica que «os juízes consideraram que o depoimento que Ana Paula Vitorino prestou em julgamento foi *muito credível, consistente e coerente*. Os magistrados afirmaram ainda no acórdão que o testemunho da antiga secretária de

---

<sup>219</sup> Cf. Correio da Manhã, de 7 de setembro de 2014, p.9.

<sup>220</sup> Cf. *Idem*, p.8.

<sup>221</sup> *Ibidem*

<sup>222</sup> Uma das empresas pertencentes a Manuel Godinho.

<sup>223</sup> Cf. Correio da Manhã, de 7 de setembro de 2014, p.8.

Estado dos Transportes foi, aliás, fundamental na descoberta da verdade.»<sup>224</sup> Recordamos que Ana Paula Vitorino afirmou, publicamente, que Mário Lino tinha indicado que a O2 era uma empresa «amiga do PS» e que a então secretária de Estado, sendo membro do Secretariado Nacional do partido, não deveria ignorar esse facto.

Além das temáticas à volta de Armando Vara/José Sócrates e de Mário Lino/Ana Paula Vitorino, o CM de 7 de setembro de 2014 dedica uma coluna aos recursos, com o título «Prisões efetivas nas mãos da Relação». O CM explica que o Tribunal da Relação do Porto é a primeira instância onde poderão dar entrada os recursos, esclarecendo ainda que apenas Manuel Godinho poderá avançar para o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) e, se for caso disso, para o Tribunal Constitucional (TC), por ter sido o único arguido do processo *Face Oculta* condenado a uma pena superior a oito anos.

O CM recorda ainda, na edição de domingo, alguns pormenores relativos ao dia da leitura do acórdão e vários dados adicionais que pontuaram o caso.<sup>225</sup>

Numa pequena caixa de texto, o CM alude à ordem do Tribunal de Aveiro para a recolha das amostras de ADN dos arguidos, no momento em que se verificar o trânsito da decisão em julgado. Numa outra caixa de texto, é feita uma referência à destruição das escutas telefónicas que envolviam Armando Vara e José Sócrates, agendada para o dia seguinte, segunda-feira, dia 8 de setembro.

Além das quatro páginas dedicadas ao *Face Oculta*, o artigo de opinião de Moita Flores versa também sobre o caso.<sup>226</sup> Na sua coluna semanal, *Impressão Digital*, o professor universitário e ex-inspetor da Polícia Judiciária (PJ) escreve:

«sendo um dos processos mais mediáticos dos últimos anos, a leitura do acórdão deixou o País em suspenso. E vieram algumas decisões surpreendentes. Julgo que a mais importante de todas é o facto de, pela primeira vez num megaprocessamento, não haver alguém absolvido. Os trinta e seis arguidos foram todos condenados com mais ou menos gravidade. Isto é um sinal importante que está escondido na decisão. Significa que todos aqueles que foram levados a julgamento tinham pela frente um Procurador

---

<sup>224</sup> Cf. Correio da Manhã, de 7 de setembro de 2014, p.8.

<sup>225</sup> Cf. *Idem*, p.7 – Transcrevemos dois exemplos dos **PORMENORES** do CM: «RESPOSTA DA JUSTIÇA | No acórdão, os juízes consideraram que o crime económico é uma das grandes preocupações da atualidade e que cabe às instituições judiciárias dar “uma resposta à sociedade, punindo os autores de tais atos”» ou «OBRIGAÇÕES ACRESCIDAS | Os magistrados consideraram que o facto de os arguidos estarem bem inseridos socialmente não é uma atenuante.»

<sup>226</sup> Cf. *Idem*, p.2.



seguro, que dominava o processo, que conhecia bem os graus de responsabilidade que deveria atribuir a cada um. E revela um extraordinário trabalho da Polícia Judiciária. Não existe boa acusação sem boa investigação.»<sup>227</sup>

O caso *Face Oculta* é ainda um dos objetos de análise na coluna *Correio da Justiça*, assinada por Carlos Garcia, presidente da Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal.<sup>228</sup>

Através da nossa análise, poderemos concluir que, nos dois dias posteriores à leitura do acórdão do processo *Face Oculta*, tanto o Público como o CM invocaram inevitavelmente o caso nas suas páginas, ainda que em proporções distintas. Ao passo que no domingo, dia 7 de setembro, o Público já não coloca nenhuma chamada de atenção para o *Face Oculta* na capa, o CM volta a escolher o caso para fazer manchete.

#### Quadro 6 – Manchetes do Público e do Correio da Manhã

(06 e 07 de setembro de 2014)

|            | Público  | Correio da Manhã           |
|------------|--|----------------------------|
| 06/09/2014 | «Prendas e dinheiro para políticos acabam em condenação histórica» | «TODOS CONDENADOS»         |
| 07/09/2014 | «54 por cento dos alunos conseguiram lugar no curso que preferiam» | «SMS TRAVA DEMISSÃO NA CP» |

Procurámos ir além do nosso universo de análise e verificar também as manchetes de outros jornais que não o Público e o CM. Com efeito, a 06 de setembro de 2014, o assunto *Face Oculta* dominou as primeiras páginas da imprensa, com a leitura do acórdão a fazer manchete também no Jornal de Notícias (JN), Diário de Notícias (DN) e no jornal i. Das publicações que observámos, apenas o Semanário Expresso escapou à tendência, fazendo manchete com uma notícia do foro da educação, numa escolha que poderemos justificar com a aproximação do arranque do novo ano letivo. Ainda assim, o Expresso destacou o processo na capa com uma chamada de atenção para a reportagem que publica no seu interior: «129 anos de prisão para os arguidos do ‘Face Oculta’».

<sup>227</sup> Cf. Correio da Manhã, de 7 de setembro de 2014, p.2.

<sup>228</sup> Cf. *Idem*, p.10.

**Quadro 7 – Manchetes do Jornal de Notícias, do Diário de Notícias, do Jornal i e do Expresso**

**(06 e 07 de setembro de 2014)**

|            | <b>Jornal de Notícias</b>               | <b>Diário de Notícias</b>                                | <b>Jornal i</b>   | <b>Expresso</b>                            |
|------------|---|--|---|--|
| 06/09/2014 | VARA<br>COMPRADO POR<br>25 MIL EUROS    | Juiz manda recolher<br>ADN de Vara, Penedos<br>e Godinho | FACE OCULTA.<br>TODOS<br>CONDENADOS<br>NUM DIA<br>HISTÓRICO PARA<br>A JUSTIÇA | Crato gasta 4<br>milhões em<br>contentores |
| 07/09/2014 | Já ninguém quer ser<br>engenheiro civil | Reservas de ouro de<br>Portugal valem 13 mil<br>milhões  |   |  |

Tal como aconteceu com a edição do Público do dia 7 de setembro, também o Diário de Notícias (DN) e o Jornal de Notícias (JN) avançam manchetes que nada têm a ver com o Face Oculta, no domingo. O Jornal i, embora seja uma publicação diária, não tem edição aos domingos, não sendo, por isso, alvo da nossa análise.

No domingo, o Diário de Notícias faz manchete, com as reservas de ouro de Portugal, colocando ainda na capa uma chamada de atenção para o *Face Oculta*: «Destrução de escutas a Sócrates é esperança da defesa».<sup>229</sup> O artigo do DN ocupa meia página e faz menção às escutas das conversas entre Armando Vara e José Sócrates, recordando os leitores sobre a destruição marcada para o dia seguinte [segunda-feira, 8 de setembro de 2014].

Já o JN, que não destacou o *Face Oculta* na capa, dedica uma página ao tema, publicando uma fotografia de Armando Vara e Manuel Godinho e um artigo intitulado «SENTENÇA CRIA PRESSÃO SOBRE TRIBUNAIS SUPERIORES»,<sup>230</sup> no qual apresenta a visão de dois analistas<sup>231</sup> sobre o resultado do acórdão.

Desta forma, o processo *Face Oculta* assume repercussões prolongadas na imprensa nacional que, dois dias depois de conhecida a sentença, ainda dedica espaço ao desenvolvimento do caso para manter os leitores atualizados e informados. Essa tendência dos *media* contribui, neste contexto, para a construção da perceção social sobre a corrupção.

<sup>229</sup> Cf. Diário de Notícias, de 7 de setembro de 2014, p.12.

<sup>230</sup> Cf. Jornal de Notícias, de 7 de setembro de 2014, p.13.

<sup>231</sup> Luís de Sousa, politólogo e presidente da Transparência e Integridade Associação Cívica (TIAC) e João Paulo Dias (investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra).

Poderemos aqui recordar os conceitos teóricos de *framing* e *priming*, avançados por Dietram A. Scheufele, e que consideramos apropriados nesta análise à cobertura mediática do *Face Oculta*.

Por *framing*, que significa «enquadramento», entende-se a forma como o jornalismo confere atributos a determinados temas, de modo continuado e persistente. Escreve Isabel Ferin da Cunha que «neste processo, a opinião pública tende a apreender os enquadramentos em função das suas disposições individuais, o que determina a percepção e a atribuição de rótulos a cada fenómeno, ou a um conjunto de fenómenos reportados».<sup>232</sup>

O *priming*, também enunciado por Scheufele, e que traduziremos por «saliência pública»<sup>233</sup>, constitui o fruto das escolhas dos *media* e dos jornalistas no agendamento dos temas a que se dedicam e na identificação daqueles que assumem o papel de protagonistas políticos. Citando, de novo, Isabel Ferin da Cunha,

«o *priming* decorre, deste modo, dos procedimentos de agendamento que ao atribuir maior proeminência, destaque ou relevância a determinados temas ou atores políticos, facilitam a interiorização pela opinião pública da sua “saliência”, ao mesmo tempo que agregam à sua volta atributos que funcionam como “atalhos cognitivos”. Por exemplo, a saliência (*priming*) conferida a um determinado político, está sempre associada a temas e atributos específicos.»<sup>234</sup>

Encontramos, nestes dois conceitos, uma base para a interpretação da cobertura mediática do *Face Oculta*, na medida em que os jornais procuraram enquadrar o tema (*framing*) numa perspetiva cronológica, legal e factual, contribuindo para fomentar a percepção do caso pela opinião pública e fazendo brotar a tal percepção social da corrupção, já tão estudada e fundamentada por António João Maia.<sup>235</sup>

No *Face Oculta*, o *priming* sustenta-se, por exemplo, ao nível do destaque conferido pelos *media* a Armando Vara; o arguido é frequentemente mencionado nas notícias como antigo ministro do PS, ou seja, é sublinhada inúmeras vezes a sua condição de ex-governante e, mais do que isso, a sua ligação de proximidade com o

---

<sup>232</sup> Cunha, Isabel Ferin e Serrano, Estrela, coord. (2014): 267.

<sup>233</sup> *Ibidem*.

<sup>234</sup> *Ibidem*.

<sup>235</sup> O *working paper* da autoria de António João Maia, *O Discurso Social sobre o Problema da Corrupção em Portugal* (2011), publicado com a chancela do Observatório de Economia e Gestão da Fraude – OBEGEF – justifica a nossa afirmação.

então primeiro-ministro, José Sócrates, bem como a sua capacidade de influência junto das mais altas instâncias do Partido Socialista.

Para lá de uma esfera qualitativa, não poderemos negligenciar o campo quantitativo, na medida em que Armando Vara foi um verdadeiro protagonista mediático; foi, sem dúvida, um dos nomes mais vezes referido, pelo choque social e pelo inesperado.

Além desta proeminência de Armando Vara, o próprio tema do *Face Oculta* – com a corrupção à cabeça – foi evidenciado ao longo de vários dias consecutivos na comunicação social, nos momentos chave do processo; entre outros, destacamos a altura em que o caso foi divulgado em 2009, o início do julgamento, em 2011 e a leitura do acórdão, no presente ano de 2014.

Consideramos que o «inesperado», como o descreveram Galtung e Ruge,<sup>236</sup> também poderá ser aqui aplicado, na medida em que, de um político, ex-governante e administrador de uma instituição bancária, se esperaria, à partida, uma conduta sem mácula; obviamente que esta esperança ideológica se encontra, nos dias de hoje, muito subvertida, o que se explica, precisamente, pelo alastrar de práticas de corrupção e sua disseminação na sociedade.

Recorrendo ainda a Galtung e Ruge, recordamos um outro valor-notícia que, apesar de parecer, à partida, oposto ao «inesperado», acaba por poder ser olhado como uma espécie de prolongamento dos seus efeitos; falamos da «continuidade».<sup>237</sup> Quando um determinado tema chega às capas dos jornais e ganha um lugar como notícia, esse lugar continuará a ser ocupado por algum tempo, com desenvolvimentos ou atualizações diversos.

Ao mencionar este valor-notícia da «continuidade», estendemos o nosso universo de análise às publicações em papel da segunda-feira seguinte à leitura do acórdão, dia 8 de setembro de 2009, por ter sido a data designada pelo presidente do coletivo de juízes para a destruição das escutas entre Armando Vara e José Sócrates, que continuavam, até então, guardadas num cofre do tribunal.

---

<sup>236</sup> Galtung e Ruge (1965:1993): 66: «É o inesperado dentro dos limites do significativo e do consonante que atrai a atenção de alguém.»

<sup>237</sup> TRAQUINA, Nelson (2002): 180-181: «Para Galtung e Ruge, a continuidade como valor-notícia consiste na ideia de que, logo que algum acontecimento ou assunto atinja os cabeçalhos e seja definido como *notícia*, então continuará a ser definido como notícia durante algum tempo, mesmo que a amplitude seja drasticamente reduzida.»

Não deixará de ser curioso que o Público não faça qualquer referência ao *Face Oculta* ou, em concreto, à destruição das escutas agendada para esse dia; por seu turno, o CM volta a atribuir o espaço de uma página ao tratamento do caso,<sup>238</sup> num artigo exclusivo da edição em papel, intitulado «Juiz desvaloriza testemunhos». No entanto, também não encontramos nesse artigo uma única referência à destruição das escutas; o CM transcreve vários excertos do acórdão judicial a que teve acesso, relativos aos depoimentos de Eduardo Catroga e Jorge Sampaio, desvalorizados pelos magistrados.<sup>239</sup> O artigo é ilustrado com fotos do ex-ministro e do ex-presidente da República.

Na mesma página do CM, temos acesso a duas «breves»: uma sobre o cuidado que começou a existir, a partir de uma certa altura, nas conversas telefónicas escutadas entre Manuel Godinho e José Sócrates; a outra sobre a proximidade entre o antigo dirigente do CDS, Narana Coissoró e o empresário de Ovar, Manuel Godinho, que o Tribunal de Aveiro deu como provada.

Nesta edição do CM, o diretor adjunto, Eduardo Dâmaso, escreve também sobre o *Face Oculta* (ou sobre as suas possíveis repercussões) na coluna *Correio Direto*, posicionada na última página do jornal: «O processo *Face Oculta* é um marco histórico mas não significa que, a partir de agora, a Justiça vai atacar sistematicamente os poderosos.»<sup>240</sup> O diretor adjunto do CM expressa a sua opinião acerca do trabalho dos investigadores e dos magistrados que julgaram o caso, numa linguagem direta e concisa: «A comarca do Baixo Vouga prova que ainda há gente normal, que pensa no País e na separação de poderes, que não está contaminada pelo servilismo poltrão e pelo amiguismo de banco de escola, como as cabeças dos próceres que tiraram deste caso o arguido que falta.»<sup>241</sup> (no final desta frase, consideramos que Eduardo Dâmaso estará a referir-se, implicitamente, a José Sócrates).

Tal como fez o CM, também o Jornal de Notícias (JN) publicou um artigo sobre o *Face Oculta* na segunda-feira, dia 8 de setembro de 2014, relativo ao depoimento de Jorge Sampaio no julgamento, a favor de José Penedos: «Juiz desvaloriza testemunho

---

<sup>238</sup> Cf. *Correio da Manhã*, de 8 de setembro de 2014, p. 28.

<sup>239</sup> *Ibidem* (No *lead* do artigo lemos: «Acórdão diz que depoimentos de Eduardo Catroga e Jorge Sampaio não tiveram relevância e que foram condicionados pela amizade com Penedos». O ex-ministro do PSD e o antigo presidente da República socialista testemunharam a favor de José Penedos, com quem tinham uma relação de amizade; ambos defenderam que era normal o ex-administrador da REN receber presentes de Manuel Godinho.)

<sup>240</sup> Cf. a última página do *Correio da Manhã*, de 8 de setembro de 2014.

<sup>241</sup> *Ibidem*.

de Jorge Sampaio sobre prendas»;<sup>242</sup> este artigo é destacado na capa do JN. Ao contrário do que fez o CM, o Jornal de Notícias lembra aos leitores que a destruição das escutas que tinham escapado à decisão do Supremo Tribunal de Justiça iria acontecer nessa tarde [8 de setembro de 2014].

À semelhança do Público, na segunda-feira, o Diário de Notícias (DN) não se debruça sobre nenhum âmbito do *Face Oculta*.

Com efeito, seremos levados a concluir que a «continuidade» é uma tendência erradicada com maior propriedade numa imprensa mais popular, de que são exemplo o CM e o JN; já o Público e o DN optaram por deixar o assunto de fora das respetivas páginas, numa escolha que acaba por se manter fiel à natureza editorial de ambos os jornais.

Avançando na semana, chegamos a terça-feira, dia 9 de setembro de 2014, o dia posterior à destruição das escutas que restavam, no Tribunal de Aveiro.<sup>243</sup> Contrariando a tendência das últimas duas edições, o Público colocou uma chamada de atenção para o *Face Oculta* na capa: «Defesa quer usar destruição de escutas a Sócrates | Eliminação dos registos fará parte da tese para anular o acórdão do *Face Oculta*». Com efeito, o jornal dedica uma página ao relato da destruição, num artigo intitulado «Escutas a Vara e Sócrates destruídas com x-acto, tesoura e trituradora».<sup>244</sup> Nessa mesma página, encontramos uma fotografia do ex-primeiro-ministro, com a seguinte legenda: «As cinco conversas e 26 mensagens de telemóvel estavam gravadas em quatro DVD e quatro CD».

Verificamos também a disposição de uma caixa de texto com dados relativos ao processo quase «independente» a que as escutas telefónicas deram origem, com a intervenção de figuras exteriores à investigação propriamente dita. «As peripécias das escutas às conversas entre Vara e Sócrates» - assim se intitula este destaque que começa por referir que «durante a investigação do processo *Face Oculta* foram interceptadas 11

---

<sup>242</sup> Cf. Jornal de Notícias, de 8 de setembro de 2014, p.12.

<sup>243</sup> Houve cinco conversas e 26 mensagens escritas que acabaram por não ser destruídas. A decisão de destruição do presidente do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) foi cumprida em abril de 2010 pelo juiz de instrução criminal de Aveiro; no entanto, em novembro do mesmo ano, o procurador do Ministério Público, João Marques Vidal, comunicou ao STJ que, afinal, ainda existiam escutas, na sequência de gravações que o sistema teria feito, automaticamente, em duplicado. Nessa ocasião, Noronha do Nascimento estava no estrangeiro, tendo o processo passado para a fase de instrução, no Tribunal Central de Instrução Criminal de Lisboa. Aí, o juiz Carlos Alexandre opôs-se à destruição das duplicações, que se mantiveram num cofre do tribunal até ao dia 8 de setembro de 2014.

<sup>244</sup> Cf. *Público*, de 9 de setembro de 2014, p.12.

conversas entre Sócrates e Vara. O então procurador-geral da República, Pinto Monteiro, considerou que o seu conteúdo era pessoal e não tinha qualquer relevância criminal. O presidente do Supremo Tribunal de Justiça à época, Noronha do Nascimento, concordou e decretou a sua nulidade e a sua destruição em novembro de 2009.»<sup>245</sup> Tal como já concretizámos, esta foi uma decisão que provocou celeuma, uma vez que várias personalidades defendiam a utilização do conteúdo das escutas; o procurador titular da investigação, João Marques Vidal, entendia que poderia estar em causa um crime de atentado ao Estado de Direito, por parte do então chefe do executivo. A explicação do Público prossegue com as etapas que se seguiram em termos judiciais e com alguns esclarecimentos do foro do Direito para elucidar os leitores sobre os trâmites da legalidade e da jurisprudência.<sup>246</sup>

Destacamos ainda o facto de o editorial do Público reservar uma referência ao *Face Oculta*, para fazer um paralelismo entre Armando Vara e o ex-ministro da economia do governo de Pedro Passos Coelho, Álvaro Santos Pereira. No excerto do editorial que abaixo transcrevemos, comprovamos, uma vez mais, a influência do valor-notícia da «continuidade», introduzindo também o valor-notícia da «consonância», uma vez que ligamos o acontecimento relativo a Álvaro Santos Pereira, com o comportamento manifestado por Armando Vara; aos dois corresponde a característica de terem ocupado, no passado, cargos governativos, estando envolvidos em *dossiers* políticos polémicos:

«Armando Vara abriu um precedente, ao dizer que os cinco anos de prisão efectiva a que foi condenado no caso *Face Oculta* tinham “muito a ver” com a sua “circunstância”. Pois bem: no também célebre caso dos submarinos e respetivas contrapartidas, ficámos a saber que o à data ministro da Economia Álvaro dos Santos Pereira assinou com a Ferrostaal alemã um contrato de renegociação das contrapartidas baseado, garantiu, em pareceres jurídicos. (...) São os homens, como se vê, que fazem as circunstâncias. Até serem avaliados e julgados por elas.»<sup>247</sup>

Na última página do Público de terça-feira, dia 9 de setembro de 2014, lemos a crónica assinada por João Miguel Tavares, no espaço «O Respeitinho não é bonito», intitulada «Armando Vara e a sua circunstância». O jornalista direciona, deste modo, a

---

<sup>245</sup> Cf. Público, de 9 de setembro de 2014, p.12.

<sup>246</sup> *Ibidem* – Como exemplo deste esclarecimento de que falamos: «O Código de Processo Penal exige que as escutas telefónicas a um primeiro-ministro sejam autorizadas pelo Supremo.»

<sup>247</sup> Cf. Público, de 9 de setembro de 2014, p.43.

sua reflexão para a proximidade entre Armando Vara e José Sócrates, num tom que deixa transparecer a figura de estilo da ironia, focando-se nas declarações do antigo administrador do Millenium BCP, depois de ser conhecida a sentença do Face Oculta. João Miguel Tavares escreve:

«Após se ter confessado “em choque”, [Armando Vara] comentou desta forma a sua pesada sentença: “Acho que tem muito a ver com a minha circunstância.” Bravo. Embora afetado pelo choque, Armando Vara teve ainda a perspicácia de se afirmar como um perspetivista e um leitor atento de Ortega y Gasset e da sua primeira obra, *Meditaciones del Quijote*. Foi aí que o espanhol cunhou aquela que se tornou uma das suas frases mais conhecidas: “Eu sou eu e a minha circunstância e se não a salvo a ela não me salvo eu”. (...) Vara merece a nossa vénia: não há melhor descrição para o que lhe aconteceu. Repare-se que Armando Vara nunca deixou de ser Armando Vara nem de se comportar como Armando Vara, mesmo quando já não precisava de ser Armando Vara. Embora ganhasse muitos milhares, continuava a facilitar negócios por poucas dezenas. Porquê? Porque era essa a sua natureza. Foi o que fez durante toda a vida.»<sup>248</sup>

Ao contrário do que tinha vindo a acontecer durante os três dias posteriores à leitura do acórdão, o Público ultrapassou o Correio da Manhã (CM), a 9 de setembro de 2014, em termos do número de peças sobre o *Face Oculta*. Nesta data, o CM faz uma chamada de atenção na capa - «*Face Oculta* | Trituradora destrói escutas de Sócrates» - publicando uma fotografia de pequenas dimensões do ex-primeiro-ministro.

O artigo surge na última página do CM (edição em papel),<sup>249</sup> numa coluna breve, tendo sido escrita com o auxílio de informação veiculada pela Agência Lusa. «Escutas com Sócrates destruídas» é o título da notícia que descreve o processo de destruição realizado no dia anterior, no Tribunal de Aveiro. Nas restantes páginas do jornal, verificámos a inexistência de referências adicionais ao caso *Face Oculta*.

O Jornal de Notícias (JN) também evidencia o tema com um destaque na capa - «Especialista questiona | Escutas a Sócrates destruídas com X-ato tesoura e alicate».<sup>250</sup> O artigo intitulado «X-ato, tesoura e alicate põem fim às escutas de Sócrates» é ilustrado com uma fotografia da sala do Tribunal onde decorreram as sessões do julgamento, acompanhada de uma legenda.<sup>251</sup> O JN aposta na «continuidade», tal como

---

<sup>248</sup> Cf. Público, de 9 de setembro de 2014, p.43.

<sup>249</sup> Cf. Correio da Manhã, de 8 de setembro de 2014, p. 48.

<sup>250</sup> Cf. Jornal de Notícias, de 9 de setembro de 2014, p. 12.

<sup>251</sup> *Ibidem* (Legenda: Raul Cordeiro presidiu ao julgamento e destruiu as escutas a Vara e Sócrates.)



a generalidade da imprensa, ao mencionar novamente vários pormenores que já tinham sido divulgados múltiplas vezes, como por exemplo, a pena efetiva de Manuel Godinho ou o facto de todos os arguidos terem sido condenados, mas permanecerem em liberdade até que seja conhecida uma decisão sobre os recursos às instâncias superiores.

O Diário de Notícias (DN) não faz qualquer chamada de capa para a destruição das escutas, mas publica um artigo intitulado «Escutas de Sócrates finalmente destruídas»,<sup>252</sup> revelando ainda a perceção do ex-bastonário da Ordem dos Advogados, Rogério Alves, sobre o resultado do acórdão do *Face Oculta*. É ainda curioso que o DN tenha falado com um outro antigo bastonário sobre a mesma temática e que essa voz, apesar de ter comentado o caso, tenha solicitado o anonimato da sua identidade.

O jornalista do DN, Pedro Tadeu, também se pronuncia sobre o *Face Oculta* num artigo de opinião dirigido, de forma geral, à condenação dos «poderosos» pela justiça, particularizando o exemplo de Armando Vara. No título da coluna, Pedro Tadeu lança a interrogação: «A condenação de Vara é exagerada ou curta?»<sup>253</sup>

A 10 de setembro de 2014, quarta-feira, entre as publicações da imprensa diária, em formato papel, que temos estado a incluir na nossa análise, apenas o Diário de Notícias (DN) avançou com uma referência ao processo *Face Oculta*; o artigo «Com boas investigações e acusações, há resultados»<sup>254</sup> mostra as reações ao acórdão do vice-presidente da Transparência e Integridade Associação Cívica (TIAC), Paulo Morais, e do investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, João Paulo Dias. Esta será uma das evidências mais fiéis ao valor-notícia da «continuidade», na medida em o DN procura prolongar os efeitos da notícia cinco dias após ter sido divulgada a sentença do *Face Oculta*; nem o Público, nem o CM, nem o JN enveredaram por este caminho.

Quase uma semana depois da leitura do acórdão, na quinta-feira, dia 11 de setembro de 2014, encontrámos somente duas breves referências ao *Face Oculta* na edição em papel do CM – uma no «Correio do Leitor»<sup>255</sup> e outra no «Correio Indiscreto»;<sup>256</sup> os restantes jornais não incluíram qualquer menção ao caso.

---

<sup>252</sup> Cf. Diário de Notícias, de 9 de setembro de 2014, p. 9.

<sup>253</sup> *Idem*, p.7.

<sup>254</sup> Cf. Diário de Notícias, de 10 de setembro de 2014, p. 10.

<sup>255</sup> Cf. Correio da Manhã, de 11 de setembro de 2014, p. 15.

<sup>256</sup> *Idem*, p. 27.

A 12 de setembro de 2014, data em que se completou uma semana sobre a divulgação da sentença, verificámos que nem o Público, nem o CM, nem o JN publicam qualquer artigo relativo ao *Face Oculta*. No DN, a única referência, ainda que indireta, que visualizámos foi o título de um artigo de opinião da jornalista Fernanda Cândia, que recorre a um trocadilho - «Face Desoculta» - para dar título ao seu texto sobre as eleições para o secretariado nacional do PS, entre António José Seguro e António Costa,<sup>257</sup> numa altura em que decorria a campanha.

Uma vez que à sexta-feira é publicado o jornal SOL, procurámos também saber se haveria, na edição de 12 de setembro de 2014, alguma referência ao *Face Oculta*; não podemos subvalorizar o destaque que o semanário atribuiu ao caso em fevereiro de 2010, tal como já explicitámos atrás, nesta investigação. Com efeito, o SOL colocou uma chamada de atenção para o *Face Oculta* na capa: «Acórdão do *Face Oculta* | Sócrates conhecia tráfico de influências de Armando Vara»; é possível ver também a cópia da primeira página do semanário, na célebre edição de 10 de fevereiro de 2010.<sup>258</sup>

Num artigo de duas páginas com o título «'Luvas', Mentiras e Escutas» e com as fotografias de Armando Vara, José Penedos e Manuel Godinho, o SOL enumera os principais pontos do acórdão que tinha sido lido há uma semana e faz a lista dos condenados a prisão efetiva e a pena suspensa.<sup>259</sup>

Num segundo artigo intitulado «A Sombra de Sócrates»,<sup>260</sup> a relevância é dirigida, principalmente, ao antigo chefe do executivo socialista, como se conclui, desde logo, através do *lead*: «O ex-primeiro-ministro acaba por emergir como personagem do caso, em passagens-chave do acórdão do Tribunal de Aveiro».<sup>261</sup> A ilustrar o artigo está uma fotografia de José Sócrates, de mãos nos bolsos, de expressão carregada, acompanhada pela legenda «Tribunal ouviu conversas de Vara com Sócrates».<sup>262</sup> O protagonista desta página do SOL é, claramente, José Sócrates e a sua proximidade com Armando Vara.

Além do destaque dado ao *Face Oculta* neste artigo, o caso é também mencionado na rubrica «SOL & SOMBRA»<sup>263</sup>, da responsabilidade de José António

---

<sup>257</sup> Cf. Diário de Notícias, de 12 de setembro de 2014, p.7.

<sup>258</sup> A paradigmática edição d' «O Polvo», com o perfil de José Sócrates na capa.

<sup>259</sup> Cf. Jornal SOL, de 12 de setembro de 2014, pp. 16-17.

<sup>260</sup> *Idem*, p.18.

<sup>261</sup> *Ibidem*.

<sup>262</sup> *Ibidem*.

<sup>263</sup> Cf. Jornal SOL, de 12 de setembro de 2014, p.7.

Lima. No lado do «SOL» surge o procurador João Marques Vidal: «(...) a qualidade e a coragem da investigação do caso *Face Oculta*, face ao poder socrático então todo-poderoso, ficarão como momento alto sua carreira»;<sup>264</sup> do lado da «SOMBRA» o alvo é Armando Vara: «(...) nunca se livrou da imagem de ser mais um comissário político e um gestor de influências do que um administrador respeitado – e a sentença do processo *Face Oculta* só veio confirmar essa ideia.»<sup>265</sup>

José António Lima volta a abordar o caso na última página do SOL, na coluna «Dito & Feito», salientando, principalmente, a posição de José Sócrates: «(...) fica por esclarecer a real amplitude e gravidade política do conteúdo das escutas, entretanto destruídas, das suas conversas com Vara». O jornalista alude ainda ao alegado crime de atentado contra o Estado de Direito praticado pelo então primeiro-ministro: «Sabe-se que estaria em causa, nessas escutas, o controlo e manipulação de órgãos de comunicação social pelo Governo de Sócrates – visando a marginalização de órgãos e jornalistas “desafetos”, com esquemas como a compra da TVI pela PT, para calar as vozes incómodas dessa televisão. Nesses anos [2009], no SOL sentimos bem na pele as pressões políticas e tentativas de asfixia financeira por parte do poder socrático.»<sup>266</sup>

Este artigo de opinião integra uma crítica direta e explícita à forma como o então Procurador-Geral da República (PGR) e o então presidente do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) lidaram com a questão das escutas, defendendo que elas não justificariam a instrução de um processo criminal.

Na coluna «O Arco e a Flecha», também Vicente Jorge Silva menciona o *Face Oculta*;<sup>267</sup> as últimas referências ao caso que encontramos no SOL são as «Frases» de Armando Vara e de José Sócrates.<sup>268</sup>

No dia seguinte, sábado, dia 13 de setembro de 2014, o *Face Oculta* volta às páginas de alguns jornais por causa da ordem do Tribunal da Relação do Porto, emitida

---

<sup>264</sup> Cf. Jornal SOL, de 12 de setembro de 2014, p.7.

<sup>265</sup> *Ibidem*.

<sup>266</sup> *Idem*, p.56.

<sup>267</sup> *Idem*, p.10.

<sup>268</sup> *Idem*, p. 33 (Armando Vara: «Estou em choque, confesso. A sensação que me fica é que a sentença não é sobre as acusações. Tem muito a ver com a minha circunstância.» - Lusa, 5/09/2014; José Sócrates: «Os pistoleiros do costume – todos esses que escrevem nos jornais, muitas vezes instruídos por alguém, sabe-se lá quem, que dá informações – tentaram mais uma vez envolver o meu nome neste processo.» - Sobre o *Face Oculta*, RTP1, 6/09/2014).

no dia imediatamente anterior,<sup>269</sup> para a repetição do julgamento que tinha absolvido Manuel Godinho e mais dois arguidos de um crime de corrupção, num caso conexo resultante de uma certidão extraída do processo *Face Oculta*. As referências surgem no Público,<sup>270</sup> ainda que com base na informação de uma fonte judicial avançada à Agência Lusa e no Jornal de Notícias (JN).<sup>271</sup>

No semanário Expresso, encontramos um artigo de uma página sobre o caso *Face Oculta*; o título - «Prisão por tráfico de influências é inédita em Portugal» - destaca, desde logo, a singularidade do acórdão que tinha sido lido há já mais de uma semana, em matéria de condenações. Com efeito, em Portugal, nunca ninguém esteve preso por tráfico de influências, crime pelo qual Armando Vara e Paulo Penedos foram condenados em primeira instância. O artigo do Expresso compilou vários dados que sustentam o título:

«De acordo com a Direção-Geral dos Serviços Prisionais, nenhum dos 14.445 reclusos das cadeias portuguesas foi condenado por este crime [tráfico de influências], que só é punido desde 1995, quando passou a fazer parte do Código Penal. Uma fonte judicial garante que “nunca” houve um recluso a cumprir pena por tráfico de influências. Caso os tribunais superiores confirmem a decisão do Tribunal de Aveiro, Vara e Penedos serão os primeiros. Além de a prisão efetiva ser inédita, mesmo as condenações com pena suspensa por tráfico de influências são muito raras. De acordo com dados enviados ao Expresso pelo Ministério da Justiça, entre 2008 e 2012 houve apenas três arguidos condenados em Portugal por este crime em tribunais de primeira instância.»<sup>272</sup>

O Expresso transcreve o artigo do Código Penal relativo ao tráfico de influências e explicita que, ao contrário do que acontece num quadro de corrupção, este crime não exige o envolvimento direto de funcionários públicos, mas apenas de entidades públicas.

A questão das escutas telefónicas entre Armando Vara e José Sócrates é também alvo de destaque no artigo do Expresso que incide, sobretudo, na destruição dessas escutas e na consequente intenção dos advogados Ricardo Sá Fernandes (defesa de Paulo Penedos) e Tiago Rodrigues Bastos (defesa de Armando Vara) de pedirem a anulação e repetição do julgamento; ambos os advogados alegaram que o facto de as

---

<sup>269</sup> A notícia foi publicada em vários sítios *online* a 12 de setembro de 2014, data em que a ordem da Relação do Porto foi conhecida.

<sup>270</sup> Cf. Público, de 13 de setembro de 2014, p.13.

<sup>271</sup> Cf. Jornal de Notícias, de 13 de setembro de 2014, p.14.

<sup>272</sup> Cf. Expresso, de 13 de setembro de 2014, p.16.

escutas terem sido destruídas poderá ter prejudicado os direitos dos seus clientes de forma irreparável.

O artigo do Expresso contém uma vertente que podemos classificar como «pedagógica», na medida em que aposta numa explicação dos termos legais adequados, apresentando também alguns números elucidativos da tendência da justiça em Portugal. Tal como afirma o diretor adjunto do Correio da Manhã, Eduardo Dâmaso, «o jornalismo que denuncia a corrupção e o abuso de poder é, em si, pedagógico. Obriga a repensar leis, comportamentos, práticas administrativas. Se não o fosse, o debate político sobre a corrupção estaria ainda na Idade Média.»<sup>273</sup>

No Expresso de 13 de setembro de 2014, Fernando Madrinha reservou também um espaço da sua coluna de opinião para se referir ao caso *Face Oculta*, com o texto «Dura Lex». O jornalista menciona o caráter extraordinário (ou fora do comum) da decisão do Tribunal de Aveiro e insiste na imparcialidade que a justiça revelou, mesmo estando no centro da batalha figuras politicamente influentes: «A mão pesada que caiu sobre os réus, começando pelos que desempenharam funções públicas de grande responsabilidade mostra que a Justiça não se deixou inibir nem condicionar.»<sup>274</sup> Verificamos que a opinião de Fernando Madrinha coincide com a linha editorial do semanário Expresso, no método que utiliza para expressar os seus pensamentos e análises.

No Correio da Manhã, Paulo Morais também escreve sobre o *Face Oculta* na coluna de opinião semanal «Fio de Prumo»; o vice-presidente da Transparência e Integridade Associação Cívica (TIAC) aborda o caso de um ponto de vista algo diferente daquela que foi a restante tendência, com a generalidade dos comentários a «bendizerem» a justiça nacional a todos os níveis. Não que Paulo Morais não bendiga a justiça, mas lamenta que, apesar da qualidade da investigação, do trabalho do Ministério Público e do Tribunal de Aveiro e de ter havido condenações, os arguidos se mantenham em liberdade após a leitura da sentença, clamando uma outra solução:

«Mas neste processo ‘Face Oculta’ há forças – também elas ocultas – que impedem que se faça justiça de forma cabal. Os condenados, assessorados pelos mais ardilosos advogados, vão recorrer das sentenças para instâncias superiores. Usarão todas as diligências, provocarão todos os incidentes. O processo arrastar-se-á por anos e os

---

<sup>273</sup> Cf. entrevista realizada ao diretor adjunto do Correio da Manhã, Eduardo Dâmaso (ANEXOS).

<sup>274</sup> Cf. Expresso, de 13 de setembro de 2014, p.12.

criminosos continuarão à solta, uma vez que os recursos têm efeito suspensivo sobre as penas. Tal não deveria ser possível. A partir do momento em que uma instância judicial os condena a prisão efetiva, deveriam ser presos. Efetivamente, sem perderem, claro, a possibilidade de recurso, mas aguardando as decisões no sítio certo: a cadeia.»<sup>275</sup>

Esta análise mediática ficaria incompleta sem uma referência ao trabalho que o Público avançou na edição de domingo, dia 14 de setembro de 2014. Na capa, saltou-nos logo à vista o destaque: «As caras feias do país reveladas nas 2781 páginas do acórdão do *Face Oculta* | Godinho subornou políticos, mas não conseguiu comprar um modesto vigilante. Um dos muitos episódios da história do processo». O primeiro artigo começa com um título em jeito de interrogação: «Pode o novelo de recursos do caso *Isaltino* vir a repetir-se no *Face Oculta*?»<sup>276</sup> A partir deste título, podemos identificar o valor-notícia da consonância, uma vez que se verifica uma tentativa de ligação entre os trâmites do caso *Face Oculta* e o caso que conduziu Isaltino Moraes à cadeia, depois de esgotados todos os recursos. No fundo, perspetiva-se a possibilidade de um caso que envolve corrupção e figuras públicas adiar o cumprimento das respetivas condenações, devido à interposição de sucessivos recursos, fazendo-se o paralelismo com a situação do ex-autarca de Oeiras.

Observamos ainda o valor-notícia da negatividade, uma vez que a pergunta é colocada de um prisma que projeta os efeitos mais adversos dos recursos para a sociedade em geral, isto é, penas aplicadas que sofrem múltiplos atrasos.

Este primeiro artigo explora a questão dos recursos com base na opinião de alguns advogados, de penalistas e de um procurador; o segundo artigo intitulado «Uma face feia do país retratada ao longo de 2781 páginas» aprofunda o conteúdo do acórdão do *Face Oculta*, adiantando e completando alguns pormenores relevantes e assumindo, aqui e ali, características de uma reportagem, como podemos comprovar no excerto seguinte: «Manuel Godinho, de 59 anos, sai da sala do julgamento pálido e curvado. O Tribunal de Aveiro aplicou-lhe uma pena pesada, 17 anos e meio de prisão efetiva. Ameaça cair e um familiar ampara-o pelas escadas abaixo até à saída. Não parece possível que vá ali o cérebro que concebeu o plano descrito no acórdão do coletivo de

---

<sup>275</sup> Cf. Correio da Manhã, de 13 de setembro de 2014, p. 27.

<sup>276</sup> Cf. Público, de 14 de setembro de 2014, pp. 4-9.

juízes que, no dia 5 de setembro, o condenou. Durante sete anos, subjugou políticos e várias empresas públicas.»<sup>277</sup>

Mais de uma semana depois de ter sido lido o acórdão, o *Face Oculta* continuou nas páginas da imprensa, longe de esgotar debates, reflexões e interpretações. Este trabalho do Público, em concreto, parece ter sido fruto de um exercício analítico e sintético muito apurado, nomeadamente em relação ao conteúdo do acórdão.

---

<sup>277</sup> Cf. Público, de 14 de setembro de 2014, p.6.

## **PARTE III – Os desafios que se colocam ao jornalismo**

### **judiciário na abordagem à corrupção política**

#### **Capítulo 1 – A convergência entre os *media* e a justiça**

##### **1.1 - Síntese reflexiva sobre o lugar e função que poderão caber aos *media* e à justiça na divulgação e prevenção do crime de corrupção política**

*A justiça é de todos e os seus processos são públicos; por isso, são foco de interesse da opinião pública.*

Leopoldo Seijas Candelas

Os temas da justiça despertaram, desde sempre, uma enorme curiosidade social. Matérias relacionadas com a Justiça são, desde que a imprensa existe, uma constante nas páginas dos jornais. Recuando vários séculos na História, vamos sempre encontrar relatos de episódios judiciais que geraram alarme. A afluência aos autos-de-fé, em que as pessoas eram condenadas e executadas em praça pública, comprovam a tendência (e até o gosto) pela exploração do justo/injusto.

Em Portugal, a realidade não foi diferente e, após o 25 de abril de 1974, o país testemunhou uma abertura dos tribunais, ainda que lenta e imperfeita. No final dos anos 80, início dos anos 90, surgiram os primeiros processos que podemos considerar como mediáticos; falamos do processo *Costa Freire*, do caso do *padre Frederico*, do *Aquaparque* ou do processo dos *hemofílicos*. Na década de 90, em particular, o nascimento de duas televisões privadas – a SIC e a TVI – agitou a cobertura noticiosa, levando-a a um patamar até então desconhecido, quando a RTP detinha o exclusivo das transmissões televisivas.

Recentemente, casos como o *Casa Pia*, o *Freeport*, o *BPN* ou o processo de *Isaltino Moraes*, para mencionar apenas alguns, a título de exemplo, ilustram bem o conceito de mediatização da justiça.

Existe, portanto, um interesse público irrefutável pelo campo do jurídico e do judicial, de onde se infere que «a importância do jornalismo judiciário não deriva apenas de os tribunais serem uma esplêndida fonte de histórias. Numa sociedade onde a cultura judiciária era quase nula, o relato do que se passa no tribunal, além de ser



notícia, pode ser pedagógico.»<sup>278</sup> Os *media* não serão os bastiões singulares desta pedagogia, mas será lógico afirmar que a imprensa, as rádios, a televisão e, de há uns anos para cá, a Internet, dotaram a população portuguesa de uma maior consciência cívica, também no que à justiça diz respeito.

Se as notícias são «o resultado de um processo de produção, definido como a perceção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias)»,<sup>279</sup> o jornalista terá a função preponderante de olhar, encontrar, escolher, transmitir e, no fundo, explicar o que está em causa quando surge um determinado acontecimento.

Os profissionais da comunicação social têm que compreender a mensagem para a transmitirem sem erros. Um termo mal empregue pode inverter o sentido de um caso e adulterar todo o contexto real dos factos. Tenhamos sempre presente que, por mais que uma informação venha a revelar-se injustificada ou que venha a ser até desmentida, os efeitos de uma notícia negativa ou incorreta só muito dificilmente serão anulados.

Para noticiar com rigor, é necessário conhecer aquilo que se está a noticiar; muitas vezes os jornalistas são alertados para a utilização de um discurso impreciso. O dever de informar não poderá nunca sobrepôr-se a garantias como o direito à privacidade, a honra ou a impunidade da pessoa humana, consagrados na Constituição da República.

Tal como os magistrados, os jornalistas devem cumprir a presunção de inocência (*In dubio pro reo* ou *In dubio pro libertate*<sup>280</sup>), assente também no artigo 7.º do Código Deontológico do Jornalista: «O jornalista deve salvaguardar a presunção de inocência dos arguidos até a sentença transitar em julgado. O jornalista não deve identificar direta ou indiretamente as vítimas de crimes sexuais e os delinquentes menores de idade, assim como deve proibir-se de humilhar as pessoas ou perturbar a sua dor.»

Muitas vezes, a velocidade em que se movimentam os jornalistas e o ritmo exigido pelos órgãos de comunicação conduzem a atropelos desta disposição. Leopoldo Seijas Candelas sublinha que o jornalista «não pode nunca esquecer que, por detrás de

---

<sup>278</sup> Coelho, Sofia Pinto (2005): 10.

<sup>279</sup> Traquina, Nelson (2002): 106.

<sup>280</sup> Um dos *topoi* jurídicos que refere que, em caso de dúvida, o tribunal decidirá a favor da liberdade do acusado.

um réu, existem famílias maceradas e sensíveis (...). Por isso, o jornalista deve medir com máximo cuidado as palavras que utiliza.»<sup>281</sup>

Também Juan Luis Cebrián se refere à obrigação do jornalismo de contemplar um conjunto de direitos supremos e invioláveis, mesmo quando está em jogo o dever de informar:

«A suposição de que o fim justifica os meios parece assumida globalmente pelos líderes e agentes sociais, sejam eles políticos, jornalistas ou juízes (...). Somemos a tudo isto a vaidade das pessoas, o gosto de aparecer nos meios de comunicação, a necessidade de manipulá-los , (...) a irresponsabilidade de alguns juízes e a lentidão ainda legendaria da nossa Administração da Justiça para compor um quadro expressionista de uma situação na qual muita gente é insultada ou caluniada nos jornais com absoluta impunidade.»<sup>282</sup>

Numa possível convergência entre os *media* e a justiça, teremos sempre que contar, ainda assim, com tempos diferentes. O jornalista do Público, Pedro Sales Dias, aponta essas diferenças começando, desde logo, pelas investigações policiais: «Quando a comunicação social descobre que alguém é arguido e está a ser investigado, quer logo noticiar a história toda. E, muitas vezes, a polícia ainda nem tem a história toda sobre o caso. Na comunicação social, tudo é mais imediato. Na justiça, tudo demora mais. Mas isso é normal. (...) O processo é o objetivo e o processo é um todo que pode demorar muito a construir.»<sup>283</sup>

A corrupção política é um dos temas da justiça que marca presença assídua na comunicação social. A pergunta que nos colocamos é se os *media* e, em concreto, o jornalismo judiciário, poderão contribuir para a «denúncia» desses casos de corrupção.

A diretora do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa acredita nessa configuração do jornalismo como «denunciante»; Maria José Morgado considera que «os jornalistas podem ter um papel importante, se forem denúncias honestas. (...) Essas denúncias podem espoletar investigações criminais. Já houve muitos casos que chegaram ao DIAP de Lisboa através da comunicação social e que levaram a que instaurássemos, depois, o respetivo processo.»<sup>284</sup>

---

<sup>281</sup> Candelas, Leopoldo Seijas (2004): 347.

<sup>282</sup> Cebrián, Juan Luis (1997): 34.

<sup>283</sup> Cf. entrevista realizada ao jornalista do Público, Pedro Sales Dias (ANEXOS).

<sup>284</sup> Cf. entrevista realizada à diretora do DIAP de Lisboa, Maria José Morgado (ANEXOS).

Também o diretor do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) confirmou que os *media* atuam, por vezes, como uma espécie de coadjuvantes da investigação judicial. Afirma Amadeu Guerra que

«Frequentemente, acabamos por apreender algumas informações e por completar uma investigação com as notícias dos jornais; obviamente, por vezes, os jornalistas sabem outros pormenores que nós não tínhamos visto ainda. Claro que nos questionamos sobre se o que lemos é verdade ou não. Mas, às vezes, chegamos a conclusões que não conhecíamos. É, digamos, uma forma de complementaridade. Nós acompanhamos esses aspetos, a Procuradora-Geral da República também acompanha e, quando entendemos que, na sequência de uma notícia, devemos abrir um inquérito, abrimos.»<sup>285</sup>

O presidente da Associação Sindical de Juízes Portugueses acredita nesta possibilidade de agentes da justiça e de agentes dos *media* agilizarem a comunicação entre si; apesar de sublinhar que as duas atividades têm finalidades distintas, José Mouraz Lopes defende que «se forem respeitadas determinadas regras predefinidas, a comunicação entre as entidades com responsabilidade na gestão e na representação do sistema de justiça e os [*media*] deve existir. Mais, é importante que exista para melhor concretizar a dimensão pública da justiça.»<sup>286</sup>

Os *media* poderão assumir um papel no combate contra a corrupção e, em particular, contra a corrupção política. O politólogo Luís de Sousa<sup>287</sup> escreve:

«Em teoria, os *media* são peça integrante da infra-estrutura de combate à corrupção numa determinada democracia e contribuem desse modo para a melhoria do seu desempenho. Os mecanismos de transparência na Administração Pública e nas esferas políticas e do privado tornam-se mais eficazes quando acompanhados pelo desenvolvimento de uma comunicação social independente, vigilante e com suficientes recursos para produzir, avaliar e disseminar informação relevante e rigorosa para a população em geral.»<sup>288</sup>

A justiça, sendo um dos pilares da sociedade, não poderá senão apresentar-se como comunicável e, consequentemente, democrática. Diz-se daquilo que é pouco

---

<sup>285</sup> Cf. entrevista realizada ao diretor do DCIAP, Amadeu Guerra (ANEXOS).

<sup>286</sup> Cf. entrevista realizada ao presidente da Associação Sindical de Juízes Portugueses, José Mouraz Lopes (ANEXOS).

<sup>287</sup> Também presidente executivo da Transparência e Integridade Associação Cívica (TIAC).

<sup>288</sup> Sousa, Luís de (2011): 72.

transparente que estará a encobrir algum ilícito, como por exemplo um crime de corrupção. Neste sentido, o ex-Procurador-Geral da República, Cunha Rodrigues, entende que «o défice comunicacional do direito e da justiça constituem, nos dias de hoje, um importante obstáculo à sua efetividade e um contributo para que se instale na comunidade um sentimento de rejeição da lei e de descrença na ideia de igualdade, perante ordenamentos só acessíveis a oficiais e a iniciados e que parecem estar contra os fracos, os ignorantes e os oprimidos.»<sup>289</sup> A falta de informação poderá conduzir à sensação de desconfiança.

Também o procurador-adjunto do Ministério Público, Pedro do Carmo, acredita que persiste um sentimento de incompreensão entre atores judiciais e jornalistas: «os primeiros continuam a ter dificuldade em lidar com outra leitura da realidade judiciária que não a sua; os segundos, por sua vez, tendem a resistir à sua aceitação acrítica.»<sup>290</sup>

Em particular, o caso *Face Oculta* não foi denunciado pelos *media* no sentido que temos estado a apontar. Podemos falar numa «denúncia» para a sociedade, a partir do momento em que foram tornadas públicas, através da imprensa, as buscas que a Polícia Judiciária estava a efetuar a 28 de outubro de 2009. Desse prisma, defendemos o posicionamento do jornalismo (judicial) como «denunciante» do processo para o público em geral. Uma convergência entre os *media* (que noticiam) e os agentes da justiça (que investigam, acusam e julgam) será, no nosso entendimento, benéfica para uma sociedade corretamente informada.

O ex-diretor da Polícia Judiciária de Aveiro, que coordenou a investigação do *Face Oculta*, é favorável a uma aproximação entre a justiça e o jornalismo judicial, preservando as distâncias devidas, entre outras, do segredo de justiça, em nome de uma «denúncia» mais aprofundada dos casos de corrupção política. Teófilo Santiago considera que «as fontes abertas, em que se colocam naturalmente os meios de comunicação, são muitas vezes aproveitadas para iniciar investigações, quando se verifica que as situações que o jornalismo traz ao conhecimento público merecem uma investigação de natureza criminal.»<sup>291</sup>

---

<sup>289</sup> Rodrigues, Cunha (1999): 22.

<sup>290</sup> Carmo, Pedro do (2010): 117.

<sup>291</sup> Cf. entrevista realizada ao ex-diretor da Polícia Judiciária de Aveiro, Teófilo Santiago (ANEXOS).

Passar da teoria à prática será uma tarefa de exigência inquestionável. Um dos primeiros degraus a ter em conta é assimilar que a justiça e o jornalismo, não tendo que «andar de mãos dadas», também não deverão estar «de costas voltadas», ou seja, há contributos saudáveis, de parte a parte, com vista a uma colaboração saudável para o dever de informar.

## **1.2 - Perspetivas de Futuro**

O nosso trabalho de investigação e análise mediática em torno da corrupção política ficaria muito incompleto se não procurássemos contribuir positivamente e de uma forma prática para a evolução do tema com propostas concretas e recomendações dirigidas aos campos da justiça e dos *media*.

Deste modo, procurámos evidenciar várias sugestões de ação, com base na consulta de algumas referências bibliográficas, nas entrevistas que realizámos e na cobertura jornalística do caso *Face Oculta* no universo já referido, com destaque para os trabalhos do Público e do Correio da Manhã.

### **a) Recomendações ao Campo da Justiça**

Uma das principais considerações a ter em conta para travar a corrupção reside na necessidade de verdadeiras ações preventivas. O caminho da prevenção exige a disponibilização de uma rede de mecanismos capaz de dissuadir as práticas corruptivas ilícitas.

José Mouraz Lopes defende que «o discurso da criminalização *tout court* de comportamentos, mesmo quando maximalista, é insuficiente para resolver um problema amplo, complexo e em determinadas matérias de com contornos difusos.»<sup>292</sup> Tal como é necessário adotar um conjunto de precauções para preservar a saúde, no caso da corrupção é preciso seguir uma série de medidas que estanquem exercícios criminais; essa tem sido a tendência seguida por vários organismos internacionais, como o Conselho da Europa, a OCDE, a União Europeia ou mesmo por Organizações Não Governamentais, como é o caso da Transparência Internacional (TI).

À justiça recomenda-se que esteja cada vez mais atenta ao setor privado; uma circunscrição do fenómeno da corrupção ao setor público não será mais do que uma

---

<sup>292</sup> Lopes, José Mouraz (2011): 112.

aparência. Podemos lembrar a influência das parcerias público-privadas (PPP), através das quais se instrumentalizam negócios de grandes dimensões entre o Estado e o setor empresarial privado. Deve ser exigido, nesta matéria, um olhar clínico de controlo e auditoria sobre as relações estabelecidas entre as PPP e o órgãos estatais.

A necessidade do diagnóstico é também fundamental; é urgente identificar as áreas mais vulneráveis à disseminação da corrupção. O presidente do Tribunal de Contas e do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), Guilherme de Oliveira Martins, alerta para o facto de, por exemplo, os conflitos de interesse aparecerem em zonas inesperadas: «há conflitos de interesses relativamente a geminação entre autarquias, uma vez que há negócios e trocas de favores. Temos, para nossa surpresa, viagens estranhas que os autarcas fazem, financiadas não pelas autarquias, mas pior, por outras empresas, com as quais depois trocam favores.»<sup>293</sup>

Ao nível da legislação existente em matéria de corrupção,<sup>294</sup> Guilherme de Oliveira Martins insiste «na necessidade de haver uma maior simplificação e clareza.»<sup>295</sup> Ainda em matéria legislativa, consideramos que seria benéfico para a justiça a adoção do crime do enriquecimento ilícito,<sup>296</sup> apelidado em 2012, pela ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, como «um cancro que mina o regime.»<sup>297</sup>

Em termos de formação, a criação de uma disciplina de combate à corrupção, a integrar os currículos educativos obrigatórios nas escolas, é outra das recomendações que deixamos; neste sentido, seria necessária uma articulação entre o campo da justiça e o Ministério da Educação.

Recomendamos ainda uma aposta transversal na elaboração e publicação de estudos estatísticos relacionados com a corrupção e com criminalidade conexa. Na opinião da diretora do DIAP de Lisboa, esses estudos estão em falta; diz Maria José Morgado que «na maior parte dos casos de corrupção, há concurso ou com fraude fiscal ou com branqueamento de capitais ou, muitas vezes até, com associações criminosas para a imigração ilegal ou para a falsificação; podem estar em causa grupos criminosos,

---

<sup>293</sup> Cf. entrevista realizada ao presidente do Tribunal de Contas e do Conselho de Prevenção da Corrupção, Guilherme de Oliveira Martins (ANEXOS).

<sup>294</sup> Competência da Assembleia da República e do governo, não dos tribunais.

<sup>295</sup> Cf. entrevista realizada ao presidente do Tribunal de Contas e do Conselho de Prevenção da Corrupção, Guilherme de Oliveira Martins (ANEXOS).

<sup>296</sup> Em 2012, o Tribunal Constitucional considerou inconstitucional um diploma que pretendia a criação deste crime, por entender que eram violados os princípios fundamentais da presunção de inocência e de determinabilidade do tipo legal ; esse diploma tinha sido aprovado no parlamento com os votos de todas as bancadas, menos os do PS. (Cf. [http://www.dn.pt/politica/interior.aspx?content\\_id=2403053](http://www.dn.pt/politica/interior.aspx?content_id=2403053))

<sup>297</sup> Cf. [http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content\\_id=2746709](http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2746709).

que precisam de obter documentação de forma ilegal, praticando atos de corrupção junto de elementos da Administração Pública. Estas situações não entram nas estatísticas, portanto, não temos estudos sobre o fenómeno.»<sup>298</sup>

Sendo a corrupção um atentado à liberdade, a justiça deverá denotar uma atenção constante a todos os indícios suspeitos e preservar uma articulação eficiente entre os órgãos de investigação criminal, o Ministério Público e os tribunais.

A justiça deve ainda contribuir para promover a colaboração dos cidadãos na «denúncia» de práticas criminosas. É fundamental que se verifique uma proatividade social nesta luta contra a corrupção e a favor da transparência. A sensibilização efetiva da sociedade para uma participação real no combate à corrupção constitui um dos desafios da justiça, num país que ainda não curou totalmente as feridas abertas por quarenta anos de ditadura política.

O trabalho que a justiça deve assumir vai, por isso, muito além dos julgamentos de alegados crimes e de possíveis condenações que sirvam de exemplo, ainda que o acórdão recente do *Face Oculta* assim o possa fazer parecer.

Neste âmbito, o ex-bastonário da Ordem dos Advogados, Rogério Alves, afirma que, com a sentença do *Face Oculta* «ficou a saber-se, de uma forma porventura inédita, que a condenação por crimes deste jaez podem ser pesadíssimas, ao contrário do que, pelo menos na *vox populi*, era corrente dizer-se. E isso não deixará de causar algum temor.»<sup>299</sup>

No conjunto de recomendações que deixamos, figura também uma maior sensibilização de inspetores, procuradores e magistrados para a importância da comunicação; esse é um desafio que poderia ser encarado com maior vigor pelas instâncias que formam os agentes da justiça. Esta é uma área que já assistiu a alguma evolução,<sup>300</sup> mas ainda há muito por onde melhorar.

Entendemos que a criação de gabinetes de imprensa junto dos tribunais seria também uma iniciativa recomendável, com vista à produção de uma informação oficial sobre os processos, que evitaria falhas, especulações, atropelos, recurso a fontes anónimas, entre outros riscos. Esta hipótese tem merecido algum debate sobre se

---

<sup>298</sup> Cf. entrevista realizada à diretora do DIAP de Lisboa, Maria José Morgado (ANEXOS).

<sup>299</sup> Cf. entrevista realizada ao advogado Rogério Alves (ANEXOS).

<sup>300</sup> Um exemplo de sucesso terá sido formulado no processo *Face Oculta*, quando o Juiz Presidente da Comarca do Baixo Vouga intervinha junto da comunicação social, para prestar esclarecimentos e evitar a transmissão de informação errada. Desde modo, garantiu-se também a preservação da imagem do Juiz de Instrução Criminal, sendo o seu aparecimento nos *media* (e respetivo desgaste) quase inexistente, num cenário muito diferente do que aconteceu com o Juiz de Instrução Criminal do *Casa Pia*.

deveriam ser gabinetes de comunicação conduzidos por jornalistas (judiciários) ou com formação na área do Direito ou se deveriam ser, efetivamente, magistrados a presidir a essas valências; nós entendemos que seria viável a conciliação dos dois modelos numa estrutura bipartida, mas mais completa.

No entanto, salvaguardamos que uma possível abertura de gabinetes de comunicação ou de imprensa nos tribunais não poderia depois ser olhada como uma estratégia unilateral, ou seja, «não deve levar a que os juízes deixem de falar pessoalmente com os jornalistas que cobrem os casos nos tribunais.»<sup>301</sup>

Para a diretora do DIAP de Lisboa, «em cada departamento do Ministério Público e em cada tribunal, deveria haver uma pessoa responsável por informar a comunicação social sobre julgamentos, acórdãos, testemunhas»<sup>302</sup>, através do «envio eletrónico de documentos, de uma forma civilizada, como acontece na maior parte dos países da Europa.»<sup>303</sup> Maria José Morgado defende ainda a disponibilização de um *Press Kit* à imprensa, seguindo o modelo que já existe na Holanda, quando os processos suscitam grande curiosidade por parte da opinião pública: «Em Portugal o que temos de mais parecido são as notícias no *site* da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa (PGDL), ainda que não seja bem o mesmo modelo. O modelo holandês não seria nada difícil de implementar.»<sup>304</sup> Esta ideia do *Press Kit* inclui-se no conjunto das nossas recomendações.

Também o diretor adjunto do Correio da Manhã, Eduardo Dâmaso, considera que a criação de gabinetes de imprensa nos tribunais poderia ser uma medida positiva: «apesar de alguns avanços, a comunicação expedita entre tribunais e a comunicação social não é a regra. Muitos tribunais e outras instituições judiciais não têm a sensibilidade necessária para compreender a natureza e a rapidez do trabalho jornalístico. (...) Tem de haver canais de comunicação mais expeditos, até para evitar, tantas vezes, omissões e interpretações erradas que podem gerar notícias menos rigorosas.»<sup>305</sup>

Já o jornalista do Público, Pedro Sales Dias, avançou-nos uma perspetiva distinta:

---

<sup>301</sup> Julio Martinez Lázaro (2006): 243

<sup>302</sup> Cf. entrevista realizada à diretora do DIAP de Lisboa, Maria José Morgado (ANEXOS).

<sup>303</sup> *Ibidem.*

<sup>304</sup> *Ibidem.*

<sup>305</sup> Cf. entrevista realizada ao diretor adjunto do Correio da Manhã, Eduardo Dâmaso (ANEXOS).



«Existem gabinetes de imprensa na Procuradoria-Geral da República, no Ministério da Justiça e um porta-voz no Conselho Superior da Magistratura e no Conselho Superior do Ministério Público. Mas isso é ao nível das estruturas formais. Este tipo de jornalismo, pela sua natureza, em muitos casos rodeada de segredo, não se faz através de gabinetes de imprensa. Vive de contacto pessoal com fontes judiciais bem informadas, cuja identidade os jornalistas não podem revelar. Sem a defesa do sigilo profissional, o jornalismo judiciário não existiria. Penso que, de todos os tipos de jornalismo, o judiciário ou policial (como lhe quisermos chamar) é aquele em que o sigilo profissional é o mais usado.»<sup>306</sup>

A terminar este conjunto de recomendações, apresentamos a necessidade de uma atitude pedagógica do lado dos agentes da justiça, de maneira a que a abertura do sistema judicial encontre a melhor e mais prudente concretização possível.

#### **b) Recomendações ao Campo dos *Media***

Os órgãos de comunicação social têm, na justiça, uma das matérias-primas mais relevantes para o conteúdo noticioso. Assim sendo, parece-nos que a formação jurídica e judiciária dos jornalistas deverá ser essencial para um acompanhamento rigoroso do que acontece nos tribunais e para o entendimento da linguagem jurídica utilizada.

Bem sabemos que, umas vezes por falta de recursos humanos, outras vezes por indisponibilidade orçamental, as redações apostam cada vez menos na especialização dos seus profissionais. Além disso, o jornalismo de investigação, seja em que área for, é também cada vez menos frequente.

O jornalista do Público, José António Cerejo, é muito frontal quando diz que os jornais ainda hoje continuam a sofrer pressões variadas para não «denunciarem» determinados casos:

«De algum modo, as empresas que detêm os meios de comunicação social estão sempre ligadas a outros interesses e a outros grupos económicos que se cruzam com o poder político. Por mais esforços de independência e de isenção que façam os responsáveis dos órgãos de informação, é muito complicado escapar a todas essas teias; as pessoas estão envolvidas em redes e essas redes pesam-lhes. Os diretores e donos dos jornais conhecem muita gente, conhecem os políticos, são amigos; estamos num país pequeno, com maus hábitos enraizados e é quase impossível um jornalista que trata destes

---

<sup>306</sup> Cf. entrevista realizada ao jornalista do Público, Pedro Sales Dias (ANEXOS).

assuntos não estar, volta e meia, a tocar em interesses de alguém que tem peso junto de quem tem que decidir.»<sup>307</sup>

Recomendação essencial aos *media* é a de que seja sempre cumprido, acima de tudo, o segredo de justiça, a bem da investigação. Estamos conscientes de que a violação do segredo de justiça é uma prática ainda corrente, que deve ser evitada. No caso *Face Oculta*, o ex-diretor da PJ de Aveiro, Teófilo Santiago, explica que «houve um sigilo absoluto. A situação não se discutia aí por fora porque, reconhecendo que é um direito dos órgãos de comunicação, noticiar (e até uma obrigação), isso perturba a investigação, [uma vez que] alerta os criminosos.»<sup>308</sup> Com efeito, a investigação do processo *Face Oculta* foi mantida em sigilo até serem realizadas buscas a várias empresas públicas, fator que tem sido apontado por muitas vozes como determinante para o sucesso da operação judiciária.

O exercício do contraditório é sempre indispensável em função de uma informação criteriosa; sê-lo-á ainda mais na «denúncia» de casos de corrupção política, pelo que recomendamos o máximo cuidado no jornalismo construído a partir das fontes (principalmente, quando elas se mantêm no anonimato).

Os *media* devem «denunciar» ou expor todas as situações de corrupção em que haja investigação jornalística comprovada pela recolha de provas. No caso de haver suspeitas, deverão ser confirmadas pelas devidas instâncias judiciais, antes de serem lançadas publicamente, de forma gratuita e numa lógica populista.

Poderia também ser profícuo se, dentro do jornalismo judiciário, a preparação de mais reportagens explicativas;<sup>309</sup> a promoção de debates informativos, de contornos mais pedagógicos e menos «espetaculares» consistiria num instrumento adicional de esclarecimento público para uma melhor análise e compreensão dos temas da justiça e, em particular, dos conceitos relacionados com a corrupção política e sua «denúncia».

Às instituições de ensino superior que ministram licenciatura em Jornalismo ou em Comunicação Social, deixamos uma sugestão para a criação de um seminário em «Jornalismo Judiciário». Ou não fosse o Direito, em sentido geral, (e a sua comunicação) um dos maiores ensinamentos possíveis, em prol de uma sociedade democraticamente informada.

---

<sup>307</sup> Cf. entrevista realizada ao jornalista do Público, José António Cerejo (ANEXOS).

<sup>308</sup> Cf. entrevista realizada ao ex-diretor da Polícia Judiciária de Aveiro, Teófilo Santiago (ANEXOS).

<sup>309</sup> A reportagem do jornal Público sobre o acórdão *do Face Oculta* que encontrámos na edição de 14 de setembro de 2014 será, neste sentido, um exemplo.

## Considerações Finais

*Nada de verdadeiramente valioso pode ser alcançado a não ser através da cooperação  
altruísta de vários indivíduos.*

Albert Einstein

A escolha de uma citação de Einstein poderá soar, à partida, pouco adequada para uma reflexão sobre justiça e comunicação. Acreditamos, no entanto, na polivalência dos saberes e é precisamente desse ponto que partimos para estas considerações finais.

A relação entre os agentes da justiça e os agentes mediáticos depende, em larga escala, de valores éticos, assentes em última instância, no respeito mútuo e no bom senso. Apesar de este nem sempre ser um relacionamento pacífico e imaculado, parece-nos que tudo aponta para uma evolução em termos comunicacionais.

Acreditamos na legitimação da justiça através da comunicação dos processos e das decisões judiciais; essa comunicação encontra nos *media* um veículo de propagação. Cabe ao jornalismo o dever de informar com base nos pilares da transparência, imparcialidade, verdade e rigor. Neste contexto, é confiada aos jornalistas uma verdadeira missão social, que passa por manter o público devidamente informado.

Recordamos que a justiça é um bem universal, consagrado na Constituição da República Portuguesa,<sup>310</sup> pelo que todos os temas que com ela se interligam, deverão ter parte num sistema de comunicação e informação próprio de uma democracia.

À questão fundamental da presente dissertação sobre se o jornalismo judiciário poderá «denunciar» casos de justiça e, em concreto, casos de corrupção política, respondemos afirmativamente, entendendo esta «denúncia» de duas possíveis perspetivas: por um lado, a «denúncia» que os jornalistas podem fazer às instituições judiciais, tal como a generalidade dos cidadãos, se tiverem conhecimento de algum ilícito criminal no âmbito da corrupção; por outro lado, a «denúncia» aqui entendida enquanto divulgação mediática dos casos de corrupção nos jornais, nas rádios, nas

---

<sup>310</sup> Artigo 20.º, n.º 1 da Constituição da República Portuguesa: «A todos é assegurado o acesso ao Direito e aos tribunais para defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, não podendo a justiça ser denegada por insuficiência de meios económicos.»

televisões ou na Internet, por via da investigação de uma jornalística criteriosa e fundamentada.

A «denúncia» do caso *Face Oculta* seguiu esta segunda via, marcando uma presença constante nos órgãos de comunicação social nos três períodos que seleccionámos para a análise exploratória (divulgação pública do caso, início do julgamento e leitura do acórdão).

No que toca a conclusões sobre a cobertura jornalística deste caso em concreto, verificámos que tanto o Público como o CM (sítios *online* e edições em papel) atribuíram um grande destaque ao *Face Oculta*. Este seria sempre (e foi) um caso com um elevado grau de mediatismo, mas acabou por se tornar ainda mais mediático, dado o carácter único, podemos afirmar, que a sua sentença veio trazer. É certo que o processo de Isaltino Morais tinha já provado aos mais cétricos que a máquina da justiça estaria a funcionar; o próprio facto de o ex-autarca de Oeiras ter cumprido pena na prisão terá constituído, para muitos, uma «pedrada no charco», podendo até ter atuado como diligência preventiva ou dissuasora de novos atos de corrupção.

No entanto, nunca em Portugal se tinha assistido a um tão extenso número de condenações por corrupção e crimes conexos, envolvendo nomes da política e de empresas públicas reconhecidas. Para muitas consciências, o acórdão do *Face Oculta* ter-se-á assumido como uma espécie de «catarse», num regresso a uma crença na justiça.

Particularizando a altura em que foi lida a sentença, no início de setembro de 2014, apercebemo-nos que, além do *Face Oculta*, estiveram em destaque na agenda dos *media* outros temas do foro da justiça, tais como as falhas do programa *Citius* no arranque do novo mapa judiciário ou os desenvolvimentos do caso BES.

Os protagonistas desta cobertura mediática do *Face Oculta* foram, naturalmente, os condenados mais mediáticos, mas entre esse grupo, concluímos que o grande peso noticioso foi dirigido para o ex-ministro do PS, Armando Vara, numa estratégia de personalização. Consideramos que ambos os jornais – Público e CM – demonstraram uma preocupação visível em explicar o resultado do acórdão aos seus leitores, assumindo uma posição esclarecedora e até pedagógica.

Sendo a justiça administrada nos tribunais, por magistrados, em nome do (e para o) povo, é determinante que esse mesmo povo entenda as decisões proferidas. Se assim

não for, o cumprimento da Justiça enquanto princípio de um Estado de Direito democrático ficará claramente ameaçado.

Se a linguagem judicial é técnica e complexa por natureza, caberá a outras vozes a clarificação dos processos e das sentenças. Defendemos que esse papel poderá ser confiado ao jornalismo, vivendo nós num país que consagra, na Constituição, direitos como o da liberdade de imprensa, a liberdade de expressão e criação dos jornalistas e colaboradores ou o acesso às fontes de informação.

Neste sentido, será fundamental a promoção do jornalismo judiciário em Portugal. Quando falamos em jornalismo judiciário, não estamos a referir-nos a um tipo de jornalismo que se limite a transmitir a informação dos tribunais ou do Ministério Público; o jornalismo judiciário será, pois, o resultado de uma investigação jornalística fidedigna, que não procure sobrepor-se à justiça, mas que, ao invés, colabore com as instâncias judiciais. O objetivo final será sempre que a comunidade perceba o que está em causa, aumentando o seu sentimento de confiança nos dois campos.

Consideramos que os jornalistas poderão sair beneficiados se tiverem acesso a uma formação mais vocacionada para a vertente judiciária, que lhes ofereça um conjunto de requisitos específicos para que dominem, com propriedade, a rotina de um processo e os procedimentos básicos dos tribunais. Neste sentido, defendemos a criação de um seminário em «Jornalismo Judiciário» a ser ministrado nas faculdade, nos cursos de comunicação social ou em espaços próprios para o efeito.

A necessidade de formação estende-se aos agentes da justiça; nem sempre encontramos magistrados, advogados ou procuradores habituados a lidar com os jornalistas, temendo a crítica e a exposição pública. Este foi um diagnóstico já assumido, publicamente, pela Procuradora-Geral da República, Joana Marques Vidal: «Há um problema de comunicação para o qual as magistraturas não foram preparadas; nós não estamos preparados para esta problemática daquilo que nos é exigido pela comunicação.»<sup>311</sup> A expansão dos gabinetes de comunicação nos tribunais poderia funcionar como uma espécie de «ponte» entre a justiça e os *media*, salvaguardando o interesse e o esclarecimento públicos.

---

<sup>311</sup> Intervenção da Procuradora-Geral da República, Joana Marques Vidal, no colóquio «A Nossa Justiça é Justa?» (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 23 de maio de 2014).

O que falta, por vezes, ao jornalismo judiciário que se pratica em Portugal é a negação a pressões externas. É necessária coragem para se conseguir um jornalismo verdadeiramente imparcial e desinteressado.

Insistamos, por isso, no respeito pelas regras legais e deontológicas. O ex-Procurador-Geral da República, Cunha Rodrigues, afiança que «uma justiça independente e eficaz é tão essencial à democracia como uma comunicação social livre e pluralista. Em qualquer das funções, o grande desígnio continua a ser o da defesa da liberdade. Desígnio que só pode ser realizado por pessoas livres e atentas aos instantes desafios deste admirável mundo novo.»<sup>312</sup>

A «denúncia» é, por isso, desejável; repetimos, não uma «denúncia» gratuita, especulativa, focada na venda de jornais e na guerra de audiências, mas uma «denúncia» construtiva, capaz de orientar o combate à corrupção no sentido da prevenção, tanto ao nível da justiça, como ao nível dos *media*.

Para o futuro, advogamos uma Justiça (ainda) mais justa e um Jornalismo (ainda) mais sério e rigoroso. Sempre com o fito no bem público.

---

<sup>312</sup> Rodrigues, Cunha (1999): 98.

## Referências Bibliográficas

ABREU, Carlos Pinto de (2005) «A Justiça e o Jornalismo Judiciário – Justiça Portuguesa e Juízos Paralelos como uma Necessidade numa sociedade moderna de comunicação e informação», *Direitos do Homem – Dignidade e Justiça*, Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados, Lisboa, Principia

ARENDT, Hannah (2001, reimpressão) *A Condição Humana*, Relógio d' Água

BORGES, Hermenegildo Ferreira (1992) *Retórica, Direito e Democracia*, Lisboa, Separata do *Boletim do Ministério da Justiça*, n.º 418

BORGES, Hermenegildo Ferreira (2005) *Vida, Razão e Justiça – Racionalidade Argumentativa na Motivação Judiciária*, Coimbra, Minerva Coimbra

BUNKER, Matthew D. (1997) *Justice and Media – Reconciling Fair Trials and a Free Press*, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers

CANDELAS, Leopoldo Seijas (2004) «La Información de Tribunales», *Periodismo Especializado* (coord. Javier Fernández del Moral), Barcelona, Ariel Comunicación

CANEL, Maria José e SANDERS, Karen (2005) *El poder de los medios en los escandalos politicos: la fuerza simbolica de la noticia icono*, *Anàlisi*, 32, 163-178

CARMO, Pedro do (2010) «Investigação Criminal e Media», *Revista do Ministério Público*, n.º 124 Out/Dez 2010, Lisboa

CASTANHEIRA NEVES, Alfredo José coord. (2001) *Advocacia: O que Fazer?*, Coimbra, Minerva Coimbra

CASTRO, Maria Manuela Miranda de (2011) *O “Novo” Crime de Recebimento Indevido de Vantagens*, Dissertação de Mestrado em Direito Criminal, Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto, Escola de Direito

CEBRIÁN, Juan Luis (2002) *Cartas a um Jovem Jornalista*, Lisboa, Bizâncio

CESAREO, G. (1981) *Fa notizia. Fonti, processi, tecnologie e soggetti nella macchina dell'informazione*, Roma, Editori Riuniti

CUNHA, José Manuel Damião da (2011) *A Reforma legislativa em matéria de corrupção na Europa*, Lisboa, Editorial Inquérito

CUNHA, Isabel Ferin da e SERRANO, Estrela coord. (2014) *Cobertura Jornalística da Corrupção Política: sistemas políticos, sistemas mediáticos, enquadramentos legais*, Lisboa, Aletheia Editores

DIAS, Jorge de Figueiredo, «Parecer solicitado pela Alta Autoridade Contra a Corrupção», in *Coletânea de Jurisprudência*, ano XIII, Tomo I

Dir. Centro de Investigação Media e Jornalismo (2002) *Media, Jornalismo e Democracia*, Comunicações apresentadas ao Seminário Internacional Media e Jornalismo, Lisboa: Livros Horizonte

FERNANDES, Plácido Conde (2008) «Justiça e Media: Legitimação pela Comunicação», *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, X, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários

FOX, Richard L. e SICKEL, Robert W. Van (2001) *Tabloid Justice – Criminal Justice in an Age of Media Frenzy*, Colorado: Rienner

GIGLIOLI, Pier Paolo (1996) «Political Corruption and the Media: The Tangentopoli Affair», *International Social Science Journal*, Vol. 48, Paris, UNESCO: pp. 381-394

JEANNENEY, Jean-Nöel (2003) *Uma História da Comunicação Social*, Lisboa, Terramar

LARIVIÈRE, Daniel Soulez (1990) *Du Cirque Médiatico-Judiciaire et des Moyens D'en Sortir*, Paris: Éditions du Seuil

LÁZARO, Julio Martínez (2006) «Dificultades de los Medio sen la Obtención de la Información Judicial», *Justicia Y Medios de Comunicación* (dir. Felipe Fresneda Plaza), Cuadernos de Derecho Judicial, Consejo General del Poder Judicial, Centro de Documentación Judicial

LECLERC, Henri e THÉOLLEYRE, Jean-Marc (1996) *Les Médias et la Justice – Liberté de la presse et respect du droit*, Paris: CFPJ Editions

LOPES, José Mouraz (2011) *O Espectro da Corrupção*, Coimbra, Almedina



- LÓPEZ, Virginia (2013) *Impunidade*, Lisboa, A Esfera dos Livros
- LÚCIO, Álvaro Laborinho (1999) *O sistema judiciário português*, Lisboa, Editorial Minerva
- MAIA, António João (2006) *Representações sociais da corrupção em Portugal – contributo para o seu conhecimento*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Humanas ([www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt))
- MAIA, António João (2011) *O discurso social sobre o problema da corrupção em Portugal*, Lisboa, Observatório Social sobre o Problema da Corrupção em Portugal, Working Papers, n.º 7
- McCOMBS, Maxwell e SHAW, Donald (1972) The Agenda Setting Function of Mass Media, *Public Opinion Quarterly*, vol. 36, N.º 2: pp.176-197
- MESQUITA, Mário (2004) *O Quarto Equívoco. O poder dos Media na Sociedade Contemporânea*, Coimbra, Minerva Coimbra
- MORGADO, Maria José e VEGAR, José (2003) *Fraude e Corrupção Política em Portugal; o inimigo sem rosto*, Lisboa, Publicações D. Quixote
- NEVES, Alfredo José Castanheira coord. (2001) *Advocacia: O que fazer?*, Coimbra, Minerva Coimbra
- NIETO, José Antonio Zarzalejos Nieto (1999) «Estrategias informativas de la crónica judicial», *Revista del Poder Judicial – Justicia, Información y Opinión Pública*, Número Especial XVII
- NIZA, Rita Maria Meira (2012) *Contributo para a Análise do Novo Crime de Recebimento Indevido de Vantagem*, Dissertação de Mestrado Forense, Faculdade de Direito da Universidade Católica de Lisboa, Escola de Lisboa
- PINTO COELHO, Sofia (2005) *Jornalistas e Tribunais*, Lisboa, Quetzal Editores
- PLATERO, Antonio Laguna (2013) «La Percepción de la Corrupcion, Factor Mediatizante de la Democracia», *Revista de Ciencias Sociales*, OBETS. Vol. 8, N.º 1: pp. 79-98

RAMONET, Ignacio (2002) *A Tirania da Comunicação*, Porto, Editora Campo das Letras (4.º ed.)

RICOEUR, Paul (1997) *O justo ou a essência do justiça*, Lisboa, Instituto Piaget

RODRIGUES, Cunha (1999) *Comunicar e Julgar*, Coimbra, Minerva

SAMPAIO, Gustavo (2013) *Os Privilegiados*, Lisboa, A Esfera dos Livros

SANTOS, Boaventura Sousa (1980) *O Discurso e o Poder, Ensaio Sobre a Sociologia da Retórica Jurídica*, Separata do número especial do Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, Gráfica de Coimbra

SANTOS, Cláudia Cruz (2011) «Os Crimes de Corrupção de Funcionários e a Lei n.º 32/2010, de 2 de setembro («É preciso mudar alguma coisa para que tudo continue na mesma?»), in *As Alterações de 2010 ao Código Penal e ao Código de Processo Penal*, Centro de Estudos Judiciários, Coimbra, Coimbra Editora

SANTOS, Cláudia Cruz, BIDINO, Claudio e MELO, Débora Thaís de (2009) *A Corrupção – Reflexões (a Partir da Lei, da Doutrina e da Jurisprudência) sobre o seu Regime Jurídico-Criminal em Expansão no Brasil e em Portugal*, Coimbra, Coimbra Editora

SIMÕES, Euclides Dâmaso (2008) «O Combate à Corrupção face à Reforma penal de 2007», in *Galileu, Revista de Economia e Direito*, vol. XII, n.º 2, 2007/XIII, n.1, 2008

SCHEUFELLE, Dietram A. (2000) Agenda-Setting, Priming and Framing Revisited: Another Look at Cognitive Effects of Political Communication – *Mass Communication & Society*, vol. 3: 297-316

SOUSA, Jorge Pedro, *A utilização de fontes anónimas no noticiário político dos diários portugueses de referência: um estudo exploratório*, Porto, Universidade Fernando Pessoa,

SOUSA, Luís de e TRIÃES, João (2007) *Corrupção e Ética em Democracia: o caso de Portugal*, Lisboa, ObercomBrief

SOUSA, Luís de e TRIÃES, João (2010) *A Corrupção e os Portugueses: atitudes, práticas e valores*, Oeiras, Rui Costa Pinto Ed.

SOUSA, Luís de (2011) *Corrupção*, Lisboa, Ensaios da Fundação – Fundação Francisco Manuel dos Santos

TANZI, V. (1998) «Corruption Around the World: Causes, Consequences, Scope and Cures», International Monetary Fund

TOEPFL, Florian (2011) «Managing public outrage: Power, scandal, and new media in contemporary Russia», *New Media and Society*, Vol. 13, N.º 8: 1301-1319

TRAQUINA, Nelson (2002) *Jornalismo*, Lisboa, Quimera

TRAQUINA, Nelson (1999) *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*, Org. de Nelson Traquina, Vega

TUCHMAN, Gaye (1978) *Making News: A Study in the Construction of Reality*, Nova Iorque, The Free Press, Publicado em Espanha (1983) *La Producción de la noticia*

WOLF, Mauro (2002) *Teorias da Comunicação*, Lisboa, Editorial Presença

### **Legislação consultada**

**Constituição da República Portuguesa** (2012), atualizada de acordo com a Lei Constitucional n.º1/2005, de 12 de agosto, Coimbra, Almedina

**Código de Processo Penal** (2012), Coimbra, Almedina

**Código Penal** (2014), Coimbra, Almedina

**Código de Processo Civil** (2004), Coimbra, Almedina

Decreto-Lei n.º 369/83, de 6 de outubro

Diretiva 2014/41/UE do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu

Lei n.º 34/87, de 16 de julho

Lei n.º 36/94, de 29 de setembro

Lei n.º 93/99, de 14 de julho

Lei n.º 15/2001, de 5 de junho

Lei n.º 108/2001, de 28 de novembro

Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro  
Lei n.º 36/2003, de 22 de agosto  
Lei n.º 50/2007, de 31 de agosto  
Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro  
Lei n.º 5/2008, de 12 de fevereiro  
Lei n.º 20/2008, de 21 de abril  
Lei n.º 37/2008, de 6 de agosto  
Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto  
Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro  
Lei n.º 32/2010, de 2 de setembro  
Lei n.º 101/2011, de 25 de agosto  
Lei n.º 20/2014, de 15 de abril

**Acórdãos consultados:**

AVEIRO, Tribunal Coletivo da Comarca de – Processo: 362/08.1JAAVR, Acórdão de 05-09-2014

CONSTITUCIONAL, Tribunal – Processo: 550/2013, Acórdão de 12-09-2013

**Fontes consultadas:**

Código Deontológico do Jornalista

Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção

Convenção das Nações Unidas Contra a Criminalidade Organizada Transnacional

Convenção Penal Sobre a Corrupção (do Conselho da Europa)

Dicionário de Latim-Português, Dicionários Editora, Porto, Porto Editora

Dicionário da Língua Portuguesa (1999), Dicionários Editora, Porto, Porto Editora

Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira da Cultura (1999), Edição Século XXI, Verbo, Volume 8

*Eurobarómetro 2011, 76.1, Atitudes dos Europeus Face à Corrupção*

Recomendação n.º 1/2009, de 1 de Julho, do Conselho de Prevenção da Corrupção

Resolução da AR, n.º 47/2007

Tratado de Lisboa

## Índice de Figuras

|   |    |
|---|----|
| <b>Figura 1</b> – N.º de peças sobre o <i>Face Oculta</i> no Público e no Correio da Manhã (28 de outubro de 2009) .....                                    | 70 |
| <b>Figura 2</b> – N.º de peças sobre o <i>Face Oculta</i> no Público e no Correio da Manhã (29 de outubro de 2009) .....                                    | 74 |
| <b>Figura 3</b> – Comparação entre o n.º de peças sobre o <i>Face Oculta</i> no Público e no Correio da Manhã (28 e 29 de outubro de 2009) .....            | 76 |
| <b>Figura 4</b> – Comparação entre o n.º de peças sobre o <i>Face Oculta</i> no Público e no Correio da Manhã (28 de outubro a 4 de novembro de 2009) ..... | 77 |
| <b>Figura 5</b> – Comparação entre o n.º de peças sobre o <i>Face Oculta</i> no Público e no Correio da Manhã (8 e 9 de novembro de 2011) .....             | 78 |

## Índice de Quadros

|  |     |
|--|-----|
| <b>Quadro 1</b> – Títulos das notícias sobre o <i>Face Oculta</i> publicadas nos sítios <i>online</i> do Público e do Correio da Manhã (28 de outubro de 2009) ..... | 73  |
| <b>Quadro 2</b> – Títulos das notícias sobre o <i>Face Oculta</i> publicadas nos sítios <i>online</i> do Público e do Correio da Manhã (28 de outubro de 2009) ..... | 75  |
| <b>Quadro 3</b> – Títulos das notícias sobre o <i>Face Oculta</i> publicadas nos sítios <i>online</i> do Público e do Correio da Manhã (8 de novembro de 2011) ..... | 79  |
| <b>Quadro 4</b> – Títulos das notícias sobre o <i>Face Oculta</i> publicadas nos sítios <i>online</i> do Público e do Correio da Manhã (9 de novembro de 2011) ..... | 80  |
| <b>Quadro 5</b> – Títulos das notícias sobre o <i>Face Oculta</i> publicadas nos sítios <i>online</i> do Público e do Correio da Manhã (5 de setembro de 2014) ..... | 84  |
| <b>Quadro 6</b> – Manchetes do Público e do Correio da Manhã (6 e 7 de setembro de 2014) .....   | 101 |
| <b>Quadro 7</b> – Manchetes do Jornal de Notícias, do Diário de Notícias, do Jornal i e do Expresso (6 e 7 de setembro de 2014) .....                                | 102 |

## **Entrevistas de Investigação (listagem)**

### **Campo da Justiça**

N.º 1 - Amadeu Guerra, diretor do DCIAP (23 de junho de 2014, entrevista presencial)

N.º 2 - Guilherme de Oliveira Martins, presidente do Tribunal de Contas e do Conselho de Prevenção da Corrupção (23 de junho de 2014, entrevista presencial)

N.º 3 - José Mouraz Lopes, juiz desembargador (Conselheiro) e presidente da Associação Sindical de Juízes Portugueses (entrevista por email)

N.º 4 - Maria José Morgado, diretora do DIAP de Lisboa (23 de junho de 2014, entrevista presencial)

N.º 5 - Rogério Alves, advogado (entrevista por email)

N.º 6 - Téofilo Santiago, ex-diretor da Polícia Judiciária de Aveiro (entrevista por telefone)

### **Campo dos Media**

N.º 1 - Carlos Magno, presidente do Conselho Regulador da ERC (entrevista por email)

N.º 2 - Eduardo Dâmaso, diretor adjunto do Correio da Manhã (entrevista por email)

N.º 3 - José António Cerejo, jornalista do Público (entrevista por telefone)

N.º 4 - Pedro Sales Dias, jornalista do Público (entrevista por email)

### **Transparência Internacional Associação Cívica (TIAC)**

N.º 1 - Luís de Sousa, presidente executivo da TIAC (entrevista por telefone)

N.º 2 - Paulo Morais (entrevista por email)



# ANEXOS

## I – Entrevistas – Campo da Justiça

### Entrevista n.º1

**Amadeu Guerra**

**Diretor do Departamento Central de Investigação e Ação Penal**

#### **1) Enquanto diretor do DCIAP, como olha para o cenário português, neste momento, em matéria de corrupção.**

Não é fácil traçar o quadro atual, sendo que não é só o DCIAP que trata as matérias relacionadas com a corrupção, mas também todos os outros tribunais onde existem processos. Os inquéritos que nós devemos investigar são aqueles que, de acordo com a lei, têm factos praticados em dois distritos judiciais, por exemplo, Lisboa e Coimbra, Lisboa e Évora ou Lisboa e Setúbal. Portanto, em princípio, segundo diz a lei, tem que existir uma discussão por dois distritos judiciais, muito embora tenhamos alguns processos localizados, porque a corrupção, normalmente, é localizada.

#### **2) Como é feita essa gestão por parte do DCIAP?**

Este é um dos campos que me leva a interrogar, desde logo, as competências do DCIAP no que diz respeito à investigação. Quando nos fazem queixas diretas através da plataforma ou do site do DCIAP, nomeadamente denúncias anónimas, às vezes, fazemos uma pequena investigação sem utilizarmos meios intrusivos, como refere a lei, de forma a verificarmos se a denúncia ou a queixa têm alguma consistência. Muitas vezes, diz-se que é o DCIAP que tem competência para investigar, mas é uma compatibilização difícil. Neste momento, quando recebemos denúncias relativas a câmaras municipais, mando os processos para os Departamentos de Investigação e Ação Penal (DIAPs) da área respetiva; por exemplos, se fôr uma câmara de Vila Real ou uma câmara de Bragança, em princípio, envio para tratamento no DIAP do Porto, porque me parece que não deve ser o Ministério Público da câmara visada a investigar a queixa ou denúncia.

#### **3) Considera que a forma de atuação do DCIAP deveria ser alterada?**

Penso que esta questão precisa de ser resolvida, desde logo no que diz respeito à competência de cada estrutura, porque não faz sentido andarmos a fazer investigações prévias e depois de já termos alguns elementos, alguma informação, irmos repetí-los noutros lados. Este é um ponto que está em aberto no novo estatuto do DCIAP, vamos ver o que acontece.

**4) Defende, de alguma forma, uma clarificação de funções?**

Sim, acho que deve haver essa clarificação.

**5) Uma clarificação capaz de contribuir para melhorar o atual quadro de combate à corrupção em Portugal?**

Se me perguntar quantos processos de corrupção é que eu tenho em investigação no Ministério Público e quantos é que há no país, e aqui corrupção envolvendo os crimes conexos de peculato, participação económica em negócio e demais situações, dificilmente, com rigor, lhe digo quantos é que são. A aplicação informática que nós temos regista um crime, depois um outro crime acessório, depois um outro tipo de crime... Enquanto não houver uma estatística fidedigna e igual em todos os tribunais, não caminhamos para muito longe, até porque, como se sabe, há uma perceção da corrupção que é enorme e de que os tribunais não atuam.

**6) Como se explica que a opinião pública tenha uma perceção tão elevada da corrupção em Portugal, sabendo nós que perceção é uma coisa e efetivação é outra?**

Eu acho que a opinião pública tem essa perceção porque, muitas vezes, na generalidade dos casos mediáticos, as pessoas não são condenadas. Noutros casos, a responsabilidade pode ser da cobertura que a comunicação social faz. Ter uma notícia, nomeadamente de um caso do DCIAP ou do DIAP, ainda no decurso de um processo, é um grande “furo” para um jornalista; se lhe chegar aos ouvidos que existe um processo a correr contra uma pessoa mediática, há logo a tendência de pôr essa notícia no jornal, às vezes sem sequer haver uma preocupação com o que vai acontecer ao inquérito em curso. Hoje há também uma “guerra” económica no âmbito da comunicação social que não podemos esconder.

**7) Os agentes da justiça e os órgãos de comunicação social podem articular-se melhor, por forma a transmitirem informações mais fidedignas sobre os casos de corrupção ao público em geral?**

Contrariamente àquilo que alguns colegas dizem, que eu não gosto de jornalistas, eu respeito-os muito. Os jornalistas têm a profissão deles, como nós temos a nossa. O que eu entendo é que há um momento para os processos serem secretos. Aliás, contrariamente ao que se passava anteriormente, hoje em dia, o regime geral é o regime do não secretismo. No entanto, no DCIAP, a maioria dos processos, uma percentagem razoável, está em segredo de justiça. Defendo que há um momento para os processos estarem em segredo de justiça e outro para os processos serem acessíveis.

**8) Quando os processos não estão em segredo de justiça, qual é a sua posição?**

Não tenho problemas absolutamente nenhuns, antes pelo contrário, em que, quando o processo está acessível, nomeadamente depois de ser dada a acusação, os jornalistas

venham ao DCIAP ver aquilo que é possível ver, como é evidente. Não autorizamos que ouçam escutas telefónicas, porque contêm, muitas vezes, assuntos da vida privada das pessoas; não autorizamos que vejam as contas bancárias ou questões de empresas relacionadas com segredos comerciais ou industriais. Há pontos que tentamos sempre preservar, sendo que a nossa obrigação é, antes de mais, fundamentar todas as decisões. Claro que entendo que os jornalistas e os comentadores critiquem as posições do Ministério Público; é óbvio que nunca estamos de acordo.

#### **9) Como se processa a relação do DCIAP com os jornalistas?**

Eu estabeleci regras muito claras: combinei com a Procuradoria Geral da República que todos os assuntos e pedidos vêm do Gabinete de Imprensa da PGR. Respondo ao Gabinete de Imprensa e a PGR faz as respetivas comunicações, através do seu Gabinete de Imprensa. Os jornalistas que pretendem aceder aos processos dirigem o requerimento ao respetivo procurador que, de acordo com a lei, decide se o processo é acessível ou não; depois dessa decisão, há recurso hierárquico para mim. Nesse sentido, as regras são muito claras.

.

#### **10) O facto de, usualmente, não dar entrevistas não pode levar a uma interpretação incorreta de que a informação não é transmitida?**

A informação, desde que seja pública, acessível nos termos da lei, tem que ser dada. Disso não tenho dúvidas absolutamente nenhuma. Como disse, respeito os jornalistas e espero que eles também me respeitem a mim. Quanto ao resto, as regras são claras e estão estabelecidas. Se o jornalista vier ao DCIAP enquanto o processo está em segredo de justiça ou se estiver em segredo de justiça externo, isto é, quando as partes podem consultar o processo, mas os terceiros não podem, é tudo claro. Neste sentido, a lei diz que um terceiro tem direito a consultar o processo, se obtiver o interesse legítimo<sup>313</sup>, havendo jornalistas que entendem que o facto de o serem, automaticamente produz o interesse legítimo.

#### **11) Qual a sua interpretação do Código de Processo Penal quanto a esta matéria?**

Eu admito que, em certas circunstâncias, possa acontecer existir interesse legítimo para os jornalistas, mas admito também que noutro tipo de processos não seja assim. Se é necessário preservar um determinado tipo de informação, o jornalista tem que demonstrar, em concreto, onde é que está o interesse legítimo. Para mim, não é automático, isto é, o facto de se ser jornalista, não significa que tenha, por si só, interesse legítimo. O jornalista tem uma posição diferente de qualquer cidadão na

---

<sup>313</sup> Artigo 90, Código de Processo Penal: 1) «Qualquer pessoa que nisso revelar interesse legítimo, pode pedir que seja admitida a consultar auto de um processo que não se encontre em segredo de justiça e que lhe seja fornecida, à sua custa, cópia, extrato ou certidão de auto ou de parte dele. Sobre o pedido decide, por exemplo, a autoridade judiciária que presidir à fase em que se encontra o processo ou que nele tiver proferido a última decisão»; 2) «A permissão de consulta de auto e de obtenção de cópia, extrato ou certidão realiza-se sem prejuízo da proibição, que no caso se verificar, de narração dos atos processuais ou de sua reprodução dos seus termos através dos meios de comunicação social».

medida da sua profissão, mas temos que perceber onde é que estão as questões relacionadas com o direito e a obrigação de informar por parte dos jornalistas. Se chegarmos à conclusão que, naquele caso concreto, o dever de informar se sobrepõe ao dever de um determinado segredo, temos que ponderar esses dois princípios constitucionais. O facto de a pessoa se intitular como jornalista não chega. Já tivemos no DCIAP o caso de um jornalista que reclamou da resposta de um procurador que não lhe concedeu acesso a um processo, por estar em segredo de justiça externo. Esse jornalista alegava que não via, na lei, a distinção entre segredo de justiça externo e interno. Eu, para esclarecê-lo, produzi um despacho aprofundado de oito páginas, com as diferenças, na doutrina e na jurisprudência, entre segredo de justiça externo e interno, sublinhando as razões do despacho indeferido; o jornalista respondeu a dizer que nunca tinha sido tão bem tratado pelo Ministério Público.

**12) Considera que deveria haver alguma mudança legislativa para melhorar o combate à corrupção em Portugal?**

Acho que deveria haver uma estratégia do Ministério Público que congregasse os Órgãos de Polícia Criminal (OPCs) e as inspeções (Inspeção Geral de Finanças, Inspeção Geral da Segurança Social, Inspeção Geral da Saúde). Quando os inspetores andam no terreno, muitas vezes, as pessoas sinalizam situações de corrupção. Mas, à falta de elementos, possivelmente, não se faz nada. O que eu acho é que, as situações que têm o mínimo de consistência, deveriam ser congregadas como indicadores de corrupção.

**13) A que tipo de indicadores de corrupções se refere?**

Por exemplo, concursos em que não há transparência nenhuma, em que os próprios concorrentes têm dificuldades em conhecer os processos, em controlar o que acontece; situações em que há pagamentos a terceiras entidades, sem justificações; decisões rápidas tomadas de um dia para o outro, que ninguém percebe. Há uma série de indícios a que devemos estar atentos. Do meu ponto de vista, o fundamental na corrupção é tentar “atacar” no momento em que ela está a decorrer. Se nos chega aos ouvidos que terá havido uma situação de corrupção de alguma envergadura num determinado serviço público, temos que estar atentos a isso, não investigando apenas esse caso, mas verificando o que está a acontecer além disso: que concursos estão abertos nesse momento, se os intervenientes dos concursos são os mesmos, se a pessoa a quem é imputado um ato de corrupção, está ciente disso. Portanto, quanto à questão legislativa, temos legislação que “dá e sobra” para abarcar a corrupção; há um elenco que nunca mais acaba.

**14) Não são, por isso, necessárias alterações?**

A única coisa que eventualmente me atreveria a sugerir passa pela criação de algum incentivo aos corruptores ativos para que denunciem a corrupção. Muitas vezes, os corruptores ativos são obrigados a dar algum dinheiro para o processo de uma obra avançar ou para conseguir um concurso, por exemplo. As pessoas até podem ter vontade de denunciar, mas também têm dúvidas de a denúncia avance e acabam por nada fazer.

### **15) Defende incentivos de que tipo?**

Deveria ser incentivado e regulado com maior rigor o direito premial, aquilo que seriam os prémios atribuídos às pessoas que, digamos, fossem os corruptores ativos, por forma a que contribuíssem para uma melhor investigação da nossa parte, nesta que é uma situação bilateral. De resto, temos várias convenções internacionais que ratificámos e podemos organizar ações de prevenção sobre a competência do DCIAP. Através da Lei 5/2002, neste tipo de crimes de corrupção e criminalidade conexa, podemos fazer escutas, vigilâncias, ter ações encobertas, isto é, podemos levar uma pessoa a concorrer, pressupostamente, a um concurso público para apurar se lhe é pedido algum montante ou alguma coisa em troca. Temos também a admissibilidade de proteção de testemunhas, no caso da existência de reserva do conhecimento da sua identidade; existe ainda uma base de dados de contas bancárias no Banco de Portugal, ou seja, podemos ter acesso aos bancos onde as pessoas têm conta.

### **16) Significa que se verificou uma evolução no sentido legislativo?**

Penso que sim. O prazo de prescrição foi alargado, nomeadamente na área dos titulares de cargos políticos; hoje é possível utilizar os depoimentos de prova e reproduzir as declarações dos arguidos em julgamento, desde que sejam feitas perante o Ministério Público, nomeadamente por meio de gravação. No DCIAP, neste momento, já gravamos os depoimentos das pessoas (que são, devidamente advertidas) para depois os podermos utilizar em julgamento, o que não era permitido antigamente. Estamos também a apostar fortemente na possibilidade de apreensão de bens, de modo a que quando se realiza o julgamento do processo, o património das pessoas possa ser afeto aos prejuízos do Estado. No ano passado, apreendemos cerca de 16 milhões de euros. Para isso, foi criado o Gabinete de Recuperação de Ativos, que funciona na dependência da Polícia Judiciária, através da lei 45/2011, de 24 de Junho.

### **17) Como procede esse Gabinete?**

Nós, DCIAP, pedimos que o Gabinete de Recuperação de Ativos investigue quais são os bens das pessoas e das respetivas famílias (irmãos, filhos, primos de quem nós também desconfiamos); o Gabinete avalia todo esse património porque, muitas vezes, nestas situações, o dinheiro não fica nas contas dos visados, fica em contas de terceiros. Foi também criado um Gabinete de Administração de Bens na mesma altura, que passa a administrar os bens apreendidos, podendo estes ser vendidos, se forem perecíveis.

### **18) Considera que devia haver uma formação especializada para os jornalistas que lidam com mais frequência com casos de justiça?**

Acho que sim, a formação é sempre boa para todas as profissões, mesmo para a nossa. Os agentes da justiça que trabalham com processos mediáticos também deveriam ter formação. No meu caso, o tempo deu-me alguma aprendizagem. Ao fim de um ano e meio no DCIAP, também aprendi muito e agora sei lidar, espero eu, com algumas

situações mais complexas. Quando não sei, peço ajuda. Quanto aos jornalistas, penso que essa formação seria importante, uma vez que há aqui questões deontológicas. Se um jornalista não tem problemas em dar uma notícia, estando consciente que vai estragar a investigação em curso na justiça, nomeadamente num processo de corrupção, dá-me vontade de lhe dizer para esperar mais algum tempo. Mas se lhe fazemos esse pedido, possivelmente, o jornalista é capaz de o tornar público.

**19) Considera que os jornalistas podem exercer o papel de «denunciantes», nomeadamente em casos de corrupção política? «Denunciantes» no sentido de levar os casos ao conhecimento público, de sensibilizar, de colaborar com a justiça.**

Frequentemente, acabamos por apreender algumas informações e por completar uma investigação com as notícias dos jornais; obviamente, por vezes, os jornalistas sabem outros pormenores que nós não tínhamos visto ainda. Claro que nos questionamos sobre se o que lemos é verdade ou não. Mas, às vezes, chegamos a conclusões que não conhecíamos. É, digamos, uma forma de complementaridade. Nós acompanhamos esses aspetos, a Procuradora Geral da República também acompanha e, quando entendemos que, na sequência de uma notícia, devemos abrir um inquérito, abrimos. No futuro, com uma uniformização e com uma política de luta contra a corrupção integrada no Ministério Público, talvez fosse bom fazer-se uma abordagem mais aprofundada das notícias.

**20) O que quer dizer, em concreto, quando se refere a «uma abordagem mais aprofundada»?**

Falo de alguém que pudesse acompanhar mais de perto as notícias nessa perspetiva de alerta para determinado tipo de situações. Não me refiro propriamente à notícia que diz que há corrupção neste ou naquele caso, mas existem negócios que são mencionados, em que sabemos que o contexto não está próspero, mas nos quais os sócios têm uma vida diferente daquela que pareceriam poder ter, em função da situação da empresa ou em função dos impostos que pagam.

**21) Portugal sempre foi visto como um país ligado à corrupção e com corruptos, a História já o documentou. O que é que se pode fazer para inverter este cenário?**

Penso que o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) tem feito algum esforço no sentido de estabelecer códigos de ética e procedimentos internos na Administração Pública. Acho que uma ou outra filosofia nas escolas, junto das crianças, desde o início, poderia funcionar. Ainda me lembro de quando começaram, nas escolas, a falar dos aspetos do ambiente, como por exemplo, a questão do tabaco; víamos, às vezes, crianças que chegavam a casa e diziam aos pais para não fumarem. Penso que isso foi fruto de uma determinada aprendizagem, que penso poder estender-se a este domínio da corrupção. É óbvio que nós, DCIAP, também temos o nosso papel; na nossa área, a prevenção acontece se formos mais rápidos a investigar os processos.

## **Entrevista n.º2**

**Guilherme de Oliveira Martins**

**Presidente do Tribunal de Contas (TC)**

**Presidente do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC)**

**1) Gostaria que nos esclarecesse quanto ao papel que o Conselho de Prevenção da Corrupção tem tido e quanto aos instrumentos que existem neste momento em Portugal para combater e prevenir a corrupção. Qual o caminho que foi feito até agora e em que é que nos podemos centrar para melhorar este combate?**

Tem havido uma cooperação muito estreita. O primeiro ponto que eu gostaria de salientar é que há uma distinção e uma complementaridade entre três áreas: a primeira área é a área legislativa, a segunda área é a de investigação criminal e a terceira área é a da prevenção. São três áreas distintas: a área legislativa cabe à Assembleia da República e ao governo, mas sobretudo à Assembleia da República, por estarmos em matéria de direitos, liberdades e garantias. A segunda área cabe ao Ministério Público e a terceira área cabe ao Conselho de Prevenção da Corrupção, mas também a todos quantos possam contribuir para esta prevenção.

**2) Não o choca a aproximação que a comunicação social pode ter relativamente aos agentes da justiça? Acha que esta aproximação é viável**

Certamente que sim. Eu direi que a comunicação social pode e deve desempenhar um papel fundamental, desde que haja algumas cautelas. A primeira passa por evitar qualquer tipo de simplificação e demagogia. Vemos que, muitas vezes, algum jornalismo cede relativamente ao fácil e ao demagógico. Por exemplo, houve campanhas jornalísticas para a consideração legal do crime de enriquecimento ilícito. Neste campo, estou completamente à vontade, porque penso que o crime de enriquecimento ilícito pode ser adoptado em termos constitucionais. No entanto, se nós nos lembrarmos da forma como este tema foi tratado, verificamos que os jornalistas, e não só os jornalistas, porque os jornalistas são, muitas vezes, porta-vozes de pessoas que ouvem, limitaram-se pura e simplesmente a considerar que o crime do enriquecimento ilícito deveria ser adotado, mesmo com violação dos princípios gerais do Direito, designadamente da presunção de inocência e proibição da inversão do ônus da prova em matéria criminal.

**3) Falando ainda na área legislativa, o que é necessário melhorar em Portugal para se concretizar um combate mais eficaz à corrupção?**

Precisamos de ter leis claras e simples. Nesse campo, a comunicação social podia, por exemplo, fazer uma listagem de todos os crimes que estão ligados à corrupção. Há muitas figuras criminais, basta lembrarmo-nos da corrupção activa e passiva, do peculato. No entanto, em virtude das dificuldades em matéria de prova, há condenações em número insuficiente e que não são dissuasoras para os cidadãos. A comunicação

social tem um papel fundamental mas não devia lançar denúncias vagas, que criam alarme público, mas que não surtem qualquer efeito dissuasor, continuando aquele que prevarica, a ficar impune. A proliferação de figuras criminais, a falta de mecanismos de prova e a falta de eficácia neste domínio, naturalmente, obriga, hoje, a termos uma política legislativa de simplificação; mas temos que aperfeiçoar estas dificuldades.

**4) O segundo ponto que mencionou foi a investigação criminal. Tem havido avanços nesta matéria?**

Esse é um dos domínios onde eu registo progressos muito significativos nos últimos quatro anos. Houve avanços na investigação criminal, uma vez que há melhor informação. O Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) e os Departamentos de Investigação e Ação Penal (DIAPs) têm tido, justamente, essa preocupação. Mas, há vários anos, verificámos que havia uma grande irregularidade: alguns DIAPs davam-nos uma informação bastante pormenorizada, outros não. Por exemplo, o DIAP de Coimbra dava-nos informação muito detalhada, mas que nos levava a uma conclusão ilusória de que haveria só corrupção em Coimbra.

**5) Mas esse cenário alterou-se?**

Sim, hoje há um maior equilíbrio relativamente à informação dos DIAPs. A maior parte das acusações e condenações dizem respeito a casos relativamente pequenos e pontuais; muitos deles correspondem justamente a desvios, que já foram detetados sob responsabilidade financeira, ainda que esse facto não signifique que tenham, automaticamente, consequência na área criminal, porque aí tem que haver prova. O que vai acontecendo, ainda que cada vez menos, é que a acusação criminal é feita independentemente da acusação da responsabilidade financeira. Portanto, há aqui um progresso muito significativo em termos da informação. Ao haver mais informação, há um incentivo maior a que o Ministério Público acuse. Muitas vezes, não há acusação, porque a prova é tão frágil que, de algum modo, o Ministério Público não quer correr riscos, uma vez que não tem fundamentação suficiente. Nesse aspecto eu tenho alertado a Procuradora Geral da República e os anteriores Procuradores Gerais, que o Ministério Público não deve fazer uma antecipação do julgamento. Muitas vezes, faz-se uma primeira “triagem” e, se não se prevê que possa haver uma condenação, não se acusa. Eu penso que isso não é bom, porque a acusação e o julgamento, mesmo que não dêem lugar a condenação, têm um efeito dissuasor que deve ser tido em conta. De qualquer modo, desde o aperfeiçoamento dos DIAPs, à boa coordenação do DCIAP, os resultados têm sido positivos.

**6) O terceiro elo que apontou foi o da prevenção. Em que degrau está Portugal?**

Há hoje uma preocupação muito importante relativamente à prevenção. O diretor do DCIAP, Amadeu Guerra, a diretora do DIAP de Lisboa, Maria José Morgado e outros dirigentes de DIAPs têm chamado a atenção para o facto de ser indispensável falarmos de prevenção da corrupção e dizermos ao cidadão comum que a corrupção está muito



mais próxima das pessoas do que se julga. Muitas vezes, existe a ideia de a corrupção é uma coisa do Estado, que não tem a ver com as pessoas.

**7) As pessoas, no geral, continuam a olhar para a corrupção como algo do Estado, da Administração Central, do governo. Mas, nas autarquias, temos casos de corrupção, muitos deles bastante mediáticos, que começam, às vezes, pelos pequenos favores.**

Essa questão tem importância pela proximidade e pela dimensão. Todos nos lembramos das dificuldades inerentes à realização de uma pequena obra, que nem procede a alterações estruturais de um edifício. Essa obra não deve ser sujeita a qualquer licenciamento, deve ser sujeita, pura e simplesmente, a fiscalização durante e *a posteriori*. Esse tipo de intervenções deve estar na disponibilidade do cidadão. Para quê? Para concentrar as decisões naquilo que é realmente importante e que pode levar a alterações estruturais no cumprimento das regras urbanísticas. Em várias câmaras, basta ver o que se passa hoje na área dos transportes, das matrículas ou das licenças de condução em que há corrupção. Foi demonstrado que houve futebolistas importantes que cederam licenças de condução. Não estou a referir-me só às câmaras, estou a falar de tudo.

**8) Mas como se combate este problema?**

É necessário perceber que é indispensável haver planos de prevenção de risco e de gestão de corrupção, partindo de uma maior eficiência na utilização dos recursos. É preciso concretizar um combate ao desperdício; quando há desperdício, há sempre base que permite a corrupção. Quando há uma derrapagem, por exemplo, quando uma obra custou mais do que aquilo que deveria ter custado, isto significa que há dinheiro que fica livre para se poder corromper, além de toda a ineficiência que se gera. Das duas uma, se a corrupção funciona, esse dinheiro é utilizado para corrupção; se a corrupção não funciona, esse dinheiro é simplesmente “atirado pela janela fora”.

**9) E quanto aos conflitos de interesses potenciadores de atos de corrupção?**

Nesse aspeto, temos que ser muito claros e muito rigorosos. Os conflitos de interesses aparecem também nas zonas mais inesperadas. Há conflitos de interesses relativamente a geminação entre autarquias, uma vez que há negócios e trocas de favores. Temos, para nossa surpresa, viagens estranhas que os autarcas fazem, financiadas não pelas autarquias, mas pior, por outras empresas, com as quais depois trocam favores. Há risco de corrupção nos conflitos de interesses entre empresas e a vida autárquica. Essa promiscuidade era muito evidente nas empresas municipais, está-se a limpar isso, mas há uma outra figura que pode dar lugar à corrupção nas parcerias com empresas na área da construção.

**10) Como se trava esse risco de corrupção?**

Antes de mais, é indispensável que o cidadão comum perceba que a corrupção e a prevenção da corrupção passam também por ele, compreendendo que tudo começa num pequeno favor e acaba num crime. Depois, tem que haver uma atenção muito clara quanto à transparência nos conflitos de interesses, designadamente na circulação entre a vida autárquica, a responsabilidade política e a responsabilidade empresarial. Os planos de prevenção de risco não podem obedecer a um modelo uniforme, porque cada realidade tem o seu risco diferente e específico.

**11) Considera que, frequentemente, as pessoas reparam que há um problema e, apesar disso, continuam em silêncio?**

É a questão da denúncia. É um tema muito difícil para o cidadão, sobretudo num país que viveu uma ditadura no século XX e em que, muitas vezes, a delação ou a denúncia eram confundidas com a denúncia ou delação ligadas à vida política. Verificamos que há uma resistência dos cidadãos em denunciar aquilo que é ilegítimo.

**12) Esta capacidade de denunciar deve ser debatida nas escolas?**

Esta ação nas escolas é importante. A meu ver, o modo como deve ser ministrada a formação cívica é particularmente relevante. A formação cívica não deve ser um discurso em 45 minutos, isso não serve para nada. Um professor chega à sala e diz: «agora temos 45 minutos para falar da corrupção, que maçada, vocês têm de tudar, estudem, que eu também aproveito para ler» e passam-se os 45 minutos. Ou, pelo contrário, faz-se um discurso muito moral, que “entra por um ouvido e sai por outro”.

**13) Falemos agora mais concretamente do Conselho de Prevenção da Corrupção. O CPC foi criado em 2008, estamos em 2014. Pergunto-lhe qual é a sua visão, olhando para estes seis anos.**

Houve uma enorme vantagem no facto de o CPC estar junto do Tribunal de Contas. O Tribunal é uma autoridade muito significativa. A iniciativa com maior eficácia foi a dos planos de prevenção de risco, uma vez que todas as ações inspetivas de controlo interno, as inspeções gerais, todas as ações de controlo externo do Tribunal de Contas têm sempre uma primeira questão: «onde está o plano de prevenção de risco, como é que ele tem sido utilizado?».

**14) Esse plano não tinha um carácter obrigatório ou tinha?**

Na prática, podemos dizer que se tornou, porque não há auditoria hoje em dia que não pergunte por esse plano. É um caso muito interessante, paradigmático até, em que não há uma lei, não está em nenhuma lei que o plano exista ou deva existir. Cada vez mais há nova legislação, por exemplo, sobre a organização financeira das autarquias locais, mas não há uma lei dos planos de prevenção de risco. Nem deve haver porque, caso contrário, eles tornam-se apenas numa espécie de formalismo.

**15) Considera que esses formalismos, muitas vezes, não surtem o efeito desejado?**

Exatamente. Hoje, o novo regime das empresas municipais refere que todas as empresas, nos seus instrumentos de gestão, têm ter um plano de prevenção de risco. Devo dizer que os bancos, por exemplo, nas diligências bancárias, há muito que têm este sistema para garantir a circulação dos responsáveis. O responsável por uma agência bancária não pode ficar mais do que um determinado período tempo nesse posto, porque passa a conhecer as pessoas e ao conhecê-las, pode discriminar as que conhece melhor e as que conhece pior. Isso não pode acontecer; não se trata de desconfiar das pessoas, é apenas porque este efeito de simpatia é um efeito absolutamente normal.

**16) Qual é o ponto de situação desses planos de prevenção de risco, no combate à corrupção?**

Eu diria que os planos de prevenção de risco têm, indiscutivelmente, um balanço positivo. Depois, há um dado muito importante: ao contrário da experiência do Alto Comissário Contra a Corrupção, que existiu a determinada altura na nossa norma jurídica, o facto de o CPC não existir como uma instância própria, autónoma, evita que se crie, ou tenda a criar, um espaço próprio, a “pôr-se em bicos de pés”.

**17) Qual é então o balanço geral que faz em relação ao trabalho do Conselho de Prevenção da Corrupção?**

O modelo tem funcionado, há uma aceitação social e institucional. Mesmo os críticos da altura, hoje são os primeiros a dizer que há, de facto, indiscutível vantagem em haver uma estrutura leve como esta. Depois, não há encargos. A montagem do CPC foi muito simples; tudo já existia, não houve duplicações, não há um presidente diferente para o Tribunal de Contas para o CPC e pode dizer-se que se consegue, com isso, um efeito dissuasor. Aqui temos tudo. Na composição do CPC, temos o presidente do Tribunal de Contas que preside e o Ministério Público que está aqui representado por um procurador geral adjunto, ou seja, não há mediação nenhuma; temos as inspeções gerais das finanças, da área económica, da administração local. Entre os membros propostos, designados pelo próprio CPC, temos um administrador do Banco de Portugal, o que também facilita muito os trabalhos, designadamente no que toca a branqueamento de capitais. Talvez as pessoas não tenham ideia disto, mas hoje, quando vão ao banco e depositam, além do seu vencimento, alguma quantia significativa, têm uma quantidade de perguntas às quais têm que responder. Tudo para evitar, justamente, a questão do branqueamento de capitais; aí sim, estamos no domínio da grande corrupção.

**18) Considera que as denúncias servem de base para muitas notícias?**

Os jornalistas correm atrás de denúncias, mas muitas dessas denúncias têm a ver com vingança. Eu, como presidente do Tribunal de Contas, sempre recebi muitas denúncias; 90% das denúncias são “bagatelas”, vinganças. Na proximidade das eleições, por exemplo, alguém acusa alguém, mas são acusações que, às vezes, são absolutamente ridículas, conflitos que acontecem entre as pessoas e, quando há um conflito entre duas

peçoas, tudo serve, tudo é argumento. Muitas denúncias de corrupção que eu tenho, são “denúncias de saias”, do presidente que se envolveu com a secretária; denúncias que eu tenho que mandar arquivar, que não servem para nada.

### **Entrevista n.º3**

**José Mouraz Lopes**

**Juiz desembargador (Conselheiro) e presidente da Associação Sindical de Juizes Portugueses**

**1) No seu entender, qual é o maior desafio que a justiça portuguesa enfrenta atualmente?**

A capacidade de responder em tempo razoável às demandas que os cidadãos fazem à justiça num período de enorme instabilidade e com recursos escassos. A necessidade de, mesmo em tempos difíceis, ser mostrado aos cidadãos que podem confiar na justiça.

**2) Da sua experiência como magistrado, qual é a percepção que a sociedade tem relativamente à corrupção política em Portugal?**

Os estudos publicados sobre a percepção da corrupção política demonstram uma dimensão porventura mais elevada da conexão política/corrupção do que é a realidade efetiva do problema. Trata-se de um fenómeno que não é exclusivamente nacional e que decorre de múltiplos fatores, que vão desde a existência de casos graves e marcantes ocorridos, amplificação mediática de muitas situações que nada têm a ver com corrupção, confusão jurídica de conceitos, deficiências na investigação que terminaram de forma pouco clara, legislação permissiva, etc.

**3) Olhando para o recente acórdão do processo *Face Oculta*, como avalia, de um modo global, o estado e o trabalho da justiça em Portugal?**

Não comentando o caso concreto, deve ter-se a capacidade de, analisando todo o processo, concluir que em termos gestonário se trata de um «leading case» que demonstra que algo está a mudar positivamente no trabalho da justiça penal no que respeita a crimes de natureza económica e financeira.

**4) Como olha para o panorama atual do jornalismo judiciário em Portugal? Podemos afirmar a existência de um verdadeiro jornalismo judiciário?**

Um observador atento não pode deixar de verificar a existência de duas tendências no chamado "jornalismo judiciário". De um lado um jornalismo populista, centrado na informação sensacionalista, conjuntural, pouco rigorosa mas que tem uma "marca impressiva" muito forte na opinião pública. De outro lado, um jornalismo mais cuidadoso, tecnicamente preparado e com preocupações de analisar mais detalhadamente a complexidade dos problemas da justiça, que não são fáceis. Julgo que esta segunda dimensão se aproxima mais de um verdadeiro jornalismo judiciário e menos de uma espécie de jornalismo de "casos de polícia".

**5) Nem sempre é fácil lidar com o binómio segredo de justiça/dever de informar. Que cuidados são, no seu entender, indispensáveis?**

É preciso respeitar a dimensão do segredo, porque ela envolve a necessidade de proteger interesses, tanto individuais como coletivos. Nesse sentido só se compreende a quebra de segredo quando interesses efetivamente mais relevantes de sobrepõem.

**6) Muito se tem debatido sobre a questão das fontes anónimas. Concorda com o uso que as redacções fazem, muitas vezes, desse tipo de fontes?**

Naturalmente que as fontes anónimas, para o jornalista, constituem uma ferramenta de trabalho importante. A sua utilização tem, no entanto, que ser restritiva e circunstanciada de modo a não colocar em causa a própria credibilidade do jornalista.

**7) O jornalismo judiciário pode posicionar-se como «denunciante», nomeadamente, de casos de corrupção política?**

É evidente que um jornalismo judiciário de investigação credível e responsável pode despoletar uma investigação criminal. Nomeadamente na área que refere onde a opacidade é uma regra.

**8) De uma forma geral, considera que os casos de corrupção política têm tido uma cobertura mediática rigorosa em Portugal?**

Com uma ou outra excepção, Julgo que não tem havido excessos por parte da comunicação social no tratamento desses casos.

**9) É possível e desejável que jornalistas e agentes da justiça agilizem a comunicação entre si, mantendo a indispensável imparcialidade, de modo a levar ao público uma informação o mais rigorosa possível?**

Sendo actividades com finalidades distintas, julgo que se forem respeitadas determinadas regras pré definidas, a comunicação entre as entidades com responsabilidade na gestão e na representação do sistema de justiça com a comunicação social deve existir. Mais, é importante que exista para melhor concretizar a dimensão publica da justiça.

**10) Quais são os métodos a seguir para melhorar a qualidade da comunicação da justiça em Portugal?**

Sendo vários os caminhos a seguir, julgo que a aposta num conhecimento profundo quer do sistema de justiça por parte dos jornalistas, quer do funcionamento da "lógica" da comunicação social por parte dos agentes de justiça, será o primeiro passo.

**11) Concorda com uma formação especializada em comunicação para os magistrados ou com a criação obrigatória de gabinetes de imprensa nos tribunais?**

Quanto à primeira, não me parece que seja absolutamente necessário para todos esse tipo de formação específica. Já para quem desempenha atualmente um conjunto de

funções de gestão e representação na magistratura, parece-me essencial. Julgo que apenas se justifica a existência de gabinetes de imprensa em Tribunais Superiores e nos órgãos de gestão, como o Conselho Superior da Magistratura, o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e fiscais e a Procuradoria Geral da Republica.

#### **Entrevista n.º4**

**Maria José Morgado**

**Diretora do Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa**

**Procuradora Geral Adjunta**

**1) Qual o ponto de situação que faz, neste momento, do combate à corrupção em Portugal? Quando me refiro a corrupção, não falo apenas dos casos mediáticos que vemos relatados nos meios de comunicação social.**

O combate à corrupção é multifacetado, tem uma natureza poliédrica e envolve inúmeros planos. No plano preventivo, temos que perceber se as nossas instituições têm metodologias que as tornem invulneráveis ou, pelo menos, que reduzam a sua vulnerabilidade às práticas corruptivas, permitindo a sua deteção em tempo útil; isso tem a ver com mecanismos de fiscalização e de prevenção de natureza administrativa, muito antes da participação criminal, porque a participação criminal já acontece, em geral, quando “o doente não tem cura”.

**2) Por falar em prevenção, como olha para o trabalho do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC)?**

Acho que o CPC tem exercido uma boa influência relativamente aos códigos de conduta e no sentido de a Administração Pública passar a cultivar princípios de ética, transparência e até de prevenção dos conflitos de interesse no desenvolvimento das suas atividades. Por exemplo, parece-me muito importante a aprovação do Código dos Contratos Públicos, com a obrigação da existência de um portal sobre as adjudicações diretas, onde é possível aceder às empresas que o Estado contrata e aos valores dessas contratações; por aí, podem ser detetadas más práticas, se se concluir que há repetições em relação a uma determinada empresa ou se forem encontrados valores aparentemente exagerados.

**3) Considera que houve uma evolução ao nível da prevenção da corrupção?**

Julgo que, nos últimos anos, até por força do trabalho do CPC, do Grupo de Estados contra a Corrupção (GRECO), de Portugal ter ratificado a Convenção Penal sobre a Corrupção do Conselho da Europa e também a Convenção da ONU contra a Corrupção, foram-se iniciando, pelo menos em termos de recomendações, determinadas práticas profiláticas. Claro que os resultados não são ainda os desejáveis, estão muito longe

disso, até porque a agudização da crise económica tem contribuído para criar fatores potenciadores da corrupção.

**4) Concorde, por isso, que as dificuldades económicas e financeiras adensam as práticas corruptivas?**

Sim, porque as pessoas ganham muito pouco e têm grandes necessidades; quanto menos ganham, maiores são as necessidades, a mecânica da corrupção torna-se mais simples e é potenciada pela própria desqualificação da Administração Pública. Seja como for, há já uma noção de que, sem prevenção, não é possível combater nem punir a corrupção.

**5) Falou em punir a corrupção. Como está Portugal nesse campo?**

A punição tem muitos níveis; há o nível de punição da pequena e média corrupção em que, apesar de tudo, há algumas estatísticas. A estatística que está no site da Direção Geral de Política de Justiça (DGPJ) é muito pobre, porque se reduz apenas aos crimes de corrupção; mas quando falamos de corrupção, temos uma miríade de criminalidade associada, que pode ir do tráfico de influências, ao peculato, a burlas associadas, a branqueamento de capitais, a fraudes fiscais, a corrupção tanto no âmbito da Administração Local, como da Administração Central, a corrupção no âmbito da titularidade de cargos políticos, entre outros. Ora, o site da DGPJ não faz tratamento dos dados, pelo que só entram na estatística da corrupção os casos em que não há concurso com outras infrações.

**6) Isso torna-se limitativo?**

Na maior parte dos casos de corrupção, há concurso ou com fraude fiscal ou com branqueamento de capitais ou, muitas vezes até, com associações criminosas para a imigração ilegal ou para a falsificação; podem estar em causa grupos criminosos, que precisam de obter documentação de forma ilegal, praticando atos de corrupção junto de elementos da Administração Pública. Estas situações não entram nas estatísticas, portanto, não temos estudos sobre o fenómeno.

**7) Acha que devia haver mais estudos?**

Sim, devia, mas nós não podemos passar a vida a dizer que devia haver mais estudos; ando há 20 anos a dizê-lo e já estou cansada. Chega a um ponto em que somos obrigados a afirmar para nós próprios que, afinal de contas, também não conseguimos dissuadir ninguém ao nível da decisão política. Tem que se ganhar um equilíbrio entre não desistir e manter a firmeza, mas ter alguma lucidez, porque também já percebi que, em matéria política, não há qualquer espécie de interesse em melhorar as coisas.

**8) Muitas pessoas consideram que há poucas condenações por corrupção em Portugal. Essa interpretação está correta?**

Sim, mas essa é uma discussão distorcida. A principal questão é se há ou não risco para os autores das atividades corruptivas. Se eu transportar um saco com cocaína, de certeza que sou condenada numa pena superior a sete anos de prisão; se eu transportar um saco com dinheiro, para pagar comissões de contratações para um qualquer setor público, se calhar o processo complica-se tanto, arrasta-se tanto, o contraditório é tão forte, que se chega ao fim sem consequências e sem condenação. Isso é que é grave e aí as pessoas começam a dizer que não há condenações. O problema não passa por saber quantas pessoas temos presas por corrupção, mas sim por perceber se a prática de atos corruptivos é realmente um risco. A corrupção é sempre praticada às escondidas, normalmente por autores criminosos inteligentes, que planeiam a sua atividade e que sabem que têm boas hipóteses de passar impunes; isso é que é grave.

**9) Já afirmou, noutras ocasiões, que «a corrupção não tem rosto» e que «nunca anda vestida de corrupção».**

Sim, escrevi um livro com o jornalista José Vegar, intitulado «O Inimigo sem Rosto». Foi uma coisa que me ensinaram quando entrei na Polícia Judiciária (PJ), para trabalhar na Direção Central de Investigação da Corrupção e Criminalidade Económica e Financeira (DCICCEF). Na altura, disseram-me que quando se investiga tráfico de droga, roubos ou crimes violentos, há um rosto e descobrem-se os autores. Na investigação da corrupção é tudo opaco, temos de escavar muito e «partir o vidro» para conseguir chegar ao outro lado da paisagem que parece perfeita, mas não é. Tudo está sempre mascarado; os atos são muitas vezes praticados em nome de uma pessoa coletiva e há a ideia de que não se passa nada. Na corrupção, também não há estigma social (a não ser, por vezes, em situações de pequena e média corrupção); temos essa dificuldade acrescida e por isso é que precisamos ainda mais de especialização e de conhecimento. O Ministério Público está completamente desprovido de ferramentas de trabalho nesse sentido e a nova reforma judiciária também não me consta que vá modificar o cenário atual.

**10) Que ferramentas são mais urgentes?**

Precisamos de peritos, de bases de dados, de pessoas especializadas e dispostas a investir muitos anos da sua carreira nesta área. Sou até defensora de que as pessoas devem ganhar mais quando trabalham na área da prevenção e combate à corrupção, mas nada disto está previsto.

**11) E não há previsão de que passe a estar?**

Não. O futuro vai ser pior.

**12) Porquê? Pela falta de especialização? Pela falta de meios?**

Porque agora não há dinheiro e no tempo em que havia dinheiro, essa especialização não foi promovida. O Ministério Público procedeu a uma especialização que resultou da sua própria organização, mas esta reforma judiciária pode deitá-la a perder com a



criação de Departamentos de Investigação e Ação Penal (DIAPs) de forma dispersiva, o que impossibilita a manutenção do *know-how* que já existia nos DIAPs distritais.

**13) As previsões e necessidades de especialização podem, por isso, não passar à prática?**

É sempre assim, não é a primeira vez. Não vale a pena fazer-me de muito ingénua ou de muito surpreendida. Ficarei surpreendida se algum dia as coisas correrem bem. O normal é correrem mal. Quem não é especializado, olha para um crime que envolva corrupção e nem percebe que está lá o crime; a corrupção nunca aparece enquanto tal, aparece sempre “embrulhada” em negócios, em bens que se pretendem e aos quais não se tem direito. Em sentido figurado, a corrupção é como os cogumelos, variando de cor e de tom consoante as áreas onde aparece, uma vez que se adapta ao contexto que a origina.

**14) A falta de meios está relacionada com os efeitos da crise económica em Portugal?**

A crise agrava as dificuldades mas, no Ministério Público e nos tribunais, sempre vivemos em austeridade, nunca tivemos facilidades. Se já estávamos “no osso”, agora estamos pior.

**15) Concretamente em relação à formação dos jornalistas, acha que faz falta? Deveria existir uma maior aposta nesse sentido?**

Não tenho expectativas nenhuma a esse respeito. Tanto faz. Se tivermos uma boa justiça, ela será refletida nos jornais. Não tenho o discurso do jornalismo judiciário, detesto falar de jornalismo judiciário, acho que é uma perda de tempo. Temos tantos problemas na justiça, que não vale a pena preocuparmo-nos com os problemas dos jornais. Agora há uma enorme concentração da comunicação social; eu sou do tempo em que havia vespertinos, havia algum pluralismo informativo. Neste momento, há uma grande concentração económica, o mercado é muito pequeno, as exigências em relação às redações devem ser enormes e a comunicação social que temos é paupérrima, limitadíssima e, muitas vezes, teleguiada por interesses económicos obscuros.

**16) Dentro da própria comunicação social, podemos ter corrupção?**

Com certeza. Como também temos dentro dos tribunais e dentro das polícia. Se partirmos do princípio de que há setores imunes à corrupção, estamos a querer defender esses setores de investigações. A única atitude perante a corrupção é a de que ninguém está imune. Toda a gente pode ser investigada e toda a gente, em princípio, pode ter uma tentação. Não estou a dizer que toda a gente é corrupta, é completamente diferente; o que estou a dizer é que vivemos num mundo com vírus e que temos que partir do princípio que os vírus nos podem contaminar, de forma a estarmos prevenidos. Na comunicação social, as coisas não estão boas. Os noticiários são muito repetitivos, superficiais, sensacionalistas e, em matéria de corrupção, também são de um

sensacionalismo que, muitas vezes, prejudica a própria visão que se tem da justiça: criam-se imensas expectativas e a montanha acaba por «parir um rato».

**17) Não encontra, portanto, pontos positivos numa aposta no jornalismo judiciário?**

Não resolve nada, não estou preocupada com isso. Se o nosso trabalho fosse um bocadinho diferente, talvez tivesse o jornalismo judiciário tivesse outro peso. Neste momento, é um “jornalismo de feira”, porque os jornalistas só vêm aos tribunais em “dias de feira”, ou seja, quando processos mediáticos. A comunicação social apresenta, muitas vezes, a prática de determinados atos processuais como uma coisa extraordinária ou especial daquele processo, quando são procedimentos de todos os dias, de todos os processos. Mas eu acho que isso já não tem importância nenhuma; não estou nada preocupada com isso, porque o que está para nos acontecer pode ser muito pior.

**18) Poderia ser profícua uma maior “aproximação” entre os agentes da justiça e os agentes da comunicação?**

O Ministério Público deve informar, não se trata de uma aproximação. Já há uma promiscuidade grande entre magistrados e jornalistas, que se traduz no jornalismo das fontes anónimas.

**19) Como se resolve essa questão das fontes anónimas?**

Eu, quando, dou uma informação, autorizo sempre que o meu nome seja colocado na notícia. A maior parte das pessoas não faz isso e passa, muitas vezes, informações interessadas e parciais sobre as suas convicções jurídicas, o que envenena a comunicação social. Também temos tido, até há pouco tempo, uma hierarquia no Ministério Público avessa ao dever de informar. Eu acho que ninguém está subtraído ao escrutínio público e acho que devemos informar corretamente, de forma objetiva e neutra. Quando há processos que suscitam a curiosidade, com ressonância e alarme sociais, devemos transmitir a informação certa, no momento certo, para assim evitar muitas especulações. Já se vai fazendo mais isso; por exemplo, o site da Procuradoria Geral Distrital de Lisboa (PDGL) reúne muitas sínteses de processos, as do DIAP de Lisboa até sou eu que faço.

**20) O facto de a informação estar consultável para o público em geral ajuda a que os processos se tornem transparentes?**

Isso é essencial. Na Procuradoria Geral da República (PGR), em casos importantes, são muitas vezes dadas informações, através do Gabinete de Imprensa da PGR. Defendo que em cada departamento do Ministério Público e em cada tribunal deveria haver uma pessoa responsável por informar a comunicação social sobre julgamentos, adiamentos, acórdãos, testemunhas e pelo envio eletrónico de documentos, de uma forma civilizada, como acontece na maior parte dos países da Europa. Ainda não estamos lá, mas já estamos melhor, apesar de tudo.

**21) Pelas suas palavras, houve então alguma evolução.**

Houve uma evolução positiva nesta matéria; e quando os casos são muito “quentes”, abrimos exceções e damos informações sobre o estado dos processos e sobre o que é que vai acontecer. No Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa, por exemplo, em todos os casos de crime económico-financeiro, crime violento, abuso sexual de menores, cibercrime, quando há despacho final, enviamos uma síntese para o site da Procuradoria Geral Distrital de Lisboa (PGDL), que é público. Em determinados casos, também autorizamos a consulta dos processos.

**22) Nos anos recentes, em Portugal, houve vários casos mediáticos de corrupção. Houve erros, os casos foram mal conduzidos?**

Não posso falar em abstrato, porque os casos não são todos iguais; também não posso falar de processos, uma vez que tenho o dever de reserva. O que posso dizer, em geral, é que o facto de haver uma absolvição ou um arquivamento não quer dizer que tenha havido erros, quer apenas dizer que a prova não se fez no sentido da denúncia. Há casos e casos.

**23) Portugal é um país de corruptos?**

Essa questão nunca pode ser colocada assim. A grande questão é se a corrupção está ou não está sob controlo.

**24) E está sob controlo em Portugal?**

Eu acho que a corrupção não está sob controlo, não há estudos, não há riscos em relação às atividades corruptivas e as sanções não são temíveis. Até agora, o confisco de bens ainda não criou nenhum caso manifestamente exemplar e tudo isso gera fraquezas no sistema penal. Corrupção há em todo o lado; a questão é termos remédios para a combater. Portugal não tem mais corrupção do que a Alemanha ou França; esses países têm tido grandes casos de corrupção e alguns têm acabado mal, mas não criam um impacto tão grande como no nosso país. A questão é que nós não estamos devidamente apetrechados como devíamos estar em função dos objetivos de prevenir e combater a corrupção.

**25) Já mencionou, várias vezes, o modelo holandês enquanto referência em termos de comunicação. Na Holanda existe o Kit Press, uma espécie de kit de informação fornecido à imprensa, quando os processos suscitam grande curiosidade por parte da opinião pública.**

Sim, é a possibilidade de cada departamento ir dando uma evolução cronológica dos processos que são considerados importantes. Em Portugal, o que temos de mais

parecido são as notícias no site da Procuradoria Geral Distrital de Lisboa (PGDL), ainda que não seja bem o mesmo modelo.

**26) Mas esse seria um modelo difícil de adotar?**

Não seria nada difícil, até é simples demais. Mas as coisas muito simples, ninguém quer.

**27) Acha que esse jornalismo poderia ser uma espécie de «denunciante» de casos de corrupção política?**

Sim. Mas essa «denúncia» também cabe à sociedade civil. Os jornalistas podem ter um papel importante, se forem denúncias honestas, se não forem denúncias teleguiadas por determinados interesses económicos ou eleitoralistas. Atribuo à imprensa um papel importante, pelo menos em abstrato, na denúncia de casos concretos. Essas denúncias podem espoletar investigações criminais. Houve muitos casos que chegaram ao Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa através da comunicação social e que levaram a que instaurássemos, depois, o respetivo processo. Enquanto isso puder acontecer, acho que tem que ser defendido. Aliás, a Convenção Penal contra a Corrupção da ONU sublinha a importância dessa participação, no artigo 13.

**28) Considera-se um revolucionária pelo facto de falar, de forma clara, sobre assuntos nem sempre consensuais?**

Sempre falei e sempre defendi que a justiça é feita para as pessoas; como tal, temos que manter uma ligação com a comunidade. Vivemos num mundo global e essa relação tem que ser intermediada pela comunicação social. Nos anos 80, era um escândalo, mas eu nunca recuei; eu era o «Gabinete de Imprensa» do Tribunal da Boa Hora; no final, já eram os próprios juízes que iam ter ao meu gabinete a pedir para transmitir determinadas informações aos jornalistas. Para mim, a comunicação é como o ar que respiro.

**29) Considera que há falta de vontade por parte de magistrados ou de agentes da justiça quando se trata de informar?**

Não se sabe lidar com isso; não existe uma formação cultural nesse sentido. É muito mais cómodo não dizer nada ou então ficar a falar ao telefone, de forma promíscua, em *off*, como fonte anónima. É sempre muito mais cómodo; dar a cara «queima» um bocado neste país. «Queimava»... agora menos, porque os hábitos mudaram e a cultura dentro do Ministério Público alterou-se um pouco mas, mesmo assim, ainda não é algo que seja muito bem visto.

**30) Mas estamos melhor ou pior do que estávamos há 20 anos em termos da comunicação de casos de justiça ?**

Estamos melhor, com certeza. Houve uma evolução para melhor, não tem comparação. Já há pessoas que percebem que não podem fugir à informação e ao escrutínio públicos; há dez anos, isso era impensável.

## **Entrevista n.º5**

**Rogério Alves**

**Advogado**

### **1) Qual é, neste momento, o maior desafio que a justiça portuguesa enfrenta?**

No momento em que escrevo esta resposta (2014-09-20), o maior desafio que a justiça portuguesa enfrenta, consiste, como é público e notório, em se instalar devidamente, após toda a confusão gerada pela alteração do mapa judiciário e, concomitantemente, sair da linha de fogo crítico (e muito pouco amigo) onde se colocou. Saindo desta amarga conjuntura e situando-nos no quadro geral do tema – corrupção política em Portugal: o jornalismo judiciário como denunciante? - direi que o maior desafio que a justiça portuguesa enfrenta é o de se conseguir manter num oásis de serenidade em tempos de avantajada crise. Um desafio que a faça ser uma justiça em tempo de cólera, que não se deixa encolerizar. A administração da justiça tem de ser serena, objetiva, profunda, sustentada, feita de contraditório, criando um espaço higienizado, onde se desenvolvam direitos e deveres, de acordo com as regras de um estado de direito. Em tempos de violentas dificuldades económicas, perante o desmoronamento sequencial do universo financeiro e a descrença universal nos homens públicos, num abraço que envolve governantes e opositores, desgastados em níveis muito semelhantes, florescem a inveja, o populismo, a demagogia e o justicialismo sanguinário e irracional. Conseguir resistir a este perigoso caldo, será o maior desafio da nossa justiça (vista aqui, acima de tudo, na sua vertente criminal). Em suma: a justiça tem de se manter racional, fria e justa no meio da turbulência que a envolve.

### **2) Qual é, da sua experiência enquanto advogado, a percepção que o povo português tem relativamente à corrupção política?**

O povo português sempre teve uma noção de corrupção (aqui tomada num sentido literal que não coincide, forçosamente, com o da norma penal) mais próxima do que se designaria por um certo amiguismo, feito de benefícios recíprocos entre quem detém o poder. Este tipo de amiguismo tem o seu zénite no denominado “centrão” ou bloco central de interesses, que se analisa, basicamente, na sensação de que são sempre os mesmos que detém os mecanismos de poder e que dele beneficiam em todas as suas virtualidades e concretizações. Apesar de sermos uma democracia representativa e de exercermos, à cedência prevista na CRP o nosso direito de voto, criamos, enquanto coletivo nacional, um fosso intransponível entre nós e “eles”. Estes “eles” são o tal conjunto de escolhidos – no duplo sentido de beneficiarem dos votos que os elegem, mas de serem, também, uma espécie de ungidos -, que domina o universo político, económico, social e todos os demais relevantes. Esta visão, porém, tem vindo a sofrer o que nos inevitáveis anglicismos se chamaria um “up grade”. Ocorrências mais ou menos

recentes têm vindo a patentear uma outra forma mais estrita de corrupção, que consiste no aproveitamento indevido de grandes vantagens financeiras, como contrapartida de atos lícitos e ilícitos. Este refrescar da noção em causa, trazido à liça por notícias internas e externas, reforçou o antagonismo contra a corrupção e a condenação. De uma coisa que às vezes até se afigurava venal (uns favores mais ou menos congénitos à nossa maneira de ser), passou-se para um nível superior de gravidade. As dificuldades generalizadas vividas pela população, o crescimento impensável das cargas fiscais, a frustração das expectativas dos pensionistas, a desvitalização do estado social e a noção de que, este sortido de desgraças nasce do mau governo e dos maus governantes, que poderão ter-se aproveitado em proveito próprio e alheio de dinheiro comum, aguçaram a reprovação pública do fenómeno.

**3) Tomando como ponto de partida o recente acórdão do processo *Face Oculta*, como avalia, de um modo global, o estado e o trabalho da justiça em Portugal?**

O acórdão Face Oculta que, além do mais, não conheço, não pode ser o barómetro do trabalho da justiça em Portugal. Visto de fora, parece ter estabelecido um conjunto de penas com uma especial severidade, seja na sua dose, seja, até, porque não foram suspensas. Mas, repito, trata-se de uma análise cega, que só compara o número de crimes dados como cometidos e a tal dureza das penas. Já disse várias vezes, que as sentenças dos nossos tribunais, mesmo quando erradas, são sempre honradas. Com os meios disponíveis, o volume processual copioso, o défice de especialização, a crescente complexidade das matéria submetidas a juízo e a turbulência conjuntural que acrescenta confusão (o mapa judiciário na sua inenarrável instalação), a justiça merece, ainda assim, nota positiva, sobretudo pelo esforço e pela honradez de quem nela trabalha. Mas seriam precisas leis mais claras e simples, sobretudo no paradigma processual, que nos dessem instrumentos do século XXI colocados ao serviço da função de julgar. Há muito, muito mesmo a fazer.

**4) Considera que o processo Face Oculta poderá ser, no futuro, um caso de estudo dos pontos de vista jurídico e social?**

Provavelmente sim. O processo, visto de fora, ou seja, sem uma análise objetiva da decisão em termos jurídicos e, por isso, sem a criticar nos seus fundamentos e no seu dispositivo, transmite algumas mensagens, que irão ser outras tantas pistas de discussão a acompanhar com atenção. Será que há uma dureza excessiva para com os políticos? Será que pessoas com responsabilidades públicas, atuais ou pretéritas, terão mais dificuldades no exercício dos seus direitos? Será que a investigação se vai tornar mais célere e processualmente eficaz a sua defesa? Qual o nível de certeza que terá de subjazer a uma condenação em casos como este? Em que medida fenómenos extrínsecos ao processo o podem influenciar, a pretexto de uma espécie de prevenção geral, que funciona como um dínamo de aumento do castigo? Será que o apetite

justiceiro, que costuma disfarçar-se de justiça, vai impor mexidas na lei, que debilitem, ainda mais, os direitos dos arguidos? Veremos.

**5) No seu entender, o Face Oculta poderá servir de exemplo para evitar a propagação da corrupção em Portugal?**

Pelo menos ficou a saber-se, de uma forma porventura inédita, que a condenação por crimes deste jaez podem ser pesadíssimas, ao contrário do que, pelo menos na *vox populi*, era corrente dizer-se, E isto não deixará de causar algum temor.

**6) Nem sempre é fácil lidar com o binómio segredo de justiça/dever de informar. Que cuidados são, no seu entender, indispensáveis?**

Como já referi milhões de vezes, há uma distinção essencial que tem de ser estabelecida e que, inexplicavelmente, continua por ser feita: uma coisa é o processo, outra coisa é o assunto. No que aos assuntos diz respeito é livre a indagação jornalística, dentro, obviamente, do respeito pela lei. No que ao processo diz respeito, há os limites impostos pelo segredo de justiça. Quando fui bastonário, empenhei-me, com sucesso, numa reforma do CPP, que reduziu o segredo de justiça a limites aceitáveis. Passou de regra a exceção, foi reduzido na sua duração e foi mitigado na sua dureza. Só deve ficar em segredo de justiça, o que, fazendo parte do processo, deva ser assim mantido, para defesa do bom nome das pessoas, assistentes, arguidos ou outros intervenientes, ou a qualidade e a integridade das investigações.

**7) O jornalismo judiciário pode posicionar-se como «denunciante», nomeadamente, de casos de corrupção política?**

Claro que sim. Se um jornalista denuncia um político que, ganhando 3 mil euros, vive como quem ganha 50 mil, poderá estar na origem de um processo. Isso, sobretudo, se o ficcionado política, não explicar, no plano político e da indagação pública, a discrepância entre padrão de vida e montante de réditos. Creio mesmo que o jornalismo livre, mas responsável e consciente, tem uma enormíssima utilidade na denúncia de casos de corrupção.

**8) De uma forma geral, considera que os casos de corrupção política têm tido uma cobertura mediática rigorosa em Portugal, ao longo dos últimos anos?**

Não. Creio que se anda muito serventuário da especulação, da pulsão para os sound bytes e as manchetes, a superficialidade e, nalguns casos, a falta de rigor. Note que isto nem sempre é culpa de quem opera no espaço mediático, mas, também, da incrível falta de clareza com que os homens públicos falam e, consequentemente, se explicam. Acresce que, em Portugal, há uma doentia propensão para tornar o debate público destes

temas, totalmente serventuário do debate judiciário. Por exemplo: Importa mais saber se A ou B é arguido, foi acusado ou será condenado, do que saber, exatamente, o que ele fez. O segredo de justiça na dia forma pré-histórica, que vigorou até 2007 e ainda resiste nas mentes de muitos, habitou-nos à especulação, porque a informação estava em segredo. Temos de mudar estes hábitos.

**9) Os jornalistas têm também um papel de combate e/ou prevenção da corrupção política?**

Claro que sim. As notícias, em regra, não são neutras e a atividade jornalística tem relevo público evidente.

**10) Quais são os métodos a seguir para melhorar a qualidade da comunicação da justiça em Portugal?**

Formação, deontologia profissional, punição dos prevaricadores. Criação de um gabinete de imprensa atuante junto dos conselhos e da PGR.

**Entrevista n.º6**

**Teófilo Santiago**

**Ex-Diretor da Polícia Judiciária de Aveiro**

**1) Considera que, com as devidas distâncias, e salvaguardando questões essenciais como o segredo de justiça, o jornalismo e, no caso, o jornalismo judiciário, pode «denunciar» casos de corrupção?**

Isso é uma realidade. Aquilo que nós designamos de fontes abertas, em que se colocam, naturalmente, os meios de informação, podem ser e são, muitas vezes aproveitadas para iniciar investigações, verificar se as situações que o jornalismo traz ao conhecimento público são suscetíveis e merecem uma investigação de natureza criminal.

**2) Muitas pessoas consideram que são dois mundos completamente separados e que a justiça tem que estar de um lado e o jornalismo de outro. Outras vozes têm manifestado uma maior defesa numa aproximação, dentro dos limites da lei.**

Na minha perspetiva, desde que haja o interesse público e o respeito pela ética e naturalmente pela lei, não vejo que haja lugar a esse preconceito. Promiscuidade é um pouco diferente. Desde que não haja promiscuidade, desde que haja respeito e cada um saiba perfeitamente os campos em que se deve mover, sem manipulações, não há que ter preconceitos. Nós estamos muito agarrados a uma teia, a um estigma que se lança sobre as polícias em função do nosso passado da ditadura. Os polícias e os investigadores



criminais, as entidades judiciárias são parte integrante da sociedade e portanto têm que se interrelacionar.

**3) Diz-se, muitas vezes, que a corrupção e o crime económico são muito difíceis de investigar. Usando uma expressão que a Dra. Maria José Morgado usou já por várias vezes publicamente, «a corrupção não tem rosto» e por isso torna-se um crime de difícil investigação. Esta investigação do *Face Oculta* provou que é possível fazer-se um bom trabalho e isso já foi várias vezes referido. A corrupção é de facto um crime difícil de investigar?**

É inquestionável que tem dificuldades acrescidas. No crime económico, porque a corrupção é apenas uma vertente do crime económico, temos aquilo que designamos por crime organizado, é feito na sombra dos gabinetes, longe do olhar das pessoas. A maior dificuldade é que na maior parte das vezes, as situações só chegam ao conhecimento das autoridades passados anos, depois de terem passado por múltiplos crivos. Quando chega ao conhecimento, já está tudo «mastigado», está tudo ultrapassado. É o que alguns também designam «investigação arqueológica», o que leva naturalmente uma certa perda de interesse. Diferente foi esta situação em concreto do *Face Oculta* porque reuniram-se uma série de circunstâncias que ajudaram ao bom resultado da investigação. O caso chegou-nos diretamente, fomos nós que verificámos a existência de elementos suscetíveis de apontar para uma atividade criminoso. Portanto, isso ficou no nosso seio e possibilitou-nos, no fundo, estar a investigar em cima dos acontecimentos. No fundo, a atualidade foi essencial, acrescida de haver uma discrição absoluta, sigilo absoluto, não se discutia a situação aí por fora porque, reconhecendo que é um direito dos órgãos de comunicação noticiar (e até uma obrigação), isso perturba a investigação porque alerta os criminosos.

**4) Houve essa manutenção da investigação sigilosa. Isso ajudou ao sucesso da investigação?**

Foi determinante. Se assim não fosse, naturalmente muitos dos protagonistas dos atos criminosos já realizados teriam feito todos os possíveis para apagar rasto ou não possibilitar o seu apuramento absolutamente claro. Possibilitou-nos fazer todo um trabalho investigatório de recolha documental e acompanhamento da vontade das pessoas através das escutas telefónicas, mas também, porque isso é apenas um instrumento, vigilâncias e acompanhamentos de encontros onde acordavam determinado tipo de ilícitos que a seguir se vinham concretizar. Isto é o que eu designo de investigação praticamente em direto, de forma sigilosa e com uma equipa coesa e que estava motivada para esse efeito. Depois, claro, fundamental foi uma perfeita articulação com o Ministério Público.

**5) O caso *Face Oculta* veio a público a 28 de Outubro de 2009, enquanto foram feitas buscas em 30 locais. Essa data marca a divulgação deste caso.**

Marca a divulgação pública, o que não quer dizer que tenha acabado a investigação. Tivemos duas fases: a fase absolutamente sigilosa, em que os protagonistas desconheciam que havia uma investigação; depois, por força do *timing*, a informação

tornou-se pública, mas houve esse cuidado, essa ação conjunta, concertada, imediata, que permitiu preservar o essencial daquilo de que nós já tínhamos conhecimento. A ação em si, no dia 28, com essa dimensão e tendo sido no mesmo dia, em simultâneo, possibilitou preservar as provas que sabíamos que existiam.

## **II – Entrevistas – Campo dos *Media***

### **Entrevista n.º1**

**Carlos Magno**

**Presidente do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC)**

#### **1) Qual é, neste momento, o maior desafio que a ERC enfrenta?**

Autorregular-se para entrar no digital. Mais do que um órgão fiscalizador ou castigador, a ERC deve ser, no futuro, um certificador de qualidade. A ERC tem que pensar digital. Ter uma filosofia digital. Acompanhar a metamorfose do analógico para o digital, sobretudo nesta fase intermédia que o sistema mediático está ainda na fase da crisálida.

#### **2) A ERC tem registado muitas reclamações relativas a comportamentos passíveis de violarem direitos, liberdades e garantias ou as normas legais aplicáveis às atividades de comunicação social?**

A ERC tem recebido queixas sobre tudo e sobre nada. Fazer a triagem daquilo que aqui entra é fundamental. Para mim, as mais sérias queixas são aquelas que dizem respeito a Direitos Humanos fundamentais que todos os dias são violados no espaço mediático sem que cidadãos, poderes públicos e reguladores reparem. António Barreto, por exemplo, escreveu que um programa desportivo onde se entrevistavam bêbedos era um atentado aos direitos humanos. Referia-se a um programa chamado Liga dos últimos na RTP mas ninguém levou essa acusação a sério. Foi ainda antes de este Conselho Regulador tomar posse. Aceitei vir para aqui porque me identifico com as posições que o António Barreto define como fundamentais para uma sociedade decente. Não quero uma ERC moralista nem tomar posições casuísticas conforme os casos políticos que aqui vão chegando. Acho que a grande lei orientadora da ERC deve ser a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Depois bastaria obrigar os órgãos de comunicação a cumprir os seus próprios estatutos editoriais.

#### **3) Como olha para o panorama atual do jornalismo judiciário em Portugal? Podemos afirmar a existência de um verdadeiro jornalismo judiciário?**

Não. Acho que podemos falar mais de um judicialismo jornalístico. A agenda mediática continua a ser mais marcada pela perspectiva dos diversos interesses judiciais do que pela visão editorial que os jornalistas deviam ter dos casos e conflitos que desaguardam nos tribunais

**4) Tomando como base o recente acórdão do processo Casa Pia. Na sua percepção, o público foi corretamente informado pelos diversos órgãos de comunicação social?**

Não. Alguns órgãos foram percebendo que o escândalo se estava a sobrepor aos factos. Houve muita opinião especulativa e pouca informação certificada quando o caso surpreendeu a opinião pública pelas páginas da política. Primeiro foi a vedetização das vítimas. Depois a decapitação da liderança do PS e mais tarde a amálgama de protagonistas com magistrados, polícias e advogados que discutiram nas televisões um drama real como se fosse ficção. A certa altura misturou-se a Casa Pia com o Caso Maddie e até houve jornalistas portugueses a entrevistar enviados especiais dos tabloides britânicos ao Algarve. Como diria um espectador racional, os juizes finais teriam sempre dificuldade em terminar o filme porque o guionista estava bêbedo.

**5) Considera que a criação de gabinetes de imprensa nos tribunais poderia ajudar os magistrados e, conseqüentemente, os jornalistas a informarem de um modo mais rigoroso?**

Talvez. Mas o mais importante seria separar o poder judicial do poder editorial. E impedir que o primeiro controle o segundo. A separação de poderes entre magistrados e editores ou entre polícias e jornalistas devia levar-nos a estabelecer regras de conduta tão rígidas como as que supostamente existem entre a política e o jornalismo.

**6) Nem sempre é fácil lidar com o binómio segredo de justiça/dever de informar. Que cuidados são, no seu entender, indispensáveis?**

A notícia não deve depender do que é segredo mas do que é factual na procura da verdade. O dever de informar decorre do facto de estar devidamente informado. Sem dúvidas. Quando se utiliza uma informação que está em segredo de justiça deve explicar-se a sua relevância para a clarificação dos factos e nunca servir-se dela apenas para exibir informações confidenciais obtidas em fontes que têm interesse no processo.

**7) A questão da divulgação das escutas telefónicas tem levantado alguma polémica em Portugal. Como considera que pode ser atenuado este ponto?**

Pessoalmente, sempre o disse, sou contra as escutas. Todas. Mesmo que sejam legais. Repugna-me a ideia de divulgar publicamente uma conversa telefónica entre pessoas que tem o direito de falar livremente entre si. Em Portugal acho que só eu e o António Barreto dissemos sempre isto. Ele de forma muito mais insistente e indignada. Eu acho

que as escutas em Portugal se transformaram num negócio e que já há códigos para quem, sabendo que está a ser escutado, chega a manipular os escutadores.

**8) O que é necessário para que Portugal evolua em matéria de comunicação da justiça?**

Que a justiça seja clara. Que o Direito sirva para fazer justiça e (como diz Dworkin) o importante era que levássemos os Direito (e os direitos) a sério. Todos. O problema é que a linguagem do direito se transformou num juridiquês mais bárbaro do que o economês e o politiquês. Tudo misturado com um futebolês crescente que contamina o discurso público tal como as claques da bola já contaminaram a fita da queima das propinas.

**9) Concorda com a especialização dos jornalistas?**

Concordo com a formação profissional contínua. Acho que um jornalista não pode ser só especialmente especialista em especializadas especializações específicas que lhe tiram a visão global da informação que ele deve saber enquadrar.

**10) Há quem considere que, em Portugal, o jornalismo é demasiado baseado em fontes, não raras vezes, anónimas. Partilha dessa opinião?**

É óbvio que as fontes em Portugal se profissionalizaram enquanto que os jornalistas se proletarizaram. Este movimento asfixiou a liberdade editorial mas todos nós sabemos que, no fundo, uma fonte deixa sempre a sua impressão digital na notícia.

**11) Concorda com o facto de alguns jornalistas se constituírem assistentes em processos judiciais?**

Não. Porque perdem a independência e podem transformar-se em partes perigosamente ululantes de tribunais populares

**12) O jornalismo judiciário pode posicionar-se como «denunciante», nomeadamente, de casos de corrupção política?**

Não gosto particularmente da palavra “denunciante”. A corrupção política deve ser notícia se for um facto. Denunciar não é informar nem noticiar. Temos que ser rigorosos nas palavras que remetem para a esfera semântica do jornalismo. Denunciar é alertar para a necessidade de investigar. O jornalismo pressupõe a disciplina da verificação. E da confirmação. Denunciar é geralmente o primeiro passo para a abertura de um processo. Denunciar à opinião pública pressupõe que já se fez investigação. Quando o jornalismo queima etapas ou inverte processos corre o risco de deixar de ser jornalismo

**13) De uma forma geral, considera que os casos de corrupção política têm tido uma cobertura mediática rigorosa em Portugal, ao longo dos últimos anos?**

Não tenho a certeza. Ou melhor, tenho cada vez mais certezas nas minhas dúvidas. Basta lembrar o caso Freeport. Quando ele nasceu no extinto jornal Independente, nas vésperas de umas eleições legislativas que opunham Sócrates a Santana Lopes, o caso morreu 24 horas depois. Toda a gente percebeu que era uma peça para a campanha

eleitoral. Sócrates ganhou com maioria absoluta e até houve denunciante condenado por supostamente terem fabricado a denúncia. Dois anos depois, já com Sócrates a baixar de popularidade, o caso regressou com toda a violência porque o protagonista tinha passado de herói a vilão. Descobriu-se entretanto um sucateiro em Ovar que desviou tudo para o chamado processo Face Oculta. Analisados ambos os processos percebe-se que os mesmos factos tiveram diferentes interpretações em diferentes momentos e que a opinião pública foi usada como cobaia colectiva sem memória.

**14) Pode o jornalismo assumir uma função, além de «denunciante», pedagógica?**

O jornalismo é informação. Explicação e enquadramento. Não acho que o jornalismo deva ser denunciante nem pedagógico. O jornalismo é uma atividade profissional que pressupõe uma ética, uma técnica e uma estética. Fazer jornalismo é divulgar factos e partilhar opiniões. Não me parece que fazer jornalismo seja o mesmo que dar aulas ou julgar cidadãos.

**15) Pode dizer-se que os jornalistas têm também um papel de combate e/ou prevenção da corrupção política?**

O papel do jornalismo é dar notícias. A corrupção é matéria noticiável. Se ao dar a notícia se combater a corrupção, acho que essa consequência é naturalmente positiva. Se alguém quer ser jornalista só para combater a corrupção é melhor ir para polícia.

**16) É possível e desejável que jornalistas e agentes da justiça agilizem a comunicação entre si, mantendo a indispensável imparcialidade, de modo a levar ao público uma informação o mais rigorosa possível?**

A palavra agilizar pode servir para fazer trafico de informações. Agilizar, no sentido de tornar mais ágil, facilita a circulação da informação. Mas deixa um jornalista dependente do interesse do facilitador. Facilitar, muitas vezes, é poupar trabalho. Não acredito num jornalismo sem trabalho editorial duro e seguro. Acho que um jornalista não pode deixar-se levar por fontes anónimas nem por cínicos que gostem de fazer justiça pela mão de idiotas úteis. Há uma regra não escrita no código deontológico que diz que um cínico não pode ser jornalista. O jornalismo pode transformar-se numa pura psicopatia do quotidiano se o jornalista perder o super-ego que lhe impõe o seu próprio código profissional. Agentes da justiça profissionais e jornalistas profissionais nunca terão conflitos de interesses se perceberem que, muitas vezes, têm interesses conflituantes. Prefiro profissionais que defendam a justiça do que simplificadores de informações que tornem a notícia mais complexa do ponto de vista da sua pureza genética ou bacteriológica

**Entrevista n.º2**

**Eduardo Dâmaso**

**Diretor Adjunto do Correio da Manhã**

**1) Como olha para o panorama atual do jornalismo judiciário em Portugal? Temos um verdadeiro jornalismo judiciário?**

Não sei muito bem o que é o ‘jornalismo judiciário’. Para mim, há apenas jornalismo. Pode ser mais especializado em economia, ambiente, ciência, justiça mas é só jornalismo. O conceito de ‘jornalismo judiciário’ remete para uma ideia de comunidade entre jornalistas, magistrados, advogados, oficiais de justiça, que nem sempre é saudável no jornalismo em geral. Retira capacidade crítica, exigência de análise distanciada e independência. O jornalismo que perde a independência em relação a qualquer tipo de poderes, formais ou informais, é um jornalismo condenado a desaparecer. O que deve haver é um jornalismo especializado mas sempre pautado pelas regras técnicas básicas. E hoje há um jornalismo especializado em justiça que é bom. Os principais diários portugueses, os semanários e as revistas têm excelentes jornalistas com boa formação na área da justiça.

**2) Considera que a criação de gabinetes de imprensa nos tribunais poderia ajudar os magistrados e, conseqüentemente, os jornalistas a informarem de um modo mais rigoroso?**

A criação de gabinetes de imprensa ou porta-vozes seria uma boa medida. Apesar de alguns avanços, a comunicação expedita entre tribunais e comunicação social não é a regra. Muitos tribunais e outras instituições judiciais não têm a sensibilidade necessária para compreender a natureza e a rapidez do trabalho jornalístico. Nos jornais trabalha-se ao segundo, para o dia seguinte, com a pressão própria dos fechos de jornal, da hora dos noticiários de televisão e rádio. Nos tribunais, o ritmo é diferente. Tem de haver canais de comunicação mais expeditos, até para evitar, tantas vezes, omissões e interpretações erradas que podem gerar notícias menos rigorosas. O novo mapa judiciário tem um mecanismo de responsabilidade e gestão entregue aos juiz presidente da comarca ou aos responsáveis do Ministério Público que pode ajudar muito.

**3) Diz-se, muitas vezes, que o tempo da justiça é diferente do tempo da comunicação social. Em que âmbito se revela essa diferença?**

O tempo do jornalismo é para ontem... A justiça tem exigências e liturgias processuais que raramente se compatibilizam com as necessidades da comunicação social. Todavia, já existem na lei os mecanismos necessários que permitem uma aproximação dos tempos, pelo menos quando o esclarecimento, sobretudo na área do processo penal, é a melhor solução para todos. O jornalismo terá sempre uma matriz de instantâneo e a justiça um traço identitário reflexivo. Nunca mudará nem uma coisa nem outra. Por isso, é melhor encontrar na lei as possibilidades de comunicação entre um mundo e o outro, o que se concretiza plenamente quando são dados esclarecimentos públicos ao abrigo do artigo do CPP que o permite. É um bom exemplo!

**4) Como lidar com o binómio segredo de justiça/dever de informar, nomeadamente no que toca à divulgação de escutas telefónicas?**

Sou plenamente a favor da divulgação de escutas telefónicas quando o interesse público tem de ser defendido. Recordo alguns exemplos. No caso Apito Dourado aconteceu algo que nunca poderia ter acontecido numa justiça independente. Os coordenadores da PJ que lideraram a investigação foram afastados por razões políticas e uma parte do processo começou a morrer aí. A mistura entre interesses políticos e desportivos revelou-se explosiva, abrindo caminho a uma evidente necessidade de procurar respostas satisfatórias para o interesse público. Percebeu-se aí que havia zonas de grande penumbra e promiscuidade na relação entre dirigentes desportivos e membros do governo de então. No caso Face Oculta tanto a Polícia Judiciária como o Ministério Público propunham investigar o crime de atentado ao Estado de Direito no contexto do chamado ‘negócio PT/TVI’ e isso foi travado de forma escandalosa pelo então procurador-geral da República e pelo presidente do Supremo Tribunal. Neste caso, verificou-se uma estranha transição do direito penal para o direito administrativo com o objetivo de enquadrar a situação processual do ex-primeiro-ministro Sócrates. As razões nunca foram claras. Numa área tão sensível para a saúde de uma democracia e para a equidade de tratamento de todos os cidadãos perante a justiça, este caso é um triste episódio. As escutas do processo Face Oculta foram totalmente legítimas, a sua validação foi inatacável e serviram de sustentação da prova no julgamento em que foram condenados os arguidos. Se foram válidas neste caso porque foram arredadas no negócio PT/TVI? Face a esta e tantas outras dúvidas a sua divulgação foi inteiramente legítima.

**5) Concorda com a especialização dos jornalistas na área da justiça?**

Sim. Tanto como com a especialização em economia, ambiente, saúde, etc. O conhecimento ajuda ao rigor e nunca ocupa espaço a mais.

**6) Há quem considere que, em Portugal, o jornalismo é demasiado baseado em fontes. Partilha dessa opinião?**

Qual é o jornalismo que não é baseado em fontes? Só se for asséptico ‘jornalismo de divulgação’ que é, basicamente, a noção que os poderes em geral têm do jornalismo. Querem um jornalismo de pé de microfone que não olhe para lá da cortina. Em Portugal, a relação da liberdade de expressão e da liberdade de informação não é um valor culturalmente adquirido como, por exemplo, se verifica na democracia norte-americana, onde a sua vinculação constitucional a uma ideia de Estado de Direito Democrático é essencial. As fontes são essenciais para tratar factos. Não devem ser utilizadas para canalizar meras opiniões. As opiniões devem ser assumidas por quem as tem. O caso Watergate consagrou a teoria da tripla confirmação de factos e é por aí que o jornalismo deve ir. Em Portugal, verifica-se uma diabolização do uso das ditas fontes por várias razões. Há um ensino e uma investigação do jornalismo muito medíocres. Não raras vezes, quem leciona, investiga e publica são ex-jornalistas que nunca foram para lá da mediania ou têm uma vinculação clara a interesses políticos. Temos, aliás, casos tão interessantes como os de ex-assessores políticos que foram jornalistas e fizeram teses a dar uma dimensão ‘científica’ à manipulação pura e simples que faziam da informação e dos jornalistas. Esses são os que diabolizam o jornalismo de fontes.

**7) Relativamente às fontes anónimas, concorda que elas sejam utilizadas e citadas?**

Concordo que sejam utilizadas quando tratamos factos e não opiniões.

**8) Existe promiscuidade entre os dois mundos – justiça e jornalismo?**

Não conheço casos. Pelo contrário, conheço dezenas de casos de promiscuidade entre jornalismo e políticos. Conheço dezenas de casos de promiscuidade entre jornalistas e empresários. Conheço dezenas de casos de verdadeiro tráfico de influências praticado a coberto das chamadas ‘comunicação empresarial’ ou ‘comunicação política’.

**9) Concorda com o facto de alguns jornalistas se constituírem assistentes em processos judiciais?**

Concordo plenamente. Aliás, na esmagadora maioria dos casos que conheço os jornalistas e os jornais constituíram-se assistentes em verdadeira legítima defesa. Quando se percebe o que se passou no chamado negócio PT/TVI, em que estava a ser fabricada uma verdadeira concentração da propriedade de vários media com fins políticos, não vejo que os jornalistas pudessem agir de outra maneira.

**10) O jornalismo judiciário pode posicionar-se como «denunciante», nomeadamente, de casos de corrupção política?**

Não só pode como deve! Se isso não acontecesse não se conheceria a maior parte dos escândalos que atravessaram estes 40 anos de democracia.

**11) Os jornalistas estão devidamente protegidos, do ponto de vista legal, para lidarem com este tipo de casos? Deveria existir um quadro de protecção mais sólido?**

O que deveria acabar é o verdadeiro estado de exceção na forma como são tratados os ‘crimes dos jornalistas’. Os seus processos judiciais são mais céleres do que os outros, fruto do acordo firmado entre PS e PSD no ‘Pacto de justiça’ de má memória. São escrutinados pelo mercado, pela lei penal e civil, pela lei administrativa e por entidades tão diversas como a Comissão da Carteira, o Conselho dentológico e a famigerada ERC.

**12) De uma forma geral, considera que os casos de corrupção política têm tido uma cobertura mediática de qualidade em Portugal, ao longo dos últimos anos?**

Sim. A cobertura mediática dos casos de corrupção têm tido uma boa cobertura e, aliás, se ela não tivesse existido não teríamos hoje a noção do problema que este crime representa para a democracia portuguesa. Basta lembrar que saímos de um resgate financeiro, em que temos uma economia anémica, bancos a falir por verdadeira promiscuidade entre interesses económicos e políticos, em que a fatura que os contribuintes pagam por este ‘buracos’ é a conhecida, e grande parte desta realidade é tributária de um clima de corrupção muito marcante. O enriquecimento ilícito é hoje um debate incontornável na sociedade portuguesa.



**13) Pode o jornalismo assumir uma função, além de «denunciante», pedagógica?**

O jornalismo que denuncia a corrupção e o abuso de poder é, em si, pedagógico. Obriga a repensar leis, comportamentos, práticas administrativas. Se não fosse, o debate político sobre a corrupção estaria ainda na idade média.

**14) O Correio da Manhã tem uma rotina em torno dos temas da justiça? Como é definida a agenda do jornal nesta matéria?**

Tem uma opção editorial clara. Os temas de justiça são uma opção prioritária a todos os níveis. Por isso, tanto damos espaço aos ditos ‘casos’ como às reformas. Ainda há poucas semanas publicámos ao longo de vários dias os traços essenciais do novo mapa dos tribunais e, também, acompanhamos diariamente os problemas do sistema informático.

**15) Pode dizer-se que os jornalistas têm também um papel de combate e/ou prevenção da corrupção política?**

Em Portugal, os jornalistas e o jornalismo têm tido um grande papel nesse combate/prevenção. Sem eles, a criminalização do tráfico de influências, que ocorreu apenas em 1995, teria sido muito mais tardia. Sem eles, a quase impossibilidade de produção de prova, neste crime, nunca teria sido denunciada. Os exemplos são às dezenas.

**16) Quais são as dificuldades mais frequentes para um jornalista que acompanha uma investigação judiciária ou um julgamento, no tribunal?**

Habitualmente a incompreensão judicial sobre a missão de informar. A informação chega tarde ou não chega, a lei da rolha é uma permanente tentação. Os últimos 20 anos, porém, não se podem comparar ao tempo em que comecei a ser jornalista (1981), em que tudo era muito mais difícil.

**17) É possível e desejável que jornalistas e agentes da justiça agilizem a comunicação entre si, mantendo a indispensável imparcialidade, de modo a levar ao público uma informação o mais rigorosa possível?**

Manter a imparcialidade é essencial. Para uns e para outros. Disso depende a credibilidade de uns e outros.

**18) Como classifica a cobertura mediática que se tem feito do caso Face Oculta, sobretudo nos últimos dias, depois de lido o acórdão do processo?**

Penso que foi exemplar. Desde o inquérito ao julgamento.

**Entrevista n.º3**

**José António Cerejo**

**Jornalista do Público**

### **1) Podemos falar sobre a existência de um jornalismo judiciário em Portugal?**

Não sendo eu teórico nestes temas, sendo simplesmente um soldado do meu ofício, não responderei em termos teóricos. Nos últimos tempos, esse conceito de jornalismo judiciário tem aparecido na linguagem corrente, nomeadamente no jargão interno das redações, num sentido em que se reporta fundamentalmente ao tratamento e à cobertura de assuntos que estão a ser objeto de investigação e de análise judiciais. Trata-se de um tipo de informação que incide muito no trabalho de investigação das polícias e do Ministério Público (MP) e que tem como fontes fundamentais essas mesmas polícias e o MP. Há jornalistas em Portugal que se têm «especializado» nesse tipo de trabalho. Mas penso que não será o jornalismo judiciário aquele que vai mais no sentido da corrupção política e sua «denúncia».

### **2) O que é, para si, o jornalismo judiciário?**

É um jornalismo que anda muito atrás dos processos judiciais, do que está a ser investigado, do que já se concluiu; por vezes revelam-se dados importantes que estão nos processos, em segredo de justiça ou não. Com efeito, acontece muitas vezes quando os processos estão em segredo de justiça, com todos os problemas e reservas que tal situação pode suscitar. O jornalismo judiciário vai buscar muita informação a processos que não estão em segredo de justiça, que são portanto de domínio público, mas que têm informação fechada, dentro dos respetivos dossiers. Os jornalistas que trabalham nessas áreas poem a descoberto muita informação que está recolhida e, nesse sentido, obviamente que contribuem para tornar público todo esse tipo de situações. No entanto, não me parece que seja esse o tipo de jornalismo que assume ou que poderia assumir um maior relevo no trabalho de evidenciação ou de demonstração daquilo que são as práticas indevidas e ilegais.

### **3) Olhando para o panorama do jornalismo e das redações em Portugal, em que ponto está o jornalismo de investigação. Fala-se, muitas vezes, da falta de recursos e da concorrência feroz entre os jornais. Qual é o ponto de situação?**

É, de facto, nesse tipo de trabalho que, frequentemente, é designado por jornalismo de investigação que eu vejo uma maior potencialidade para trazer para fora as tais situações que importa «denunciar». O tal jornalismo judiciário, no meu conceito, é muito «seguidista» da investigação dos tribunais e das polícias. Em Portugal, há muito pouco jornalismo de investigação e é difícil que haja mais. Eu não gosto muito de falar em jornalismo de investigação porque acho que o jornalismo judiciário, como todo o jornalismo, implica investigação, pesquisa e tratamento de informação. Mas enfim, aceitando o conceito de jornalismo de investigação como sendo aquele que aprofunda temas do interesse público mantidos fora da esfera pública, esse é um jornalismo que implica investigação e confronto com quem quer manter tais assuntos fora do escrutínio público. Em traços diferentes, é evidente que no jornalismo judiciário pode haver (e há) jornalistas que, embora trabalhando sobretudo a partir das fontes institucionais (policiais ou judiciais), também fazem investigação; aí, o jornalismo judiciário mistura-se com o jornalismo de investigação e chegamos ao jornalismo *tous court*. Contudo, olhando

apenas para o conceito de jornalismo de investigação como eu o resumi, faz-se muito pouco em Portugal.

#### **4) Porquê essa escassez?**

Os motivos são óbvios e fala-se deles com frequência; tem a ver com os meios e os recursos disponíveis, sendo que não falo apenas de dinheiro, falo de pontos que, às vezes, vêm atrás do dinheiro, como seja o apoio de assessores especializados em determinadas áreas. Hoje não existe esse caminho. Pode acontecer, muito pontualmente, a um jornalista, num determinado trabalho, conseguir obter através da empresa em que trabalha um determinado apoio, mas é raro. Os jornalistas que cobrem esse tipo de temas trabalham fundamentalmente sem rede e mais «por carolice». Se precisarem de uma analista especializado em questões tecnológicas, ou da área financeira ou até de especialistas em determinadas ciências, é evidente que não têm, a não ser em situações muito excecionais em que, por uma razão ou outra, o meio de comunicação em causa acaba por apostar. Há outras razões que vão para além dos meios e recursos.

#### **5) Considera que existe falta de formação nas redações?**

Sim, há obviamente a questão da formação dos jornalistas nessas áreas. Não há técnicas propriamente muito específicas, mas há um conjunto de conhecimentos e de metodologias, ou melhor, um conjunto de «truques» para se procurarem informações que, muitas vezes, até são públicas. Há maneira de chegar a determinados dados que os jornalistas não conhecem. Por isso, falta alguma formação; outra formação tem que se ir ganhando através da experiência. Entre a problemática dos recursos, também podemos colocar a formação. Mas, para lá da insuficiência dos recursos, há questões do foro da política, de ideologias, da economia e dos jogos de poder.

#### **6) Passados mais de 40 anos do fim da ditadura, os jornais ainda sofrem pressões políticas em Portugal?**

Com certeza que sofrem. Julgo que até mesmo nos países em que as ditaduras já desapareceram há mais tempo e em que os vícios serão menores, continua a haver esse mal. Em Portugal, provavelmente porque o fim da censura formal é mais recente, essas pressões ocorrerão com mais frequência e insistência e surtem mais efeitos do que noutros sítios. Também há, certamente, razões de ordem cultural e de dimensão. Portugal é um país pequeno, onde toda a gente se conhece, e a própria estrutura de poder ao nível da detenção dos meios de comunicação não ajuda. Este um setor caro, com muito pouco rendimento imediato, mas não é por acaso que há quem esteja disposto a «perder dinheiro». De algum modo, as empresas que detêm os meios de comunicação social estão sempre ligadas a outros interesses e a outros grupos económicos que se cruzam com o poder político. Por mais esforços de independência e de isenção que façam os responsáveis dos órgãos de informação, é muito complicado escapar a todas essas teias; as pessoas estão envolvidas em redes e essas redes pesam-lhes. Os diretores e donos dos jornais conhecem muita gente, conhecem os políticos, são amigos; estamos num país pequeno, com maus hábitos enraizados e é quase impossível um jornalista que trata destes assuntos não estar, volta e meia, a tocar em

interesses de alguém que tem peso junto de quem tem que decidir. Nem é preciso que haja pressões diretas, às vezes somos nós próprios, jornalistas, que sabemos que um determinado assunto tem a ver com aquela estrutura ou organização... Portanto, é um quadro muito complexo.

#### **7) A dimensão do País conduz a esse tipo de receios?**

De receios e de bloqueios ou «auto-bloqueios», já para não falar em «auto-censura». Toda a gente sabe que existe, as pessoas retraem-se em relação a muitos assuntos. Existe a utilização abusiva e sistemática, por parte das pessoas e entidades com poder, da pressão e da ameaça do processo judicial, que custa dinheiro. Não estou a referir-me apenas ao dinheiro para os advogados ou aos processos que se arrastam anos nos tribunais; refiro-me também ao risco das empresas serem oneradas na sua gestão por provisões que têm de constituir para garantir o suporte numa eventual condenação em processos judiciais. Há entidades e pessoas que não pagam custas judiciais porque estão dispensadas por lei; é o caso das autarquias e dos magistrados judiciais, que não se importam nada de pedir indemnizações avultadas, mesmo sabendo que não vão ganhar em tribunal, porque não pagam as custas, que são proporcionais ao valor da indemnização pedida. Aqui há uns tempos, por causa de um artigo que eu escrevi, um juiz pediu ao Público uma indemnização de 500 mil euros; esse juiz não vai pagar custas, caso contrário nunca pediria esse dinheiro. Se tivesse que pagar, esta ação custar-lhe-ia sempre uns três ou quatro mil euros por cada requerimento apresentado em tribunal.

#### **8) Mas a maioria das empresas não tem saída nesse tipo de processos.**

A empresa onde eu trabalho [Público] teve que constituir na sua contabilidade uma provisão de 500 mil euros para fazer face a esse potencial encargo; é uma obrigação contida na Lei. Este é apenas um dos muitos elementos que levam as empresas e as direcções dos meios de comunicação a recear o jornalismo de investigação, embora todos digam que é fundamental e que vão apostar muito nisso. Mas a verdade é que não apostam nada. É como em muitas outras áreas da informação e do jornalismo em que as entidades, as direcções dos jornais e os respetivos patrões têm e tinham posições que não gostam de ver postas em causa por determinado tipo de trabalho.

#### **9) Quer dar-nos um exemplo?**

É o caso do jornalismo que incide sobre a gestão municipal por parte dos eleitos em representação dos partidos. A insistência na divulgação dos casos de corrupção que envolvem autarcas acaba por reduzir os níveis de confiança dos eleitores nos mecanismos que gerem a sociedade, o que não interessa aos políticos; cria-se aquela ideia que se transmite de forma corrente de que «são todos os mesmos». No essencial, esta ideia tem algum fundamento, porque o poder corrompe as pessoas e corrompe, provavelmente, todas as cores políticas. Mas, na verdade, não sei até que ponto as pessoas não secundarizam ou tendem a secundarizar as denúncias, por acharem que estamos a contribuir para que não se acredite no sistema, o que também não é bom.

**10) Considera que existe uma vulgarização do termo «denúncia»?**

Eu vejo esta questão em dois sentidos: há pessoas que, de uma forma mais ou menos consciente e racional, entendem que não se deve aprofundar esse tipo de trabalho jornalístico para não contribuímos, nós próprios, para destabilizar a sociedade. Quanto a essa vulgarização das denúncias, ela existe, com a permanente divulgação de histórias que não têm história nenhuma. Há uma tentação por parte de alguns jornalistas e responsáveis de órgãos de comunicação em banalizar ou vulgarizar esse tipo de informação. Nesses casos, não estou a falar de jornalismo de investigação, mas sim de tabloides que não investigam nada, mas que noticiam tudo aquilo que pode cheirar a escândalo, nomeadamente nesta área da denúncia dos poderosos e dos famosos.

**11) Os escândalos vendem muito.**

Exatamente. Há, por isso, uma tentação muito grande, que não é só do Correio da Manhã, de se noticiar, por vezes com destaque, pequenas coisas que são apresentadas como muito importantes, mas que, além de não serem suficientemente aprofundadas, são coisas menores e muito repetidas. Esta banalização contribui naturalmente para que o público se desinteresse; há de facto esse risco de vulgarização, sobretudo quando ficamos pelos títulos. Isto levanta uma outra questão complicada: estes temas, para serem tratados devidamente, têm que ser aprofundados em termos de investigação e têm que ser explicados para que as pessoas os possam perceber. O jornalista tem que explicar como é que chegou a determinadas conclusões, mas para isso, são precisas muitas páginas, muitos caracteres ou muito tempo de antena, o que causa vários problemas, porque as coisas tornam-se menos legíveis.

**12) Essa é uma questão de fundo. Tem que haver um grande esforço para que um determinado caso seja realmente compreendido por quem está a ler a notícia, o que, em pouco tempo, não será um trabalho fácil.**

Sim, muitas vezes chega-se à conclusão de que determinado assunto até é interessante, mas depois, para se perceber, tem que se explicar muito detalhadamente. Claro que a nossa obrigação é tentar encontrar a melhor maneira de se dizerem as coisas, mas não podemos simplificar ao ponto de criarmos um problema numa eventual defesa em tribunal; se eu exponho as minhas conclusões mas não explico como é que lá cheguei, quando eu tiver que ir responder por uma acusação que se centra naquilo que eu disse, vou ver-me aflito porque não expliquei como é que lá cheguei. Para me defender em tribunal, eu preciso de ter escrito como é que cheguei àquela conclusão, preciso de dar um espaço às explicações, ao contraditório. Se não explico em detalhe, estou a contribuir para que um juiz entenda que eu pus em causa o bom nome e que causei prejuízos ao queixoso.

**13) Diz-me, portanto, que os jornalistas têm que se proteger e acautelar.**

Também por razões de proteção dos jornalistas e das empresas jornalísticas, é preciso muito detalhe. Depois vêm as complicações do espaço que é caro, tanto no jornal como na rádio, como na televisão.

**14) Já lhe aconteceu ser chamado a tribunal para responder por alguma notícia que tenha escrito?**

Sim. Os advogados que representam as vítimas ou as supostas vítimas dos jornalistas recorrem cada vez menos à alegação da difamação porque a prática do crime de difamação é muito difícil de demonstrar em tribunal; só muito raramente alguém é condenado em Portugal por difamação, sobretudo por via da valorização constitucional e legal do direito de informar e da liberdade de expressão.

**15) Há aqui uma espécie de confronto?**

É a história do confronto entre dois direitos – o direito de informar e o direito ao bom nome. O direito de informar é cada vez mais valorizado, nomeadamente em função da jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, em detrimento do direito ao bom nome. O direito ao bom nome, por si só, acaba muitas vezes por cair em função do direito de informar, sobretudo quando estão em causa pessoas com responsabilidades públicas. As ações cíveis é que são cada vez mais comuns; não se fala em difamação, fala-se apenas em condutas que causaram danos e são pedidas indemnizações. Frequentemente, os tribunais, embora considerem que tudo o que foi escrito é verdade, consideram também que, apesar disso, houve prejuízos causados ao queixoso e daí os jornalistas serem condenados. Essas situações já ocorreram, também aqui no Público. Eu já fui acusado por pessoas e por organizações dezenas de vezes, nomeadamente por autarquias que não gostaram do que eu escrevi. É verdade que estes processos eram bastante mais frequentes há dez ou quinze anos por causa da difamação, acabando por perder-se e sendo muito rara uma condenação. Agora como dizia há pouco vai-se mais pelo lado cível.

**Entrevista n.º4**

**Pedro Sales Dias**

**Jornalista do Público**

**1) Como olha para o panorama atual do jornalismo judiciário em Portugal? Temos um verdadeiro jornalismo judiciário?**

Isso depende do que consideramos ser o “jornalismo judiciário”. Os meios de comunicação em Portugal têm alguns poucos jornalistas que se dedicam à cobertura dos temas da Justiça, nomeadamente os julgamentos mais mediáticos que se vão desenrolando, mas fazem-no muitas vezes mais por esse mediatismo do que pelo valor de reflexão que o caso pode provocar na sociedade. E neste ponto, refiro-me especialmente às televisões e a um ou outro jornal mais tablóide. A cobertura da Leitura

do Acórdão do Face Oculta é, por isso, um exemplo que, penso, marcará qualquer história que se venha a escrever sobre o jornalismo judiciário. Os jornalistas das televisões atropelaram-se no tribunal com sucessivos directos, contando a história até à exaustão em momentos em que não havia nada para contar. O tribunal, nesse dia, foi uma verdadeiro circo mediático em que se entrevistaram arguidos à saída e à entrada num modelo de cobertura igual ao usados nas coberturas dos jogos de futebol. Não sei se isso não teve, de facto, um pendão exacerbado de um certo voyeurismo que em nada ajuda a informar o cidadão. Não conheço qualquer estudo feito sobre este tipo de jornalismo e não sei se podemos dizer sequer que ele existe, por exemplo, como nos EUA em que há, de facto, a preocupação de deixar jornalistas “soltos” nas redacções para que investiguem casos da área da polícia e da justiça. Fazem-no durante semanas e até, em alguns casos, longos meses. E são jornalistas seniores. Pessoas com o peso da idade, da memória e de uma maior experiência que traz mais consciência crítica e “faro” jornalístico. E investigar não pode ser apenas ter acesso aos processos judiciais. Tem de ser fazer diferente do que fazem as autoridades. Procurar chegar às pessoas envolvidas e ouvir o que têm para dizer. Reconstruir histórias da história que aconteceu. Ir juntando dicas e chegar à verdade possível. Não foi assim que fizeram no caso Watergate? Se isso é o jornalismo judiciário – ao qual não pode faltar a investigação – então em Portugal ele não existe. Não há também, de momento, a capacidade de financiamento necessária nos jornais para isso. Recordo, que depois uma década (a de 1990) em que houve muito investimento nas empresas de comunicação, o que se assiste agora é a um forte desinvestimento e a vagas de despedimentos que podem vir a ser fatais para a comunicação social. Com todas as consequências que isso terá necessariamente para a saúde da própria Democracia. Não há Democracia sem jornalistas e temo que não seja suficiente ter comunicação social que, sem fazer pensar os cidadãos, apenas amplifique os casos do dia todo os dias sem procurar histórias diferentes da corrente massificada. E neste ponto, julgo que podemos fazer que não teremos Democracia (como a conhecemos) sem jornais. As televisões frequentemente limita-se a ir atrás do que os jornalistas da imprensa escrita descobrem.

**2) Considera que a criação de gabinetes de imprensa nos tribunais poderia ajudar os magistrados e, conseqüentemente, os jornalistas a informarem de um modo mais rigoroso?**

No meio dos jornalistas que fazem Justiça isso nunca foi pensado. Existem gabinetes de imprensa na Procuradoria-Geral da República, no Ministério da Justiça e um porta-voz no Conselho Superior da Magistratura e no Conselho Superior do Ministério Público. Mas isso é ao nível das estruturas formais. Este tipo de jornalismo, pela sua natureza, em muitos casos rodeada de segredo, não se faz através de Gabinetes de imprensa. Vive de contacto pessoal com fontes judiciais bem informadas cuja identidade os jornalistas não podem revelar. Sem a defesa do sigilo profissional, o jornalismo judiciário não existiria. Penso que, de todos os tipos de jornalismo, o judiciário ou policial (como lhe quisermos chamar) é aquele em que o sigilo profissional do jornalista é o mais usado. Diariamente publicamos informação com base em fontes que são anónimas para o leitor mas que bem sabemos quem são. Aliás, verificamos sempre a qualidade da fonte,

muitas vezes apenas dizendo ao editor quem é a fonte. As redacções são locais “sagrados” onde se luta diariamente pela liberdade de imprensa e para informar o cidadão ao mesmo tempo que se garante o absoluto segredo da fonte de informação omitindo isso (a identidade) aos leitores.

**3) Diz-se, muitas vezes, que o tempo da justiça é diferente do tempo da comunicação social. Em que âmbito se revela essa diferença?**

Desde logo começando pelas investigações policiais. Quando a comunicação social descobre que alguém é arguido e está a ser investigado quer logo noticiar a história toda. E muitas vezes a polícia ainda nem tem a história toda sobre o caso. Na comunicação social tudo é mais imediato. Na Justiça tudo demora mais. Mas isso é normal. Na Justiça tem outro objectivo: perceber se foi cometido um crime, quando, onde, por que razão e por quem. A comunicação social mal sabe que foi cometido um crime, o seu objectivo é cada vez mais noticiar imediatamente sem ter mais factos que podem apresentar outros episódios da história. Na Justiça, o processo é o objectivo e o processo é um todo que demorar muito a construir.

**4) Concorda com a especialização dos jornalistas na área da justiça?**

Sim. Como noutros tipos de jornalismo, aliás. O jornalismo deve ser sempre especializado. Isso garante mais qualidade na informação. O jornalista tem de dominar a linguagem da área e saber do que está a falar. Isso nem sempre acontece com jornalista “generalistas”.

**5) Há quem considere que, em Portugal, o jornalismo é demasiado baseado em fontes. Partilha dessa opinião?**

O jornalismo é sempre baseado em fontes. Identificadas, anónimas ou documentais. Quanto às anónimas, casos há em que não pode ser feito de outra forma, como é o caso da justiça. Recordo que o jornalista sabe quem elas são. São profissionais da Justiça ou da Polícia que têm uma carreira e que se fossem identificados enfrentariam graves consequências disciplinares e até criminais, ficando em último caso sem empresa. O segredo é a alma muitas vezes. O importante é noticiar. O jornalista deve assegurar-se de que a fonte tem qualidade para dar aquela informação e que não falha. É por isso que é importante a especialização do jornalista e a sua ética. Rapidamente se demonstra um jornalista que use (ou abuse) mal de fontes anónimas.

**6) Relativamente às fontes anónimas, concorda que elas sejam utilizadas e citadas?**

Concordo que seja citada a sua qualidade: “fonte judicial, fonte policial, fonte ligada ao processo”.

**7) O jornalismo judiciário pode posicionar-se como «denunciante», nomeadamente, de casos de corrupção política?**



Se investigar algum caso e tiver matéria nova não investigada pelas autoridades, sim. Se informar sobre o que a polícia já está a investigar ou sobre um processo já em andamento, então nesse caso não sei se a melhor palavra a usar é “denunciante”.

**8) No seu caso, enquanto jornalista do Público, tem uma rotina em torno dos temas da justiça? Como é definida a agenda do jornal nesta matéria?**

A rotina é a nunca deixar de contactar pessoalmente com o meio. Há muitos casos que são todos os dias abordados em toda a comunicação social, há outros que sabemos através de fontes e outros ainda que descobrimos no contacto directo com a área.

**9) Pode dizer-se que os jornalistas têm também um papel de combate e/ou prevenção da corrupção política?**

Se isso significar informar o cidadão enquanto eleitor preocupado para que venha a ter todos os dados necessários quando tiver de tomar decisões no contacto com a Democracia através do voto, manifestações, protestos, consciência crítica e formulação de opinião, então sim.

**10) Os magistrados/advogados/procuradores/inspetores da Polícia Judiciária deveriam estar melhor preparados para interagir com a comunicação social?**

Muitos estão e outros tantos não estão nem querem estar. Alguns têm uma desconfiança natural em relação a jornalistas. Ambos trabalham para a qualidade da democracia. Acho que é nisso que deviam pensar mais.

**11) Quais são as dificuldades mais frequentes para um jornalista que acompanha uma investigação judiciária ou um julgamento, no tribunal?**

Excepto a área da Grande Lisboa e Grande Porto, muitos tribunais ainda ficam desconfiados sobre o papel do jornalista que tem deveres mas também direitos no que diz respeito a consultar processos e cobrir julgamentos. “Não” é muitas vezes a primeira resposta de funcionários, procuradores e juizes sendo depois necessário recordar-lhes o que a lei diz.

**12) Acompanhou o processo Face Oculta. O que destaca da cobertura que fez do caso?**

É uma megaprocesso que comecei a cobrir desde o seu começo. Apesar de haver já acórdão de primeira instância, ainda não podemos dizer que acabou. Haverá recursos. Ficará na história portuguesa por nele terem sido condenadas pessoas muito relevantes da vida pública e política portuguesa. A mão pesada da Justiça, neste caso, deixou a comunidade surpreendida e mais crente na Justiça portuguesa. Temo que se vá desiludir com a resposta aos recursos interpostos ou nem sequer vá notar nesse desenvolvimento ficando apenas com a ideia das penas pesadas em primeira instância. Destaco ainda que foi a primeira vez, num caso paralelo a este, que a justiça quis investigar um primeiro-ministro e não o conseguiu. Também foi a primeira vez, pelo menos de que há memória, de escutas a um primeiro-ministro terem sido destruídas. Ficará sempre o mistério do que poderia ter acontecido se tivesse sido de outra forma.

### **III – Entrevistas – Transparência e Integridade Associação Cívica (TIAC)**

#### **Entrevista n.º1**

**Luís de Sousa**

**Presidente executivo da TIAC e politólogo**

#### **1) A comunicação social, o jornalismo e, no caso, o jornalismo judiciário podem desempenhar o papel de «denunciantes» de casos de corrupção?**

Podem e devem. Há fatores que explicam o fraco desenvolvimento do jornalismo de investigação em Portugal: constrangimentos financeiros, constrangimentos editoriais, pressões políticas para que certas investigações não sejam feitas. Por exemplo, há tempos, houve uma jornalista do Público que me disse que quando estavam a reportar o desenlace do caso dos submarinos, foram visitados por uma equipa de advogados do concorrente que estava a ser inquirido, a Ferrostal, e os advogados falaram com os editores a explicar-lhes que consideravam aquilo um trabalho discriminatório, para lá do jornalismo de investigação, sendo que iriam apresentar queixa à Entidade Reguladora da Comunicação (ERC).

#### **2) Estas pressões ainda são reais?**

Sim, ainda acontecem. Tal como no governo de José Sócrates, todos os jornalistas ou editores comentavam os telefonemas que ele fazia a este ou aquele diretor. Estas pressões criam, muitas vezes, obstáculos a que esse jornalismo de investigação seja feito ou que uma investigação em curso prossiga até ao fim. Se a investigação prosseguir, o corpo editorial coloca uma margem muito fina ao jornalista. No caso de uma concretização positiva, o facto de se confirmar aquilo que o jornalista tinha vindo a defender, o corpo editorial até acaba por dar algum apoio; noutros casos, poderá optar por entregar o desenlace, de forma a não criar animosidades com as fontes, que são precisas para outras matérias.

#### **3) Considera que o jornalismo, em Portugal, é muito baseado nas fontes?**

Há o problema de um jornalismo muito colado às fontes, um jornalismo que tem também poucas pessoas competentes ou massa crítica para fazer algum trabalho de fundo, não há tempo nem recursos. Muitas vezes, os jornalistas andam desenfreados e desalmados em busca das fontes e acabam por escrever artigos só à base de telefonemas. Em muitos casos, telefona-se a alguém para obter a sua opinião mas, no fundo, até já se tem um *frame* da notícia completamente fechado. Isto já aconteceu comigo várias vezes.

#### **4) Está a falar com conhecimento de causa?**

Eu estar a explicar, a explicar, a explicar... e depois a notícia continua tal e qual como estava, sendo a minha citação utilizada como um encaixe para uma leitura que já estava feita. É pena, mas isto acontece com alguma frequência. O trabalho de fundo não é feito, o que tem a ver, quase sempre, com a celeridade com que a comunicação social tem que trabalhar, com esta ambição de crescer rapidamente, quando as coisas demoram o seu tempo e têm que maturar.

#### **5) Esta pressa pode ter efeitos secundários?**

Muitas das vezes, a comunicação social acaba por contribuir para uma hiper sensibilização do problema, o que não ajuda a uma real consciencialização dos indivíduos para assumirem uma posição pública mais participativa e empenhada. Por outro lado, esta tendência também afasta um pouco as autoridades. A questão da hiper sensibilização acaba por descredibilizar ainda mais as instituições, num efeito secundário que pode ser nocivo.

### **Entrevista n.º2**

**Paulo Morais**

**Vice-Presidente da TIAC**

#### **1) Qual é, neste momento, o maior desafio que a TIAC enfrenta?**

Um dos maiores desafios, se não o maior, é convencer a opinião pública de que a maior causa da crise é a corrupção. E provar, se possível com combates e vitórias, que a diminuição da corrupção gera desenvolvimento e diminui a pobreza.

#### **2) A TIAC foi criada em 2010. Qual o balanço destes últimos quatro anos?**

A TIAC ajudou a colocar o tema da corrupção na agenda política e mediática. Até há pouco, o tema era tabu. A TIAC é hoje uma referência no estudo do fenómeno da corrupção e conexos. A associação, com a capacitação institucional que adquiriu, é percebida como uma organização de combate à corrupção, quer em termos gerais, quer em alguns aspectos mais concretos, como as “parcerias público-privadas”, os conflitos de interesses entre negócios e política e outros.

#### **3) Como avalia o trabalho desenvolvido pelo Conselho de Prevenção da Corrupção (CCP)?**

O CPC é uma organização inócua. Desde a sua criação, que fez o CPC nos seis anos que leva de vida? Determinou que as entidades gestoras de dinheiros públicos “elaborassem

planos de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas”. Ao incumbir a elaboração dum modelo de prevenção ao grupo que usufrui das vantagens da corrupção, garantiu que os resultados seriam escassos ou até nulos. Já que os maiores beneficiados pelo sistema não iriam obviamente modificá-lo. Os resultados da implementação destes planos são até hoje desconhecidos. Quando chamado a pronunciar-se sobre processos concretos, o CPC falhou em toda a linha: na privatização da EDP e da REN, surgiu no processo... depois deste concluído. Faz previsão... a posteriori! O CPC, em matéria de prevenção e combate à corrupção, limita-se à apresentação de umas intenções piedosas, finge que combate a corrupção, é patético.

**4) Tomando como ponto de partida o recente acórdão do processo Casa Pia, como avalia, de um modo global, o estado e o trabalho da justiça em Portugal?**

A Justiça tem um modelo organizativo obsoleto e não corresponde às necessidades da sociedade actual. Em termos gerais, os tribunais, por esse país fora, não dispõem de meios, de competências nem de organização capaz de fornecer aos cidadãos uma justiça compatível com a sociedade contemporânea. Em termos de mega processos, como o Casa Pia e outros, então é o descalabro. Entre a desorganização processual, o excesso de legislação e a falta generalizada de meios, quase todos os processos borregam. Em termos de criminalidade económica, de corrupção e crimes conexos, a situação é muito mais grave. Só com Tribunais especializados, com organização e meios se conseguiria perseguir, com algum sucesso, a corrupção.

**5) Considera que o processo Face Oculta poderá ser, no futuro, um caso de estudo?**

Sim, porque o “Face Oculta” constitui um avanço neste sistema de justiça desolador. A sentença proferida pelo Tribunal resultou numa ação bem conduzida pelos investigadores da Judiciária, liderados pelo investigador Teófilo Santiago. A forma proficiente como o Ministério Público proferiu acusação é também uma das chaves do sucesso. E, finalmente, um Tribunal corajoso proferiu uma sentença inédita, condenando corruptos e traficantes de influências. E que incorpora ainda uma fortíssima censura social à permanente promiscuidade entre a política e os negócios.

**6) No seu entender, o Face Oculta poderá servir de exemplo para evitar a propagação da corrupção em Portugal?**

Infelizmente, não. Porque os condenados, apesar de condenados em prisão efectiva, não estão presos. Assessorados pelos mais ardilosos advogados, vão recorrer das sentenças para instâncias superiores. O processo arrastar-se-á por anos, os criminosos continuarão à solta, uma vez que os recursos têm efeito suspensivo sobre as penas. Tal não deveria ser possível. A partir do momento em que uma instância judicial os condena a prisão efectiva, deveriam ser presos. Há ainda um outro aspeto frustrante neste processo. Os condenados não foram obrigados a devolver à comunidade os montantes de que beneficiaram com os seus crimes. Os pagamentos a que foram sentenciados são apenas uma percentagem ridícula do que ganharam com todos estes negócios em que lesaram Estado e empresas de capital público. Não se entende também. Neste processo houve

justiça formal, é verdade. Mas sem prisões e sem indemnizações o que prevalece é a impunidade.

**7) Como olha para o panorama atual do jornalismo judiciário em Portugal? Podemos afirmar a existência de um verdadeiro jornalismo judiciário?**

É residual. Há muito poucos jornalistas especializados nesta matéria. Para fazer bom jornalismo na justiça é necessário ser bom jornalista, saber direito, perceber a organização judiciária e ser sério. São todas elas qualidades raras e difíceis de juntar numa só pessoa.

**8) Nem sempre é fácil lidar com o binómio segredo de justiça/dever de informar. Que cuidados são, no seu entender, indispensáveis?**

O segredo de justiça só se justifica em matéria de intimidade, questões de família, proteção de menores, crimes sexuais e conexos. Quanto ao resto, o segredo de justiça deve ser excepção, rara e fundamentada.

**9) Pode o jornalismo assumir uma função, além de «denunciante», pedagógica?**

A função mais pedagógica é a denúncia.

**10) Os jornalistas têm também um papel de combate e/ou prevenção da corrupção política?**

Em Portugal, os jornalistas, a par dos activistas, são os únicos agentes de combate e prevenção da corrupção. Neste combate, os agentes políticos não têm qualquer vontade; e, no Ministério Público, os magistrados que têm vontade, não têm meios.

**11) É possível e desejável que jornalistas e agentes da justiça agilizem a comunicação entre si, mantendo a indispensável imparcialidade, de modo a levar ao público uma informação o mais rigorosa possível?**

Com uma justiça célere, os Tribunais (especializados) devem encontrar meios de difundir informação rigorosa sobre os processos de criminalidade económica em curso e qual a fase de tramitação de cada um. No caos actual, essa informação seria imperceptível pela opinião pública. Nos dias que correm, nos Tribunais, até a verdade é demasiado confusa.

#### **IV – Notas da Conferência «A Nossa Justiça é Justa?»**

**Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (23 de maio de 2014)**

**Joana Marques Vidal**

**Procuradora Geral da República**

«Há um problema de comunicação para o qual as magistraturas não foram preparadas; as magistraturas dos tribunais estão mal preparadas, num mundo cada vez mais complexo. O modo como se comunica está em constante alteração, numa rapidez bastante acentuada.»

«As próprias estruturas dos tribunais e o modo como os magistrados foram formados não preparam para essa comunicação.»

«Na relação direta dos tribunais com o cidadão, há questões de comunicação na linguagem que é utilizada, na difícil compreensão da simbologia dos rituais e dos formalismos que são utilizados e, também nessa parte, penso que temos que dar passos significativos, temos um caminho a percorrer.»

«Num mundo em que a questão da transparência é uma emergência com a qual eu concordo, as aparentes transparências ou o reclamar dessas transparências leva-nos a resultados muito opacos.»

«Nós não estamos preparados para esta problemática daquilo que nos é exigido pela comunicação; quando falo da comunicação, estou a falar a vários níveis: da dificuldade da comunicação entre o que são os tribunais, o que é o exercício das magistraturas e os meios de comunicação social. Nós não estamos preparados, mas podemos dizer que os meios de comunicação social presentes nesta generalização também não estão. É realmente uma questão que temos que encarar e um caminho que temos que percorrer juntos.»

«Temos o dever de tornar cada vez melhor o sistema em que trabalhamos.»

«Eu penso que o Direito é uma ciência; há quem diga que não, mas eu penso que é uma ciência, tem uma determinada técnica, a linguagem do jurídico é uma linguagem técnica e que nunca deixará de ser; é como a Medicina, eu vejo os médicos a conversarem entre si sobre questões científicas e não percebo nada do que estão a dizer e também não percebo, às vezes, o que incluem nas receitas, se não me explicarem o que aquilo diz. Deverá ser, na minha perspetiva, e isso faz parte, mesmo na aplicação do Direito, uma linguagem técnica. O equilíbrio passará por encontrar formas de nós estamos preparados para, naquilo que é a aplicação concreta do Direito aos casos e aos cidadãos que estão ali, nós sabermos descodificar aquela linguagem, não retirando o seu nível jurídico, mas descodificando. Nós temos obrigação, em todas as diligências, no tipo de notificações que se recebem, temos que ter o cuidado de encontrar uma linguagem que seja uma linguagem para o cidadão. A questão da linguagem coloca-se também noutras matérias em que é necessário o encontro de uma linguagem comum na articulação do trabalho conjunto que temos que ter. Falemos nas perícias, por exemplo. O magistrado não tem que saber de economia, mas tem que ter os recursos suficientes que lhe permitam fazer as perguntas certas. A decisão do tribunal será sempre, e cada vez mais, o fruto de

saberes que vêm de outras áreas e jurisdições. A questão da linguagem tem, por isso, muita importância.»

«O número de casos que tem ido a julgamento por corrupção tem aumentado; o número de casos de responsáveis autárquicos que têm respondido em tribunal e que têm sido condenados, estão a aumentar. Mesmo assim, não nego que nós temos que dar melhor resposta nesta área e aí temos um grande problema de legitimidade.»

## **Conceição Gomes**

### **Coordenadora Executiva do Observatório Permanente da Justiça (OBJ)**

«Hoje temos uma justiça mais autónoma, mais independente.»

«Nós hoje temos uma relação dos cidadãos com a justiça mais próxima. Os tribunais já não assustam como assustavam antes. Hoje há mais consciência dos direitos sociais. A justiça dessacralizou-se.»

«Nós temos as políticas públicas intimamente ligadas a ciclos eleitorais. E depois, o que é que é mais fácil? Alterar a lei.»

«Há uma justiça para pobres e outra para ricos; há uma capacidade de instrumentalização da justiça por parte de quem tem dinheiro (caso da dificuldade que houve em prender o Isaltino Moraes).»

«Nós hoje temos esta ideia de que há uma forte criminalidade económica, uma elevada corrupção, predadora do nosso sistema democrático. Na verdade, não há estudos credíveis, devidamente fundamentados, sobre quais são as teias da corrupção. De facto, são perceções. As prisões estão sobrelotadas de pobres, de pequena criminalidade, daquilo a que chamamos «justiça de baixa intensidade». Há também a perceção da não punibilidade de condutas que envolvem ilícitos no domínio da criminalidade económico-financeira e da corrupção.»

«A comunicação social ajudou também a conhecer mais sobre o sistema de justiça, mas é preciso encontrarmos aqui uma articulação mais virtuosa entre ambos os lados. Mas a justiça não pode depender só da comunicação social para comunicar, tem que encontrar os seus próprios meios de comunicação, isto foram passos que não foram dados. A linguagem, apesar de tudo, melhorou um bocadinho, mas quantas vezes, e voltamos ao Direito Penal, a pessoa, numa audiência, leva uma pena que não percebe?»

## **Rui Patrício**

### **Advogado**

«Há coisas que as pessoas não compreendem; tenho noção que, muitas vezes, nós não fazemos suficiente esforço para comunicar. Portanto, a legitimidade do sistema não é apenas a legitimidade da boa fundamentação das decisões. É claro que, em primeira mão, surge o cumprimento da lei e a boa fundamentação, mas também é muito importante o modo como comunicamos.»

«O modo como nós comunicamos, como nós nos apresentamos perante a comunidade, nos dias que nós vivemos, não é apenas essa apresentação do formalismo e fundamentação das decisões, tem que ser o modo como nós explicamos as coisas às pessoas.»



